ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve

Departamento Regional de Gestão e Valorização Florestal

Mata Nacional da Herdade da Parra



Plano de Gestão Florestal

ABREVIATURAS

AGRIS – Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais

AGRO - Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural

ARH – Administração da Região hidrográfica

CAB – Cabeceiras de Linhas de Água

CNUCD - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e ou Desertificação

CITES - Comércio e Detenção de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção

CRPS – Conservatória do Registo Predial de Silves

DL – Decreto-Lei

DFCI – Defesa da Floresta Contra Incêndios

DGRF – Direcção-Geral dos Recursos Florestais

DGSFA – Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

DGT – Direção-Geral do Território

DL – Decreto-Lei

DRCNF-ALG - Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve

DRCNF-ALT - Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do Alentejo

DRGVF - Departamento Regional de Gestão e Valorização da Floresta

DSF – Direção de Serviços de Florestas

DRA-ALG – Direção Regional de Agricultura do Algarve

EMA – Estação Meteorológica Automática

ENF – Estratégia Nacional para as Florestas

ERO - Áreas com risco de erosão

FGC – Faixas de Gestão de Combustível

FIC - Faixa de Interrupção de Combustível

FRC - Faixa de Redução de Combustível

GIR – Grande Incêndio Rural

ICN – Instituto de Conservação da Natureza

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

IFN6 - do Inventário Florestal Nacional de 2015

INE – Instituto Nacional de Estatística

LIFE – L`Instrument Financier pour l`Environnement

MN – Mata Nacional

MNHP – Mata Nacional da Herdade da Parra

NPA – Nível de Pleno Armazenamento

OENR - Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais

PAF - Plano de Ação Florestal

PDF – Plano de Desenvolvimento Florestal

PAMAF – Programa para a Modernização Agrícola e Florestal

PANCD - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação

PDM – Plano Diretor Municipal

PEOF-ALG – Plano Especifico de Ordenamento Florestal para o Algarve

PF – Perímetro Florestal

PGF – Plano de Gestão Florestal

PGF-MNHP - Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional da Herdade da Parra

PIB – Produto Interno Bruto

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

POA – Plano de Ordenamento da Albufeira

PRGPSMS - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem para uma nova economia rural nas Serras de Monchique e Silves

PNPOT – Programa Nacional da Politica do Ordenamento do Território

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROF-ALG – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve

PSRN2000 – Plano Sectorial da Rede Natura 2000

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RF – Regime Florestal

RFT – Regime Florestal Total

RFP – Regime Florestal Parcial

RN – Rede Natura

RPFGC – Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

RSFGC – Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

RTFGC – Rede Terciária de Faixas de Gestão de Combustível

SIC - Sítio de Importância Comunitária

SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

SRH – Sub-região homogénea

UGF – Unidade de Gestão Florestal

VAB – Valor Acrescentado Bruto

WWF - World Wide Fund for Nature

ZEC - Zona Especial de Conservação

ZPE – Zona de Proteção Especial

SÍMBOLOS

C – Centigrado	l - Litro	Kcal - Quilocaloria
cm – Centímetro	m – Metro	Km – Quilómetro
cm2 – centímetro quadrado	m2 – Metro quadrado	W – Watts
ha – Hectare	mm – milímetros	% - Percentagem

SÍMBOLOS ARVOREDO

Af – Alfarrobeira	Ec – Eucalipto (botrioides)	Fx Rr – Freixos
Az – Azinheira	Lu – Loureiro	Sl - Salgueiro
Ch – Choupo	Ml - Mélia	Sb – Sobreiro
Cv – Carvalho cerquinho	Pb – Pinheiro-bravo	Zb - Zambujeiro
Cs - Castanheiro	Pm – Pinheiro-manso	
Cu – Cipreste comum		

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1
A. DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO 2
1. ENQUADRAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DO PLANO 2
1.1 Caracterização do proprietário e da gestão 2
1.2 Caracterização geográfica da exploração florestal 2
1.2.1 Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem 2
1.2.2 Inserção administrativa 3
1.2.3 Localização e acessibilidade da exploração 4
2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE 6
2.1 Relevo e Altimetria 6
2.2 Clima 10
2.4 Solos 18
2.5 Fauna, flora e *habitats* 19
2.5.1. Fauna 20
2.5.2. Flora 21
2.5.3 *Habitats* 23
2.5.4 Séries de vegetação 25
2.6 Pragas e plantas invasoras 27
2.6.1 Plantas invasoras 27
2.6.2 Pragas 27
2.7 Incêndios rurais, cheias e outros riscos naturais 28
2.7.1 Incêndios rurais 28
2.7.2 Cheias 29
2.7.3 Erosão 29
3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS 30
3.1 Restrições de utilidade pública 30
3.2 Instrumentos de planeamento florestal 36
3.2.1 Estratégia Nacional para as Florestas 36
3.2.2 Programa Regional de Ordenamento Florestal – PROF Algarve 37
3.2.2.1 Sub-Região Homogénea; principais funções; metas 37
3.2.3 Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios 42
3.2.3.1 Classes de perigosidade e risco predominantes; Faixa de Gestão de Combustível (FGC) presentes 42
3.3 Instrumentos de gestão territorial 46
3.3.1 Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAlgarve) 46
3.3.2 Plano Diretor Municipal 47

3.3.3 Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca 48
3.3.4 Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) 50
3.3.5 Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 51
3.3.6. Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e de Silves (PRGPSMS) 52
3.4. Outros ónus relevantes para a exploração 53
4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS 56
4.1 Infraestruturas florestais 56
4.1.1 Rede Viária Florestal 56
4.1.2 Armazéns e outros edifícios associados à gestão 58
4.1.3 Infraestruturas DFCI 58
4.1.4 Infraestruturas de apoio à gestão cinegética 59
4.1.5 Infraestruturas de apoio à silvopastorícia 60
4.1.6 Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo 60
4.2 Caracterização socioeconómica da propriedade 60
4.2.1 Função de produção 62
4.2.2 Função de proteção 63
4.2.3 Função de conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos 64
4.2.4 Função de suporte à silvopastorícia, caça, pesca e apicultura 65
4.2.5 Função de recreio e valorização da paisagem 66
4.2.6 Experimentação 66
4.2.7 Evolução histórica da gestão 68
5. REVISÃO E MONITORIZAÇÃO do PLANO DE GESTÃO FLORESTAL 74
B. MODELO DE EXPLORAÇÃO 75
1. CARACTERIZAÇÃO E OBJECTIVOS DA EXPLORAÇÃO 75
1.1 Caracterização dos recursos 75
1.1.1 Caracterização geral 75
1.1.2 Compartimentação da propriedade 80
1.1.3 Definição e delimitação das parcelas 81
1.1.4 Componente Florestal 90
1.1.4.1 Caracterização das espécies florestais, *habitats* e povoamentos 90
1.1.4.2 Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar – dp) 90
1.1.5 Componente silvopastoril 110
1.1.5.1 Caracterização dos recursos forrageiros 110
1.1.5.2 Caracterização das pastagens 110
1.1.6 Componente cinegética, aquícola e apícola 110
1.1.7 Componente de recursos geológicos e energéticos 111

1.2 Definição dos objetivos da exploração 111
1.3 Síntese 114
2. ADEQUAÇÃO AO PROF Algarve 117
3. Adequação ao Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves (PRGPSMS) 120
4. PROGRAMAS OPERACIONAIS 121
4.1 Programa de gestão da biodiversidade 121
4.1.1 *Habitats* e valores existentes 121
4.1.2 Fomento das populações do coelho bravo (IUCN "Em Perigo" na Península Ibérica) e outra fauna silvestre 131
4.2 Programa de gestão da produção lenhosa 132
4.3 Programa de gestão do aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados 136
4.3.1 Gestão suberícola 139
4.3.2 Componente fruto (Medronho e Pinha) 142
4.3.3 Componente apícola 143
4.3.4 Componente cultural e de recreio 144
4.4. Programa de infraestruturas 146
4.4.1 Rede primária (Faixas de gestão de combustível) 147
4.4.2 Rede viária florestal e rede divisional 147
4.5 Programa da sanidade vegetal 149
4.6 Programa das operações silvícolas mínimas 151
Conceitos/definições das ações contempladas 184
Bibliografia 187
ANEXOS: 191
Anexo 1 - Lista de espécies silvestres observáveis na Mata Nacional da Herdade da Parra 191
Anexo 2 - Espécies faunísticas segundo Borges, 1981 194
Anexo 3 - Elenco florístico 197
Anexo 4 - Habitats Naturais e semi-naturais do anexo B-I, espécies de fauna e flora dos anexos, B-II, B-IV e B-V do Decreto – Lei n.º 49/2005, de 24 fevereiro,existentes na Mata Nacional da Herdade da Parra. 202
Anexo 5 - Protocolo – Acordo de cessão da posição contratual INAG / Águas do Algarve / DGRF 204
Anexo 6 – Avaliação dos indicadores de gestão florestal sustentável 205
Anexo 7 - Cartografia 209

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação do proprietário, da entidade gestora e da equipa técnica ---------- 2
Quadro 2 – Identificação da exploração---------- 2
Quadro 3 – Identificação jurídica dos prédios da exploração---------- 3
Quadro 4 – Inserção administrativa dos prédios---------- 3
Quadro 5 – Hipsometria da Mata Nacional da Herdade da Parra---------- 7
Quadro 6 – Classes de Declive na Mata Nacional da Herdade da Parra---------- 8
Quadro 7 – Exposições na Mata Nacional da Herdade da Parra ---------- 9
Quadro 8 – Valores de Precipitação, no ano de 2023 nas estações meteorológicas de São Bartolomeu de Messines (Coordenadas WGS84: Latitude norte: 37º 16' 37,2''; Longitude oeste: 08º 14' 15,8''; Altitude: 166m), localizada a nascente da MNH, e de Norinha (Coordenadas WGS84: Latitude norte: 37º 12' 19,7''; Longitude oeste: 08º 24' 23,5''; Altitude: 15m), localizada a sul da MNHP. ---------- 14
Quadro 9 – Valores de Temperatura, no ano de 2023 nas estações meteorológicas de São Bartolomeu de Messines (Coordenadas WGS84: Latitude norte: 37º 16' 37,2''; Longitude oeste: 08º 14' 15,8''; Altitude: 166m), localizada a nascente da MNH, e de Norinha (Coordenadas WGS84: Latitude norte: 37º 12' 19,7''; Longitude oeste: 08º 24' 23,5''; Altitude: 15m), localizada a sul da MNHP. ---------- 14
Quadro 10 – Valores climáticos registados na Rede de Estações Meteorológicas Automáticas (EMAs) do Algarve ---------- 15
Quadro 11 – Espécies da Fauna presentes na Mata Nacional da Herdade da Parra ---------- 21
Quadro 12 – Espécies da Flora presentes na Mata Nacional da Herdade da Parra---------- 23
Quadro 13 – *Habitats* Naturais e seminaturais presentes na Mata Nacional da Herdade da Parra---------- 23
Quadro 14 – Principais condicionantes na Mata Nacional da Herdade da Parra---------- 31
Quadro 15 – Normas de intervenção nos espaços florestais. Normas gerais de silvicultura---------- 38
Quadro 16 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de produção---------- 38
Quadro 17 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de proteção ---------- 39
Quadro 18 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos ---------- 39
Quadro 19 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores ---------- 39
Quadro 20 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização da paisagem ----- 40
Quadro 21 – Classes de perigosidade na Mata Nacional da Herdade da Parra---------- 43
Quadro 22 – Classes de risco rural na Mata Nacional da Herdade da Parra ---------- 44
Quadro 23 – Ónus relevantes para a gestão ---------- 53
Quadro 24 – Principais atividades desenvolvidas na Mata Nacional da Herdade da Parra (2016-2022)---------- 62

Quadro 25 – Função de experimentação ---------- 67
Quadro 26 – Evolução histórica da gestão---------- 72
Quadro 27 – Ocupação atual---------- 75
Quadro 28 – Caracterização das zonas sociais---------- 80
Quadro 29 – Identificação de parcelas por talhão---------- 82
Quadro 30 – Compartimentação parcelar e objetivos e funções associadas ---------- 87
Quadro 31 – Caracterização parcelar ----------109
Quadro 32 – Resumo das principais funções----------112
Quadro 33 – Síntese parcelas ----------115
Quadro 34 – Adequação ao PROF Algarve----------117
Quadro 35 – Questões Chave o PRGPMS versus intervenções preconizadas, neste PGF, para a Mata Nacional da Herdade da Parra----------121
Quadro 36 – Orientações de gestão para os habitats classificados presentes na Mata Nacional da Herdade da Parra ----------129
Quadro 37 – Intervenções para fomento da fauna silvestre ----------132
Quadro 38 – Intervenções nas parcelas de produção lenhosa ----------134
Quadro 39 – Cronograma da Parcela I----------135
Quadro 40 – Ações a realizar na gestão de recursos não lenhosos----------136
Quadro 41 – Gestão suberícola----------141
Quadro 42 – Colheita da pinha ----------142
Quadro 43 – Resumo das intervenções nas infraestruturas----------147
Quadro 44 – Programa de Infraestruturas – Rede Viária Florestal (RVF) ----------149
Quadro 45 – Cronograma de fitossanidade ----------151
Quadro 46 – Programa de operações silvícolas mínimas ----------152
Quadro 47 – Cronograma de intervenções por talhão ----------153
Quadro 48 – Cronograma das áreas a intervir por talhão ----------178
Quadro 49 – Cronograma das áreas a intervir----------180
Quadro 50 – Custos financeiros das operações ----------180

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Mata Nacional da Herdade da Parra - Extrato da Carta Militar nº 586 4
Figura 2 – Localização da Mata Nacional da Herdade da Parra – Extrato de Ortofoto (abril de 2024) 5
Figura 3 – Hipsometria da Mata Nacional da Herdade da Parra 6
Figura 4 – Declives da Mata Nacional da Herdade da Parra 7
Figura 5 – Exposições da Mata Nacional da Herdade da Parra 9
Figura 6 - Clima de Portugal Continental, segundo a classificação de Koppen 10
Figura 7 – Gráfico termopluviométrico de Silves 11
Figura 8 – Evolução climática: Distorções à média dos valores de temperatura e precipitação entre 1979 e 2024. Silves 12
Figura 9 – Isoietas (Quantidade total de precipitação, valores médios anuais), Algarve 13
Figura 10 – Isotérmicas (Temperatura média diária do ar, valores médios anuais), Algarve 15
Figura 11 – Vento. Frequência do rumo e da velocidade (1951 – 1960). Sul de Portugal 16
Figura 12 – Vento. Frequência do rumo e da velocidade. Cidade de Silves (Os gráficos Meteoblue são baseados em simulações, de 30 anos, de modelos climáticos disponíveis para todos os pontos da Terra). 16
Figura 13 – Carta da rede hidrográfica na Mata Nacional da Herdade da Parra 17
Figura 14 – Carta de Capacidade de Uso do solo da Mata Nacional da Herdade da Parra 19
Figura 15 – Registo de ocorrências, no período de 2000-2021, na Mata Nacional da Herdade da Parra 29
Figura 16 – Risco de erosão na Mata Nacional da Herdade da Parra 30
Figura 17 – Restrições de Utilidade Pública na Mata Nacional da Herdade da Parra 32
Figura 18 – SRH Serra de Silves do PROF Algarve 41
Figura 19 – Perigosidade estrutural (2020-2030) na Mata Nacional da Herdade da Parra 43
Figura 20 – Risco de incêndio na Mata Nacional da Herdade da Parra 45
Figura 21 – Faixas de gestão de combustível na Mata Nacional da Herdade da Parra 46
Figura 22 – Locais de intervenção do Projeto PDR 814 na Mata Nacional da Herdade da Parra 55
Figura 23 – Locais de intervenção do Projeto PDR 815 na Mata Nacional da Herdade da Parra 56
Figura 24 – Rede Viária Florestal na Mata Nacional da Herdade da Parra 57
Figura 25 – Infraestruturas DFCI na Mata Nacional da Herdade da Parra 59
Figura 26 – Ocupação Estrutural do Solo 76
Figura 27 – Ocupação Conjuntural do Solo 2020 76
Figura 28 – Ocupação de solo 77
Figura 29 – Talhões da Mata Nacional Herdade da Parra 81
Figura 30 – Compartimentação parcelar da Mata Nacional Herdade da Parra 82

Figura 31 – Zonamento funcional da Mata Nacional Herdade da Parra 89
Figura 32 – Troços de Rede Viária e Rede Divisional da Mata Nacional Herdade da Parra 149
Figura 33 – Ações a executar da Mata Nacional Herdade da Parra 183

INTRODUÇÃO

A Mata Nacional da Herdade da Parra é constituída por terrenos pertencentes ao domínio privado do Estado, que se encontram submetidos a Regime Florestal Total e cuja administração e gestão é da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP.

O Plano de Gestão Florestal (PGF) da Mata Nacional da Herdade da Parra (PGF-MNHP), para além de correr de uma obrigação legal, é um instrumento de gestão de espaços florestais essencial para a salvaguarda e desenvolvimento dos recursos florestais, e naturais, à perpetuidade. Este determina, no espaço e no tempo, as intervenções de natureza cultural e de exploração dos recursos, visando a produção sustentada dos bens e serviços por eles proporcionados, e não esquecendo as atividades e usos dos espaços envolventes. Face à complexidade das intervenções florestais, ao necessário ordenamento do uso do solo e às complexas intervenções culturais, torna-se necessário e útil a realização deste plano.

O Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro na sua redação atual (última republicação foi feita pelo Decreto-Lei nº 65/2017, de 12 de junho, sendo que após este houve mais uma alteração dada pelo Decreto-Lei nº 11/2019, de 21 de janeiro), regula o processo de elaboração, execução e alteração dos PGF, a aplicar nos espaços florestais, estabelecendo os elementos mínimos e as peças que nele deverão constar. Balizados por essas referências foi desenvolvido este trabalho pela Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve, definindo-se o objetivo geral para esta Unidade de Gestão.

A. DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO

1. ENQUADRAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DO PLANO

1.1 Caracterização do proprietário e da gestão

Quadro 1 – Identificação do proprietário, da entidade gestora e da equipa técnica

Proprietário:	Estado Português
Responsável pela gestão florestal:	**Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.** Avenida Dr. Alfredo Magalhães Ramalho, 1 1495-165 ALGÉS - PORTUGAL ☎ (351) 213 507 900 E-mail: geral@icnf.pt. https://www.icnf.pt/ **Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve (DRCNF-ALG)** Centro de Educação Ambiental de Marim, Quelfes, 8700-194 OLHÃO ☎ (+351) 289 700 210 | Fax: (+351) 289 700 219 E-mail: DRCNF.Algarve@icnf.pt
Redator do PGF original:	Maria José Gil Jerónimo Fialho Gomes Técnica Superior dos quadros da DRCNF-ALG.
Redatores da atualização do PGF:	Equipa técnica do DRCNF-ALG – Departamento Regional de Gestão e Valorização da Floresta (DRGVF)

1.2 Caracterização geográfica da exploração florestal

1.2.1 Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem

Com a publicação do Decreto n.º 61/82 de 26 de maio são submetidos ao Regime Florestal Total os terrenos da Herdade da Parra passando a constituir a Mata Nacional da Herdade da Parra (MNHP) com a superfície de 922,00 ha.

Quadro 2 – Identificação da exploração

Exploração Florestal
Mata Nacional da Herdade da Parra
Submissão ao RFT uma área de 922,00 ha: Decreto nº 61/82, de 26/5/1982 (DR nº 119/1982, I série, de 26/5) Superfície total atual: 845,51 (*fonte*: https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html - REFLOA)

Quadro 3 – Identificação jurídica dos prédios da exploração

Identificação dos prédios		
Cadastro: Secção FU a FU8	Art. 2602, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 00755/910607 (Conservatória do Registo Predial de Silves)	Área de registo: 903,37 ha
	Direção-Geral do Território (*)	Área de registo: 904,749 ha

(*) https://snic.dgterritorio.gov.pt/visualizadorCadastro

Na cartografia disponibilizada atualmente pelo ICNF (*fonte:* https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html - REFLOA - Regime Florestal e outras áreas) a área da MNHP é de 845,51 ha.

1.2.2 Inserção administrativa

Quadro 4 – Inserção administrativa dos prédios

Inserção administrativa		
NUT III: Algarve	Distrito: Faro	Cartas Militares: 586
Concelho: Silves	Freguesia: S. Marcos da Serra	

A discrepância verificada entre a área de 922,00 ha que consta no Decreto n.º 61/82, como submetida como submetida ao Regime Florestal Total, a área de 903,37 ha, registada na Conservatória do Registo Predial de Silves (CRPS) e ainda a área de 904,74 ha constante do Cadastro da Direção-Geral do Território (DGT), deve-se, muito provavelmente a um acumular de situações, nomeadamente: à construção/alargamento e asfalto da EM 502, a acertos efetuados por observação de Ortos em 2012 e por último aos diferentes métodos de medição utilizados. Em 2001 (*DR n.º 10, 2.ª série, de 15/01*) foi declarada a utilidade pública, com caráter de urgência, das expropriações de 441 parcelas de terreno com vista à implantação da Barragem de Odelouca – 2.ª fase, integrada no sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve, a desenvolver nos concelhos de Monchique e de Silves, a favor da Águas do Algarve, S.A., sendo expropriada uma parcela de terreno da MNHP com a área de 647417,00 m^2. Em resultado desta evolução a MNHP possui hoje 845,51 ha (https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html - REFLOA - Regime Florestal e outras áreas).

1.2.3 Localização e acessibilidade da exploração

A MNHP localiza-se no extremo noroeste da Serra de Silves, concelho de Silves, na freguesia de S. Marcos da Serra. Está inserida na região do Barlavento Algarvio, distando cerca de 14 km da cidade de Silves (ver figura 1, Figura 2 e mapa 1 do anexo 7).

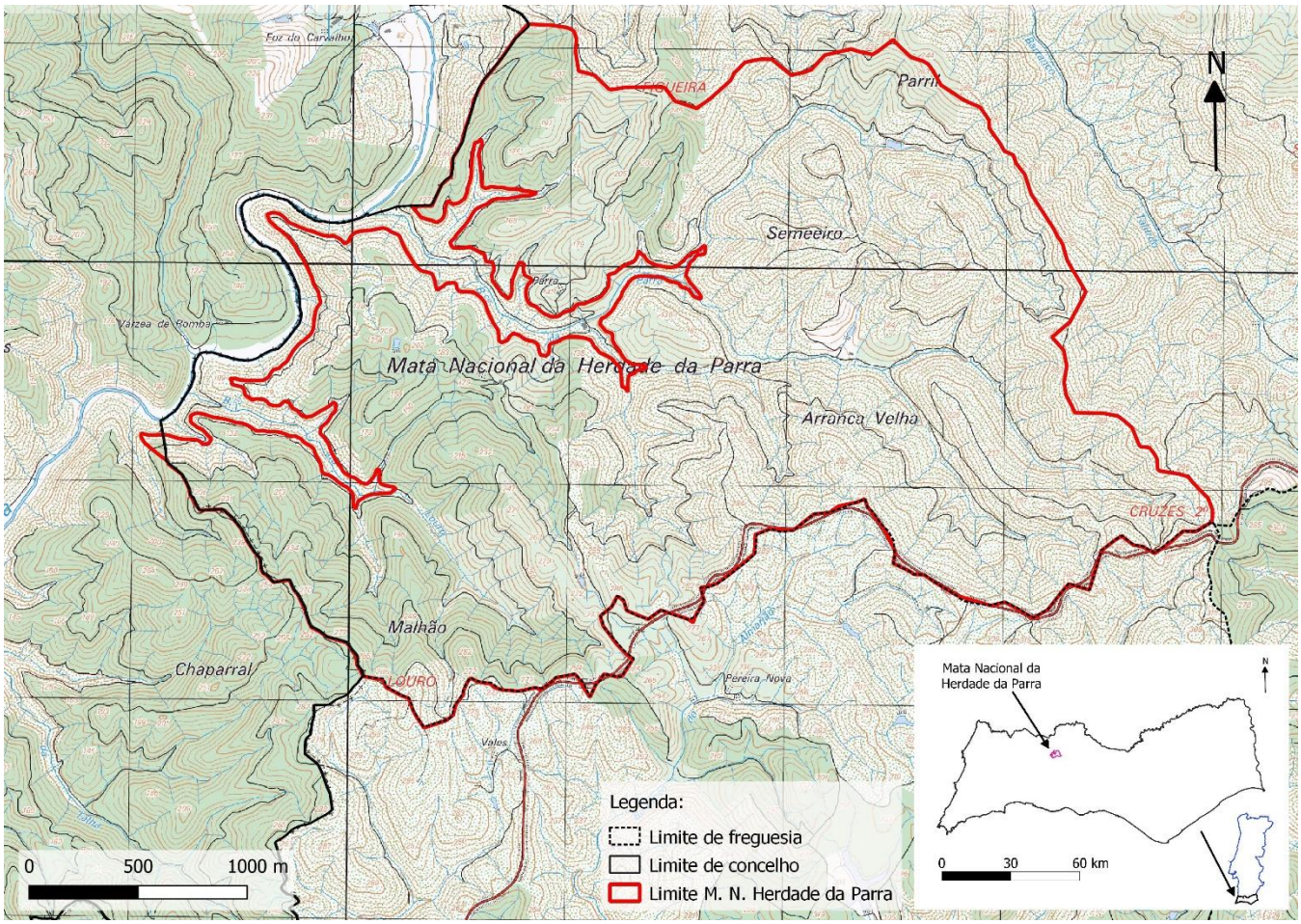


Figura 1 – Localização da Mata Nacional da Herdade da Parra - Extrato da Carta Militar nº 586

Geograficamente está compreendida entre 37°19'27"N e 37º 17' 40"N e entre 8°26'45"O e 8º23' 23"O, segundo a projeção de Gauss.

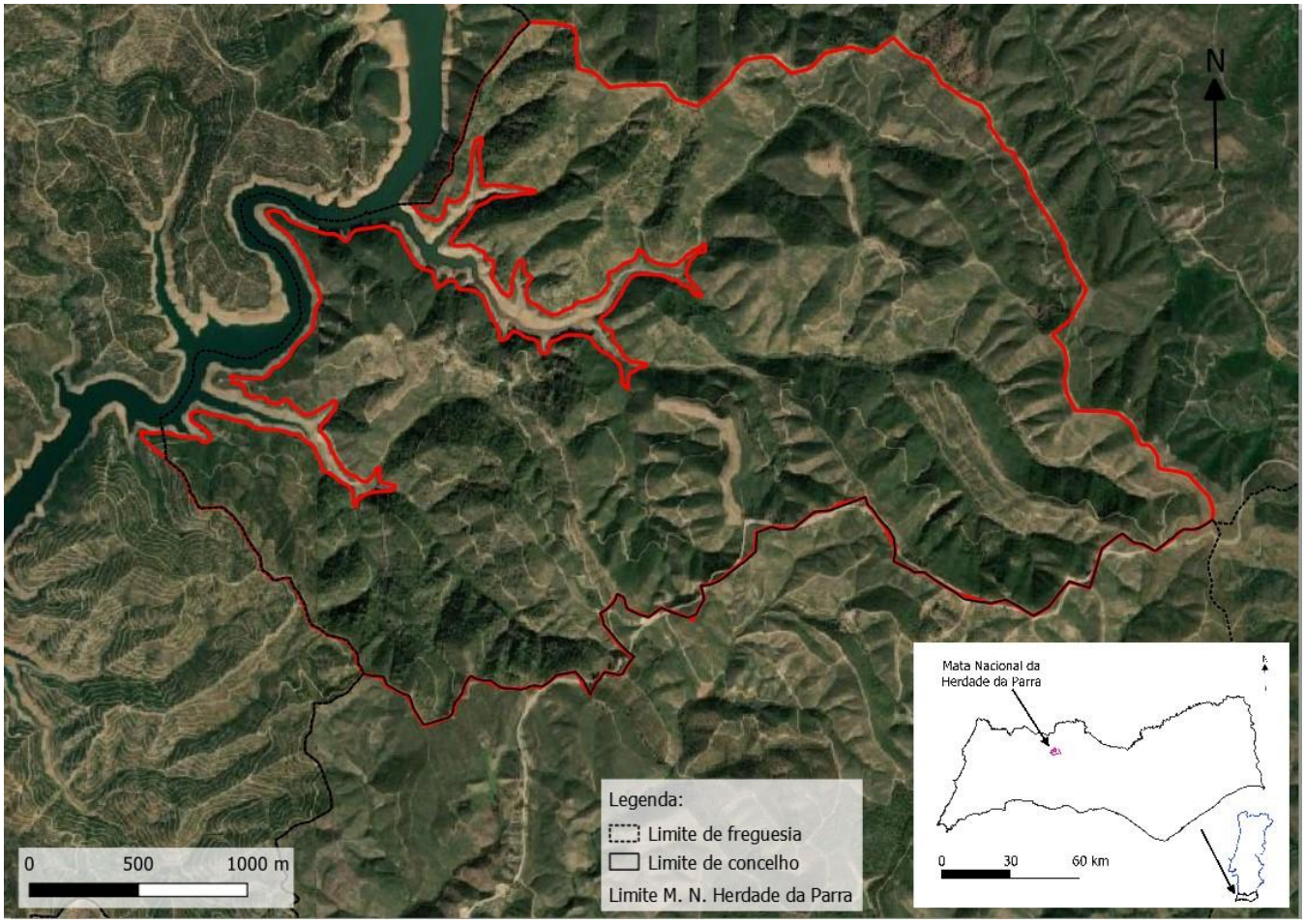


Figura 2 – Localização da Mata Nacional da Herdade da Parra – Extrato de Ortofoto (abril de 2024)

A MNHP é bem servida de acessos, dos quais fazem parte a Estrada Municipal nº 502. O acesso mais importante e mais frequente, faz-se a partir da cidade de Silves, seguindo a EN 124 até à rotunda da Cruz de Portugal. Percorrer metade da rotunda e sair na 3ª à direita. Cerca de 100m depois, virar à direita, paralelamente ao cemitério e seguir a direção norte, pela EM 502 Silves-Sapeira, por cerca de 14 Km.

A MNHP, internamente, possui uma rede viária florestal composta por estradas florestais em terra batida numa extensão de 71,23 Km, uma rede divisional que liga à rede viária, que por sua vez ligam à Estrada Municipal asfaltada (EM 502).

2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE

2.1 Relevo e Altimetria

Altimetria

Observando um extrato da carta hipsométrica, (ver figura 3, mapa 2 do anexo 7 e Quadro 1), verifica-se que a MNHP não apresenta cotas altimétricas muito elevadas. O ponto de maior altitude situa-se no vértice geodésico de Cruzes 2º (Talurdo), a 325 m, localizado no extremo oeste. A zona que apresenta valores hipsométricos mais baixos coincide com o Nível de Pleno Armazenamento (NPA) da Albufeira da Barragem de Odelouca, com o valor de 102,35 m, registados a sudoeste.

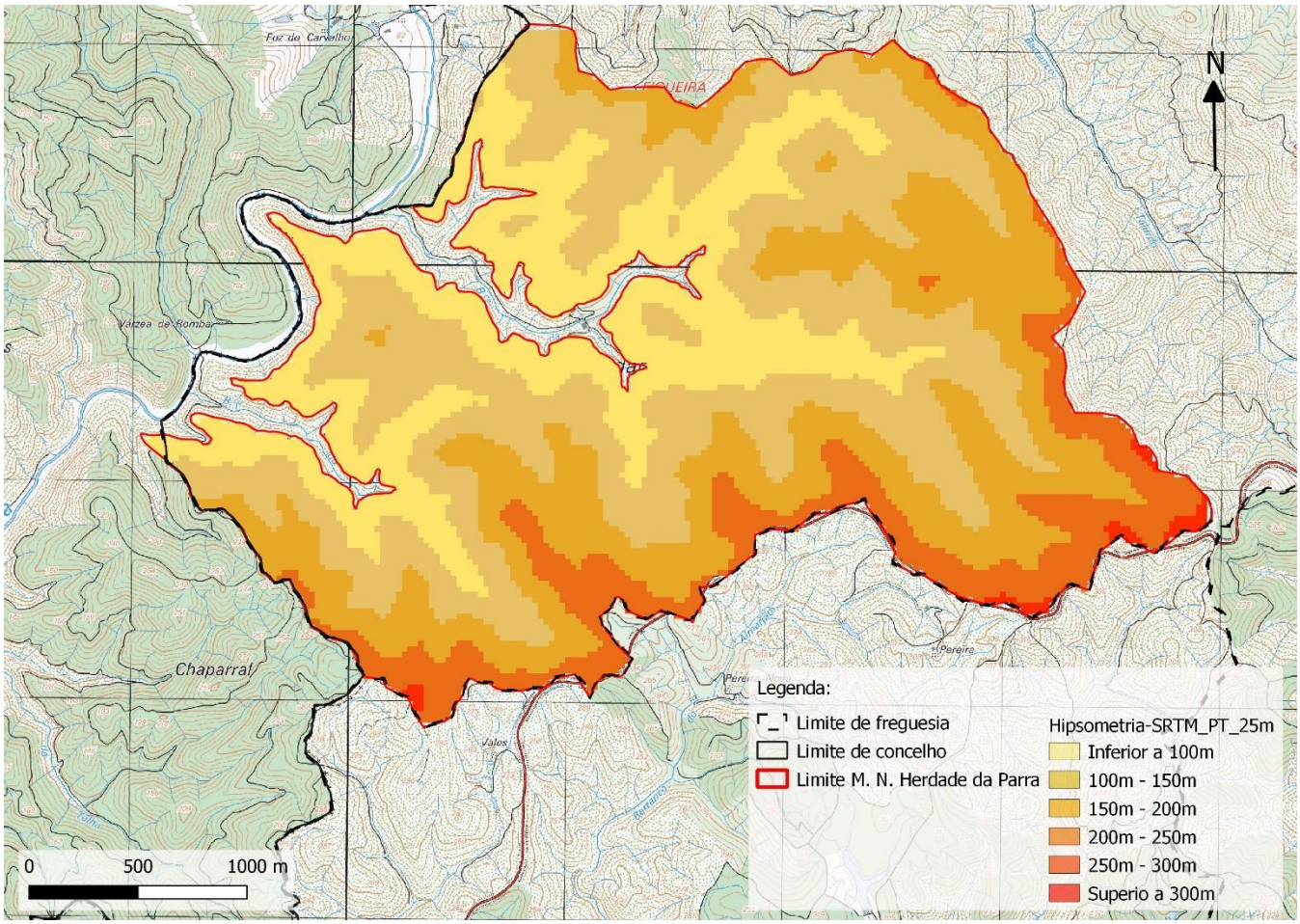


Figura 3 – Hipsometria da Mata Nacional da Herdade da Parra

Como pode ser constatado pelo Quadro 5, mais de um terço da MNHP apresenta valor de altitude entre 150 m e 200 m e mais de 85% encontra-se entre os valores de 100 m e 250 m.

Quadro 5 – Hipsometria da Mata Nacional da Herdade da Parra

Classes hipsométricas (m)	Área (ha)	Distribuição (%)
Inferior a 100	2,47	0,30
100 - 150	195,75	23,89
150 – 200	293,45	35,82
200 – 250	222,19	27,12
250 – 300	99,60	12,15
Superior a 300	5,83	0,71
Total	819,29	100,00

Nota: A discrepância entre o total de área aqui obtido e o valor real (845,51 ha) é consequência da conversão do ficheiro Raster (Altimetria) para vetorial que foi utilizado para efetuar os cálculos aqui apresentados.

Declives

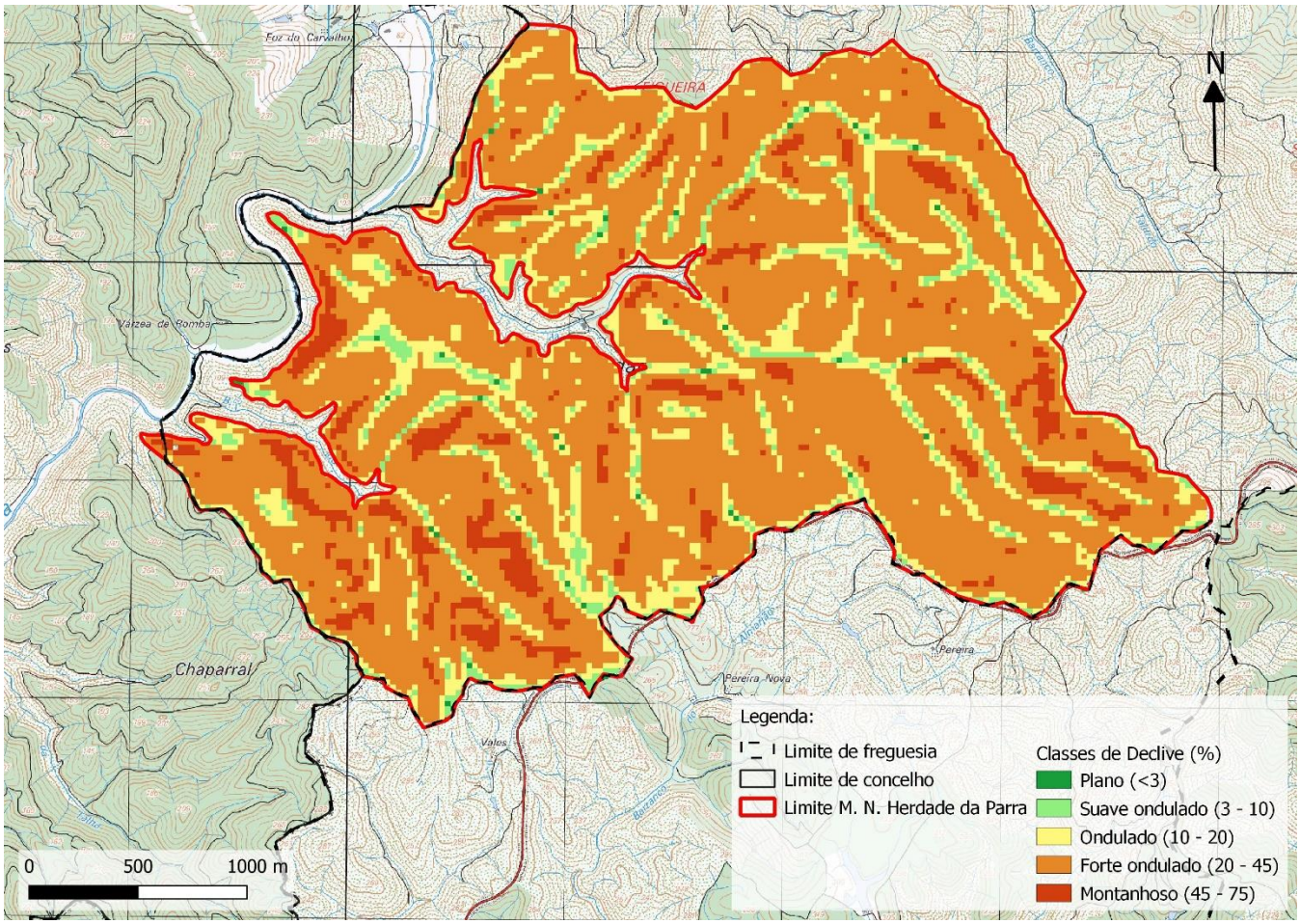


Figura 4 – Declives da Mata Nacional da Herdade da Parra

A MNHP uma região que apresenta, maioritariamente, áreas de declive bastante acentuado. Os valores mais suaves podem ser encontrados no fundo dos vales e em alguns topos alongados. O declive médio

está compreendido entre 20 % e 45 % (Forte ondulado), presente em mais de 70 % da área da MNHP, como se pode verificar na figura 4, no mapa 3 do anexo 7 ou ainda no Quadro 6.

Quadro 6 – Classes de Declive na Mata Nacional da Herdade da Parra

Classes de declive (%)	Área (ha)	Distribuição (%)
Plano (<3)	1,86	0,23
Suave ondulado (3 – 10)	36,06	4,34
Ondulado (10 – 20)	133,34	16,21
Forte ondulado (20 – 45)	580,79	70,62
Montanhoso (45 – 75)	70,37	8,56
Total	822,42	100,00

Nota: A discrepância entre o total de área aqui obtido e o valor real (845,51 ha) é consequência da conversão do ficheiro Raster (Altimetria) para vetorial que foi utilizado para efetuar os cálculos aqui apresentados.

Exposições

Grande parte da MNHP apresenta as encostas voltadas a nordeste, norte, sudoeste e oeste (66%), como se pode verificar na figura 5, no mapa 4 do anexo 7 e no Quadro 7. Observa-se também que na área norte dominam as vertentes expostas a sudeste, sul e sudoeste e na região central e sul as restantes exposições.

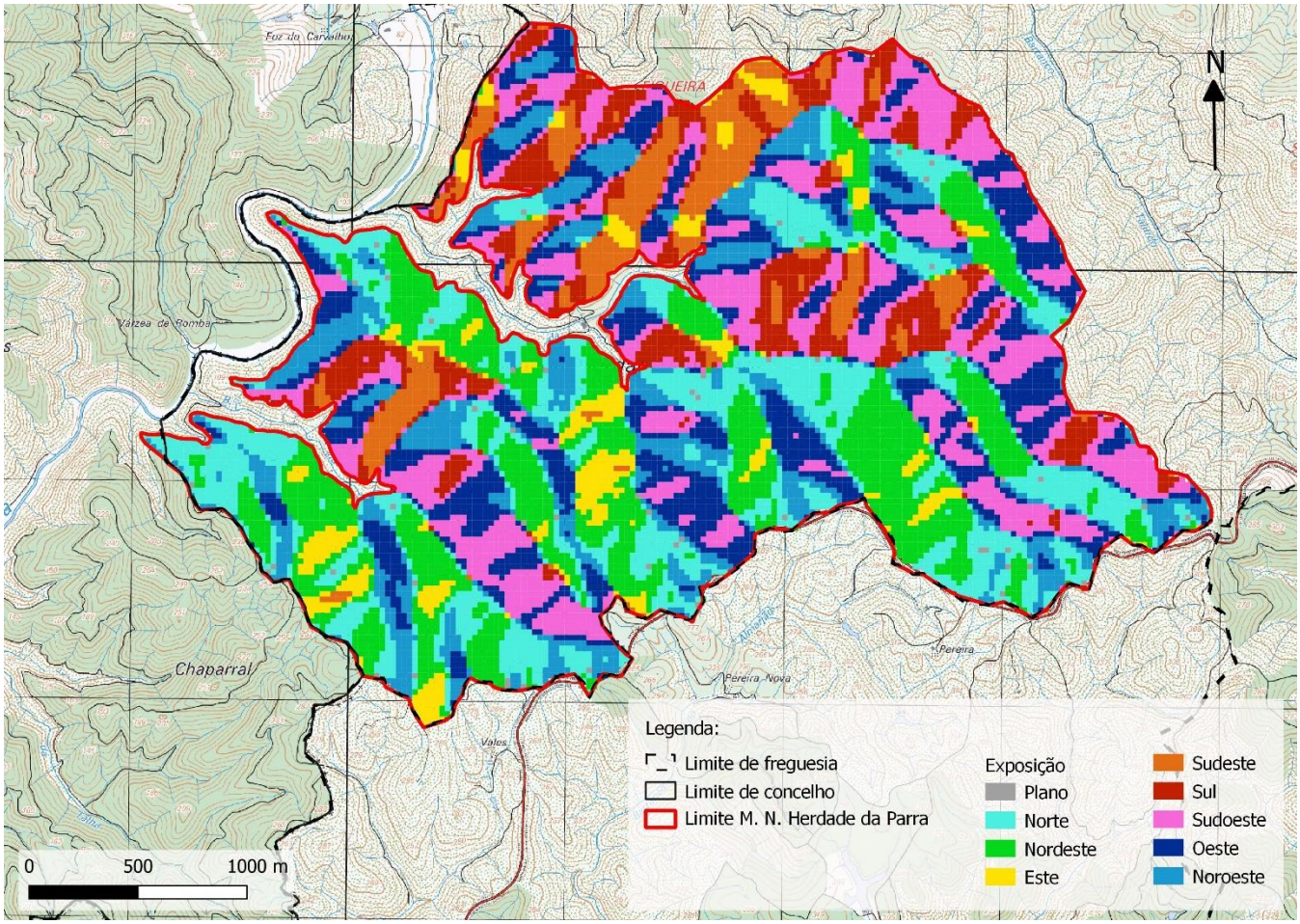


Figura 5 – Exposições da Mata Nacional da Herdade da Parra

Quadro 7 – Exposições na Mata Nacional da Herdade da Parra

Exposição	Área (ha)	Distribuição (%)
Plano	3,88	0,46
Nordeste	139,56	16,54
Este	149,33	4,83
Sudeste	40,74	6,87
Sul	76,94	9,12
Sudoeste	135,55	16,07
Oeste	131,07	15,54
Noroeste	108,11	12,81
Total	843,66	100,00

Nota: A discrepância entre o total de área aqui obtido e o valor real (845,51 ha) é consequência da conversão do ficheiro Raster (Altimetria) para vetorial que foi utilizado para efetuar os cálculos aqui apresentados.

2.2 Clima

No Algarve, segundo a classificação de Koppen (ver figura 6), ocorre o clima temperado do Tipo C, verificando-se o subtipo Cs (clima temperado com inverno suave e verão seco) e as seguintes variedades: Csa, clima temperado com verão quente e seco e inverno chuvoso; Csb, clima temperado com verão quente e suave e inverno chuvoso. Com exceção da Costa Vicentina e das serras de Monchique e de Espinhaço Cão, toda a região algarvia se enquadra na classificação Csa. Todo o Algarve pode também ser classificado como possuindo um clima Temperado Mediterrânico com as estações de verão e inverno bem definidas.

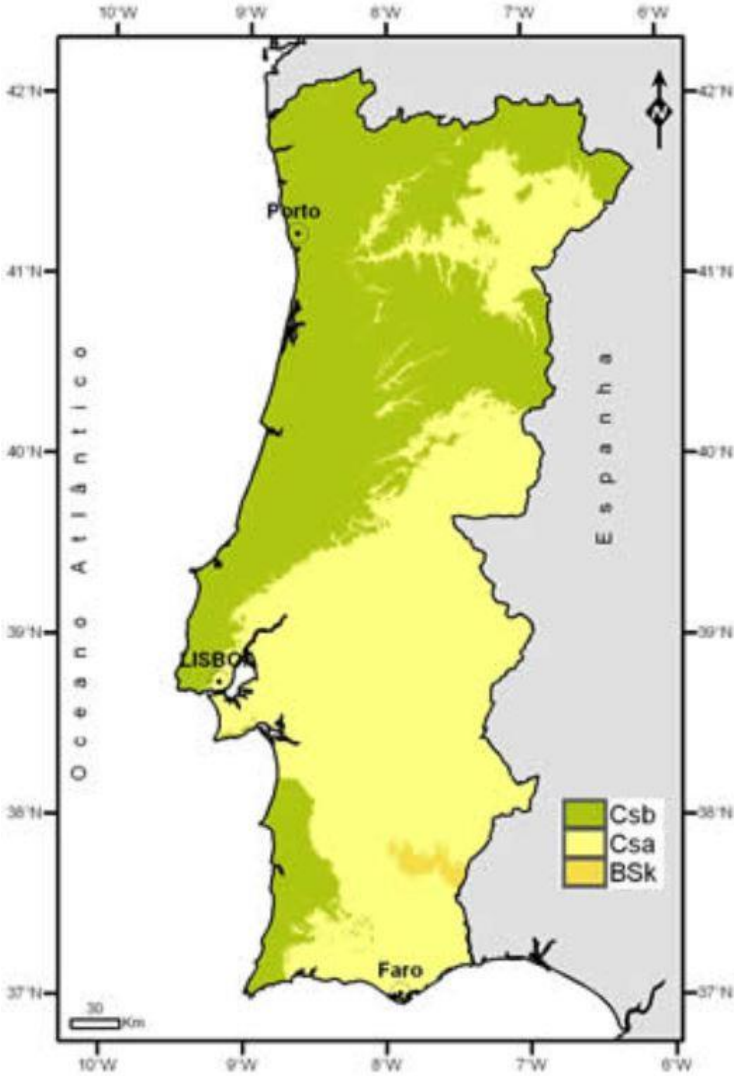


Figura 6 - Clima de Portugal Continental, segundo a classificação de Koppen

(Fonte: INAG)

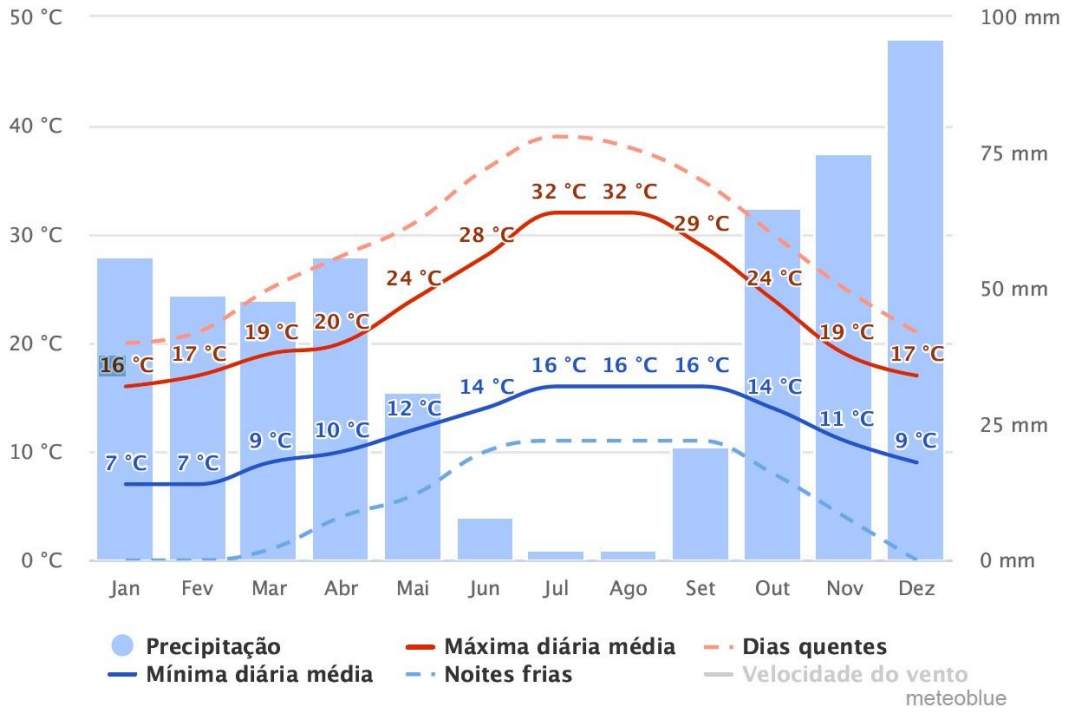
O valor médio anual da radiação solar global é de 160-165 kcal/cm2, atingindo no semestre frio e chuvoso (outubro a março), valores superiores a 52 kcal/cm2. Quanto à insolação, os valores médios

anuais são de 3 200 horas, apresentando, no semestre frio, os valores médios totais de 1 200 horas, o que corresponde a 40 % do total anual.

Silves não foge à regra do Algarve. Apresenta um verão quente e seco, um inverno frio e chuvoso (ver figura 7) e diversos meses secos, neste caso cinco (maio a setembro) o que tornam estes meses desaconselhados para efetuar qualquer tipo de sementeira ou plantação que não recorra à rega. Os meses de janeiro, fevereiro e dezembro, como se pode observar na figura 7, apresentam possibilidade de ocorrência de geada, resultando na existência de risco para algumas espécies vegetais, especialmente quando recentemente plantadas.

Figura 7 – Gráfico termopluviométrico de Silves

(Fonte: https://www.meteoblue.com/)



Porque as plantas recentemente plantadas/semeadas vão precisar de mais água para o seu desenvolvimento vegetativo é recomendado que estas sejam realizadas nas alturas de menor seca e maior disponibilidade de água, ou seja, nos meses de janeiro – abril e outubro – dezembro.

Outro aspeto a considerar é a evolução que, a distribuição ao longo do ano dos valores da temperatura e precipitação, tem vindo a registar nos últimos anos, fator de extrema importância na tomada de decisão sobre o calendário agrícola/silvícola. Como pode ser constatado, pela observação do gráfico da

figura 8, o número de meses com temperatura superior à média desse mês (vermelho) tem vindo a aumentar relativamente ao número de meses com temperatura inferior à média desse mês (azul). No respeitante à precipitação verifica-se que o número de meses com precipitação inferior à média desse mês (castanho) tem aumentado, registando uma variação inversa o número de meses com precipitação superior à média desse mês (verde) que tem reduzido. Sinteticamente, ocorrem mais meses com temperatura superior à média e precipitação inferior à média. Nos últimos 20 anos a precipitação em Portugal diminuiu 15 %, prevendo-se que diminua entre 10 % a 25 % até ao final do século (Fonte: Avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras e aplicação do índice de escassez WEI+, APA, Período de consulta pública de 2021-12-11 a 2022-06-30)

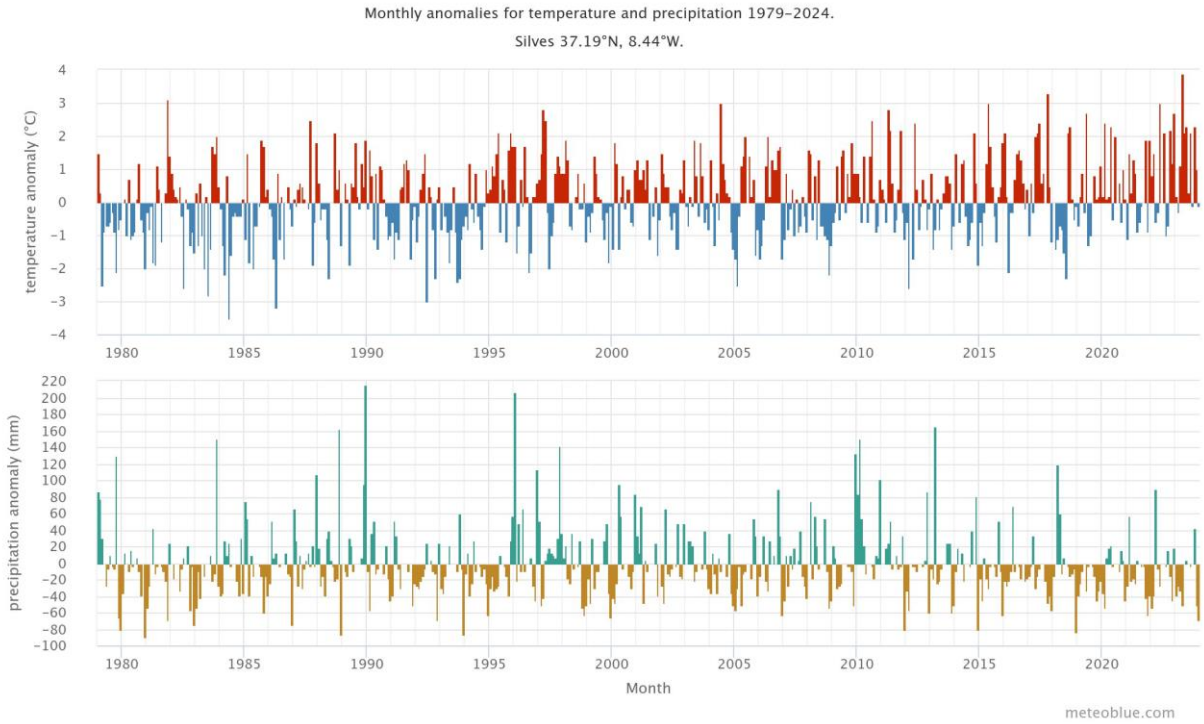


Figura 8 – Evolução climática: Distorções à média dos valores de temperatura e precipitação entre 1979 e 2024. Silves

(Fonte: https://www.meteoblue.com/)

Esta evolução deve ser tida em consideração na altura de efetuar qualquer sementeira/plantação, mais precisamente, no que respeita à época e variedade(s) selecionada(s).

Precipitação

O Algarve apresenta um clima do tipo mediterrânico, caracterizado pela existência de um semestre chuvoso que coincide com a estação fria e um semestre seco na época quente.

As zonas com maiores valores da precipitação anual são (ver figura 9) as montanhosas: a serra do Caldeirão, com um máximo de 1 621 mm, em Barranco do Velho, a 475 m de altitude, e a serra de Monchique com um máximo de 2 081 mm, em Monchique, a 465 m de altitude. A zona com valores mais baixos da precipitação anual é o litoral, com o mínimo de 230 mm, em Vila Real de Santo António, a 7 m de altitude. Em termos médios, a precipitação anual varia entre 1 277 mm e 406 mm, com o valor médio ponderado de 653 mm para todo o Algarve (https://www.meteopt.com/).

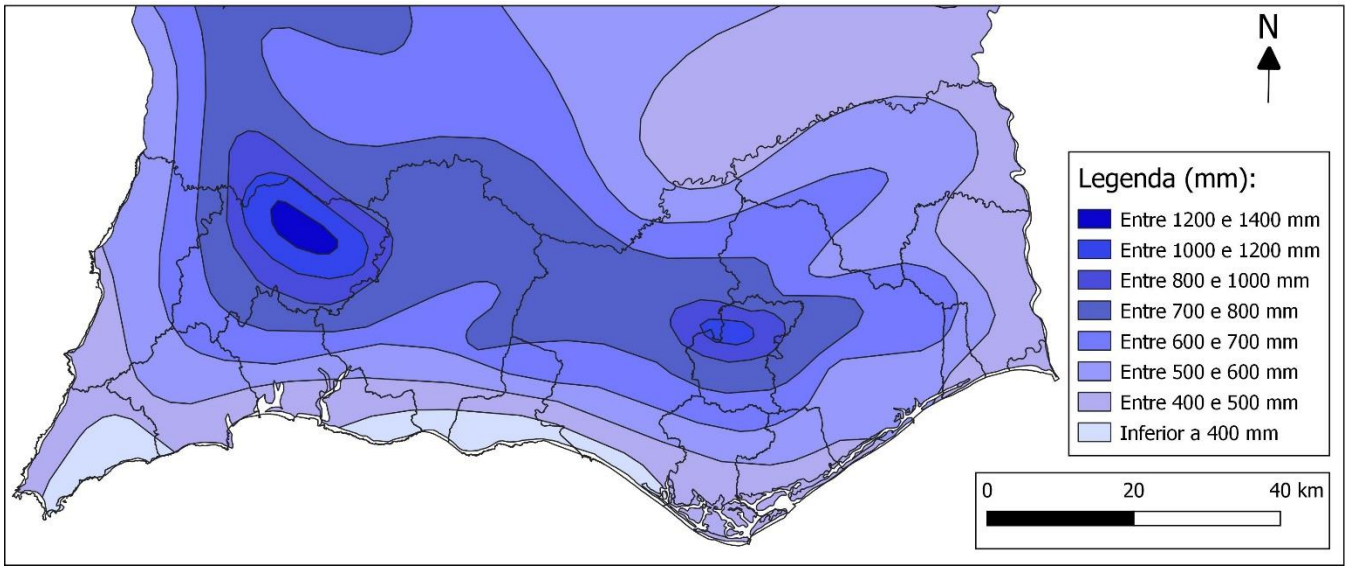


Figura 9 – Isoietas (Quantidade total de precipitação, valores médios anuais), Algarve

(Fonte: APA - https://sniamb.apambiente.pt/)

No que respeita à variação mensal, cerca de 80 % da precipitação ocorre no semestre húmido e 20 % no semestre seco (https://www.meteopt.com/).

Em termos médios o mês mais chuvoso é o de dezembro (ver Figura 7), com cerca de 17 % da precipitação anual, seguido dos meses de novembro e de Janeiro, com cerca de 15 % daquela precipitação. Os meses menos chuvosos são os de julho e agosto, com menos de 1 % da precipitação

anual média, seguindo-se junho e setembro com, respetivamente, 2 % e 3 % daquela precipitação. (https://www.meteopt.com/).

Para uma melhor perceção da distribuição da Precipitação ao longo do ano, e confirmação do anteriormente referido, são apresentado no quadro 8 os dados referentes ao ano de 2023 para dois locais próximos da MNHP.

Quadro 8 – Valores de Precipitação, no ano de 2023 nas estações meteorológicas de São Bartolomeu de Messines (Coordenadas WGS84: Latitude norte: 37º 16' 37,2''; Longitude oeste: 08º 14' 15,8''; Altitude: 166m), localizada a nascente da MNH, e de Norinha (Coordenadas WGS84: Latitude norte: 37º 12' 19,7''; Longitude oeste: 08º 24' 23,5''; Altitude: 15m), localizada a sul da MNHP.

Precipitação (mm)	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ag	set	out	nov	dez
Norinha	23,2	36,2	27,0	4,0	18,6	15,0	0,0	0,0	20,0	113,2	64,0	24,2
S. B. Messines	36,0	26,4	25,4	6,4	14,6	17,2	0,4	0,0	22,4	112,2	55,6	26,0

Fonte: https://www.drapalgarve.gov.pt/.

Temperatura

No Algarve (ver figura 10), a temperatura média anual situa-se entre 17ºC, em Faro, e 15ºC, em Monchique, apresentando uma variação regular ao longo do ano, atingindo os valores menores em janeiro e os máximos em agosto. (https://www.meteopt.com/). Esta variação ao longo do ano é semelhante à registada em estações meteorológicas situadas nas proximidades da MNHP como pode ser constatado no Quadro 5.

Quadro 9 – Valores de Temperatura, no ano de 2023 nas estações meteorológicas de São Bartolomeu de Messines (Coordenadas WGS84: Latitude norte: 37º 16' 37,2''; Longitude oeste: 08º 14' 15,8''; Altitude: 166m), localizada a nascente da MNH, e de Norinha (Coordenadas WGS84: Latitude norte: 37º 12' 19,7''; Longitude oeste: 08º 24' 23,5''; Altitude: 15m), localizada a sul da MNHP.

Temperatura (º C)	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ag	set	out	nov	dez	Média
Norinha	10,5	10,6	14,2	18,6	20,3	24,3	26,1	27,3	21,4	19,3	14,7	11,0	18,2
S. B. Messines	10,2	10,8	13,8	17,8	19,4	23,3	24,6	26,2	20,4	19,8	14,6	11,5	17,7

Fonte: https://www.drapalgarve.gov.pt/.

A amplitude térmica anual, que não é muito importante na região comparativamente a outras regiões do país, variado desde um mínimo de 6,3ºC, no Cabo de S. Vicente, até um máximo de 16,5º C, em Ameixial. (https://www.meteopt.com/).

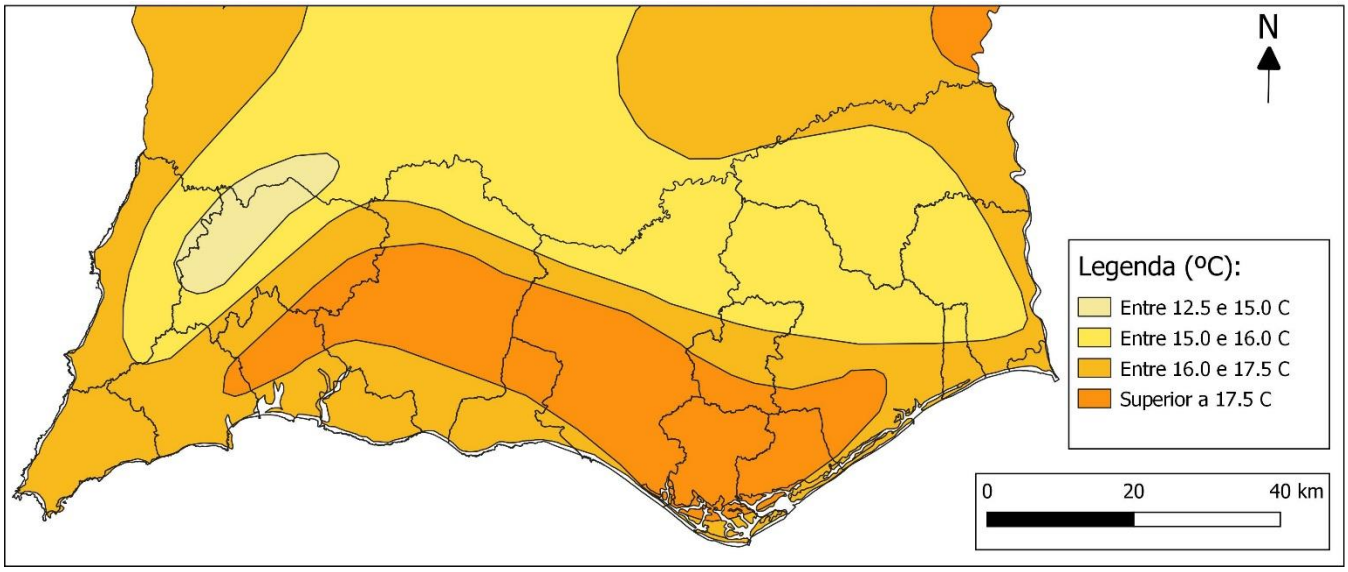


Figura 10 – Isotérmicas (Temperatura média diária do ar, valores médios anuais), Algarve

(Fonte: APA - https://sniamb.apambiente.pt/)

Os valores da evapotranspiração potencial são da ordem dos 1 250 mm, em que 48 % do total anual corresponde aos meses de Verão (junho a setembro). (https://www.meteopt.com/).

Os valores globais para as variáveis climáticas mais significativas, são os constantes do quadro 10.

Quadro 10 – Valores climáticos registados na Rede de Estações Meteorológicas Automáticas (EMAs) do Algarve

Precipitação	**Radiação solar global**	**Insolação**	**Temperatura - Valor médio**			**Evapo-transpiração**
Média anual acumulada	Valor médio anual (acima de 120 W/m2)	Valor médio anual	Anual	julho e agosto	janeiro e fevereiro	Potencial
571 l/m2	6 a 12 horas diárias sol efetivo	3300 horas	17,1	23,4º C	11º C	1.7 – 7.2 mm

(Fonte: http://www.drapalg.min-agricultura.pt/ema/images/artigos/)

A ocorrência de dias de geada é, também, fator a considerar. Tal se verifica especificamente na MNHP "Os meses suscetíveis da ocorrência de geada no Algarve são dezembro, janeiro e fevereiro, tendo a sua probabilidade de ocorrência oscilado, em média, entre 1 a 4 dias." (https://www.drapalgarve.gov.pt).

Vento

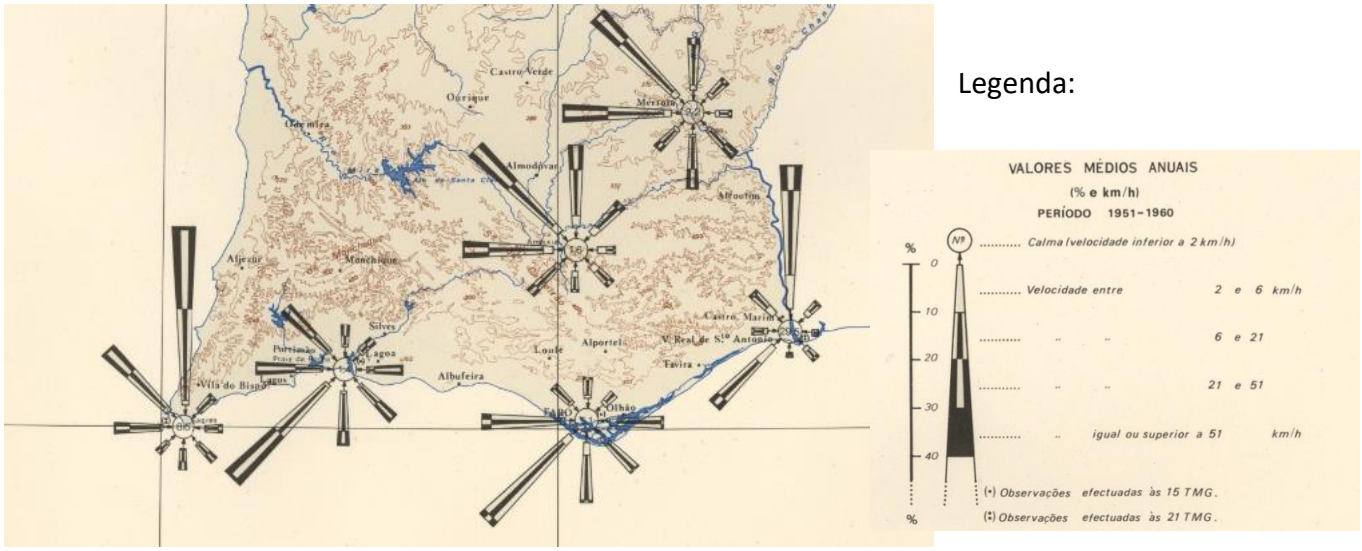


Figura 11 – Vento. Frequência do rumo e da velocidade (1951 – 1960). Sul de Portugal

(Fonte: Excerto de folha do Atlas do Ambiente – in Universidade de Coimbra: https://am.uc.pt/item/44953).

O vento apresenta, no sul de Portugal, uma variedade espacial significativa, como pode ser observado pela figura 11. Por esse motivo existiu a necessidade de obter informação para um local o mais próximo possível da MNHP, neste caso para a cidade de Silves (ver figura 12). Veio-se a constatar que apresenta valores muitos semelhantes aos registados na estação meteorológica de Ameixial (ver figura 11), localizada a nascente, no interior algarvio. A maior parte do ano o vento sopra entre os rumos norte e oeste, apresentando uma predominância nítida do quadrante. Em relação às restantes direções os valores são pouco significativos (ver figura 12).

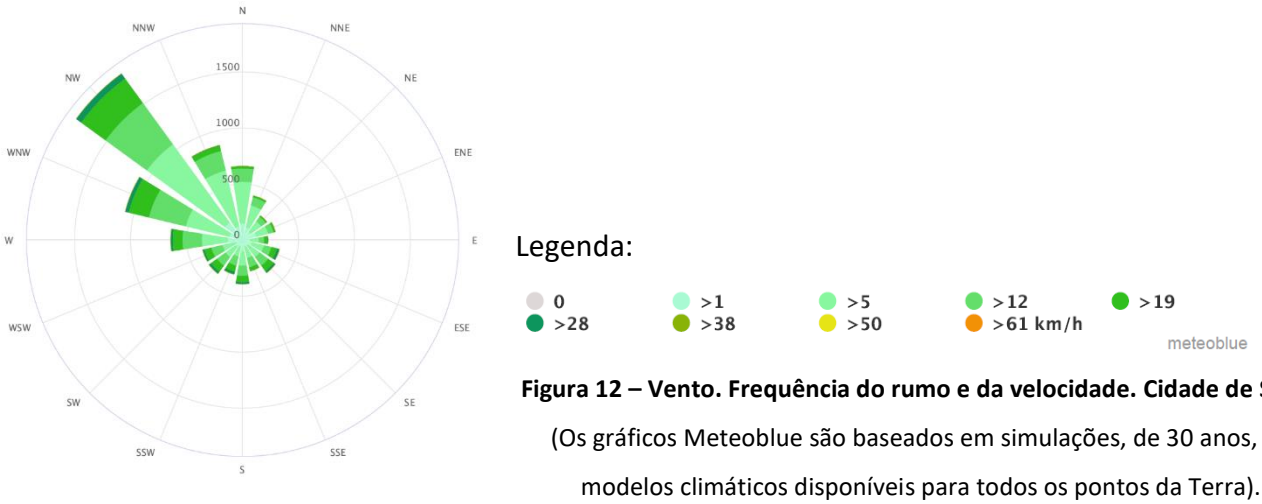


Figura 12 – Vento. Frequência do rumo e da velocidade. Cidade de Silves

(Os gráficos Meteoblue são baseados em simulações, de 30 anos, de modelos climáticos disponíveis para todos os pontos da Terra).

(Fonte: https://www.meteoblue.com/)

2.3 Hidrografia

A MNHP insere-se na Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve. Todas as linhas de água aqui existentes (ver figura 13), com exceção da linha de água que corre no Barranco da Parra, possuem caráter temporário.

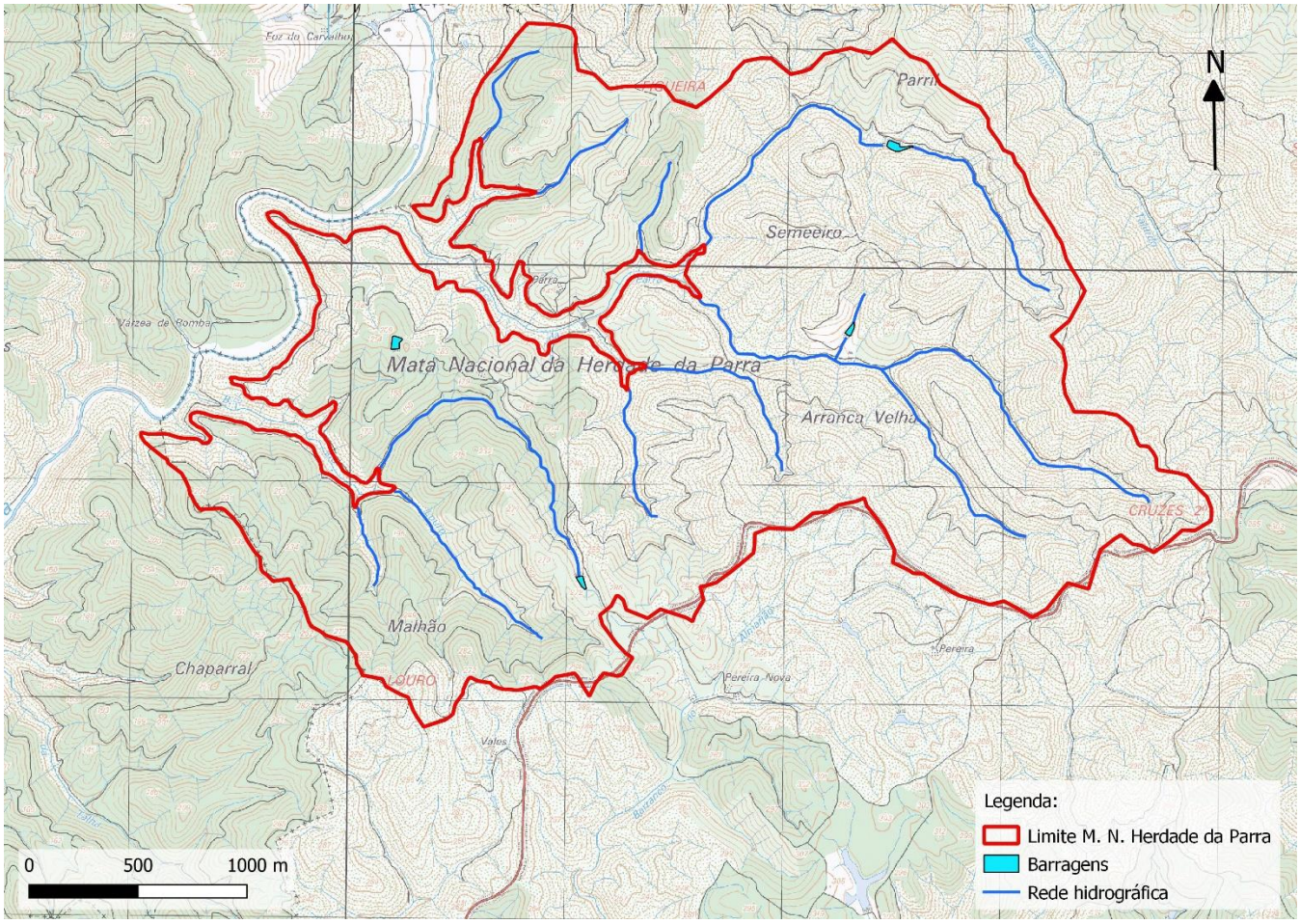


Figura 13 – Carta da rede hidrográfica na Mata Nacional da Herdade da Parra

As barragens aqui existentes apresentam, geralmente, água durante todo o ano e são de grande importância para a fauna durante o período estival. A barragem localizada junto à entrada da MNHP que conduz ao Chalé serve também para abastecimento de água à referida habitação. Por se encontrarem em vales encaixados e/ou possuírem reduzida dimensão não são passiveis de serem utilizadas por meios aéreos no combate aos incêndios rurais.

2.4 Solos

A MNHP é constituída por litossolos dos climas de regime xérico, também designados de solos incipientes, derivados de xistos ou grauvaques (Ex). Existem alguns aluviões e solos agrícolas cuja área é 0,59 ha. Em síntese, pode afirmar-se que a MNHP apenas tem aptidão florestal.

Pela análise da Carta de Capacidade de Uso (ver figura 14 e mapa 5 do anexo 7) constata-se que a MNHP, bem como grande parte da Serra de Silves, apresenta unicamente aptidão para pastagem e/ou floresta de proteção. A classe de capacidade de uso do solo é a E, a qual apresenta fortes limitações, tanto a nível da erosão (fortes declives), como na estrutura do solo (elevada percentagem de elementos grosseiros facilmente desagregáveis, com grande limitação para a retenção e disponibilização de água e nutrientes).

Os solos da classe E são definidos por:

- Espessura efetiva reduzida, por vezes reduzida a 15 cm;
- Riscos de erosão muito elevados, quer pela pluviosidade, quer pelo fator eólico;
- Deficiência de água durante o período estival;
- Limitações muito severas;
- Não suscetíveis de utilização agrícola;
- Severas e muito severas limitações para pastagens, matos e exploração florestal;
- Aptidão para vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação ou não suscetível de qualquer utilização.

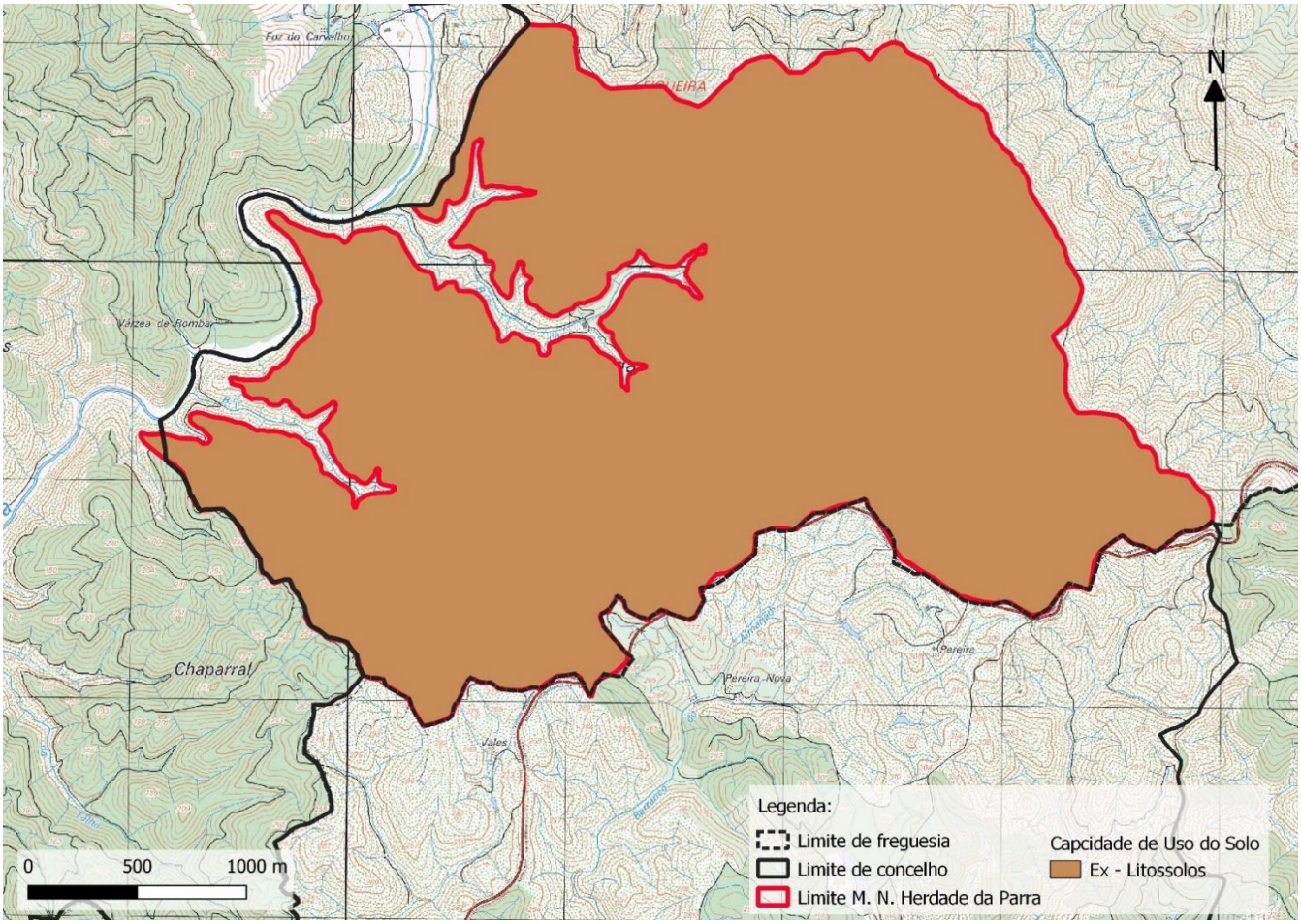


Figura 14 – Carta de Capacidade de Uso do solo da Mata Nacional da Herdade da Parra

(Fonte: Instituto de Hidráulica, Engenharia rural e recursos naturais e ambiente, Direção de serviços dos recursos naturais e aproveitamentos hidroagrícolas, Divisão de solos)

Na MNHP, resultante da existência de solos finos e declives acentuados, algumas áreas apresentam com afloramentos rochosos com alguma dimensão.

2.5 Fauna, flora e *habitats*

A caracterização da fauna e flora é realizada considerando as regiões biogeográficas, a sensibilidade dos solos à degradação provocada pela erosão e a aptidão forrageira. Permite assim avaliar de modo integrado a sustentabilidade do sistema para suportar a vida vegetal e animal, tanto em termos de preservação dos ecossistemas como de produção.

Dado a sua localização geográfica, fisiografia, tipo de cobertura florestal e estatuto de proteção da região (ZEC PTCON0037 – Monchique) onde se encontra a MNHP, nomeadamente devido à presença de

habitats e/ou espécies de flora e fauna com estatuto de proteção e outras, as orientações de gestão são dirigidas para um aumento dessa diversidade e das características naturais que permitem albergar os valores aí existentes.

2.5.1. Fauna

A fauna, e em especial a avifauna, tem elevada importância e valor ecológico na área em estudo. No Anexo 1 pode encontra-se uma listagem de espécies silvestres com interesse para naturalistas e ornitólogos, que ocorrem na MNHP destacando-se as espécies alvo de orientações de gestão constantes na Diretiva 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009. A proteção dos exemplares das espécies faunísticas, deve ser tida em consideração no planeamento da gestão florestal desta área.

A MNHP é toda ela uma reserva de caça estando sinalizada como área de refúgio. Evidencia-se a presença de algumas espécies cinegéticas, das quais se destacam o veado (*Cervus elaphus* ssp *hispanicus*), a perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), o pombo-bravo (*Columba oenas*), o pombo-torcaz (*Columba palumbus*), a rola-comum (*Streptopelia turtur*), a raposa (*Vulpes vulpes*), coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) e o javali (*Sus scrofa*).

As espécies cinegéticas consideradas de maior interesse para a região, são o veado e o javali. Existem momentos em que estes registam valor de densidade algo elevada. Esta situação tem como consequência a redução da capacidade de regeneração natural de diferentes espécies, especialmente do sobreiro. No caso javali sobretudo por se alimentar das bolotas e do veado por comer e/ou arrancar as plantas jovens. Este problema é mais facilmente percecionado no decorrer de projetos silvícolas de reflorestação. Daqui resulta que, excecionalmente, poderá ser autorizado o exercício de ato venatório, respeitando o disposto na Portaria n.º 91/98 de 21 de fevereiro, nos seus artigos 4.º e 5.º, e no artigo 113.º do Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de agosto com a atual redação.

Das comunidades de vertebrados destacam-se os Répteis e Anfíbios pela sua abundância e variedade, muito superior às zonas circunvizinhas da serra. As espécies citadas fazem parte duma lista apresentada por BORGES, (1981) para a serra de Silves e que ocorrem na MNHP. A lista consta do anexo 2.

As espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Decreto-lei nº 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, estão representadas no quadro 11 (ver também anexo 4):

Quadro 11 – Espécies da Fauna presentes na Mata Nacional da Herdade da Parra

CODIGO ESPÉCIE	**ESPÉCIE** (* espécie prioritária)	**ANEXOS**
1078	** Callimorpha quadripunctaria*	II
1065	*Euphydryas aurinia*	II
1128	*Chondrostoma lusitanicum*	II
1221	*Mauremys leprosa*	II, IV
1259	*Lacerta schreiberi*	II, IV
1355	*Lutra lutra*	II, IV
1362	*Lynx pardinus*	II, IV
1338	*Microtus cabrerae*	II, IV
1310	*Miniopterus schreibersi*	II, IV
1307	*Myotis blythii*	II, IV
1304	*Rhinolophus ferrumequinum*	II, IV
1303	*Rhinolophus hipposideros*	II, IV

(Fonte: PSRN2000, ICNB)

Existem ainda outras espécies, as quais se apresentam no anexo 1.

2.5.2. Flora

De acordo com um levantamento da flora na MNHP, realizado na primavera de 2009, atualizado em 2022 (ver elenco florístico, anexo 3), o coberto vegetal reflete toda a diversidade de fatores abióticos e bióticos presentes. Contudo, e apesar do fraco grau de conservação em que o coberto vegetal se encontra, identificam-se no território algumas fitocenoses de interesse para a conservação da natureza. No que concerne à vegetação climatófila, são potenciais os sobreirais termomediterrâneos sub-húmidos: *Teucrio baetici-Quercetum suberis rotundifoliae Sigmetum*. A etapa clímax desta série de vegetação corresponderá minoritariamente ao sobreiral existente na MNHP. Foi impossível assinalar a presença de uma formação de bosque bem conservada. Restam apenas fragmentos em zonas de difícil acesso, algo degradadas. Na restante área pontificam as etapas de maior degradação da série: os medronhais de *Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis* onde marcam presença espécies como o medronheiro (*Arbutus unedo* L.), a aroeira (*Pistacia lentiscus* L.), o aderno (*Rhamnus alaternus* L.), o

lentisco (*Phillyrea angustifolia* L.), a Urze-arbórea (*Erica arborea* L.) e ainda os estevais de *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi*, dominados por *Cistus ladanifer* (esteva), *Cistus salviifolius* L. (sargaço), *Genista hirsuta* (tojo-do-sul), *Lavandula luisieri* (rosmaninho) e *Lavandula viridis* L'Hér (rosmaninho-verde). Devido à atlanticidade deste território, estes estevais enriquecem-se de urzes e tojos, onde pontificam elementos como *Erica australis* L*., Ulex argenteus* Welw. ex Webb*, Genista triacanthos* Brot. e *Stauracanthus boivinii* (Webb) Samp. (Rivas-Martinez, 1980)

No que concerne aos matos pré-florestais, a sua presença não é muito expressiva, em claro contraponto com os estevais/rosmaninhais, indicadores de degradação do solo, que dominam estas paisagens.

Relativamente à vegetação higrófila, estão presentes loendrais, tamargais e tamujais dominados por *Nerium oleander* L. e *Tamarix africana* Poir. em diversas combinações. Estes matagais são típicos dos leitos de estiagem dos rios mediterrânicos de caudal muito irregular, com escoamento torrencial no inverno e seca prolongada no verão. Nas linhas de água de menor torrencialidade surgem em mosaicos, freixiais de *Fraxinus angustifolia* Vahl. e juncais de *Scirpoides holoschoenus* (L.) Soják. Nos leitos de cheia, marcam presença salgueirais, dominados por *Salix atrocinerea* Brot. e *Salix salviifolia subsp. australis* Franco. Nas áreas confinantes com a MNHP, que anteriormente lhe pertenciam e que foram expropriadas para a construção da Albufeira da Barragem de Odelouca, nos caudais permanentes com águas oxigenadas existem amiais, onde dominam espécies como o Salgueiro (*Salix spp)*. Como etapa de substituição a estes bosques higrófilos apresentam-se silvados de *Lonicero hispanicae-Rubetum ulmifoliae*, dominados por *Rubus ulmifolius* Schott.

A vegetação helofítica e megafórbica surge em mosaico com os silvados e é resultante da degradação e do excesso de nitratos no solo, substituindo competitivamente os freixiais e os respetivos matagais e prados subseriais. Constituem portanto a vegetação megafórbica representada na área.

Foi diagnosticada a presença ou a potencialidade de ocorrência de taxa de interesse comunitário para a conservação. Destes *taxa* destacam-se:

Plantas do Anexo V – espécies vegetais de interesse comunitário cuja captura ou colheita na natureza e exploração podem ser objeto de medidas de gestão: *Ruscus aculeatus* L.. O restante elenco florístico onde foram passíveis de identificar 107 taxa vegetais divididos por 45 famílias botânicas é apresentado

no anexo 3. Salienta-se que a família das *Asteraceae* (11 %) é a mais numerosa, seguida das *Fabaceae* (8 %) e *Poaceae* (7 %).

A serie de vegetação mais significativa é a *Myrtus communis – Quercetum suberis.*

As espécies da Flora constantes do anexo B-II, B-IV e B-V do Decreto-lei nº 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual e presentes (ver anexo 4) são as que constam no Quadro 12:

Quadro 12 – Espécies da Flora presentes na Mata Nacional da Herdade da Parra

CODIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1785	*Centaurea fraylensis*	II, IV
1434	*Salix salvifolia ssp. australis*	II, IV
1849	*Ruscus aculeatus*	V

(Fonte: PSRN2000, ICNB)

2.5.3 *Habitats*

O *habitat* é o "ponto no espaço ambiental cujas dimensões são definidas por variáveis ambientais, incluindo *recursos* (nutrientes, presas, etc.), *riscos* (predadores, substâncias tóxicas, etc.) e *condições* (temperatura, humidade, etc.)" (Matthiopoulos el al., 2020) onde um organismo sobrevive e se reproduz.

Dada a elevada riqueza biológica apresentada, é de notar a presença de comunidades, espécies e *habitats* (ver anexo 4) que constam do Decreto-lei nº 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Quadro 13 – *Habitats* Naturais e seminaturais presentes na Mata Nacional da Herdade da Parra

Código	*Habitats* Naturais e semi-naturais
4030pt5	Urzais-estevais-tojais baixo alentejano-monchiquenses e algarvios
6220pt5	Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*
5330pt3	Medronhais
5330pt4	Matagais com *Quercus lusitanica*
92A0pt5	Salgueirais arbustivos de *Salix salviifolia ssp. australis*

(Fonte: Plano de Gstão da ZEC e ZPE Monchique, ICNF)

De acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (ICNB, 2006), complementado com avaliação do local, os tipos de *habitat* ocorrentes na MNHP, são:

- Urzais-estevais-tojais baixo alentejano-monchiquenses e algarvios, código 4030pt5, caracterizadas pela presença de urzais-estevais e tojais-estevais mesofilos ou de solos hidricamente compensados; composição florística variável. Pretende-se manter a área de ocupação deste *habitat* e melhorar o seu grau de conservação;

- Medronhais, código 5330pt3, caracterizado por matagais altos dominados por *Arbutus unedo* e *Erica arbórea*, de características pré florestais, ocorrendo aqui como primeira etapa de degradação dos bosques de *Quercus suber*, ou de carvalhais de *Quercus faginea*. Outros arbustos co-dominantes incluem a *Phillyrea angustifólia*, *P. latifólia*, *Quercus coccifera*, *Rhamnus olioides*, *Pistacea lentiscus* entre outros. Devido à frequente ocorrência de incêndios rurais, em conjunção com atividades de desmatação, as florestas climácicas foram progressivamente degradadas, do que resulta que este *habitat* ocorre hoje frequentemente em mosaico com outras formações vegetais que correspondem a etapas mais ou menos evoluídas da sucessão ecológica, sejam estes charnecas de matos ou bosquetes de sobreiro residuais. Deverá ser mantido este *habitat* procurando estimular a sua evolução de forma a recuperar as florestas de sobreiro;

- Matagais com *Quercus lusitânica*, código 5330pt4. Corresponde a matos baixos, em tapete, dominados por *Quercus lusitânica*. Podem ocorrer outras espécies associadas, por exemplo *Stauracanthus boivinii*, encontrada no local. Este *habitat* corresponde a uma etapa da sucessão ecológica associada às florestas de *Quercus suber*. Na MNHP, ocorre pontualmente, sobretudo nos topos das colinas, em mosaico com medronhais ou charnecas secas. Deverá ser garantida a manutenção deste *habitat* pelo devido ajustamento da gestão de combustíveis nas zonas em que ocorre;

- Salgueirais arbustivos de *Salix salviifolia ssp. australis*, código 92A0pt5, galerias ribeirinhas mediterrânicas dominadas por salgueirais de porte tendencialmente arbustivo. Na MNHP encontramos salgueirais, em estado de conservação razoável, prevendo-se ainda assim, uma melhoria dos troços degradados, através da limpeza de silvados, remoção de alguma árvore morta

e introdução pontual de choupo branco (*Populus alba*) e/ou outras variedades de Salgueiro (*Salix spp*.) nos locais possíveis, sem intervenção mecânica;

- Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea (Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas e Arrelvados vivazes silicícolas de Brachypodium phoenicoides).

Os *habitats* em geral funcionam como sequestradores de carbono; regulam o clima, o ciclo da água e dos nutrientes, retêm o solo, produzem madeiras, lenha e cortiça, e contribuem para a estética da paisagem.

2.5.4 Séries de vegetação

A paisagem é composta por mosaicos de comunidades vegetais em que predominam os biótopos homogéneos e ambientalmente análogos que correspondem a uma única sequência sucessional de etapas e a um único tipo de comunidade vegetal clímax. A esta unidade elementar de sucessão ecológica dá-se o nome de "série de vegetação"(Rivas-Martinez, *et al* (1980).

Num contexto biogeográfico, segundo Costa, J.C. *et al* (1998), em trabalho desenvolvido a partir de Rivas–Martinez *et al (Biogeografia de la Peninsula Ibérica, Islas baleares y Canárias, 1990)*, a MNHP pertence à Região Mediterrânica, Sub-Região Mediterrânea Ocidental, Superprovíncia Mediterrânea Ibero-atlântica, Província Gaditano-Onubo-Algarviense, Sector Algarviense, Superdistrito Costeiro Vicentino, cujo código é 4C1, apresentando as características que de seguida se explanam.

Região Mediterrânica:

Clima em que escasseiam as chuvas de verão, podendo no entanto, haver excesso de água nas outras estações. Desde que o clima não seja excessivamente frio (devido à altitude) ou seco, observam-se bosques e matagais de árvores e arbustos de folhas planas, pequenas, coriáceas e persistentes (esclerófilas) como o carrasco (*Quercus coccifera*), sobreiro (*Quercus suber*), azinheira (*Quercus rotundifolia*), como também o zambujeiro (*Olea europaea var. sylvestris*), aroeira (*Pistacia lentiscus*), alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*), espinheiro-preto (*Rhamnus oleoides*), sanguinho-das-sebes (*Rhamnus*

alaternus), palmeira-das-vassouras (*Chamaerops humilis*), loureiro (*Laurus nobilis*), aderno (*Phillyrea latifolia*) e lentisco bastardo (*Phillyrea angustifolia*).

Superprovíncia Mediterrânico-Iberoatlântica:

Os solos que predominam são derivados de substratos siliciosos surgindo sedimentos calcários, dolomíticos e arenitos do Mesozóico em pequenas áreas, albergando uma flora antiga e endémica. A sua vegetação inclui flora antiga e rica em endemismos. De grande variabilidade bioclimática, possui uma vegetação individualizada e particular. Temos como exemplos, os bosques esclerófitos, as orlas florestais, a vegetação ripícola de salgueirais de porte arbustivo e os amiais não pantanosos, bem como as zonas relvadas vivazes em solos profundos dominados por gramíneas.

Sector Algarviense:

Território litoral, de baixa altitude, termomediterrânico seco e sub-húmido, que se situa desde Melides, fazendo fronteira pelas Serras de Grândola, Cercal, Espinhaço de Cão, calcários do Barrocal algarvio até à Flecha Del Rompido em Espanha. Tem como táxones endémicos *Biscutella vincentina, Cistus ladanifer subsp. striatus, Dittrichia viscosa subsp. algarbiensis, Iberis sampaioana, Thymus camphoratus, e Stauracanthus spectabilis subsp. vicentinus*.

Superdistrito Promontório Vicentino:

É uma área mediterrânica xerofítica hiperoceânica no andar termomediterrânico, seca inferior e semiárida, onde se encontram algumas dunas fósseis. *Astragalus tragacantha subsp. vicentinus, Hyacinthoides vicentina subsp. vicentina, Silene rothmaleri e Ulexerinaceus* são os táxones endémicos desta unidade biogeográfica, sendo também endémicas as comunidades *Ulicetum erinacei e Astragaletum vicentini. O Cistus ladanifer subsp. striatus, Iberis contracta subsp. welwitschii, Viola arborescens, Teucrium vicentinum, Thymus camphoratus, Genista hirsuta subsp. algarbiensis e Calendula suffruticosa subsp. tomentosa* são espécies que ajudam também a caracterizar este Superdistrito.

No território ocorrem ainda as seguintes associações: *Querco cocciferae-Juniperetum turbinatae, Osyrio quadripartitae-Juniperetum turbinatae, Rubio longifoliae-Coremetum albi, Stipo giganteo-Stauracanthetum vicentini, Phlomido purpureae-Cistetum albidi, Artemisio crithmifoliae-Armerietum pungentis, Loto cretici-Ammophiletum australis, Limonietum ferulacei e Salsolo vermiculati-Lycietum intricati.*

2.6 Pragas e plantas invasoras

2.6.1 Plantas invasoras

Não há registo de plantas invasoras, no entanto, sempre que surgir erradicar logo que detetada, de forma a conter a sua progressão.

2.6.2 Pragas

Quanto a pragas, verifica-se a presença da *Thaumetopoea pityocampa* (processionária) no pinhal, cujo nível de ataque é médio, variando anualmente de acordo com a precipitação e calor verificado nesse ano.

Nos últimos anos tem-se verificado uma mortalidade elevada no Pinheiro-bravo, situação a que não é alheio o facto da ocorrência do grande incêndio de 2018. Aparentemente a existência de muitas árvores afetadas potenciou a evolução em praga de muitos dos escolítideos endémicos: *Ips sexdentatus* (bóstrico grande), *Orthotomicus erosus* (bóstrico pequeno) e *Tomicus piniperda* (Hilésina do pinheiro). Esta situação requer redobrada atenção no tratamento imediato dos núcleos onde se verifica mortalidade mediante o corte e retirada do material infetado.

Não há registo do *Bursaphelenchus xylophilus* (nemátodo da madeira do pinheiro) na área da MNHP, mas há registo em áreas próximas, pelo que deverão desde já ter ações de monitorização mais frequentes de forma a uma rápida atuação na retirada e queima de árvores sintomáticas.

Pontualmente ocorre o *Pissodes castaneus* (gorgulho pequeno do pinheiro), mas com pouca expressão.

No sobreiro registam-se ocorrências de *Diplodia mutila*; *Biscogniauxia mediterrânea* ou *Hypoxylon mediterraneum* (carvão do entrecasco) em reduzidos níveis de ataque, além das *Coroebus florentinus* (cobrilha dos ramos) e *Coroebus undatus* (cobrilha da cortiça). Nas restantes espécies presentes na MNHP não se verificam quaisquer pragas.

2.7 Incêndios rurais, cheias e outros riscos naturais

2.7.1 Incêndios rurais

A MNHP está localizada numa mancha florestal na transição entre a Serra de Monchique (a oeste) e a serra de Silves (a leste). Trata-se de uma área ciclicamente afetada por ocorrências de incêndios rurais de grande desenvolvimento territorial. Historicamente (1983, 2003 e 2018) este tipo de ocorrência tende a ter origem a norte/noroeste desta área, nomeadamente no território do concelho de Monchique, desenvolvendo enormes intensidades, facto que limita significativamente as possibilidades de combate direto nas linhas de progressão noroeste/sudeste que atravessam a área da MNHP. Neste sentido têm sido desenvolvidas estratégias de gestão de combustíveis tendentes à mitigação dos indicadores de comportamento do fogo (intensidade de frente, comprimento de chama e taxa de propagação) localizadas nos limites perimetrais (faixa de gestão de combustível localizada ao longo de todo o perímetro norte da área), tendo também sido dada preferência a intervenções de gestão (como é exemplo o atual projeto de investimento em curso) que permitam reduzir a carga de combustível nas áreas internas da MNHP. Além destas intervenções tendentes à redução estratégica da carga de combustível tem sido dada também particular atenção a manutenção das infraestruturas viárias no sentido de garantir o acesso eficaz de meios de combate de diferentes tipos às diferentes partes da MNHP. Todas estas estratégias e a sua integração territorial, não garantindo absolutamente a salvaguarda da área contra os incêndios rurais, deverão criar condições de maior resiliência aquando da ocorrência de um evento deste tipo, através da criação de condições mais propícias a possíveis manobras de combate.

O primeiro incêndio na MNHP ocorreu em agosto de 1983 e afetou toda a área. Decorridos 20 anos, em agosto de 2003, regista-se um novo incêndio, que afetou fortemente o povoamento de Pinheiro-bravo, na altura com 18 anos de idade, e o sobreiral, tendo afetado igualmente toda a sua área.

O incêndio de 2018 afetou 495,49 ha (58,6 %), atingindo áreas localizadas essencialmente no centro e leste da MNHP. Até à presente data, não foi registada mais nenhuma ocorrência. De acordo com os dados disponíveis, elaborou-se um mapa de registo de ocorrências desde 2000 a 2021, o qual se apresenta na figura 15 e no mapa 6 do anexo 7.

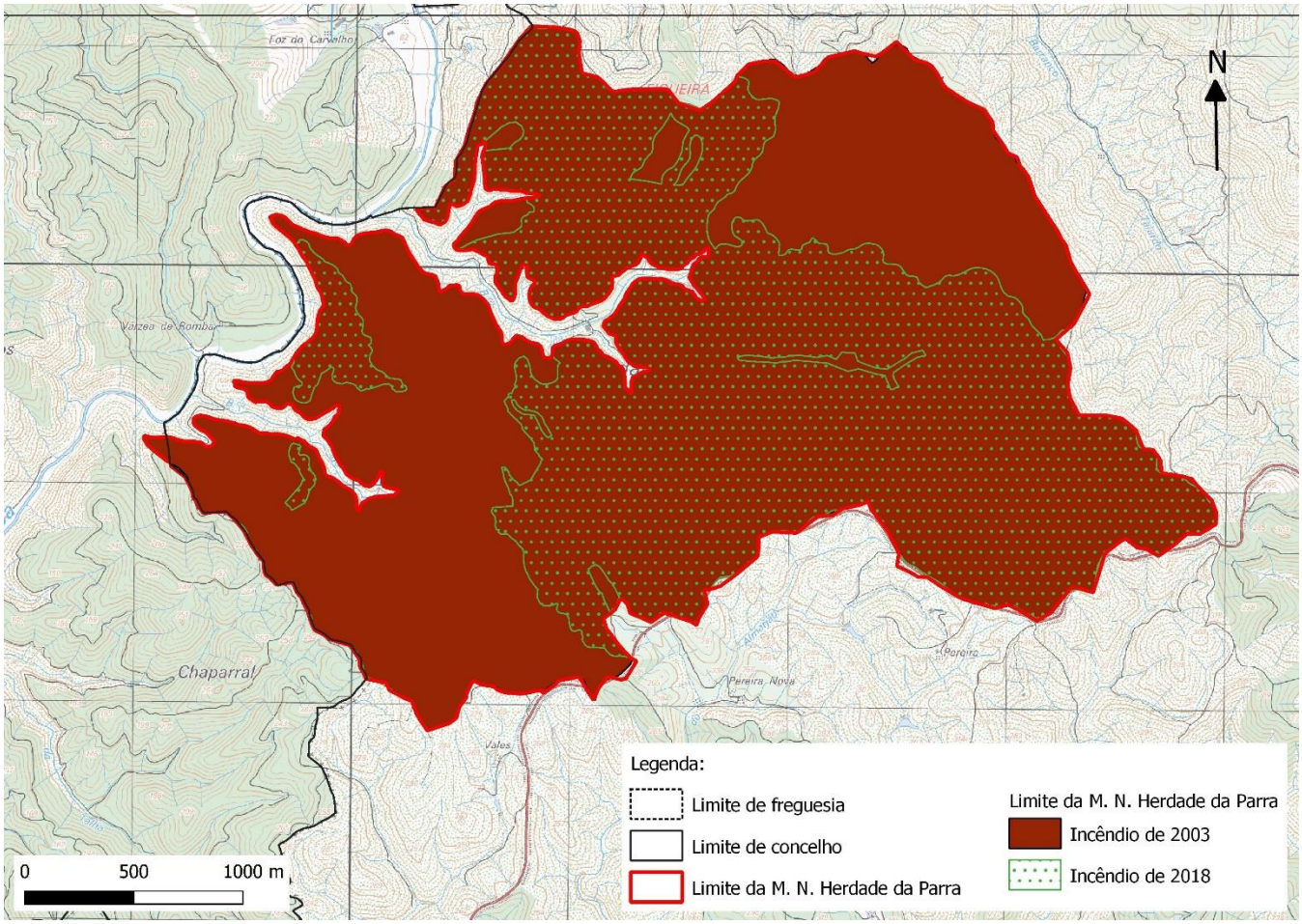


Figura 15 – Registo de ocorrências, no período de 2000-2021, na Mata Nacional da Herdade da Parra

(Fonte: https://geocatalogo.icnf.pt/)

2.7.2 Cheias

De cheias não existem registos, não se prevendo que venham a ocorrer. Quanto a outros riscos naturais, verificam-se aluimentos e ravinamentos, que ocorrem em geral nos caminhos, coincidindo com a ocorrência de elevadas precipitações.

2.7.3 Erosão

Segundo a carta da REN do concelho de Silves (ver figura 16) a MNHP localiza-se em solos classificados como: Áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo (ERO). As áreas de maior valor de altitude, localizadas a sul e sudeste, enquadram-se na classe Cabeceiras de linhas de água + Áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo (CAB+ERO).

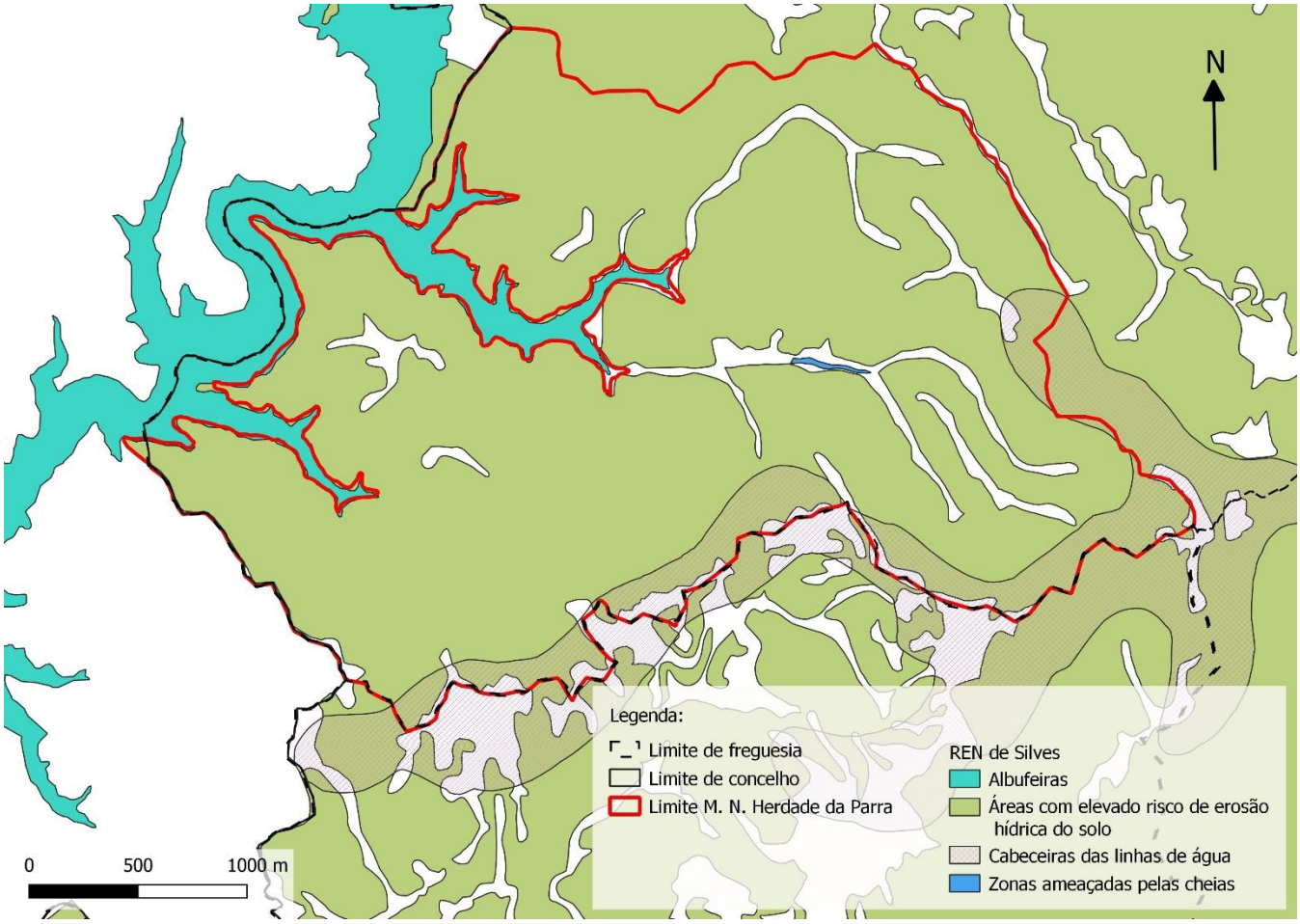


Figura 16 – Risco de erosão na Mata Nacional da Herdade da Parra

(Fonte: https://idealg.ccdr-alg.pt/ren.aspx)

Como forma de reduzir o risco de erosão seria importante a manutenção do coberto vegetal. Desta forma, as ações de controlo de vegetação espontânea, deverão ser planeadas e executadas de forma a garantir alguma vegetação.

3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS

3.1 Restrições de utilidade pública

A MNHP encontra-se abrangida em diversas categorias de espaços pertencentes às servidões administrativas e às restrições de utilidade pública. No Quadro 14 encontram-se descritas as principais

condicionantes na MNHP, assim como a respetiva área (ver também figura 17 e no mapa 7 do anexo 7). Os sítios arqueológicos, linhas de alta tensão, oleodutos e gasodutos, e áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN), não ocorrem.

Quadro 14 – Principais condicionantes na Mata Nacional da Herdade da Parra

Condicionante	Superfície (ha)	Superfície (%)	Enquadramento legal
Regime florestal	845,51	100,00	DL nº 61/82 de 26/5
REN (Reserva Ecológica Nacional)	808,12	95,08	DL n.º 166/2008 de 22/8
Zona de Proteção Especial (ZPE) – Rede Natura (RN) 2000 (ZPE PTCON0037 - Monchique)	815,10	96,40	Zona de Proteção Especial (ZPE) Monchique e do Caldeirão: DR nº10/2008 de 26/3
Zona Especial de Conservação (ZEC) – Rede Natura (RN) 2000 (ZEC PTCON0037 - Monchique)	153,24	18,12	Lista Nacional Sítios: RCM 142/97, de 28/08 ZEC: DR n.º 1/2020, de 16/03
*Habitats**			
53330pt3	90,52	5,88	
5330pt3+4030pt5	0,71	27,96	
5330pt3+4030pt5+6220pt5	49,56	6,09	
5330pt3+5330pt4	3,24	26,11	
5330pt3+6220pt5	1,78	0,56	
92AOpt5	2,62	0,54	
92A0pt5+5330pt3	3,31	0,93	
	1,5	0,18	
Plano de Ordenamento da Albufeira (POA) Odelouca – Zona terrestre de proteção (500m a partir do NPA)	389,00	46,01	Decreto-Lei n.º 107/2009 de 15/5 Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2009 de 25/9
Área de Proteção da Albufeira da Barragem de Odelouca (50m a partir do NPA)	55,07	6,51	
Linhas água torrenciais ou temporárias (ver Fig. 13): • Extensão • Área de proteção 5m	12,08 Km 12,16	1,44	Portaria n.º 15-A/2028, de 12 de janeiro
Áreas percorridas por incêndios: 2003	844,51	100,00	Decreto-Lei n.º 54/1991 de 08/08, na sua versão atual

2018	495,49	58,60	
Vértices geodésicos (Figueira e Cruzes)	0,09	0,01	Lei nº 143/82, de 26/4
Rede primária de faixas de gestão de combustível (RPFGC) - ver Fig. 20 Rede secundária de gestão de combustível (RSFGC) - ver Fig. 20	58,28 3,90	6,89 0,46	Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13/10, na sua versão atual
Áreas com presença de Sobreiros e/ou Azinheiras	599,72	70,93	Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25/05, na sua versão atualizada
Estrada Municipal 502	1,48	0,17	Lei nº 2110 de 19/8/1961

* Valores não oficiais, obtidos pelos Técnicos da DPGAPF Algarve recorrendo ao QGis e Cartografia disponível

A MNHP foi submetida ao regime florestal total em 1982, pelo Decreto-Lei n.º 61/82 de 26 de maio.

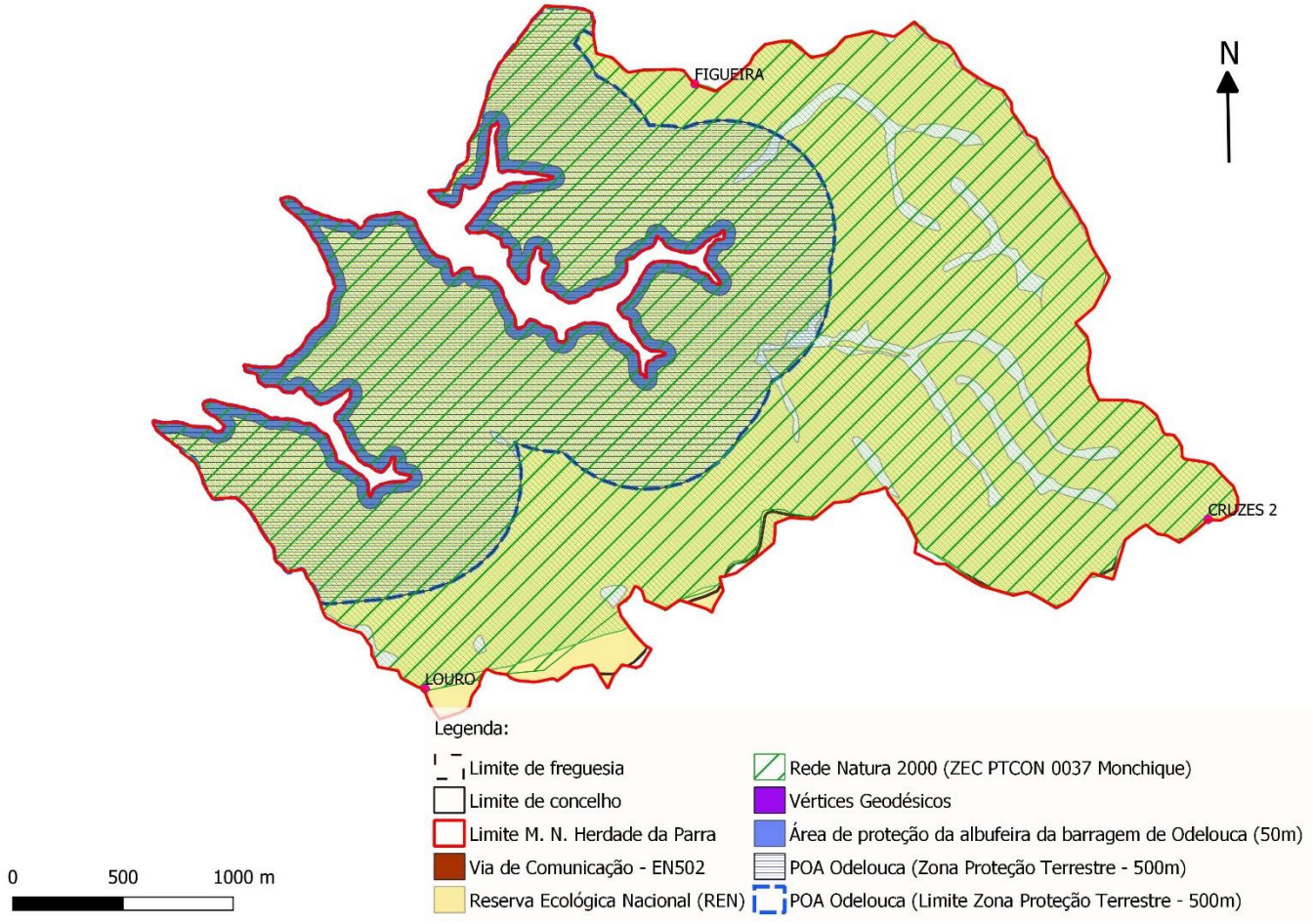


Figura 17 – Restrições de Utilidade Pública na Mata Nacional da Herdade da Parra

A Reserva Ecológica Nacional (REN) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 321/83, de 7 de maio. Mais tarde o Decreto-Lei 166/2008, de 22/08, permitiu clarificar e objetivar as tipologias de áreas integradas na REN, estabelecendo os critérios para a sua delimitação, assinalando as respetivas funções e identificando os usos e as ações que nelas são admitidos. Foram introduzidas, posteriormente, alterações pelo Decreto-Lei 124/2019, 28/08, onde foram introduzidas alterações significativas em matéria de objetivação dos conceitos, de agilização e simplificação dos procedimentos administrativos, bem como de partilha de competências e de responsabilidades entre as entidades intervenientes aos níveis nacional, regional e municipal. Foi, também, a partir dessas alterações, introduzidas em 2008, que passou a estar previsto que, daí em diante, as delimitações da REN deveriam obedecer às Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais (OENR).

Por último devem-se adicionar as alterações entretanto introduzidas pelo Decreto-Lei 11/2023, de 10/02, que visava, iniciar a reforma de simplificação dos licenciamentos existentes, através da eliminação de licenças, autorizações, atos e procedimentos dispensáveis ou redundantes face à tutela dos recursos ambientais, simplificando a atividades das empresas sem comprometer a proteção do ambiente.

O grande objetivo da criação da REN foi garantir a proteção de ecossistemas e a utilização racional dos recursos naturais, tendo em vista o correto ordenamento do território. Visa ainda assegurar as condições necessárias à estabilidade e sobrevivência a longo termo das entidades biológicas e *habitats*, privilegiando a conservação da biodiversidade e a diversidade da paisagem tradicional ecologicamente equilibrada. Neste contexto, os espaços de proteção têm como objetivo gerir as áreas que possuem elevadas potencialidades para a conservação da natureza (por reunirem valores geológicos, ecológicos e paisagísticos de grande valor e que se encontram pouco intervencionados) e áreas que pelas suas características e potencialidades deverão ser protegidas de determinadas intervenções e ocupações que colidam com os interesses de conservação (zonas de risco, zonas degradadas adjacentes a áreas bem preservadas, etc.). A REN prossegue um compromisso de elementar importância no ordenamento do território, no sentido de contribuir para a adaptação dos territórios e para a sua maior resiliência. Este compromisso reveste-se hoje de extrema acuidade, quando a Península Ibérica está já sinalizada como um *hotspot* para os impactos das alterações climáticas e, assim, o nosso país encontra-se especialmente vulnerável aos riscos naturais em termos de impacto sobre as atividades sócio económicas e sobre a vida humana.

No que respeita às áreas da MNHP que integram a REN consistem, de acordo com a tipologia expressa no Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto, na sua redação atual, Artigo 4.º, em: Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (grande parte da área da MNHP); Faixa de proteção das Albufeiras (Zona terrestre de proteção – 500 m a partir do NPA); Zonas ameaçadas pelas cheias (pequeno troço do barranco da Parra); Cabeceiras das linhas de água (Faixa que se estende, ao longo do limite da MNHP, entre o vértice geodésico do Louro e 1 300m a noroeste do vértice geodésico das Cruzes). Nestas áreas diversos usos são condicionados e alguns proibidos, nomeadamente são proibidas as ações que induzam ou agravem a erosão do solo, tais como operações de preparação do solo com fins agrícolas ou silvo-pastoris que incluam mobilização segundo a linha de maior declive.

Analisando os estatutos de proteção, evidencia-se que a quase totalidade da MNHP integra a REN apresentando alguma diversidade, quer do ponto de vista paisagístico, quer do ponto de vista ecológico, registando uma orografia caracterizada genericamente por cumeadas cortadas por barrancos fundos e linhas de água temporárias, que albergam diversidade de *habitats*. Pretende-se salvaguardar a qualidade dos recursos naturais existentes (água, flora, fauna, solo, paisagem, entre outros), permitindo simultaneamente a sua utilização.

Nas intervenções florestais, sejam de arborização ou rearborização, devem ser adotadas soluções que assegurem a retenção da água, um adequado padrão de diversidade biológica e paisagística, e evitem a erosão do solo. As ações de arborização e rearborização foram enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 96/2013 de 19 de julho, na sua redação atual, permitiu identificar a necessidade de ajustar competências e uniformizar procedimentos e ainda diminuir os prazos de comunicação do início de execução das ações de arborização e rearborização.

A totalidade da MNHP (Figura 17 e no mapa 7 do anexo 7) integra a Zona de Proteção Especial (ZPE) "Monchique" – PTZPE0037, e cerca de 18,12 % está inserida na Zona Especial de Conservação (ZEC) "Monchique" – PTCON0037. A ZEC Monchique apresenta características climáticas e geomorfológicas que lhe dão condições para albergar diversos isolados populacionais de fauna (*fonte:* Fichas caracterização ZEC em Portugal Continental – PSRN2000 em https://www.icnf.pt/).

Foi realizado o Plano de Gestão da ZPE e da ZEC Monchique, está já foi colocado a discussão pública e concluída. A informação constante neste PGF, já integra essa informação e a cartografia atualizada.
A ZPE Monchique é uma área com grande importância para a conservação da avifauna, constituindo um importante corredor migratório para as aves planadoras e passeriformes. No sul de Portugal, esta é uma das principais áreas de ocorrência de aves de rapina diurnas e noturnas, típicas dos bosques mediterrânicos de quercíneas e matagais. Constituem portanto, áreas em que a proteção a determinados valores naturais únicos, se sobrepõe a qualquer outro uso do solo.

Deste modo, facilmente se depreende que a área da MNHP, está inserida numa região de elevado valor natural, ambiental e paisagístico, razão que justifica que na sua gestão seja dada especial atenção à conservação sujeitando-a determinadas orientações específicas, nomeadamente no que respeita à conservação de *habitats* classificados e espécies da fauna e flora. No modelo de exploração, no ponto 4.1, apresenta-se o Programa de Gestão da Biodiversidade, para a MNHP em análise.

O Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca, (POA Odelouca), regulamentado pela RCM n.º 103/2009 de 25 de setembro, na sua redação atual, tem por objetivos específicos a salvaguarda da defesa e da qualidade dos recursos naturais; a definição das cargas para o uso e ocupação do solo, que permitam gerir a área numa perspetiva dinâmica e interligada; a aplicação das disposições legais e regulamentares vigentes, na gestão dos recursos hídricos e no ordenamento do território; o planeamento integrado da área envolvente da albufeira; a compatibilização dos diferentes usos e atividades existentes, e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira; a identificação das áreas mais adequadas para a conservação da natureza e as áreas mais aptas para atividades secundárias, prevendo as compatibilidades e complementaridades de uso entre o plano de água e as margens da albufeira; a recuperação da qualidade da água da albufeira garantindo a articulação com o Sistema de Gestão Ambiental do Empreendimento de Odelouca e respetivas medidas de minimização e de compensação de impactes e garantir a articulação com os objetivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve.

A MNHP não é atravessada nem confina com nenhum rio mas possui diversos barrancos (ver figura 13) onde correm linhas de água torrenciais ou temporárias, sendo a de maior importância a existente no Barranco da Parra. Estas, segundo a Portaria n.º 15-A/2028, de 12 de janeiro, possuem uma faixa de proteção de 5 metros. Nesta faixa, segundo o Artigo 5.º da referida Portaria, as ações de arborização e

rearborização não podem ser realizadas com recurso à mobilização mecânica do terreno mas são permitidos trabalhos motomanuais e manuais de controlo de matos e vegetação herbácea.
O Sobreiro e a Azinheira ocorrem em mais de 70 % da área da MNHP. Em consequência do determinado no Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, documento que estabelece um conjunto de medidas de proteção ao Sobreiro e Azinheira, toda a planificação e execução de operações silvícolas fica condicionado ao que nele se encontra determinado.

Ao longo da linha de estrema da MNHP podemos encontrar 3 vértices geodésicos: Louro (314,82 m); Cruzes 2 (327,56 m) e Figueira (247,52 m). Em todos os vértices geodésicos pertencentes à rede Geodésica Nacional deve ser respeitada uma zona de proteção que é constituída por uma área circundante ao sinal nunca inferior a 15 m de raio e assegurando que as infraestruturas e/ou plantações a efetuar não obstruam a visibilidade das direções constantes das respetivas minutas de triangulação, de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 143/82, de 16 de abril.

Por último é de referir que a MNHP não é atravessada por qualquer linha elétrica, não se lhe aplicando portanto o definido na alínea c), Ponto 4, Artigo 49.º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua versão mais recente. Não existe também nenhuma área da Reserva Agrícola Nacional (RAN), não se lhe aplicando o definido no decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua versão atual.

3.2 Instrumentos de planeamento florestal

A MNHP está enquadrada em vários níveis de ordenamento do território, dos quais se destacam a Estratégia Nacional para as Floresta (ENF), o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF ALG) e o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Silves (PMDFCI de Silves).

3.2.1 Estratégia Nacional para as Florestas

A ENF (Resolução de Conselho e Ministros nº 114/2006, de 15 de setembro, na sua redação atual) é mais do que um simples documento de reflexão do setor florestal, pretende-se que seja um elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor nas próximas décadas. De acordo com a ENF, a MNHP tem como desafio a curto prazo, a minimização dos riscos associados aos incêndios e a agentes biológicos.

Este tipo de floresta, com um novo tipo de mosaico florestal, permite uma diferente especialização do território. Para além do interesse para a produção lenhosa, destaca-se na conservação, na proteção do regime hídrico e do solo e na biodiversidade, permitindo ainda garantir a diminuição dos riscos, tanto reais como percebidos. É sabido que sempre houve riscos na atividade florestal, mas a magnitude que os riscos atualmente alcançaram é um fenómeno novo, interessando por isso, rever os fatores que contribuíram para tal mudança de contexto. Entre estes, podemos afirmar que o primeiro fenómeno de mudança de contexto é o das alterações climáticas. O segundo é uma expressão do efeito das mudanças climáticas, mais precisamente, o aumento do fenómeno dos incêndios rurais que são, hoje em dia, certamente o maior dos riscos percebidos no sector florestal. (ENF, 2006)

O assegurar das funções de proteção do regime hídrico nas cabeceiras das bacias hidrográficas submetidas ao regime florestal, da conservação do solo e da água nas zonas suscetíveis à desertificação, ou de conservação da biodiversidade nas áreas da RN, são todas soluções de maior especialização do território e de valorização ambiental dos espaços florestais, propostas na Estratégia Florestal Nacional e transportadas para este plano. (ENF, 2006).

A ENF apresentada em 2015 mantém as grandes linhas de orientação estratégica e a estrutura global da ENF de 2006, mas assume como nova visão, a sustentabilidade da gestão florestal cabendo ao Estado promover a concretização das ações previstas, uma vez que incumbe criar um quadro de condições favoráveis à sua implementação. Os seis objetivos estratégicos traçados em 2006, que mantêm relevância são agora aprofundados e melhorados ao nível das ações propostas, centrando-se a atualização da ENF no refinamento dos objetivos específicos e operacionais e dos seus indicadores, com vista a melhorar a capacidade de intervenção, conferir maior coerência a facilitar a monitorização e acompanhamento da sua execução. Esta ENF mantém como horizonte o ano de 2030, tendo salvaguardado porém o enquadramento da programação dos instrumentos financeiros para o período 2014-2020, que são fundamentais para alavancar as ações identificadas, aproximadamente 95, permitindo atingir os objetivos operacionais até final do prazo. (ENF, 2015)

3.2.2 Programa Regional de Ordenamento Florestal – PROF Algarve

3.2.2.1 Sub-Região Homogénea; principais funções; metas

O PROF Algarve define como orientações específicas para a sub-região homogénea da Serra de Silves (SRH Serra de Silves), à qual pertence a MNHP, normas gerais, normas de acordo com a função atribuída

aos espaços florestais da SRH, normas de aplicação localizada e modelos de silvicultura com espécies de árvores florestais a privilegiar, se existentes. (Portaria nº 53/2019, de 11/02, na sua redação atual e https://www.icnf.pt/).

O PROF Algarve prossegue os seguintes objetivos estratégicos:

a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
b) Especialização do território;
c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política;

Definindo as seguintes normas gerais de silvicultura (ver quadro 15):

Quadro 15 – Normas de intervenção nos espaços florestais. Normas gerais de silvicultura

Objetivo geral	Objetivos da gestão e intervenções florestais
Instalação de povoamentos……	Seleção dos locais e das espécies; Preparação da estação; Plantação, sementeira e regeneração.
Gestão de povoamentos……	Condução dos povoamentos; Gestão da vegetação espontânea; Exploração e extração do material lenhoso.

*(*Fonte: Portaria nº 53/2019, de 11/02, na sua redação atual e https://www.icnf.pt/)

O PROF prossegue uma abordagem multifuncional, integrando as funções gerais dos espaços florestais que podem ser consultadas nos quadros 16 a 20:

Quadro 16 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de produção

Objetivo geral	Objetivos da gestão e intervenções florestais

Produção de madeira……..	Condução dos povoamentos. Proteção da regeneração natural e das plantações.
Produção de cortiça……..	Condução do montado e sobreiral.
Produção de biomassa para energia…	Condução dos povoamentos com objetivo de fornecimento de energia.
Produção de frutos e sementes……..	Condução dos povoamentos florestais para a produção de fruto.

(Fonte: Portaria nº 53/2019, de 11/02, na sua redação atual e https://www.icnf.pt/)

Quadro 17 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de proteção

Objetivo geral	Objetivos da gestão e intervenções florestais
Proteção da rede hidrográfica……	Ordenamento e planeamento da floresta para proteção da rede hidrográfica. Condução de povoamentos nas galerias ripícolas. Recuperação de galerias ripícolas.
Proteção contra a erosão eólica…….	
Proteção microclimática……..	Instalação de cortinas de abrigo.
Fixação de areias móveis……..	Gestão dos espaços florestais com o objetivo de proteção, sequestro e armazenamento de carbono.

(Fonte: Portaria nº 53/2019, de 11/02, na sua redação atual e https://www.icnf.pt/)

Quadro 18 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos

Objetivo geral	Objetivos da gestão e intervenções florestais
Conservação de habitats classificados	Fomento e manutenção de habitats de grande valor natural.
Conservação de espécies da flora e da fauna protegida……	Ordenamento florestal para a conservação da flora e fauna. Conservação de núcleos florísticos de elevado valor natural. Conservação e fomento de habitats para a fauna com valor de conservação.
Conservação de geomonumentos……	Conservação de geomonumentos.
Conservação de recursos genéticos…	Manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais. Manutenção e fomento de corredores ecológicos.

(Fonte: Portaria nº 53/2019, de 11/02, na sua redação atual e https://www.icnf.pt/)

Quadro 19 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores

Objetivo geral	Objetivos da gestão e intervenções florestais
Silvopastorícia……..	Melhoria das condições de *habitat*, de alimentação e de proteção. Ordenamento de áreas de pastagem em povoamentos florestais.

Cinegética……	Instalação de pastagens.
	Condução do pastoreio.
Apicultura……	Fomento das espécies melíferas.
Pesca em águas interiores……	Melhoria das condições de *habitat,* de alimentação e de proteção.
	Melhoria do ordenamento dos recursos aquícolas e minimização de impactes.

*(*Fonte: Portaria nº 53/2019, de 11/02, na sua redação atual e https://www.icnf.pt/)

Quadro 20 – Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização da paisagem

Objetivo geral	Objetivos da gestão e intervenções florestais
Enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos……	Enquadramento de zonas urbanas, sítios arqueológicos e monumentos;
	Salvaguarda do património arqueológico e arquitetónico.
Conservação de paisagens notáveis……	Conservação de paisagens notáveis.

*(*Fonte: Portaria nº 53/2019, de 11/02, na sua redação atual e https://www.icnf.pt/)

Na sub-SRH Serra de Silves, além das normas gerais constantes do PROF Algarve 2019, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

a) Função geral de conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
b) Função geral de produção;
c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Como referido anteriormente, no Ponto 3.1 Restrições de Utilidade Pública, a MNHP está inserida numa região de elevado valor natural, ambiental e paisagístico, razão que justifica o relevo dado à função geral de conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos, resultando que na sua gestão seja dada especial atenção a determinadas orientações específicas, nomeadamente no que respeita à conservação de *habitats* classificados e espécies da fauna e flora.

A função de produção tem atualmente pouca expressão, encontrando-se ligada à exploração do mel, cortiça e fruto do medronheiro. Tendo uma vasta área ocupada por Pinheiro bravo seria de esperar que a exploração do seu lenho também fosse relevante, no entanto o seu fraco valor comercial resultante

da sua fraca volumetria e qualidade, resulta justifica a sua fraca importância. Em resultado da grande plantação de Sobreiro que está a ser realizada (2023/2024) será de esperar que dentro de 2/3 décadas a exploração de cortiça possa ter significado importante e esta Função ganhe expressão.

A Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores não existe na MNHP.
A Função Proteção, apesar não constar da lista de funções gerais dos espaços florestais a implementar e desenvolver na SRH Serra de Silves, será tida em consideração na MNHP em virtude de aqui ocorrerem, em área de declive acentuado, solos finos e muito degradados.

Na figura 18, e no mapa 8 do anexo 7, apresenta-se a MNHP na SRH Serra de Silves.

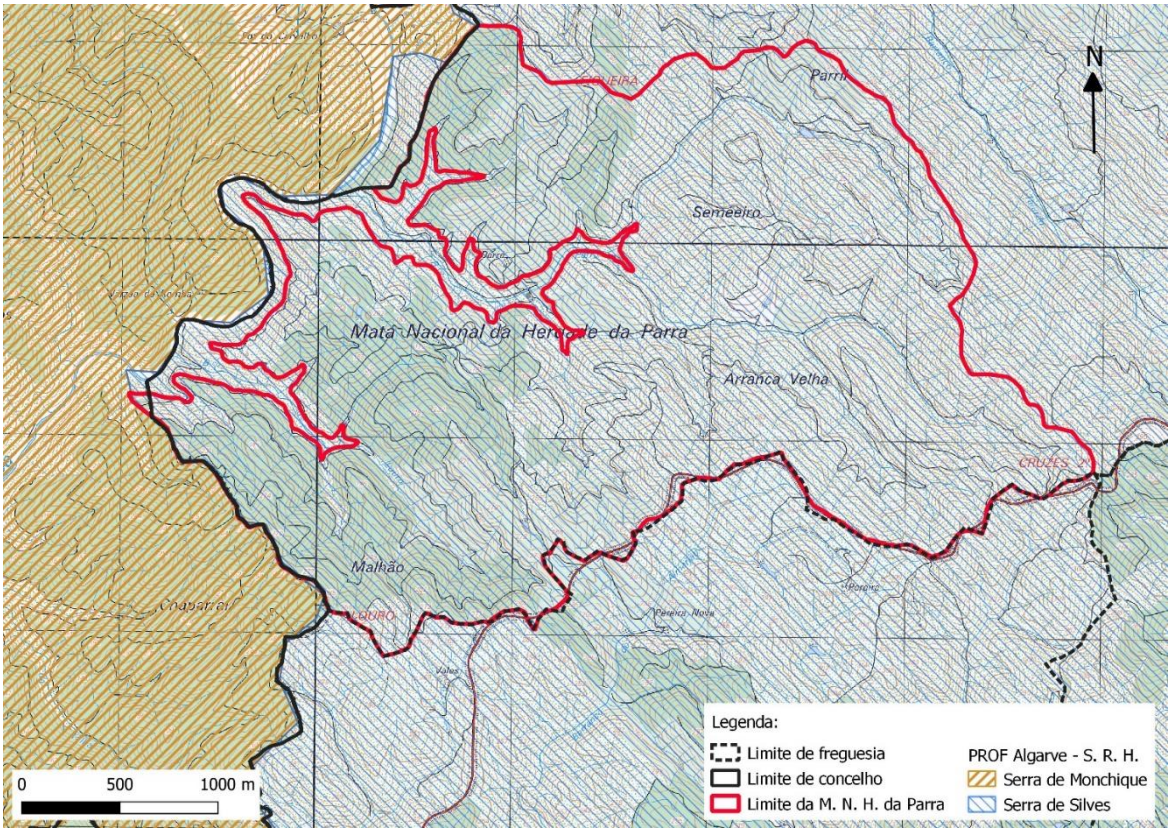


Figura 18 – SRH Serra de Silves do PROF Algarve

Nesta SRH são privilegiadas as seguintes espécies florestais (Grupo I):

i) Carvalho -de -monchique (*Quercus canariensis*);

ii) Carvalho -português (*Quercus faginea*);

iii) Cerejeira -brava (*Prunus avium*);

iv) Medronheiro (*Arbutus unedo*);

v) Pinheiro -bravo (*Pinus pinaster*);

vi) Sobreiro (*Quercus suber*);

vii) Eucalipto (*Eucalyptus globulus*).

A MNHP é atravessada por um Corredor Ecológico, ocupando este a metade noroeste da sua área. Estas faixas visam promover ou salvaguardar a conexão entre áreas florestais dispersas ou as diferentes áreas de importância ecológica, favorecendo o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, com uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas.
Não se encontram na MNHP Áreas Florestais Sensíveis.

3.2.3 Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), elaborado de acordo com os termos definidos no Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março, contem as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios (DFCI) e, para além das ações de prevenção, inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas, perante uma eventual ocorrência de incêndios, visando operacionalizar ao nível local e municipal as normas contidas na legislação de DFCI, nomeadamente do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, no ponto 1 do Artigo 10.º, na sua redação atual. Futuramente, quando forem revistos, respeitarão as normas contidas no Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua versão atual.

No PMDFCI do município de Silves podemos encontrar na MNHP um conjunto de infraestruturas, estratégicas de gestão de combustíveis com enquadramento nas seguintes tipologias: RPFGC; RSFGC; rede de pontos de água (RPA) e rede viária florestal (RVF). Todas estas infraestruturas encontram-se vertidas no Plano de Gestão Florestal (Figura 25 da página 58). Alerta-se para o facto de que este PMDFCI apenas mantém a sua vigência até ao dia 31 de dezembro de 2024 (Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua versão atual) passando, a partir desse momento, esta temática a constar do programa municipal de execução.

3.2.3.1 Classes de perigosidade e risco predominantes; Faixa de Gestão de Combustível (FGC) presentes

Tendo o último incêndio que afetou a MNHP ocorrido há mais de três anos (2018) considerou-se analisar exclusivamente a Carta de Perigosidade Estrutural. Por observação desta (figura 19, e do mapa 9 do anexo 7) pode-se constatar que a MNHP está 94,17 % (ver quadro 21) inserida na classe de perigosidade estrutural (2020-2030) Muito Alta.

Quadro 21 – Classes de perigosidade na Mata Nacional da Herdade da Parra

Classe perigosidade	Área (ha)	Distribuição (%(
Muito alta	792,25	94,17
Alta	49,31	5,86

Nota: A discrepância entre o total de área aqui obtido e o valor real (845,51 ha) é consequência da conversão do ficheiro Raster (Altimetria) para vetorial que foi utilizado para efetuar os cálculos aqui apresentados.

(Fonte: https://geocatalogo.icnf.pt/)

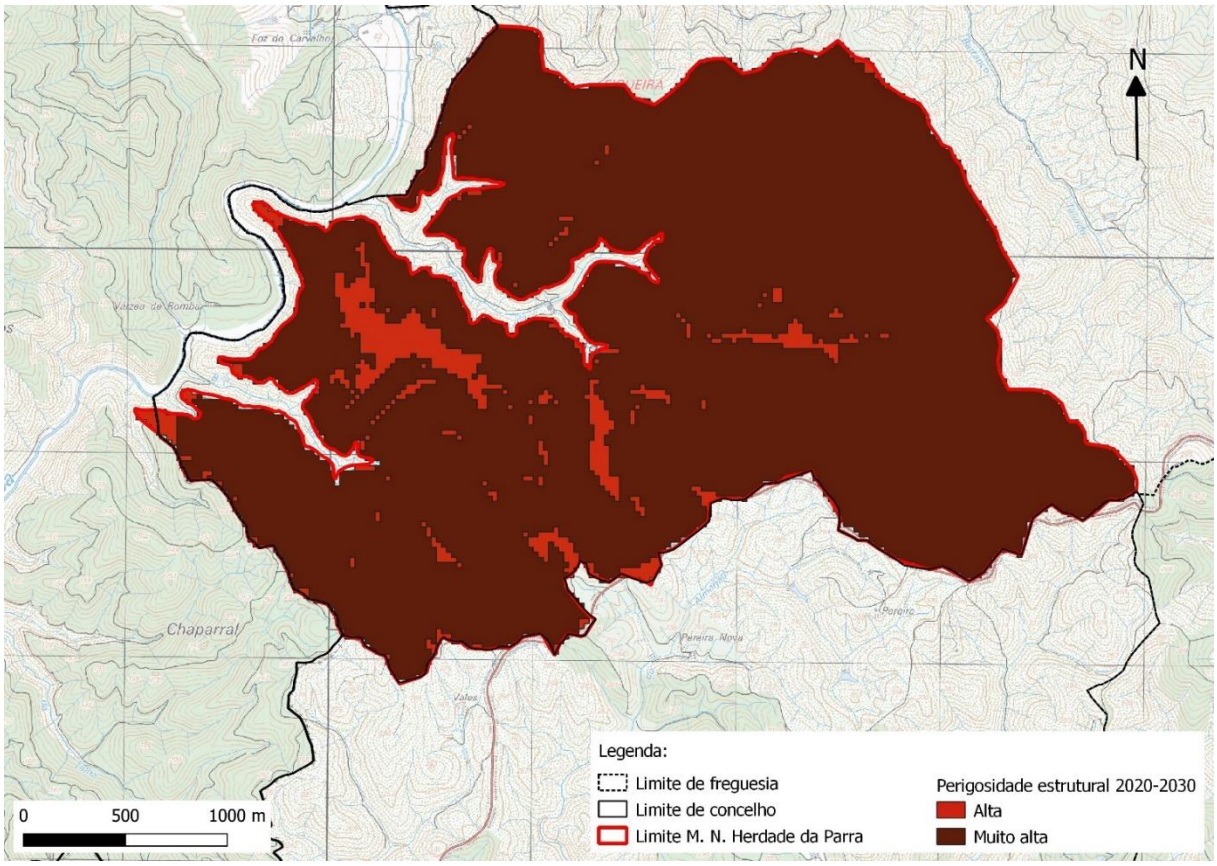


Figura 19 – Perigosidade estrutural (2020-2030) na Mata Nacional da Herdade da Parra

(Fonte: https://geocatalogo.icnf.pt/)

O risco apresenta uma maior heterogeneidade espacial como podemos ver na figura 20 e no mapa 10 do anexo 7. No entanto observa-se que mais de 90% da MNHP apresenta Risco de incêndio rural muito baixo e baixo (ver quadro 22).

Quadro 22 – Classes de risco rural na Mata Nacional da Herdade da Parra

Classes de Risco	Área (ha)	Distribuição (%(
Área social	0,18	0,02
Muito baixo	342,78	39,88
Baixo	442,06	51,43
Médio	74,43	8,66

Nota: A discrepância entre o total de área aqui obtido e o valor real (845,51 ha) é consequência da conversão do ficheiro Raster (Altimetria) para vetorial que foi utilizado para efetuar os cálculos aqui apresentados.

(Fonte: PMDFCI de Silves)

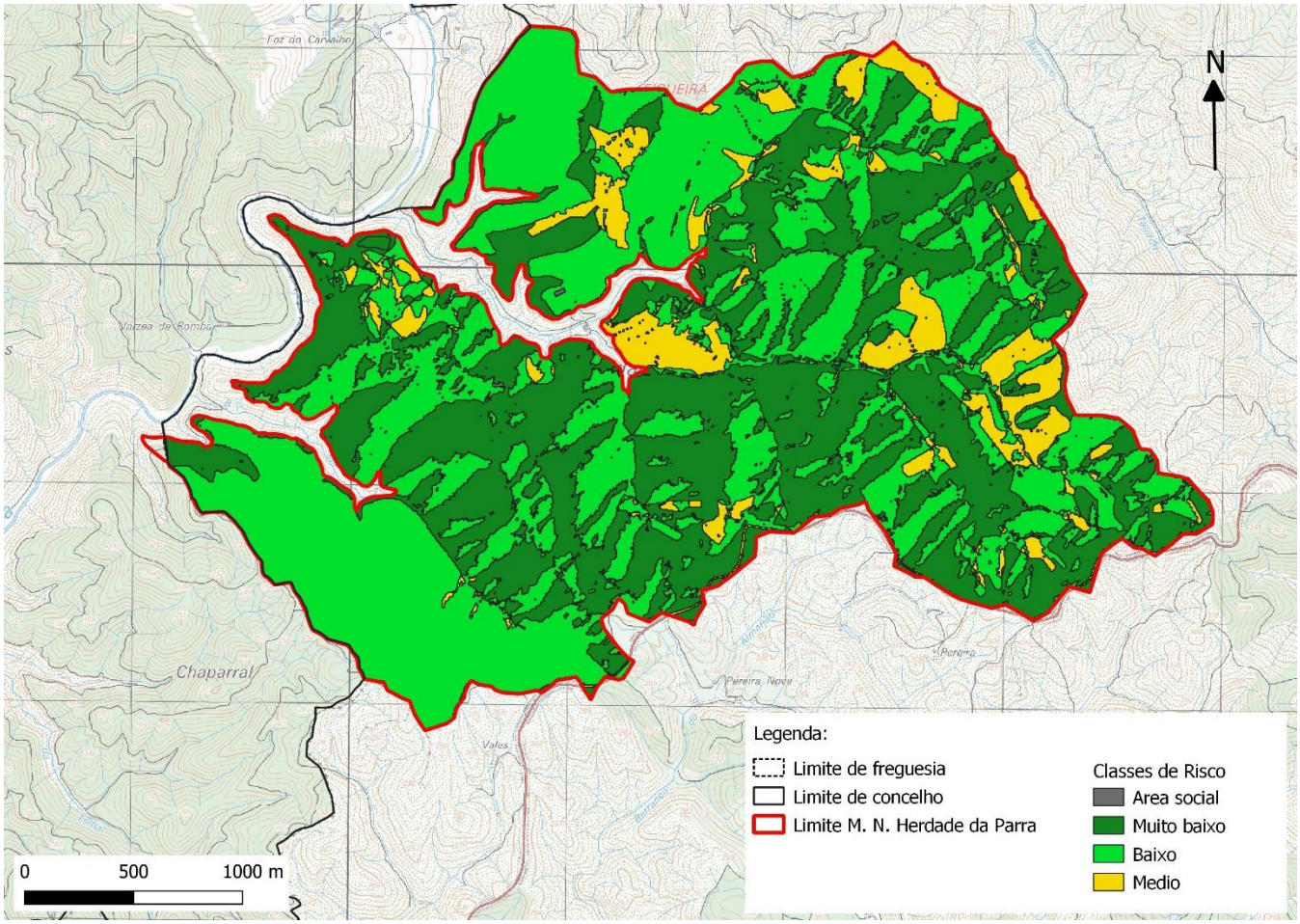


Figura 20 – Risco de incêndio na Mata Nacional da Herdade da Parra

(Fonte: PMDFCI de Silves)

Existem, associadas à grande maioria do perímetro da MNHP, troços da RPFGC definidos pelo PROF ALG, que se espraiam ao longo dos limites norte, este e sul com uma área de 58,29 ha (Figura 21 e mapa 11 do anexo 7).

Uma parte desta infraestrutura encontra-se localizada ao longo do traçado da Estrada Municipal 502 que define o limite sul da MNHP. De acordo com o disposto no artigo 49.º do decreto-lei 82/2021 de 13 de outubro, na sua versão atual a entidade responsável por esta infraestrutura tem também a responsabilidade de operacionalização de uma RSFGC. Resulta deste facto que, nesse troço parcial se sobrepõem duas tipologias de FGC, complementares, e cuja responsabilidade recai sobre entidades distintas. De acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua versão atual, sempre que ocorre esta situação, "(…) as entidades responsáveis por faixas de gestão de combustível da rede secundária executam os trabalhos de gestão de combustível em toda a

área da sua responsabilidade, quando estas intersetem faixas de gestão de combustível da rede primária."

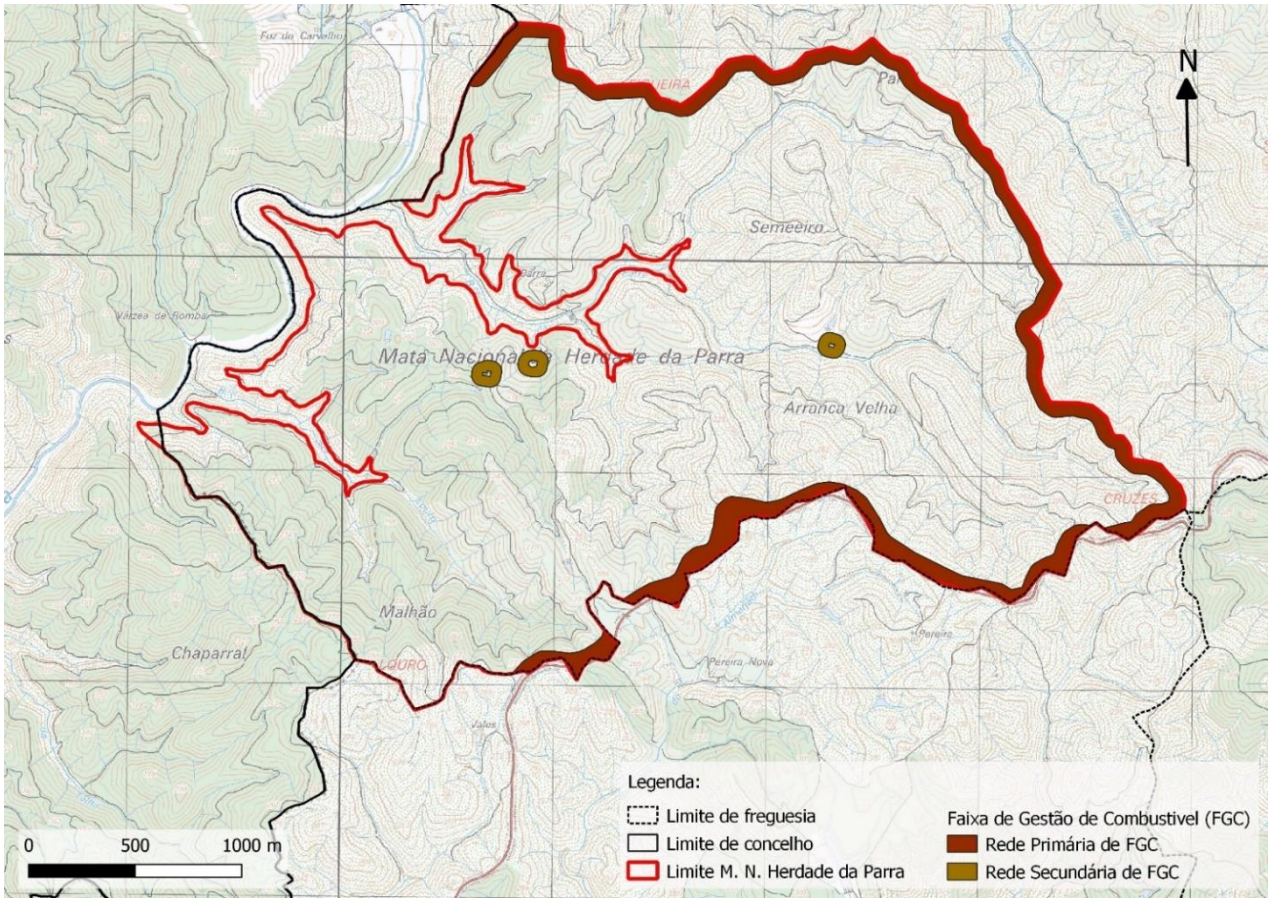


Figura 21 – Faixas de gestão de combustível na Mata Nacional da Herdade da Parra

(Fonte: https://geocatalogo.icnf.pt e PMDFCI de Silves))

3.3 Instrumentos de gestão territorial

3.3.1 Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAlgarve)

Segundo o PROTAlgarve, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 102/2007, de 3 de agosto, e com a posterior alteração dada pela Declaração de Retificação n.º 85-C/2007, de 02/10, devem-se preservar os valores ambientais, orientados para a recuperação dos valores do património natural e paisagístico, de acordo com um modelo territorial que vise a gestão em função das gerações futuras.

Outro objetivo, passa pela consolidação de um sistema ambiental sustentável e durável, que garanta a sustentabilidade do desenvolvimento. A estrutura e a função dos sistemas naturais e seminaturais, contribuirão para o desenvolvimento das atividades socioeconómicas, promovendo a conservação da natureza e a biodiversidade, a recuperação da qualidade do espaço público e da paisagem, e a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento, que constituem objetivos do plano.

3.3.2 Plano Diretor Municipal

No seguimento da sua publicação em Diário da República, o novo Plano Diretor Municipal de Silves (PDM de Silves) foi aprovado em 04/12/2020, publicitado em 04/01/2021 (Aviso n.º 33/2021, no Diário da República, 2.ª série, n.º 1, de 04 de janeiro de 2021) entrou em em vigor no dia 12/01/2021, passando, o Município a dispor de um novo instrumento de governança estruturante e fundamental para a gestão e desenvolvimento do território.

No que respeita a "Servidões e restrições de utilidade pública no concelho de Silves" o PDM integra quatro domínios: Recursos naturais, património edificado, infraestruturas e equipamentos (consultar visualizador disponível em: https://sigeo.cm-silves.pt/).

Na Carta de Condicionantes, dividida em três grandes "temas": 1- Recursos naturais; 2- Património e infraestruturas e 3- Perigosidade e áreas percorridas por incêndios rurais, regista-se que a área da MNHP é considerada como estando em Regime Florestal Total.
Nas Plantas de Condicionantes, com incidência na área da MNHP, relativamente ao "tema" encontramos:

1- Recursos naturais são representados: Recursos hídricos (domínio público hídrico (DPH) as albufeiras de águas públicas e lagos ou lagoas de águas públicas (AAP) e ainda as captações de água superficial e subterrâneas para abastecimento público); Recursos Agrícolas e Florestais (Regime Florestal); Recursos ecológicos (REN). Relativamente ao "tema";
2- Património e infraestruturas podemos encontrar: Recursos ecológicos (RN 2000); Infraestruturas (rede rodoviária, Marcos geodésicos). Por último na do "tema";
3- Perigosidade e áreas percorridas por incêndios rurais surge: Povoamentos florestais percorridos por incêndios e Risco de incêndio rural.

A Carta de Ordenamento encontra-se, repartida em dois grandes "temas": 1- Regime de uso; 2- Limites ao regime de uso.

Na Planta de Ordenamento, com incidência na área da MNHP, podemos encontrar na relativamente ao "tema":

1- Regime de uso, é representado informação referente a: Classificação e Qualificação do Solo; Planos especiais de Ordenamento do território (referente ao POA Odelouca), Infraestruturas - Vias de Transporte rodoviário (EM 502), Estrutura Ecológica Municipal (Fundamental e Complementar);
2- Limites ao regime de uso, surge informação referente a: Suscetibilidade a fenómenos perigosos (Áreas críticas de instabilidade de vertentes); Proteção de recursos naturais (zona terrestre de proteção das albufeiras, áreas de sensibilidade à instalação de fossas, sub-regiões homogéneas do PROF Algarve).

3.3.3 Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca

O Plano de ordenamento da Albufeira de Odelouca (POA Odelouca), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 54/2014, de 4 de setembro, define critérios de utilização dos recursos aquáticos existentes que visem uma melhoria nas condições de *habitat*, de alimentação e proteção, no ordenamento dos recursos aquícolas e minimização dos impactes. Na zona terrestre de proteção onde está parte da MNHP, na faixa dos 500 m medidos a partir do NPA, estão interditas atividades, sendo as que interferem com a gestão atual e futura, as seguintes:

- A instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas;
- O armazenamento de produtos fitofarmacêuticos e de adubos orgânicos ou químicos, com exceção dos destinados a consumo na exploração, desde que sob coberto e em piso impermeabilizado;
- O emprego de produtos fitofarmacêuticos, a não ser em casos justificados e condicionados às zonas a tratar e quanto à natureza, características e doses dos produtos a usar;

- O emprego de fertilizantes orgânicos e químicos azotados e fosfatados, nos casos que impliquem risco de contaminação da água destinada ao abastecimento de populações e de eutrofização da albufeira;
- O lançamento de resíduos provenientes de quaisquer embalagens ou de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos e de águas de lavagem com uso de detergentes;
- A descarga ou infiltração no terreno de efluentes de qualquer natureza quando não devidamente tratados e, mesmo tratados, quando excedam determinados valores fixados nos instrumentos de planeamento de recursos hídricos dos teores de fósforo, azoto, carbono, mercúrio e outros metais pesados;
- A instalação de tendas ou equipamentos móveis em locais públicos sem prévio licenciamento;
- A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais destinados a esse efeito;
- A instalação de depósitos de resíduos de qualquer natureza;
- A circulação de veículos de qualquer natureza, nomeadamente motociclos e veículos de todo o terreno, fora dos acessos e trilhos a esse fim destinados, com exceção dos veículos em serviço de fiscalização, manutenção ou socorro e das máquinas agrícolas;
- A realização de escavações ou a retirada de inertes, com exceção das ações de natureza arqueológica e as necessárias à manutenção das condições de segurança das infraestruturas de exploração da albufeira;
- A rega com águas residuais sem tratamento;
- A introdução de espécies não indígenas de fauna e de flora nos termos da legislação em vigor;
- A realização de eventos turísticos, culturais ou turístico-desportivos sem prévia autorização das entidades legalmente competentes;
- O encerramento dos acessos públicos ao plano de água;
- A movimentação de terras e outras atividades que obriguem ao arranque e ou destruição da vegetação natural, expeto as que decorram da atividade agrícola e florestal;
- A instalação de depósitos de ferro-velho, de entulhos, de resíduos ou cinzas de combustíveis sólidos e de veículos, bem como de resíduos industriais, tóxicos, perigosos, radioativos, hospitalares e urbanos, ou de qualquer outra atividade suscetível de colocar em perigo a saúde e segurança públicas;
- A prática de atividades passíveis de conduzir ao aumento da erosão, ao transporte de material sólido para o meio hídrico ou que induzam alterações ao relevo existente, nomeadamente as

mobilizações de solo não realizadas segundo as curvas de nível, a constituição de depósitos de terras soltas em áreas declivosas e sem dispositivos que evitem o seu arraste;

- A aplicação de fertilizantes orgânicos no solo, nomeadamente efluentes pecuários e lamas, numa faixa, medida na horizontal, com a largura de 100 m contados a partir da linha do NPA;
- A deposição, o abandono ou o depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos fora dos locais previstos para esse fim;
- A prática de atividades desportivas que possam constituir uma ameaça aos objetivos de proteção dos recursos hídricos, que provoquem poluição ou que deteriorem os valores naturais e que envolvam designadamente veículos todo o terreno, *motocross*, moto-quatro, *karting* e atividades similares.

As atividades condicionadas e que necessitam de parecer prévio vinculativo da Administração da Região Hidrográfica do Algarve (ARH Algarve), nenhuma interfere com a gestão da MNHP.

3.3.4 Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), aprovado pela RCM nº 115-A/2008, de 21/06, aplicado à MNHP, insere-a na ZEC e ZPE Monchique, identificado pelo código PTCON0037, abrangendo uma área total de 76 008 ha. No concelho de Silves, a ZEC tem uma área de 14 903 ha, que representa cerca de 20 % da área do concelho.

No anexo 4 são elencados os *habitats* naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I, bem como, as espécies de flora e fauna constantes dos anexos B-II, B-IV e B-V, do Decreto-Lei nº 140/99, de 24/04, na sua redação atual, que transpôs para a legislação nacional as Diretivas Aves e *Habitats*.
As orientações de gestão constantes no PSRN2000, apontam no sentido de se assegurar a conservação das galerias ripícolas e do património florístico; a preservação do mosaico de *habitats* existentes, mantendo as manchas florestais de sobreiral, medronhal e a vegetação dos barrancos, que ao possuírem uma densa cobertura vegetal, são utilizados como refúgio e locais de reprodução de diversas espécies. Na presença de *Habitats* naturais e semi-naturais, ou espécies alvo de orientações específicas de gestão, constantes no PSRN2000, devem ser adotadas as práticas específicas definidas na legislação em vigor.

3.3.5 Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação

A existência do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) constituiu uma obrigação dos Estados decorrente da adesão à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e ou Desertificação (CNUCD), aprovada em Paris, em 17 de junho de 1994.

Com efeito, num contexto regional mais preciso, a CNUCD identifica os principais fatores e os fenómenos ligados à desertificação na Região Mediterrânica Norte, ou seja na definida Região, em que a MNHP se inclui:

- As condições climáticas semiáridas, afetando grandes áreas, as secas periódicas, a grande variabilidade pluviométrica e as chuvadas repentinas e de grande intensidade;
- Os solos pobres e altamente erosionáveis, propensos à formação de crostas superficiais;
- O relevo acidentado, com declives acentuados e paisagens muito diversificadas;
- As grandes perdas no coberto vegetal, resultantes da severidade regional dos incêndios rurais;
- A crise na agricultura tradicional, associada ao abandono da terra e à deterioração das estruturas de proteção do solo e de conservação da água;
- A exploração não sustentável dos recursos hídricos, causadora de prejuízos ambientais graves, neles se incluindo a poluição química, a salinização e o esgotamento dos aquíferos; e
- A concentração das atividades económicas no litoral, como resultado do crescimento urbano, da atividade industrial, do turismo e da agricultura de regadio.

O PANCD aprovado em 1999 (Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho, na sua versão atual) tem como principal objetivo orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as ações de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca nas zonas semiáridas e sub-húmidas, nomeadamente naquelas em que é mais notória e problemática a erosão e a degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral. Nele podemos encontrar 4 grandes objetivos estratégicos:

1. Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis;

2. Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas;
3. Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis;
4. Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD e o PANCD.

3.3.6. Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e de Silves (PRGPSMS)

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e de Silves (PRGPSMS) abrange toda a área da MNHP.

A elaboração PRGPSMS foi determinada com carácter de urgência na sequência dos incêndios de 2018 (26.000 ha ardidos), dando cumprimentos a uma das medidas de atuação para a valorização do território florestal e de incentivo à gestão florestal, na sequência da reforma da floresta. As diretrizes para o PRGPSMS foram publicadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2020, de 24 de junho.

O modelo de gestão da paisagem definido no âmbito do projeto foi aplicado em duas áreas piloto – Corredor Verde de Monchique e Nova Serra – tendo como objetivos principais testar a aplicação do método, quer em medidas de gestão e sua implementação, quer em resiliência e comportamento ao fogo.

O PGRPSMS definiu as seguintes Ações Prioritárias Transversais:

- Valorização das Linhas de Água e Mosaicos de Gestão de Combustível;
- Reabilitação do Sistema de Socalcos;
- Valorização de Sobrantes de Biomassa Florestal.

O seu objetivo é:

- Promover uma paisagem florestal multifuncional, biodiversa e resiliente;

- Promover cadeias económicas diversificadas e sustentáveis, promovendo uma nova economia local;
- Valorizar os serviços dos ecossistemas.

O PRGPSMS propõe um modelo de gestão que, no médio e longo prazo, aumente de facto o rendimento dos espaços florestais enquanto diminui a suscetibilidade ao fogo e aumente a provisão de serviços de regulação e manutenção, associados à conservação do solo, da água e da biodiversidade, bem como de serviços culturais.

3.4. Outros ónus relevantes para a exploração

No quadro s23 resumem-se os ónus que podem influenciar a gestão.

Quadro 23 – Ónus relevantes para a gestão

Projectos de investimento florestal	Duração
Projeto / Operação 8.1.4. Estabilização de Emergência Pós-incêndio na Mata Nacional da Herdade da Parra (Silves)	2019/2021
Projeto / Operação 8.1.4. Restabelecimento da Floresta afetada por agentes Bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos	2022/2024
Projeto / Operação 8.1.5. Melhoria da resiliência e do valor ambiental das Florestas	2022/2024

Nas últimas décadas a MNHP tem sido afetada por vários Grande Incêndio Rural (GIR). Os de 1983 e 2003 afetaram toda a sua área e o mais recente, ocorrido em 2018, afetou 495,491 ha (58,60%). Decorrente deste último o ICNF candidatou-se ao financiamento de três Projetos, no âmbito do PDR 2020, mais precisamente:

Operação 8.1.4. Estabilização de emergência Pós-incêndio na MNHP. As ações previstas neste projeto, essencialmente intervenções de caracter urgente em situações pós fogo, foram concluídas a 27/02/2021. Consistiram em: Sementeira aérea; Regularização de linhas de água; Corte de árvores queimadas; Instalação de comedouros para fauna; Construção de passagens hidráulicas; Plantação ao longo do Barranco da Parra e outros barrancos;

Operação 8.1.4. Restabelecimento da Floresta afetada por agentes Bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos. O Projeto tem por objetivo a reflorestação, instalando e reabilitando povoamentos florestais, nas áreas afetadas pelo GIR de 2018.

Nas arborizações iniciais (1984 e 1994) foram efetuados terraços nalgumas zonas para arborização com Pinheiro-bravo – área parcialmente atingida pelo GIR de 2018 - mas na restante tem-se evitado arborizações com forte recurso a modelação do terreno (na última, em 2008/2009, recorreu-se a retroaranha, para preparação individualizada dos locais de plantação). Significa que, à exceção de algumas áreas atualmente ocupadas com pinhal, a restante não apresenta alterações na morfologia do terreno. Na presente campanha de rearborização pretende-se manter essa opção.

Desta forma pretende-se realizar as seguintes intervenções:

- Rearborizar áreas ardidas, respeitando os usos anteriores em cerca de 163 ha;
- Rearborizar áreas ardidas com alteração de ocupação, em cerca de 20 ha;
- Arborização de áreas anteriormente ocupadas com matos (Md+Sb), com folhosas, em cerca de 90 ha.

Foram identificados 8 locais (ver Figura 22), por permitirem uniformizar operações com a sua ocupação e modo de gestão.

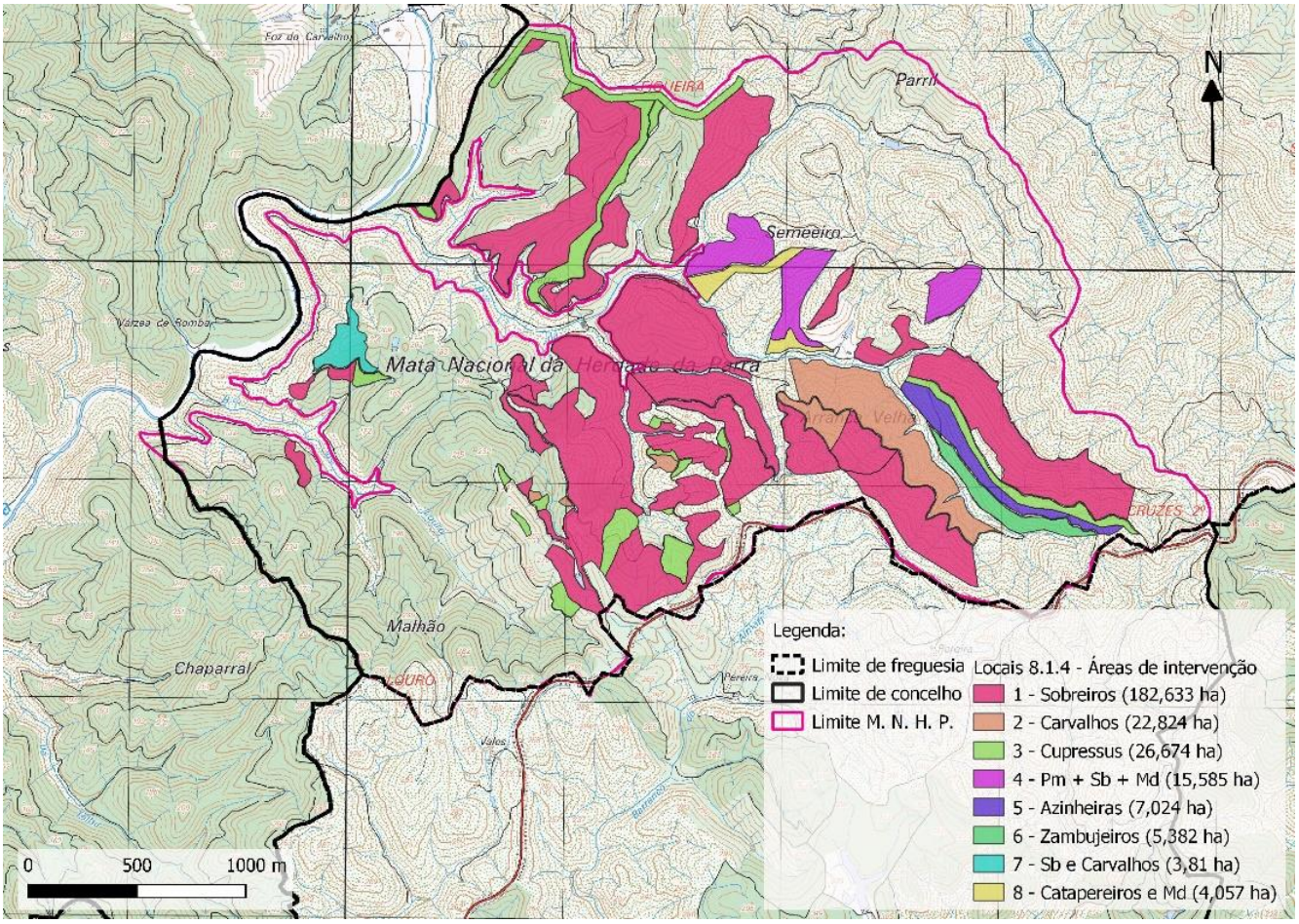


Figura 22 – Locais de intervenção do Projeto PDR 814 na Mata Nacional da Herdade da Parra

A percentagem de retancha será, para todos os locais/espécies, de 20 % com exceção do Local 3/Ciprestes em que é de 10 %.

Projeto / Operação 8.1.5. Melhoria da resiliência e do valor ambiental das Florestas. Este Projeto tem por objetivo nas áreas de Sobreiro e Pinheiro-bravo aproveitar a regeneração natural e/ou fazer adensamentos, efetuar podas e desramações e obras de manutenção da Rede Viária Florestal (RVF), beneficiando-se toda a área não ardida no GIR de 2018. Foram identificados 3 Locais (ver Figura 23), por permitirem uniformizar operações consentâneas com a sua ocupação e modo de gestão, mais precisamente, pretende-se realizar as seguintes intervenções: Locais 1 e 2 com adensamento e desramação (Sb) e Local 3 com redução de densidade e desramação (Pb). Um quarto Local remete para uma beneficiação de rede viária.

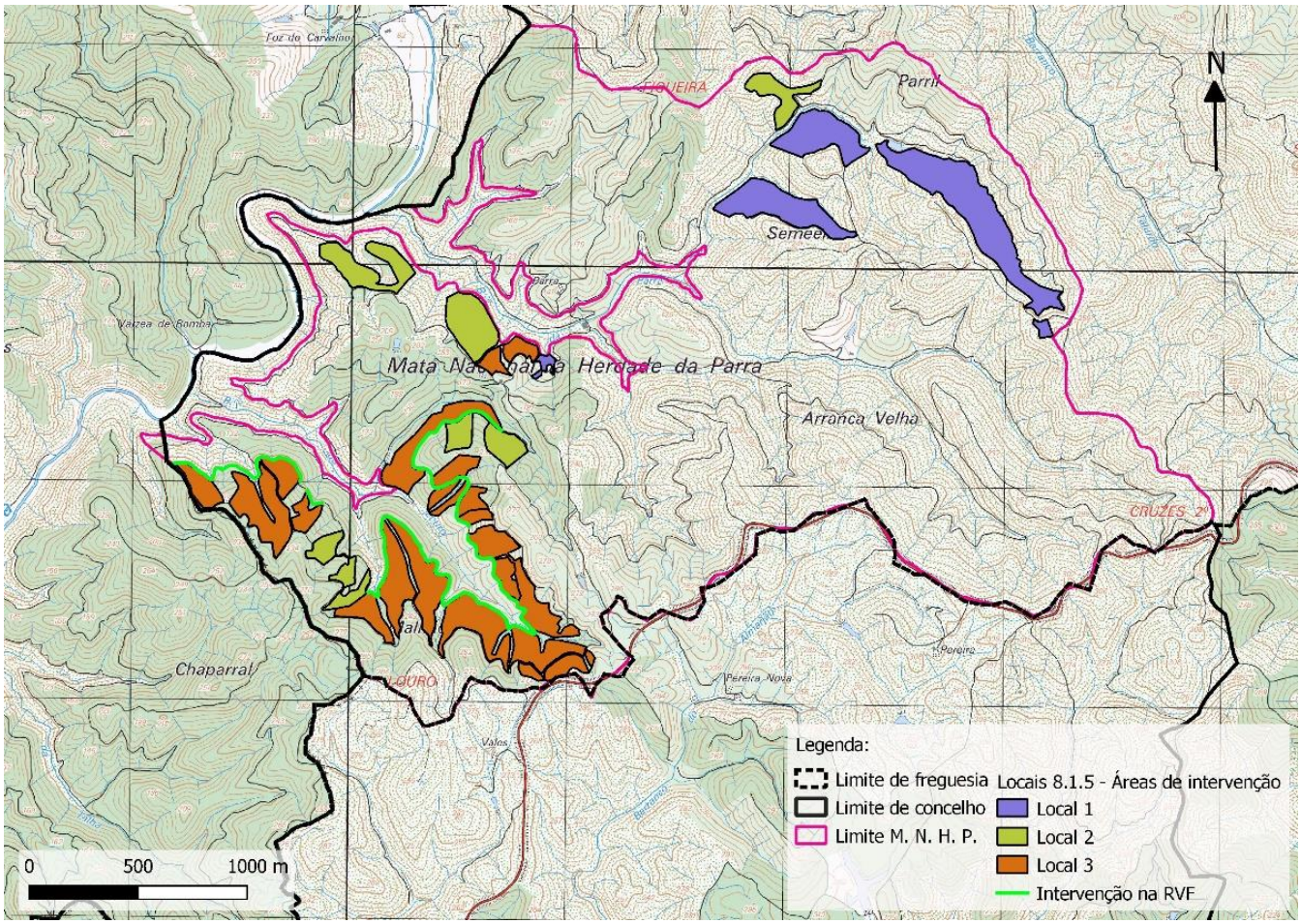


Figura 23 – Locais de intervenção do Projeto PDR 815 na Mata Nacional da Herdade da Parra

Os dois últimos Projetos atrás mencionados foram aprovados, os trabalhos iniciaram-se em novembro de 2022 e ainda se encontram em execução.

4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS

4.1 Infraestruturas florestais

4.1.1 Rede Viária Florestal

A extensão dos caminhos florestais no interior da MNHP é de 57,30 Km (67,73 m/ha) e ocupam cerca de 29,56 ha, conforme figura 24. O seu estado de conservação é razoável a bom.

Os caminhos existentes, segundo a classificação do Guia Técnico para elaboração dos PMDFCI, subdividem-se em 3 ordens, 1ª ordem B; 2ª e 3ª ordem. (Ver Figura 24)

Os de 1ª ordem B tem uma largura da faixa de rodagem superior a 6 m, com existência de zonas de cruzamento espaçadas em média de 200 m, um raio mínimo de 50 m, um declive longitudinal máximo de 18 % a 10 %, sendo aceitável pontualmente 15 % em troços inferiores a 100 m e um declive transversal máximo de 5 %. Nesta ordem, classificam-se dentro da MNHP 806 m, correspondendo aos troços da EM502.

Os de 2ª ordem, também designados por caminhos florestais, possuem uma largura média da faixa de rodagem entre 4 a 6 m, com características semelhantes em relação a declives e zonas de cruzamento de veículos espaçadas em média 500 m. Nesta ordem a MNHP, classificam-se 25 478 m.

Os de 3ª ordem, também designados por caminhos florestais, estradões ou trilhos, têm várias larguras úteis de faixa de rodagem (< 4 m), sendo admissíveis outros declives máximos longitudinais e transversais. Nesta classificação existem cerca de 31 820 m, onde se incluem os aceiros que constituem a Rede Terciária.

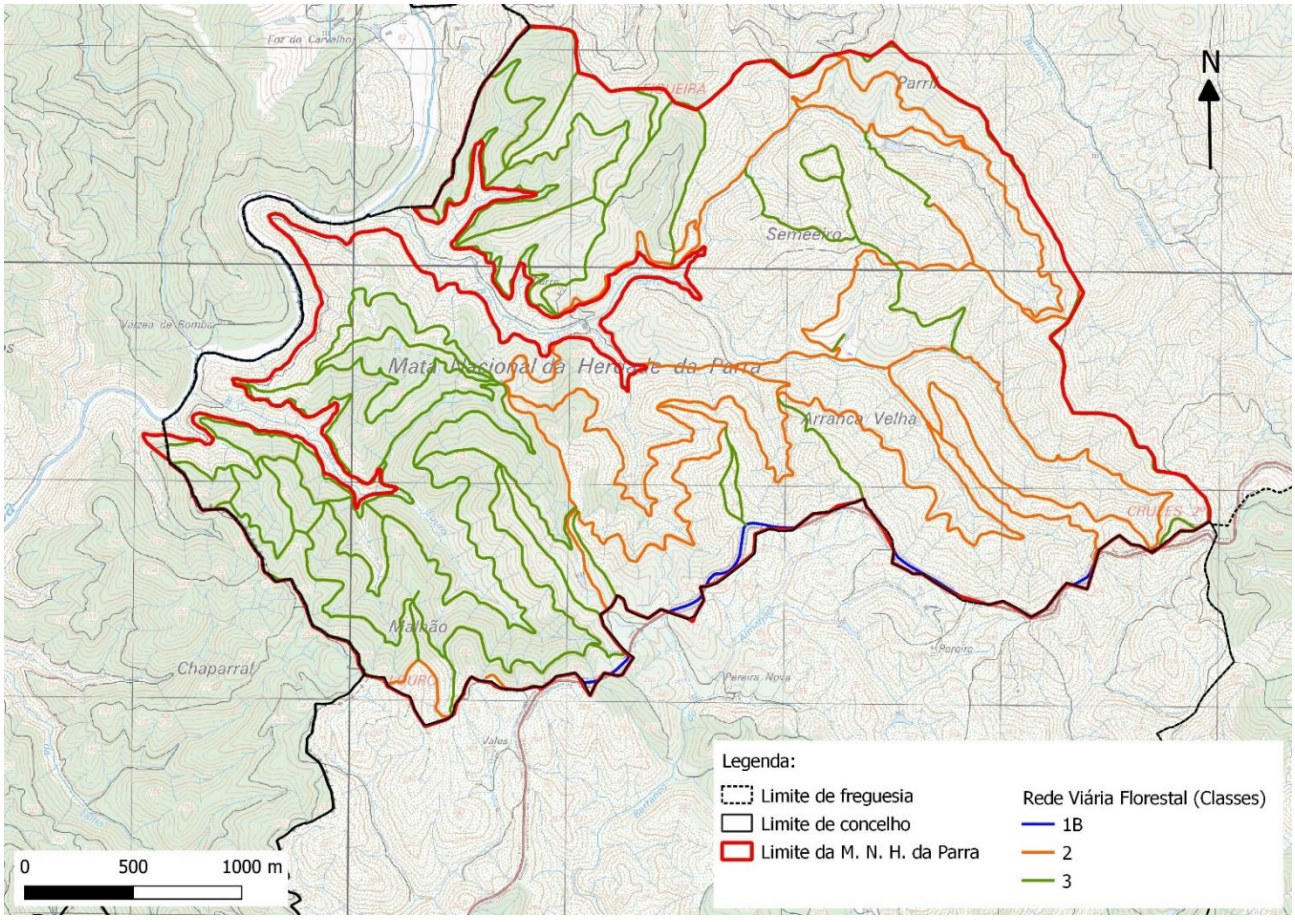


Figura 24 – Rede Viária Florestal na Mata Nacional da Herdade da Parra

4.1.2 Armazéns e outros edifícios associados à gestão

Na área da MNHP existem 3 edifícios, 2 dos quais muito degradadas, mas passíveis de recuperação, a saber:

1 – Chalé em bom estado de conservação – constituída por 1 casa de habitação, em bom estado de conservação, com 150 m² de área coberta, pombal com 56 m² e um ovil com 70 m², este último em ruínas;

2 – Monte do Barranco do Alqueve, em mau estado de conservação – constituído por 1 casa de habitação com palheiro incluído, com cerca de 115 m², um forno e uma ramada para porcos,

3 – Monte Velho da Parra em ruina – constituído por 1 casa de habitação bastante degradada com cerca de 200 m² de superfície coberta (palheiro incluído), um palheiro redondo com 55 m², um estábulo com 75 m² e um forno.

As habitações integram a área social da MNHP.

A única infraestrutura que no momento reúne condições físicas e serve de apoio à gestão da MNHP é o Chalé, onde também está instalada a melaria (local onde se processa e embala o mel).

4.1.3 Infraestruturas DFCI

Como infraestruturas DFCI (figura 25e mapa 11 e 12 do anexo 7), constantes do PMDFCI de Silves, existem:

- RPFGC (58,29 ha) distribuída ao longo do perímetro este e norte da MNHP;
- RSFGC (3,90 ha) constituída pela uma faixa de 50 m, de proteção às casas e à área envolvente ao parque de merendas
- 4 charcas do tipo misto (0,76 ha) que servem de apoio ao combate a fogos florestais.

Da Rede Terciária de FCG (RTFGC) fazem parte as faixas de 10 m de cada lado dos caminhos que foram considerados como mais estratégicos e que em simultâneo são os mais transitáveis (134,30 ha). Nestas áreas da RTFGC, procede-se à diminuição da carga combustível através da limpeza de matos e ainda desramação de algumas árvores, cujo procedimento é idêntico ao proposto para as RSFGC, conforme descrito no ponto 3.4 (programa de infraestruturas).

Na área da MNHP existem 6,19 ha de Rede Divisional – Aceiros e Arrifes que interrompem a continuidade da vegetação, ajudam a travar a propagação do fogo e facilitam operações de combate a incêndios.

Não existe, no interior da MNHP, qualquer Posto de vigia. Os mais próximos são: Picota a 77,64 Km a oeste e Malhão a 25,28 Km a este.

Na figura 25 e mapa 12 do anexo 7, identificam-se as infraestruturas relativas às FGC associadas à RVF e pontos de água. Destas somente a RVF inseridas na RPFGC se encontra associada ao PMDFCI de Silves.

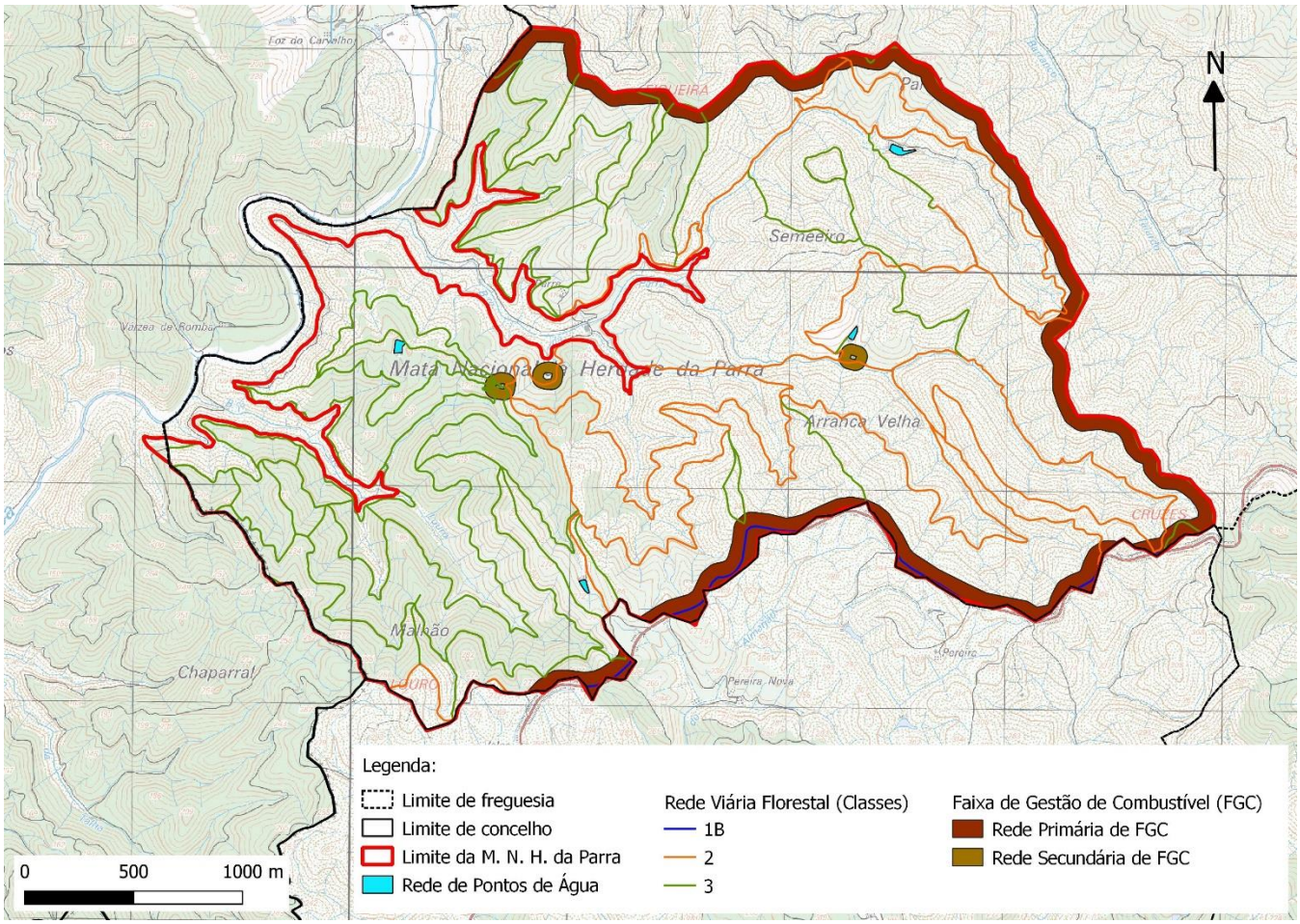


Figura 25 – Infraestruturas DFCI na Mata Nacional da Herdade da Parra

4.1.4 Infraestruturas de apoio à gestão cinegética

Atualmente (Portaria 91/98, de 21 de fevereiro) a MNHP é uma reserva de caça, não existindo qualquer infraestrutura de apoio à gestão cinegética propriamente dita, contudo, existem comedouros dispersos

pela área e uma torre de observação degradada, em madeira, do tempo em que foi uma zona de caça nacional. Toda a área está sinalizada como área de refúgio.

4.1.5 Infraestruturas de apoio à silvopastorícia

Não existem infraestruturas de apoio esta atividade, por inexistência da mesma na área da MNHP.

4.1.6 Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo

Como infraestrutura de apoio ao recreio e turismo, existe um pequeno parque de merendas, constituído por 2 mesas e 3 papeleiras em madeira tratada, que ocupa uma área de 0,224 ha.

Foi realizada uma candidatura para a requalificação de um Percurso Interpretativo, inserido no qual está a possibilidade de recuperação deste Parque de Merendas.

4.2 Caracterização socioeconómica da propriedade

De acordo com os dados preliminares dos Censos 2021, no contexto nacional, somente as regiões do Algarve e Lisboa apresentaram um aumento do número de residentes, relativamente aos Censos de 2011. O Algarve apresenta um crescimento de 3,7 %, mais precisamente, de 416 847 habitantes para 467 495 habitantes.

A região algarvia apresenta forte concentração de população ao longo da sua faixa litoral e fraca densidade populacional no seu interior, característica agravada pelo seu elevado envelhecimento. A ocupação dominante é no sector do turismo apresentando esta região a maior capacidade de alojamento, o maior volume de dormidas e de hóspedes, assim como das mais elevadas estadas médias na hotelaria classificada.

Segundo dados do Inventário Florestal Nacional de 2015 (IFN6), a Floresta no Algarve, ocupava, em 2015, uma área de 145 300 ha e os Matos e pastagens 224 400 ha. Acrescenta-se que, de 2005 a 2015, existiu um aumento do espaço ocupado por Floresta de 2 900 ha, regredindo o ocupado por Matos e pastagens em 900 ha. Dos 145 300 ha de área ocupada por Floresta, o Pinheiro-manso (40 000 ha – 27,8

%), o Sobreiro (35 000 ha – 24,1 %) e o eucalipto (29 000 ha – 20 %) são as espécies florestais que maior área ocupam no Algarve. Surge depois a Alfarrobeira (16 000 ha – 11 %), o grupo de Outras folhosas (10 900 ha – 7,5 %), naturalmente com forte peso do Medronheiro, o Pinheiro-bravo (4 800 ha – 3,3 %) e a Azinheira (8 800 ha – 6 %). As restantes espécies apresentam valor inferior a 1 % de área ocupada.

O concelho de Silves, onde se insere a MNHP, é caracterizado por uma grande diversidade ao nível da fauna, flora, clima, litologia, geologia, tipo e capacidades de uso do solo e paisagens. Esta diversidade resulta em diferentes potencialidades e alternativas turísticas: o mar e a atratividade da linha de costa, o potencial da serra e o valioso património paisagístico, histórico e cultural. O reconhecimento destas potencialidades lança importantes perspetivas de desenvolvimento socioeconómico no concelho.

Silves apresenta características "mistas", integrando tendências e dinâmicas do litoral povoado e urbano e do interior desertificado registando, nos últimos 10 anos, uma variação positiva de população que cresceu 1,9 %, atingindo os 37 813 habitantes. No concelho, especialmente quando nos afastamos do litoral, vamos encontrar uma envolvente rural constituída por uma agricultura pobre, que sustenta, ainda muita mão-de-obra, mas que procura aproveitar algumas condições naturais únicas para produzir bens com maior valor acrescentado. De resto, a cultura da laranja, a par da extração de cortiça, a recolha e transformação de frutos secos – amêndoa e figo – são, no quadro da produção agrícola, os aspetos mais relevantes. Silves apresenta 40 %, 6 000 ha, do total da área de produção de laranja do Algarve, registando, em média, 250 a 300 mil toneladas por ano.

Entre 1965 e 2001, a área arborizada no concelho de Silves foi de cerca de 6 000 ha e foram beneficiados cerca de 4 523,3 ha de floresta. As composições e espécies mais utilizadas nas arborizações foram os mistos de Pinheiro-manso e Sobreiro; Pinheiro-bravo e Sobreiro e Sobreiro puro.

Os bens e serviços proporcionados pela floresta do concelho e para os quais também contribui a MNHP, são: cortiça, madeira, lenho, frutos (medronho) e atividades de lazer associadas ao ambiente e paisagens rurais.

Desde 2018 as principais atividades desenvolvidas na MNHP encontram-se resumidas no quadro 24:

Quadro 24 – Principais atividades desenvolvidas na Mata Nacional da Herdade da Parra (2016-2022)

Ano	Atividade Desenvolvida
2018	Projeto / Operação 8.1.4 - Estabilização de Emergência Pós-Incêndio
2019	Sementeiras para alimentação da avifauna
2019	Sementeira aérea (Projeto / Operação 8.1.4 - Estabilização de Emergência Pós-Incêndio, de combate à erosão e estabilização dos solos na Serra de Monchique em resultado do incêndio de 2018)
2020	Plantação ao longo do Barranco da Parra e outros locais aérea (Projeto / Operação 8.1.4 - Estabilização de Emergência Pós-Incêndio, de combate à erosão e estabilização dos solos na Serra de Monchique em resultado do incêndio de 2018)
2021	Conclusão Projeto / Operação 8.1.4 - Estabilização de Emergência Pós-Incêndio, de combate à erosão e estabilização dos solos na Serra de Monchique em resultado do incêndio de 2018
2020	Execução de trabalhos de Manutenção de Construção de RPFGC e outras.
2021	Sementeiras para alimentação da avifauna
2023/2024	Plantação no âmbito do Operação 8.1.4. Restabelecimento da Floresta afetada por agentes Bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos
2023/2024	Operações de Desbaste e Plantação no âmbito da Operação 8.1.5. Melhoria da resiliência e do valor ambiental das Florestas
2024	A exploração apícola continua a ser desenvolvida.

Na década de 80 e 90, desenvolviam a sua atividade profissional na MNHP, 7 trabalhadores rurais; um tratorista, um capataz e um técnico. Atualmente não tem afeto qualquer pessoal.

Socialmente, a MNHP é procurada por caminheiros, amantes da natureza, clubes com atividades desportivas e observadores/investigadores de fauna e flora.

4.2.1 Função de produção

A função produção dos espaços florestais deve contribuir para o aumento do bem-estar material da sociedade rural e urbana. Na MNHP a produção de madeira, cortiça, medronho e outros serviços associados à floresta, deverão contribuir para a sua rentabilidade.

Não existem registos dos valores de produção de madeira, uma vez que este produto nunca foi explorado. As áreas plantadas (2007/2009) com resinosas folhosas após o GIR de 2003 e que não foram afetadas pelo incêndio de 2018, encontram-se em situação de possibilitar a extração de madeira (ver

quadro 20). No entanto a sua volumetria e qualidade não lhes conferem importância significativa em termos comerciais dificultando a existência de qualquer rentabilidade positiva.

Quanto à produção de cortiça, o valor total apurado no ano de 2000, situou-se nas 3000 arrobas de cortiça amadia.
Atualmente a produção é nula devido a um acumular de fatores:

- Diminuição do número de árvores em produção em consequência da mortalidade ocorrida após os GIR de 2003 e 2018;
- Existirem muitos sobreiros jovens, que ainda não entraram em produção;
- A cortiça queimada pelo GIR de 2018 ainda permanecer na árvore.

A reabilitação desta fonte de rendimento está condicionada a um investimento na extração da cortiça queimada, condução das árvores jovens e plantação nas áreas de menor densidade. Em resultado da grande plantação de Sobreiro que está a ser realizada (2023/2024) será de esperar que dentro de 2/3 décadas a exploração de cortiça possa ter significado importante e a função produção ganhe expressão.

Tem ocorrido historicamente algum aproveitamento do fruto do medronho nesta MNHP, atualmente limitado ao uso como fonte de semente para o Viveiro Florestal de Monte Gordo. Trata-se de um recurso amplamente disponível com potencial para desenvolvimento futuro.

Existe ainda produção de mel, a qual se encontra caracterizada no ponto 4.2.4 Função de suporte à silvopastorícia, caça e pesca.

A pinha nunca foi aqui explorada. A sua fraca produção não justifica que o venha a ser comercialmente. Como fonte de semente para o Viveiro Florestal de Monte Gordo também não se justifica uma vez existirem outras áreas, sob gestão do DRCNF-ALG, com maior produtividade e menor declive.

4.2.2 Função de proteção

Esta função, apesar não constar da lista de funções gerais dos espaços florestais a implementar e desenvolver na SRH Serra de Silves, é de grande importância em toda a MNHP estando relacionada com

a necessidade de implementar medidas de proteção do solo e da água em virtude de aqui dominarem solos finos e muito degradados em conjugação com declives acentuados.

As ações implementadas e a implementar deverão sempre ter em consideração o objetivo de proteção do solo contra a erosão hídrica, nomeadamente: a manutenção do coberto vegetal, a reflorestação da área ardida com técnicas de mobilização mínima de solo e a plantação de espécies florestais ecologicamente adaptadas à estação.

A proteção da rede hidrográfica consiste no ordenamento e planeamento da floresta das margens. Na MNHP, a vegetação existente nas faixas de proteção às linhas de água é constituída por salgueiros, sobreiros, medronheiros e folhados; pontualmente existem ainda loendros, choupos, carvalho-português, e outras subarbustivas. As linhas de água não serão intervencionadas mecanicamente. Algumas irão evoluir de forma natural; noutras far-se-á a condução do salgueiral, através de desbastes, pelo corte de varas das toiças localizadas nas linhas centrais da ribeira, mais densas devido à ocorrência de incêndios. Estas intervenções respeitarão sempre o preconizado na Lei da água – Lei nº58/2005, de 29/12, na sua redação atual e o na Portaria 15-A/2018, de 12/01 (estabelece as normas técnicas essenciais a considerar no âmbito da elaboração de projetos de arborização e de rearborização, do respetivo processo de análise e decisão, e da sua execução).

4.2.3 Função de conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos

A MNHP encontra-se em Área de Rede Natura integrando a ZEC Monchique (PTCON0037), 153,24 ha de *habitats* constantes do Anexo I da Directiva 92/43/CEE e em ZPE Monchique cerca de 96,40% da área territorial. As orientações de gestão das parcelas, onde ocorrem esses *habitats*, constam do Programa de Gestão da Biodiversidade.

Os valores naturais e espécies da flora e da fauna que condicionam a gestão florestal da MNHP foram já identificados nos Quadros 11, 12 e 13 (ver págs. 21 e 23).

Para esta função contribuíram os objetivos dos projetos da World Wide Fund for Nature (WWF) e L`Instrument Financier pour l`Environnement (LIFE), que irão ser detalhados no ponto 4.2.7 Evolução histórica da gestão**,** que possibilitaram o aumento da disponibilidade de recursos tróficos para a Águia

de Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), permitindo simultaneamente diminuir a perseguição humana a esta espécie protegida.

4.2.4 Função de suporte à silvopastorícia, caça, pesca e apicultura

Silvopastorícia

Não existem na área da MNHP e nas proximidades quaisquer rebanhos que permitam equacionar a possibilidade de desenvolver aqui a atividade pastoril. Seguramente seria uma forma de controlar o crescimento descontrolado da vegetação (mato) e contribuir para a recuperação da fertilidade dos solos. Será seguramente uma atividade a incentivar se forem reunidas condições que o permitam.

Caça

Pelo facto de a MNHP constituir um refúgio de caça, não é explorada a atividade cinegética.

Pesca

Embora existam 4 pontos de água (figura 25 e mapa 12 do anexo 7) na MNHP, apenas um tem peixes, não sendo por este motivo a pesca lúdica uma atividade explorada. As margens da Albufeira da Barragem de Odelouca são, muito ocasionalmente, utilizadas para a prática desta atividade.

Apicultura

O conjunto de medidas que favorecem a atividade apícola é coincidente com as medidas adequadas à proteção florestal, especialmente no que respeita a agentes bióticos. As medidas que se destinam a promover a diversidade florística e o sub-bosque promovem a atividade das abelhas, e a da restante fauna auxiliar dos ecossistemas. Atualmente é a única atividade afeta a esta função.

Em 2010 a apicultura tinha algum relevo pois existia na parcela um conjunto de 3 apiários com uma área de 0,30 ha contendo um total de 25 enxames e produções na ordem dos 300 kg de mel anuais, com muita procura no mercado local. O rendimento anual bruto desta atividade rondava os 1 250 euros.

O incêndio de 2018, destruiu os 2 apiários localizados mais a sul. Hoje estão ocupados com colmeias somente dois dos antigos apiários, um com 2 colmeias (0,02 ha) e outro com 5 (0,07 ha). A recuperação desta atividade está condicionada por, entre outros aspetos, ocorrência mais frequente de episódios climáticos com elevadas temperaturas e falta de precipitação com consequente redução da vegetação melífera. A estes aspetos poderemos ainda somar as agressões por parte de outros animais, nomeadamente de répteis, vespas e aves. Estes fatores contribuem para que a produção média de mel, entre 2018 e 2020, seja de 83,75 Kg/ano e que não se registou produção entre 2021 e 2024.

Prevê-se a cedência de utilização dos apiários, através da realização de Hasta Pública, para a produção do ano de 2025 e subsequentes.

4.2.5 Função de recreio e valorização da paisagem

O espelho de água da Albufeira da Barragem de Odelouca constitui uma mais-valia paisagística da MNHP.

Até à data apenas têm ocorrido provas de BTT organizadas por clubes do concelho; caminhadas por pequenos grupos de turistas; passeios pedestres e equestres.

Complementarmente a MNHP está dotada de um pequeno parque de merendas que apoia estas atividades.

No dia 18 de março de 2024 foi inaugurado um Percurso Interpretativo sinalizado designado por Trilho da Parra. Este tem uma extensão de 6,5 Km, apresenta um grau de dificuldade média/alta e possui 10 pontos de observação de fauna e flora com placards informativos. Conjuntamente, com a construção deste percurso, foi requalificado o parque de merendas.

4.2.6 Experimentação

Esta MNHP tinha três ensaios de cipreste (antiga parcela 12 com 4,378 ha), instalados em 2007, ao abrigo do Programa MED 2007-2013 e Projeto CYPFIRE: 2G-MED09-70CYP.FIRE, apoiados por fundos comunitários com parcerias de países da orla mediterrânea. Os ensaios foram monitorizados

anualmente, com recolha de dados dendrométricos e trabalhos de manutenção, que foram mantidos durante o decurso do projeto. Estas parcelas encontram-se na seguinte situação:

- A área de ensaio Sudeste ardeu completamente no decorrer do incêndio de 2018 e apresenta hoje uma ocupação de Sobreiro, Medronheiro e mato;
- A parcela localizada junto ao Chalé foi parcialmente afetada pelo incêndio de 2018 e apresenta uma ocupação de Sobreiro, Medronheiro, Ciprestes e Matos;
- A parcela de ensaio Nordeste pouco foi afetada pelo incêndio de 2018, os Ciprestes encontram-se em boas condições (foi recentemente alvo de ação de Controlo de Vegetação Espontânea (CVE) – maio/2024), continua bem vedada e permite manter a sua função.

Fez-se a instalação de um ensaio de medronheiro, em três áreas, no período em que a MNHP esteve sob gestão da Direção Regional de Agricultura do Algarve. Após o incêndio de 2003, que afetou integralmente estas áreas, não houve qualquer intervenção tendo estas evoluído naturalmente. A monitorização desta parcela justificou-se por se tratar de um povoamento de origem artificial, por comparação com as produções obtidas nos restantes provenientes de regeneração natural, existentes na restante área da MNHP. No incêndio de 2018 duas dessas áreas arderam completamente, sendo a terceira (a localizada mais a sul) muito pouco afetada. Atualmente, o objetivo traçado para esta área (Parcela 2) é a condução do medronheiro para a produção de fruto.

O Quadro 25 resume a atividade experimental na MNHP.

Quadro 25 – Função de experimentação

Função	Descrição	Área (ha)	Composição	Tipo	Objetivo da gestão
Experimentação	Ensaios	3,263	Povoamento puro de Cu (ensaios Cu*Md e Md*Cu e Cipfire)	Alto fuste, regular	Teste de adaptabilidade de diferentes clones às condições edafo-climáticas
		1,753	Povoamento puro de Md (ensaios antigos sem tratamento)		Monitorização da produção e qualidade do fruto

Uma vez que os referidos ensaios já concluíram a sua função e produziram os dados a que foram destinados, esta função de experimentação deixará de estar associada a estas parcelas. Contudo permanece como uma das funções da MNHP que permanecerá aberta a iniciativas cientificas no sentido de melhorar os conhecimentos sobre os recursos florestais, os ecossistemas e o ambiente.

4.2.7 Evolução histórica da gestão

A MNHP é submetida ao regime florestal total em maio de 1982 (Decreto n.º 61/82 de 26 de maio) com uma superfície de 922,00 ha. Atualmente, após cedências para a construção da EM502 e Barragem de Odelouca, a MNHP possui uma superfície de 845,51ha (*fonte:* https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html - REFLOA).

A gestão da MNHP inicia-se na Ex-Administração Florestal de Portimão, com a arborização da área oeste da propriedade com recurso a fundos comunitários para execução do primeiro Programa de Ação Florestal (PAF), em 1987 (ver quadro 32), que contemplou a sementeira a lanço com pinheiro-bravo, ainda com recurso a animais para enterramento do penisco, e arborização com sobreiro, cujas plantas foram provenientes dos viveiros do Estado.

Em 1994 (ver quadro 32), foi aprovado um novo projeto com o apoio financeiro do Programa de Ação Florestal, recorrendo às mesmas espécies do projeto anterior. Com a aprovação do projeto, aumentou-se a área arborizada, continua à anterior. Simultaneamente descortiçaram os sobreiros em produção e fez-se a desbóia dos que atingiam as dimensões legais. O povoamento de pinheiro-bravo, de origem seminal, foi desbastado manualmente durante 3 anos consecutivos, por alunos de escolas da região no âmbito de projetos escolares, com a supervisão técnica dos Serviços Florestais Regionais.

Em 1997, a gestão passou a ser feita pela da Direção Regional de Agricultura do Algarve, após a extinção do Instituto Florestal e integração das respetivas Delegações Florestais nas Direções Regionais de Agricultura. Como ações de gestão foram realizadas pequenas arborizações com cipreste e CVE em diversas áreas.

Em 1998 (ver quadro 32), com a provação de um novo PAF, foi executada intervenção em que existiu a arborização de novas áreas com Sobreiro, Pinheiro-bravo, Castanheiro e Medronheiro e ainda a beneficiação de outras já existentes.

Em Agosto de 2003, toda a área da MNHP foi percorrida pelo grande incêndio que consumiu cerca de 57 mil ha no distrito do Algarve. O incêndio devastou aproximadamente 99 % da sua área total tendo apenas escapado a área construída (casas e anexos) O pinheiro-bravo, foi afetado de forma irrecuperável, o sobreiro e o medronheiro ficaram bastante danificados.

Após o incêndio, o medronheiro apresentou uma resposta rápida, sendo elevada a sua regeneração. O sobreiro respondeu alguns meses depois, mas sem o vigor necessário para ultrapassar a época estival, apresentando uma elevada mortalidade. O pinheiro-bravo pouco afetado sobreviveu. As árvores mortas em pé foram cortadas, toradas e empilhadas mas deixadas no solo, devido à incapacidade financeira da firma que se propôs efetuar o trabalho pelo valor da madeira que iria estilhar.

Em 2005 (ver quadro 32), na campanha "Escolha uma causa", uma iniciativa de responsabilidade social da CARMIM - Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz com o objetivo de minimizar os danos materiais decorridos da vaga de incêndios de 2003-2004, a causa: Reflorestação da MNHP, foi eleita pelo público (com cerca de 90 mil votos). Os trabalhos de reflorestação foram adjudicados por concurso público, promovido pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) e CARMIM. Os trabalhos de reflorestação (120 ha) tiveram igualmente uma importante componente de inovação, uma vez que foi utilizada pela primeira vez em Portugal, uma máquina de escavação e plantação de árvores em terrenos com inclinação muito acentuada, a "retro-aranha", tendo sido aplicados cerca de 200 mil euros.

Ainda em 2005 (ver quadro 32), foi elaborado um plano de reflorestação de áreas ardidas, ao abrigo do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO), aprovado em 2007, pelo montante 866 655,1 euros. Os trabalhos foram adjudicados mediante concurso público internacional. Instalaram-se em 2008-2009 povoamentos de sobreiro, pinheiro-bravo, pinheiro-manso, ciprestes, eucalipto botrioides, carvalhos, casuarina e freixo. Estes povoamentos tinham uma área de 436,815 ha. A restante área da MNHP continuou com ocupação de sobreiros adultos com idade superior a 60 anos e medronheiros em povoamento e dispersos com matos, núcleos de eucaliptos *E. botrioides* e *E. maidenii*,

pequenas manchas de cipreste com idades de 25 anos e pinheiro-bravo adulto, com 35 anos, recuperado do incêndio, em bolsas dispersas pela área rearborizada.

Em 2008 (ver quadro 32), no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Floresta, a Associação dos Médicos de Família do sul, doou uma verba, a qual foi utilizada na arborização de cerca de 2,5 ha. Simbolicamente foram plantados sobreiros, ciprestes e pinheiros, pelo presidente da Associação e outros médicos em cerimónia pública.

Numa área de 18,65 ha, a WWF – *World Wide Fund for Nature* "Fundo mundial para a vida selvagem e natureza", instalou também em 2008 (ver quadro 32), um Projeto de Restauro Ecológico com os objetivos promoção de funções produtivas e ecológicas através de um conjunto intervenções integradas, nomeadamente a:

- defesa contra a erosão;
- colonização do solo e restabelecimento da pedogénese;
- adequação de condições de vegetação para espécies de fases mais tardias das sucessões florísticas;
- reforço na instalação de espécies de fases mais tardias das sucessões florísticas e o aumento de biodiversidade.

Ainda no âmbito de um Projeto LIFE "Conservação de populações arborícolas de Águia de Bonelli em Portugal", foi construído um pombal no ano de 2010 (ver quadro 32), com os seguintes objetivos:

- Aumentar a quantidade de presas disponíveis e contribuir para a diminuição da escassez dos recursos tróficos na região;
- Diminuir a predação sobre outras presas domésticas e de espécies cinegéticas, reduzindo conflitos com as populações locais;
- Melhorar as condições de controlo sanitário, contribuindo para a diminuição da tricomoníase dos *Columba livia*.

No âmbito das compensações pela construção da Albufeira da Barragem de Odelouca (ver quadro 32), constituem objetivos, ações de promoção e conservação das comunidades de flora e fauna autóctones, com especial relevo para as populações de coelho bravo, em áreas de *habitat* potencial para o lince ibérico e águia de *Bonelli*. Foi construído um cercado, instalados morouços e culturas, para o fomento

do coelho bravo (2011 – 2012). No âmbito deste plano e pelo anteriormente referido, consideram-se estas ações como de fomento e conservação das espécies de fauna e flora, tendo sido integradas na função de conservação. A elevada mortalidade, que afetou a população de coelho bravo que aí foi introduzida, levou ao insucesso deste projeto.

Desde 2010, ano em que entrou em vigência o anterior PGF, diversas têm sido as intervenções efetuadas nesta MNHP, mais precisamente:

- 2010 – Ensaio de Pinheiro-manso;
- 2011 – Intervenção, patrocinada pelas Águas do Algarve, com vasta área de intervenção;
- 2012 – Áreas de sementeira, patrocinadas pelas Águas do Algarve.
- 2012 – Áreas de sementeira, no âmbito de um Projeto LIFE;
- 2019 – Sementeira aérea no âmbito do Projeto 8.1.4 – Estabilização de emergência, em resultado do GIR em 2018;
- 2020 – Plantação no âmbito do Projeto 8.1.4 – Estabilização de emergência, ao longo do Barranco da Parra e outros locais;
- 2022 – Iniciaram-se trabalhos dos Projetos 8.1.4 e 8.1.5 que deverão estar concluídos em 2024.

No que respeita à cinegética, as espécies mais representativas foram, em tempos, javali, coelho e a perdiz. O coelho, devido a inúmeras doenças que a espécie sofreu, desapareceu por completo nesta área mas as restantes mantêm-se, acrescentando-se o veado.

A gestão cinegética assentou na criação de campos de alimentação e de pequenas hortas com culturas agrícolas, criando-se assim, condições para a fixação e aumento das populações cinegéticas. Posteriormente, foi introduzido o veado, em área de matagal sem intervenção, vedada para o efeito. Em 1993, pela Portaria n.º 725-F/93 de 10 de agosto, foi criada a Reserva Parcial de Caça SLV-3, constituindo a MNHP o núcleo central de dispersão do veado no Algarve, com o objetivo de repovoamento, o que foi conseguido.

Um ano depois, com a Portaria n.º 640-Q3/94 de 15 de julho, na filosofia do ordenamento cinegético e reconhecidas as condições de excelência para a exploração de caça maior, foi constituída como Zona de Caça Nacional, por um período de 15 anos, tendo ficado a gestão a cargo da ENDAC – Empresa Nacional

de Desenvolvimento Agrícola e Cinegético, S.A.. Posteriormente, com a dissolução da ENDAC, em 1998, a Zona de Caça Nacional é extinta e em simultâneo é criada a Reserva de Caça SLV-1, sendo esta figura de ordenamento mais consentânea com os objetivos de conservação do património cinegético existente, designadamente a população de cervídeos (Portaria n.º 91/98 de 21 de fevereiro).

As ações florestais atrás calendarizadas podem ser observadas no quadro 32 onde se encontram sintetizadas.

Quadro 26 – Evolução histórica da gestão

Data	Projeto/iniciativa	Área (ha) Extensão (Km)	Ação florestal e outros aspetos
1987	Plano de Ação Florestal (PAF) n.º 870809764	Arborização: Pb e Sb – 100,00 ha; Pb e Sb – 97,00 ha; Pb e Sb – 150,00 ha. Beneficiação: Sb – 513,00 ha. Infraestruturas: Caminhos novos – 3,25 Km; Aceiros – 26 Km; Charcas – 4.	Área total de arborização: 347,00 ha: - Preparação de terreno: gradagem; - Vala e cômoro; - Terraços. Área total de beneficiação: 513,00 ha: - CVE manual e mecânica.
1994/1995	PAF n.º 957151368	Beneficiação: Pb e Sb – 66,00 ha; Sb e Md – 7,50 ha; Pb e Sb – 10,00 ha. Uso múltiplo: Apiários (4): Construção acessos e instalação; Instalação bebedouros e comedouros para fauna; Parque infantil.	Área total: 83,5 ha - CVE, adensamento e podas; - CVE, podas e aproveitamento regeneração natural; - CVE, adensamento e podas.
1997	Sem dados	Sem dados	Pequenas arborizações com cipreste
1997	Plano de Desenvolvimento Florestal (PDF) n.º 977156298	Beneficiação: Pb, Sb e Cu- 130 ha; Sb – 38 ha.	Área total: 168 ha - CVE; - CVE.
1998/1999	PDF n.º 987153343	Arborização: Sb e Cs – 20,60 ha; Cu – 13,50 ha; Cu – 62,20 ha; Pb – 53,7 ha. Beneficiação: Sb – 46,00 ha; Pb – 16 ha; Sb e Md – 38 ha Infraestruturas: Beneficiação de caminhos – 7,00 Km; Beneficiação de aceiros – 2,50 Km;	Área total de arborização: 150 ha: - Ripagem e subsolagem; - Ripagem e covas; - Ripagem e subsolagem; - Sementeira de penisco em covas manuais. Área total de beneficiação: 100 ha - CVE adensamento e podas; - CVE e desramação; - CVE e podas

2003	Grande Incêndio Florestal que afetou 100,0 % da área da MNHP		
2008-2009	AGRO - Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural	436,82 ha	Projeto aprovado em 2005 foi concluído em 2008-2009. Instalaram-se povoamentos de sobreiro, pinheiro-bravo, pinheiro-manso, ciprestes, eucalipto botrioides, carvalhos, casuarina e freixo
2008	Associação dos Médicos de Família do sul	2,50 ha	Plantados sobreiros, ciprestes e pinheiros
2008	WWF – World Wide Fund for Nature "Fundo mundial para a vida selvagem e natureza"	18,65 ha	Projeto de Restauro Ecológico
2008	CARMIM - Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz	120,00 ha	Projeto aprovado em 2005 foi concluído em 2008. Reflorestação com Pb, Sb e outras intervenções (Proteção de RVF; FGC; Faixa de proteção de Linha de Água). Área de menor declive plantada sem armação de solo, com médio declive em Vala e comoro e as de maior declive com recurso a Retro-aranha.
2010	Projeto LIFE "Conservação de populações arborícolas de Águia de Bonelli em Portugal"	80 m2	Foi construído: um pombal
2010	Ensaio de Pinheiro-manso	5,80 ha	Toda esta área ardeu no Incêndio de 2018
2011	Águas do Algarve	1,10 ha	Construção de cercado para criação de coelho bravo; Instalação de morouços para o fomento do coelho bravo
2012	Águas do Algarve	5,48 ha	Sete áreas de sementeira para a fauna
2012	Projeto LIFE	0,56 ha	Sete áreas de sementeira para a fauna
2018	Grande Incêndio Florestal que afetou 58,6 % da área da MNHP.		
2019	Projeto 8.1.4 – Estabilização de emergência, em resultado do grande incêndio ocorrido em 2018;	7,94 ha 10,19 ha 95,76 ha 9 26	Sementeira aérea; Regularização de linhas de água; Corte de árvores queimadas; Instalação de comedouros para fauna; Construção de passagens hidráulicas
2020	Projeto 8.1.4 – Estabilização de emergência	10,19 ha	Plantação ao longo do Barranco da Parra e outros barrancos;
2020	Projeto 8.1.4 – Estabilização de emergência	RPFGC – 28,97 ha MFGC – 57,03 ha	Execução de RPFGC e MFGC
2022	Aprovados e tiveram inicio os Projetos: 8.1.4 - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos; 8.1.5. – Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas. Deverão estar concluídos em 2024.	8.1.4 – 268,56 ha 8.1.5 – 101,34 há e 4,34 Km de RVF	Projeto 8.1.4 – Constituído por 8 locais de intervenção (1- Sb – 183 ha; 2- Sb e Cv – 22,92 ha; 3- Cp – 26,54 ha; 4- Sb, Pm e Md – 15,74ha; 5- Az – 7,03 ha; 6- Zb – 5,38 ha; 7- Sb e Cv – 3,81 ha; 8- Md e Cv – 4,06 ha) onde está prevista reflorestação de áreas afetadas pelo incêndio Projeto 8.1.5 – Constituído por 4 locais de intervenção: Locais 1 e 2 (29,14 ha) com rejuvenescimento (adensamento) de povoamento de Sb; Local 3 com Reabilitação (desbaste) de povoamento florestal, de Pb, com densidade excessiva; Local 4 com recuperação de RVF.

5. REVISÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

O PGF atual pode ser revisto de 5 em 5 anos, de acordo com a utilização da área florestal e dos resultados de monitorizações anteriores, onde foram avaliados os resultados da gestão florestal.

O plano prevê a monitorização anual da saúde e vitalidade das florestas, especialmente os fatores, bióticos e abióticos, que afetam potencialmente a saúde e a vitalidade dos ecossistemas florestais, tais como pragas, doenças, fogo e danos causados por fatores climáticos, poluentes aéreos ou por operações de gestão florestal.

O plano baseia-se e respeita integralmente a legislação aplicável e tem um período de vigência de 2020 até 2039.

B. MODELO DE EXPLORAÇÃO

1. CARACTERIZAÇÃO E OBJECTIVOS DA EXPLORAÇÃO

1.1 Caracterização dos recursos

A MNHP foi rearborizada (2008/2009) com diversas espécies florestais após o incêndio 2003, ao abrigo de projetos comunitários. As espécies atualmente mais representadas na MNHP são o pinheiro-bravo, medronheiro, pinheiro-manso, sobreiro e eucalipto botrioides. Existem também povoamentos e formações vegetais contendo outras espécies entre as quais ciprestes, casuarinas, carvalhos, galerias ripícolas com salgueiros e freixos, e vegetação natural diversa com presença de arbustos e árvores diversas (*Pistacea lentiscus*, *Nerium oleander*, *Olea europaea ssp sylvestris*).

Após o incêndio de 2018 foram submetidos três projetos, um para a estabilização de emergência já concluído (PDR 814), outro para rearborização da área ardida (PDR 814) e outro para beneficiar a área não ardida (PDR 815).

O quadro 27 e as figuras 26 e 27 apresentam a modelação da paisagem desde 2018 até à atualidade, demonstram a alteração que ocorre pelo impacto do fogo e a recuperação e transformação da floresta.

1.1.1 Caracterização geral

A distribuição dos principais usos do solo sintetiza-se no quadro seguinte:

Quadro 27 – Ocupação atual

Ocupação	Área COS2018 (ha)	Área COSsim2020 atualizada a março 2021 (ha)	Área (ha) por observação in loco (2022)
Floresta	451,505	193,030	759,36
Matos	383,323	647,800	43,40
Culturas temporárias de sequeiro e regadio (*1)	0,258	-------	-------
Pastagens	7,705	3,920	-------
Águas interiores	2,716 (*2)	0,620 (*3)	1,2
Improdutivos	-------	-------	39,01
Total	845,51	845,37 (*4)	845,58 (*5)

(*1) - Erro de classificação. Corresponde, efetivamente, a Matos (*2) - Áreas que bordejam o plano de água da Barragem de Odelouca. Não inclui os pontos de água da MNHP; (*3) - Áreas que bordejam o plano de água da Barragem de Odelouca e alguns pontos de água; (*4) – Diferença resulta da conversão de Raster para Vetorial e consequentes erros que surgem nas áreas limítrofes; (*5) – Diferença (0,07 ha) resulta de arredondamentos.

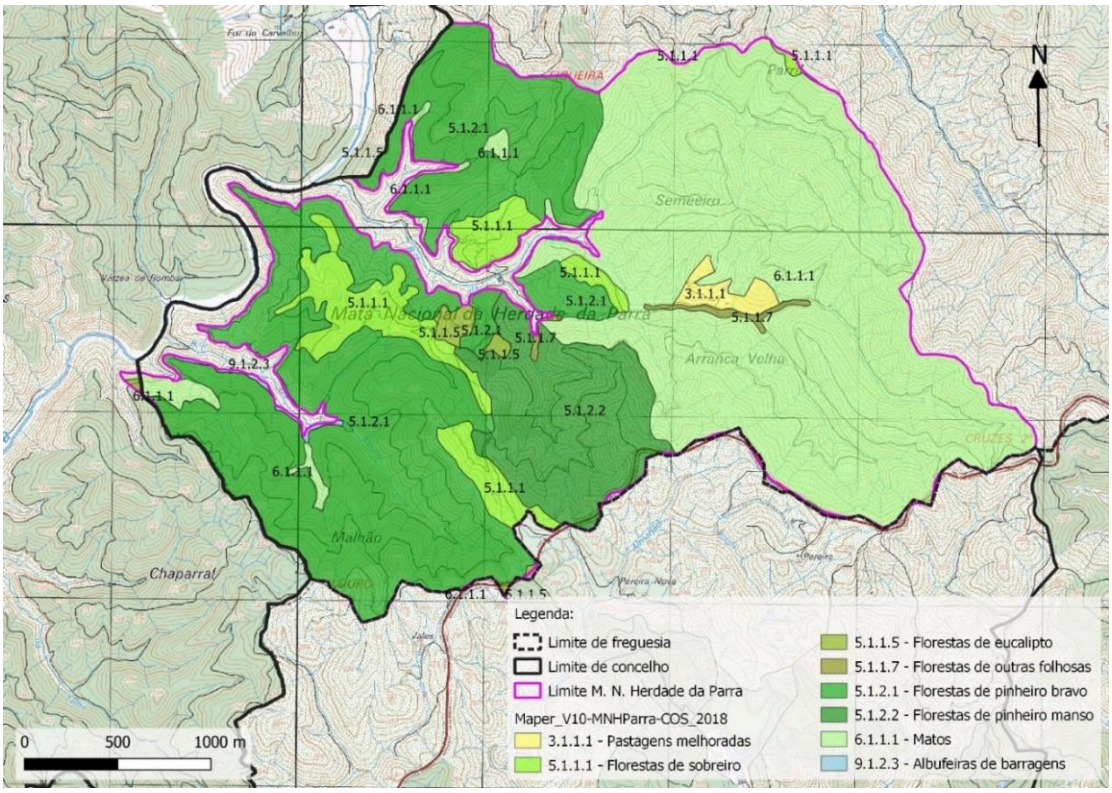


Figura 26 – Ocupação Estrutural do Solo

(Fonte: COS 2018)

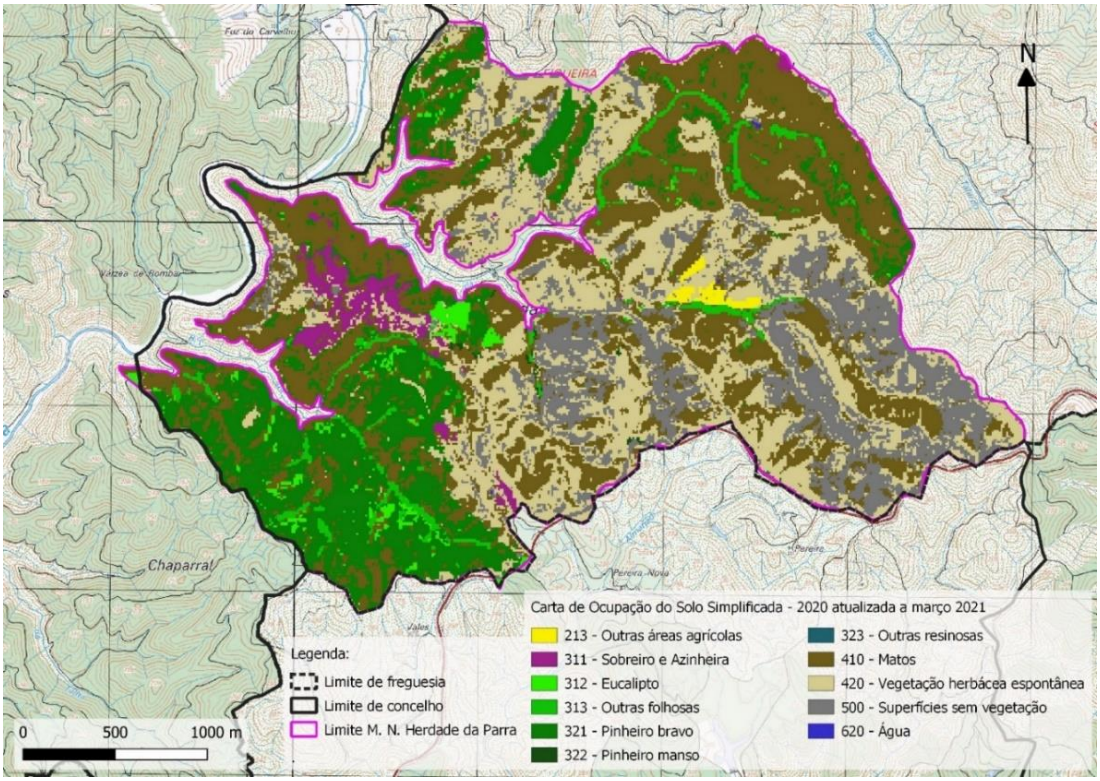


Figura 27 – Ocupação Conjuntural do Solo 2020

(Fonte: COSsim 2020 atualizada a março 2021)

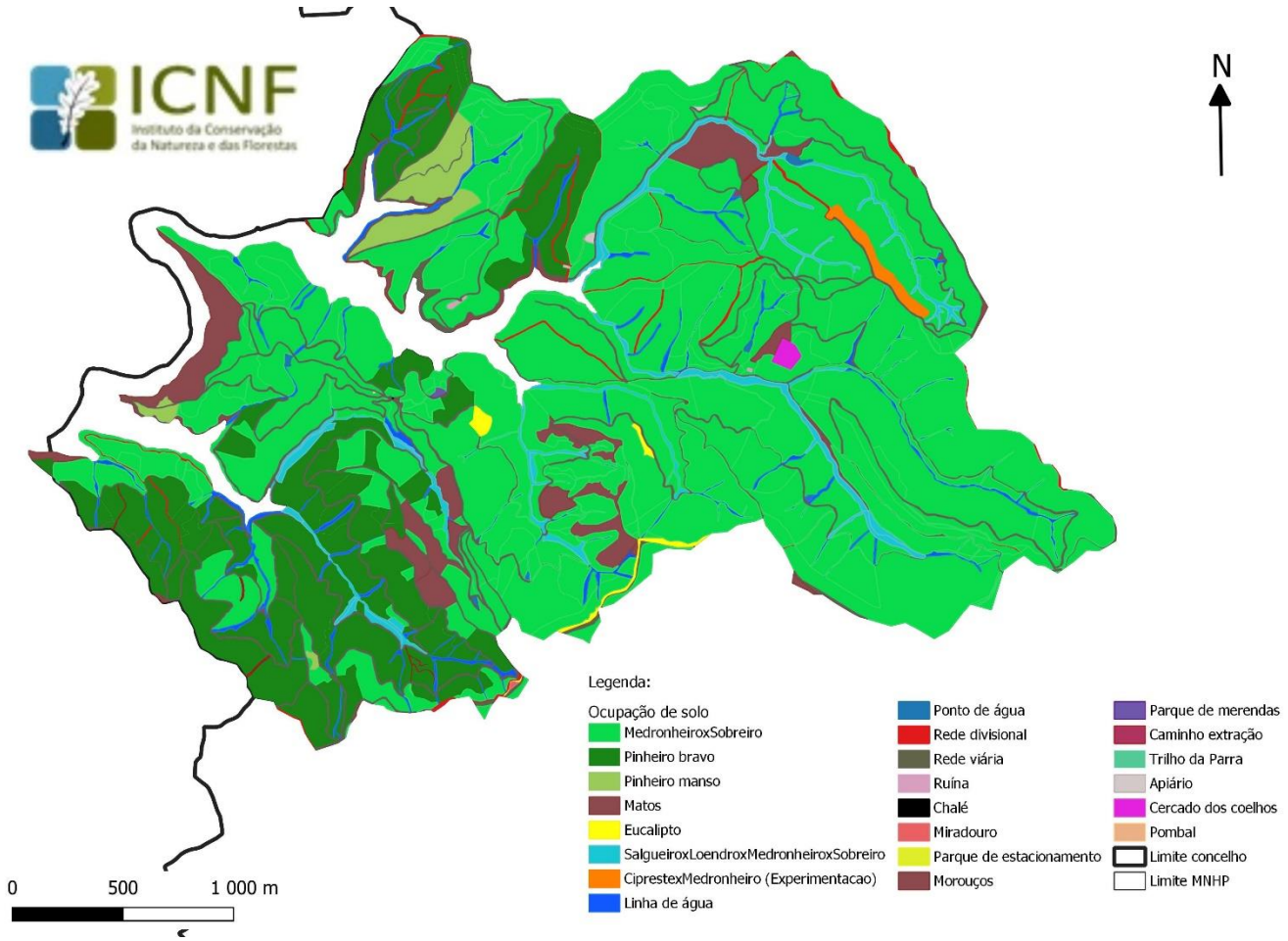


Figura 28 – Ocupação de solo

A ocupação de solo da MNHP tem vindo a homogeneizar-se ao longo dos anos, não pelas intervenções realizadas, mas pelos sucessivos, incêndios rurais, que percorrem a área. Após, os incêndios o ICNF, tem realizado sempre ações na MNHP, por candidaturas ao fundos comunitários, por apoio de entidades privadas, ou outros. Contudo, as condições adversas que surgem, acompanham altas taxas de insucesso nas diversas arborizações realizadas, proporcionando a existência de núcleos pontuais de algumas dessas espécies. Assim, existe uma ocupação de solo marcada, por matos termomediterrâneos, com sobreiros de regeneração natural ou de instalações anteriores, com diversas outras espécies dispersas. Tais como, cipreste, pinheiro manso, pinheiro bravo, carvalho cerquinho. Na identificação de ocupação de solo, foi necessário, seguir o método de classificação, pelas espécies dominantes, sendo os exemplares existentes que se encontram dispersos e em número reduzido, conduzidos de acordo com os respetivos modelos de silvicultura. Esta foi uma solução de forma a simplificar e criar uma gestão mais ativa e eficiente. Espera-se que após, este plano e a realização de Planos de Atividades Anuais, se consiga conduzir a MNHP de forma mais eficiente e resiliente.

Floresta

Originalmente, a MNHP era coberta por floresta de sobreiro com medronheiro em sub-bosque. Com a evolução do tempo esta foi desaparecendo, surgindo pontualmente povoamentos de sobreiro, de origem natural e outros artificiais de plantações realizadas para recuperação das perdas verificadas.

Após o incêndio de 2003, foram realizadas plantações de sobreiro, eucalipto botrioides, carvalho português, freixo, casuarina, cipreste, pinheiro-manso e pinheiro-bravo, construindo-se manchas irregulares, com o objetivo de se criar mosaicos de vegetação arbórea. Obtendo-se descontinuidade e modelando-se a paisagem para uma floresta mais resiliente.

Nas áreas afetadas pelo incêndio de 2018, recorreu-se a cipreste, sobreiro, azinheira, pinheiro-manso, medronheiro e zambujeiro construindo-se de novo manchas irregulares, com descontinuidade e diversidade. Estas manchas terão em consideração a exposição das vertentes pois tem-se constatado que o sucesso/insucesso é consideravelmente diferente.

Algumas das áreas não afetadas pelo incêndio de 2018 foram intervencionadas de forma, a promover e melhorar povoamentos selecionados, incrementando a sua resiliência e o seu valor ambiental. Tendo sido alvo de adensamentos com sobreiro.

Matos

Como pode ser constatado pela observação das figuras e quadro anteriores, o mato tem vindo a ganhar espaço e a desenvolver-se por toda a área, em especial onde o fogo passou (ver distribuição de: 410 – Matos; 420 – Vegetação herbácea espontânea; 500 – Superfícies sem vegetação (regiões parcialmente ocupada por mato), com exceção da área sudoeste onde domina a floresta. Para esta situação contribuíram sobretudo dois aspetos: Insucesso parcial das plantações executadas em 2008/2009, especialmente evidente nas vertentes mais soalheiras (expostas a sul e sudoeste) e os incêndios de 2003 e 2018 (ver Figura15 e Mapa 6 do Anexo 7).

As zonas de mato mais denso e antigo localizam-se nas áreas confinantes com o nível de pleno armazenamento da barragem de Odelouca (ver Figuras 26 e 27 e Mapa 14 em Anexo 7) e têm como

principal função a proteção do solo, uma vez que predominam os declives acentuados, onde as intervenções, quer manuais quer mecânicas, não são exequíveis. Estas áreas, nunca foram intervencionadas e a sua vegetação tem evoluído naturalmente.

Depois do incêndio de 2018 surgiram novas zonas de mato, que podem ser localizadas/identificadas na Figura 27 e Mapa 14 em Anexo 7 (ver: matos recentes pós incêndio 2018). Está prevista a evolução natural, também, destas áreas.

Estas zonas são essencialmente constituídas por espécies arbustivas, onde domina o medronheiro consociado com sobreiro, urzes, folhado, carqueja e esteva, formando um *maquis* mediterrâneo, que serve de abrigo e fornece algum alimento para a fauna existente. Dado o interesse ecológico e fitossociológico provável, serão zonas com interesse de preservação e de evolução natural.

Algumas zonas, em especial as vertentes de exposição a sul, são menos ricas e variadas, predominando matos velhos maioritariamente de cistáceas.

Águas interiores

Existem 4 pontos de água, que ocupam uma área de 1,201 ha, com a capacidade de reter um volume total de cerca de 6 000 m3. Servem para apoio de emergência ao combate aos incêndios (todos acessíveis a autotanque) e como bebedouros para a as diferentes espécies de animais. O ponto de água designado por “Entrada” fornece água ao chalé. Estes pontos de água são também potenciais locais de nidificação de anatídeos.

As linhas de água são de carácter temporário, com exceção do troço do Barranco da Parra, mais próximo da Ribeira de Odelouca, que possui água praticamente todo o ano. A MNHP possui ainda cerca de 17 nascentes em toda a área.

Improdutivos: Zonas sociais

Nas zonas sociais incluem-se o casario, o pombal, o parque de merendas (cachoeira) e o miradouro.
No quadro 34 estão caracterizadas sumariamente estas zonas:

Quadro 28 – Caracterização das zonas sociais

Zonas sociais	Área (ha)	Estado de conservação
Chalé	0,02	Bom
Monte do Barranco do Alqueve (casa do tio Guilherme)	0,026	Ruina
Pombal	0,006	Bom
Monte Velho da Parra; Palheiro redondo e Estábulo	0,22	Ruina
Parque de merendas	0,24	Bom
Miradouro/Estacionamento	0,16	Bom

Improdutivos: Infraestruturas

As infraestruturas existentes são as suficientes para a gestão da MNHP. A intervenção passará por ações de manutenção, não havendo lugar a construção de novos caminhos ou pontos de água.

As infraestruturas existentes na MNHP foram caracterizadas detalhadamente, no ponto 4.1. Infraestruturas florestais do Documento de Avaliação.

1.1.2 Compartimentação da propriedade

De forma facilitar a gestão da MNHP, distribuir e rentabilizar as operações no terreno, considerou-se dividir a área em diferentes talhões. Utilizando para esta divisão limites físicos, tais como, rede viária, rede divisional e linhas de água. Os talhões têm entre 20 a 40 hectares de área. Existem dois talhões que sua área transpõe o mencionado. Esta situação deve-se ao facto de não existir um limite físico que permita a sua divisão, no entanto, são áreas onde se conseguem coordenar as operações no terreno e o tempo, sendo refletido em Plano Anual de Atividades a sua execução. A sua conformação também não é linear, pois estes elementos utilizados para o efeito também não o são.

Definiram-se duas secções de acordo com as funções dominantes: a) Conservação de *habitats* de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos e Proteção, b) Produção. A função proteção não está identificada como função dominante para a SRH Serra de Silves, contudo, considerando as condições edafoclimáticas do território, a constante pressão aos incêndios rurais a suscetibilidade à erosão, considera-se que se trata de uma função prioritária e fundamental a preservar e garantir na área da MNHP. Por a função proteção não constar como uma das funções prioritárias, considerou-se que

poderia ficar agregada à função de Conservação de *habitats* de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos.

A figura 29 e Mapa 14 do Anexo 7 refletem a divisão em talhões da MNHP.

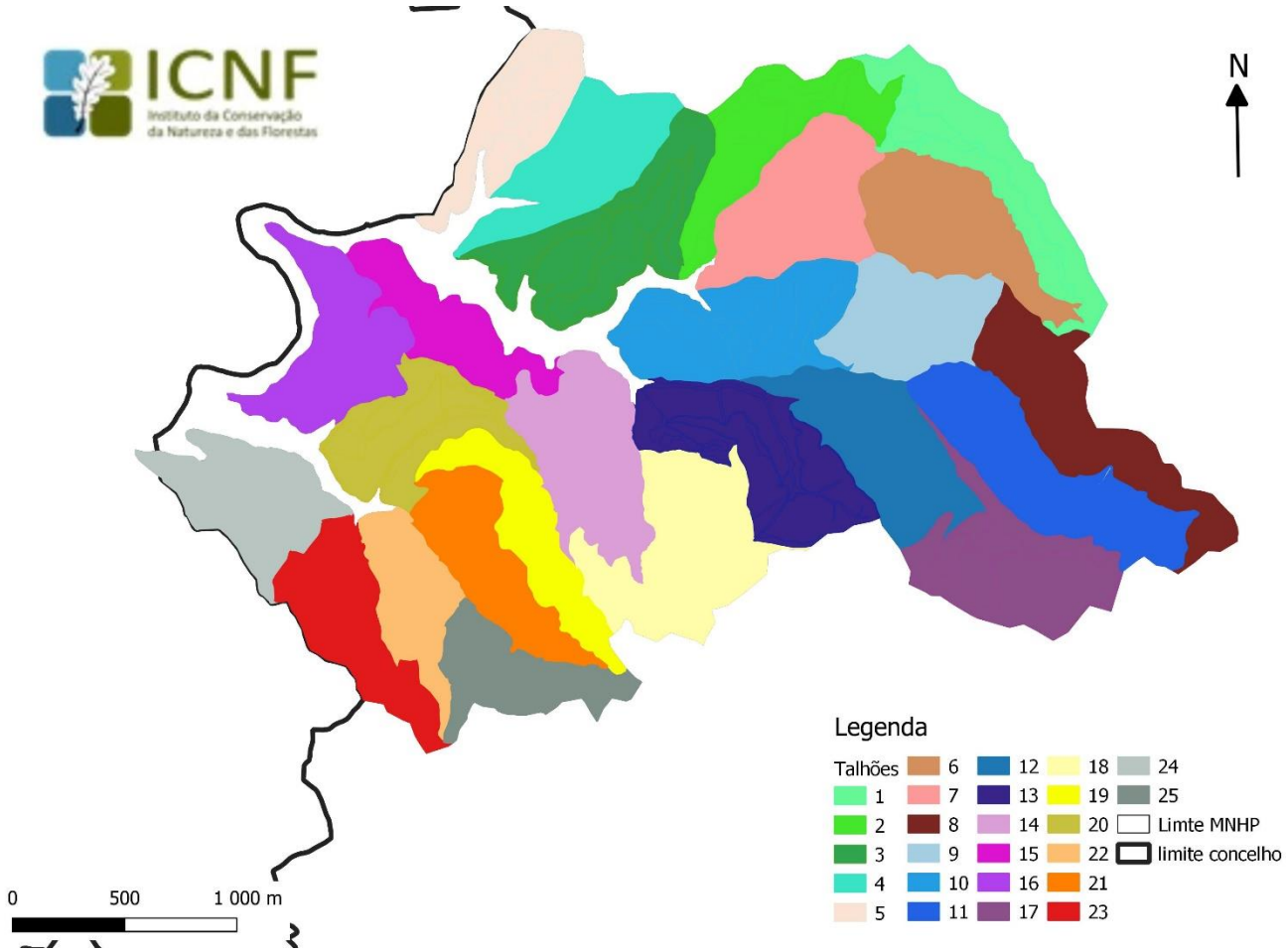


Figura 29 – Talhões da Mata Nacional Herdade da Parra

1.1.3 Definição e delimitação das parcelas

Procedeu-se à subdivisão dos 25 talhões em 27 parcelas, homogéneas do ponto de vista silvícola, que se encontram representadas na figura 29 e Mapa 13 do Anexo 7.

As parcelas foram definidas em função da ocupação florestal e da sua operacionalidade no terreno. Assim, quando se determina uma ação semelhante numa área cuja ocupação de solo é igual, reúnem-se essas áreas numa mesma parcela.

A parcela y representa as áreas sociais, onde está inserido o Trilho da Parra. Em ocupação de solo e parcela, apenas uma pequena área representa este trilho, considerando que grande parte dele está inserido em rede viária, ou áreas junto às linhas de água. Contudo, para efeitos de gestão este estará identificado em informação digital, numa coluna designada *Observ*. e no Programa de gestão de infraestruturas, existe um mapa identificativo da sua localização e a área de trabalho.

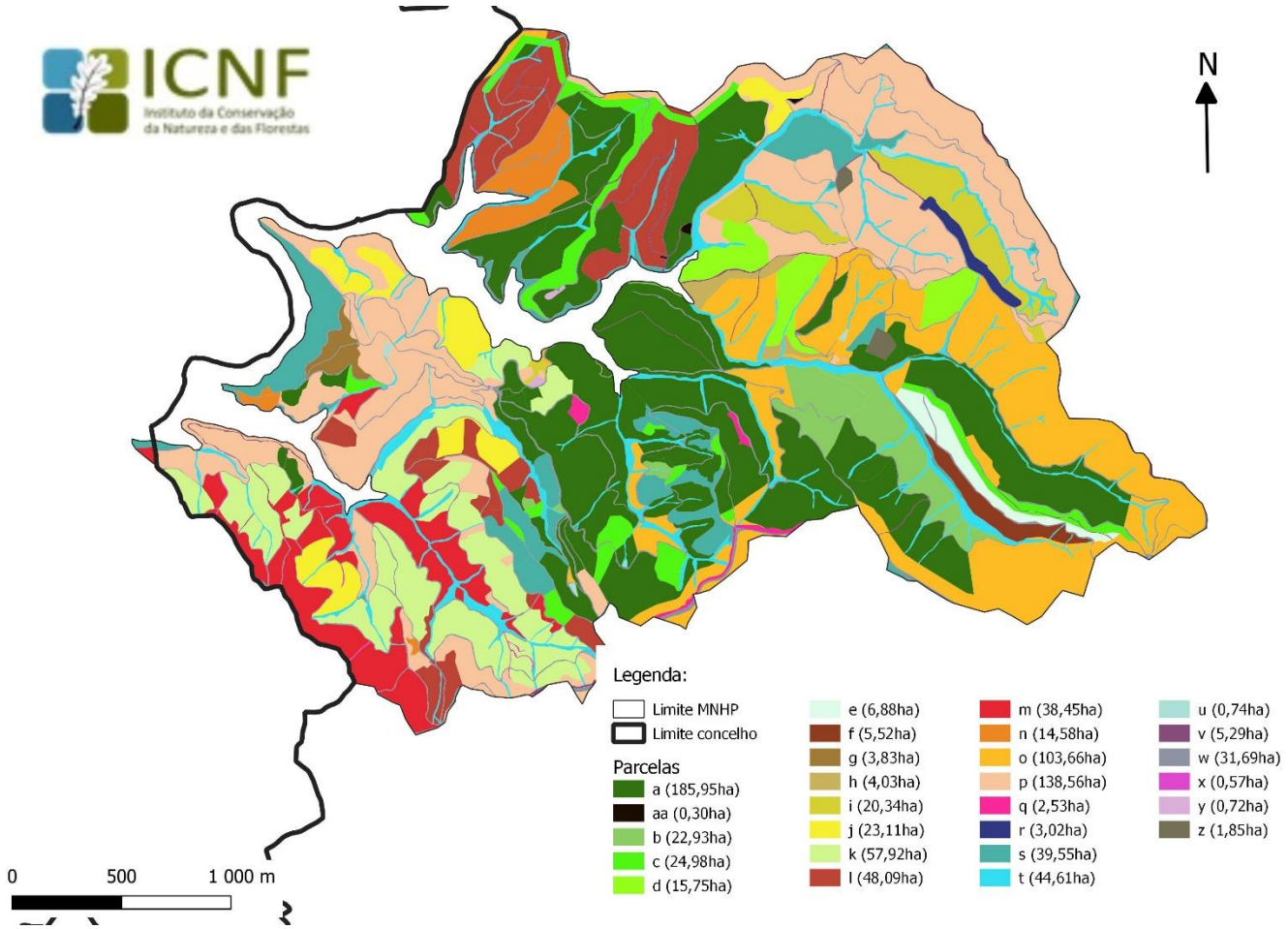


Figura 30 – Compartimentação parcelar da Mata Nacional Herdade da Parra

O Quadro 29 identifica as parcelas existentes, em cada talhão, de forma a indicar as ações a realizar num determinado período.

Quadro 29 – Identificação de parcelas por talhão

Talhão	Ocupação de solo	Área	Parcela
1	Linha de água	0,77	t
1	Matos	1,16	s
1	Medronheiro x Sobreiro	32,24	p
1	Rede divisional	0,29	v

1	Rede viária	1,45	w
1	Medronheiro x Sobreiro	0,38	i
2	Medronheiro x Sobreiro	13,80	a
2	Medronheiro x Sobreiro	0,87	c
2	Medronheiro x Sobreiro	3,06	j
2	Salgueiro x Loendro x Medronheiro x Sobreiro	1,82	t
2	Medronheiro x Sobreiro	10,56	p
2	Rede divisional	0,67	v
2	Rede viária	1,00	w
2	Apiário	0,28	aa
3	Apiário	0,02	aa
3	Medronheiro x Sobreiro	4,38	c
3	Medronheiro x Sobreiro	16,27	a
3	Pinheiro bravo	16,40	l
3	Matos	2,29	s
3	Matos	1,39	w
3	Rede divisional	0,51	v
3	Linha de água	1,18	t
3	Ruina	0,22	y
4	Medronheiro x Sobreiro	3,93	c
4	Medronheiro x Sobreiro	10,12	a
4	Pinheiro manso	13,20	n
4	Medronheiro x Sobreiro	0,34	o
4	Matos	0,15	s
4	Medronheiro x Sobreiro	0,82	p
4	Rede divisional	0,23	v
4	Rede viária	1,81	w
4	Linha de água	1,68	t
5	Pinheiro bravo	16,71	l
5	Medronheiro x Sobreiro	1,10	o
5	Matos	0,23	s
5	Linha de água	1,08	t
5	Rede viária	1,53	w
5	Rede divisional	0,50	v
5	Caminho extração	0,07	x
5	Medronheiro x Sobreiro	1,55	a
5	Medronheiro x Sobreiro	2,47	c
6	Medronheiro x Sobreiro	11,68	i
6	Medronheiro x Sobreiro	16,03	p
6	Cipreste x Medronheiro (Experimentação)	3,02	r
6	Salgueiro x Loendro x Medronheiro x Sobreiro	3,82	t
6	Ponto de água	0,28	u
6	Rede divisional	0,25	v
6	Rede viária	0,31	w
6	Morouços	0,60	z
7	Medronheiro x Sobreiro	7,25	i

7	Medronheiro x Sobreiro	5,94	d
7	Rede viária	0,55	w
7	Rede divisional	0,41	v
7	Linha de água	2,62	t
7	Matos	5,97	s
7	Medronheiro x Sobreiro	13,78	p
8	Medronheiro x Sobreiro	0,48	i
8	Rede viária	0,43	w
8	Rede divisional	0,26	v
8	Linha de água	0,81	t
8	Medronheiro x Sobreiro	36,34	o
8	Medronheiro x Sobreiro	0,86	p
9	Medronheiro x Sobreiro	4,20	d
9	Medronheiro x Sobreiro	4,36	a
9	Rede viária	1,45	w
9	Cercado dos coelhos	1,24	z
9	Ruina	0,03	y
9	Linha de água	0,92	t
9	Matos	1,12	s
9	Rede divisional	0,05	v
9	Ponto de água	0,12	u
9	Medronheiro x Sobreiro	1,65	p
9	Medronheiro x Sobreiro	14,40	o
10	Rede viária	0,59	w
10	Rede divisional	0,70	v
10	Linha de água	1,79	t
10	Medronheiro x Sobreiro	4,03	h
10	Medronheiro x Sobreiro	5,61	d
10	Medronheiro x Sobreiro	0,24	b
10	Medronheiro x Sobreiro	17,54	a
10	Medronheiro x Sobreiro	11,43	o
11	Rede viária	1,72	w
11	Rede divisional	0,21	v
11	Matos	0,02	s
11	Linha de água	1,82	t
11	Medronheiro x Sobreiro	6,88	e
11	Medronheiro x Sobreiro	4,48	c
11	Medronheiro x Sobreiro	21,61	a
11	Medronheiro x Sobreiro	5,59	o
11	Linha de água	0,06	t
12	Medronheiro x Sobreiro	19,28	b
12	Medronheiro x Sobreiro	9,30	a
12	Medronheiro x Sobreiro	3,17	o
12	Rede divisional	0,14	v
12	Rede viária	1,12	w
12	Linha de água	3,49	t
12	Matos	0,05	s

13	Rede viária	1,36	w
13	Eucalipto	1,05	q
13	Matos	2,61	s
13	Salgueiro x Loendro x Medronheiro x Sobreiro	2,81	t
13	Medronheiro x Sobreiro	30,87	a
13	Medronheiro x Sobreiro	0,30	c
13	Medronheiro x Sobreiro	3,45	o
14	Matos	2,43	s
14	Eucalipto	0,77	q
14	Rede viária	1,81	w
14	Ponto de água	0,04	u
14	Linha de água	1,42	t
14	Trilho da Parra	0,05	y
14	Medronheiro x Sobreiro	1,58	c
14	Medronheiro x Sobreiro	0,13	b
14	Medronheiro x Sobreiro	27,99	a
14	Pinheiro bravo	2,23	k
15	Medronheiro x Sobreiro	10,74	p
15	Rede viária	0,69	w
15	Linha de água	0,74	t
15	Chalé	0,25	y
15	Medronheiro x Sobreiro	7,57	j
15	Pinheiro bravo	2,72	k
15	Medronheiro x Sobreiro	0,54	i
15	Medronheiro x Sobreiro	0,12	o
16	Medronheiro x Sobreiro	1,40	a
16	Medronheiro x Sobreiro	0,83	c
16	Medronheiro x Sobreiro	3,83	g
16	Medronheiro x Sobreiro	2,70	j
16	Pinheiro manso	1,12	n
16	Medronheiro x Sobreiro	11,11	p
16	Matos	9,67	s
16	Ponto de água	0,17	u
16	Linha de água	0,96	t
16	Rede viária	1,34	w
17	Matos	0,95	s
17	Linha de água	2,12	t
17	Rede viária	1,71	w
17	Medronheiro x Sobreiro	7,05	a
17	Medronheiro x Sobreiro	2,38	b
17	Medronheiro x Sobreiro	5,52	f
17	Medronheiro x Sobreiro	19,55	o
18	Medronheiro x Sobreiro	4,02	c
18	Medronheiro x Sobreiro	0,67	b
18	Medronheiro x Sobreiro	19,10	a
18	Rede viária	2,69	w

18	Salgueiro x Loendro x Medronheiro x Sobreiro	3,21	t
18	Matos	5,64	s
18	Eucalipto	0,71	q
18	Medronheiro x Sobreiro	1,26	p
18	Medronheiro x Sobreiro	8,16	o
19	Pinheiro bravo	7,62	l
19	Medronheiro x Sobreiro	4,10	j
19	Medronheiro x Sobreiro	2,12	c
19	Medronheiro x Sobreiro	3,85	a
19	Medronheiro x Sobreiro	0,23	b
19	Rede viária	0,54	w
19	Ponto de água	0,13	u
19	Matos	6,43	s
19	Linha de água	0,04	t
20	Salgueiro x Loendro x Medronheiro x Sobreiro	3,07	t
20	Rede viária	1,79	w
20	Ruína	0,01	y
20	Pinheiro bravo	5,25	k
20	Pinheiro bravo	1,63	l
20	Pinheiro bravo	1,11	m
20	Medronheiro x Sobreiro	17,30	p
20	Pombal	0,01	z
21	Medronheiro x Sobreiro	2,75	p
21	Pinheiro bravo	6,93	m
21	Pinheiro bravo	1,70	l
21	Pinheiro bravo	13,01	k
21	Rede viária	1,35	w
21	Linha de água	2,64	t
22	Medronheiro x Sobreiro	3,26	p
22	Pinheiro bravo	5,53	m
22	Pinheiro manso	0,26	n
22	Pinheiro bravo	9,64	k
22	Pinheiro bravo	2,07	l
22	Rede viária	1,24	w
22	Linha de água	0,89	t
23	Pinheiro bravo	18,89	m
23	Medronheiro x Sobreiro	0,66	p
23	Medronheiro x Sobreiro	5,68	j
23	Pinheiro bravo	2,14	k
23	Rede divisional	0,08	v
23	Caminho extração	0,14	x
23	Rede viária	1,49	w
23	Linha de água	1,39	t
23	Matos	0,05	s
24	Medronheiro x Sobreiro	1,15	a
24	Pinheiro bravo	5,80	m
24	Medronheiro x Sobreiro	9,37	p

24	Pinheiro bravo	11,64	k
24	Rede divisional	0,65	v
24	Rede viária	0,84	w
24	Caminho extração	0,12	x
24	Matos	0,73	s
24	Linha de água	1,44	t
25	Pinheiro bravo	11,29	k
25	Pinheiro bravo	0,19	m
25	Pinheiro bravo	1,96	l
25	Matos	0,05	s
25	Medronheiro x Sobreiro	6,20	p
25	Rede viária	1,51	w
25	Rede divisional	0,35	v
25	Linha de água	2,03	t
25	Parque de estacionamento	0,16	y
25	Caminho extração	0,24	x
	Total	845,51	

Anualmente será realizado um Plano de Atividades para a MNHP, onde serão identificadas as áreas a trabalhar, as operações a executar e o devido orçamento. Apesar de a operacionalidade ser descrita por parcela, por ser a forma mais simplificada de o determinar, a execução no terreno será dividida ao longo de quinquénios, por talhões. Desta forma, teremos áreas mais pequenas e concretas de trabalho. A dimensão das áreas a intervir está indicada em PGF, no entanto, identificação do talhão/parcela será identificado em Plano de Atividades.

Quadro 30 – Compartimentação parcelar e objetivos e funções associadas

Parcela	Ocupação Atual	Área (ha)	Área (%)	Objetivos de Gestão	Funções a privilegiar
a	Md*Sb	185,95	21,99	Recuperação de *habitats* naturais (Matos termomediterrânicos, pré-desérticos 5330pt3), reflorestação com sobreiro	a) c)
b	Md*Sb	22,93	2,71	Recuperação de *habitats* naturais (Matos termomediterrânicos, pré-desérticos -9330 e 5330pt3), reflorestação com carvalho cerquinho	a) c)
c	Md*Sb	24,98	2,96	Instalação de povoamentos de proteção - cipreste	c)
d	Md*Sb	15,75	1,86	Proteção do solo através de adensamentos - sobreiro, pinheiro manso e medronheiro	c)
e	Md*Sb	6,88	0,81	Instalação de povoamentos de proteção - azinheiras	c)
f	Md*Sb	5,52	0,65	Instalação de povoamentos de proteção - zambujeiros	c)
g	Md*Sb	3,83	0,45	Recuperação de *habitats* naturais (Matos termomediterrânicos, pré-desérticos -9330 e 5330pt3), reflorestação com sobreiro e carvalho cerquinho	a) c)

h	Md*Sb	4,03	0,48	Recuperação de *habitats* naturais (Matos termomediterrânicos, pré-desérticos -9330 e 5330pt3), reflorestação com medronheiro e carvalho cerquinho	a) c)
i	Md*Sb	20,34	2,41	Reforço da floresta de proteção com adensamento pontuais - sobreiro	a) c)
j	Md*Sb	23,11	2,73	Beneficiação de floresta de proteção com adensamentos pontuais - sobreiro	a) c)
k	Pb	57,92	6,85	Manutenção de florestas de proteção com produção	c)
l	Pb	48,09	5,69	Manutenção de florestas de proteção com produção	b) c)
m	Pb	38,45	4,55	Manutenção de florestas de proteção	c)
n	Pm*Pb*Sb	14,58	1,72	Manutenção de florestas de proteção	c)
o	Md*Sb	103,66	12,26	Manutenção de florestas de proteção em áreas ardidas	c)
p	Md*Sb	138,58	16,39	Manutenção de florestas de proteção	c)
q	Ec	2,53	0,30	Manutenção de florestas de proteção	c)
r	Cu*Md	3,02	0,36	Manutenção de florestas de proteção (Experimentação)	c)
s	Matos/Matos *Md/ Matos*Sb	39,56	4,68	Zonas escarpadas a conservar (fauna, *habitats*, proteção do solo) e manutenção de matos de proteção	a) c)
t	LA	44,62	5,28	Recuperação da galeria ripícola	a) c)
u	PA	0,74	0,09	Apoio ao combate de incêndios, à fauna é à área social	DFCI/SC
v	RD	5,29	0,63	Manutenção da rede divisional para controlo dos incêndios rurais	DFCI
w	RV	31,69	3,75	Manutenção da rede viária para transitabilidade	DFC
x	CE	0,57	0,07	Extração do material lenhoso	b)
y	AS	0,72	0,08	Manutenção com objetivos de recreio e lazer	RE
z	AC	1,85	0,22	Apoio à gestão das espécies cinegéticas e fauna selvagem	SC
aa	AP	0,30	0,04	Aproveitamento de outros recursos (apicultura)	SC

a) Conservação de *habitats* de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; b)Produção; c) Proteção, DFCI – Proteção da floresta contra incêndios e transitabilidade; RE – Apoio ao recreio; SC – Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores.

Legenda: Sb – Sobreiro; Md – Medronheiro; Pb – Pinheiro manso; Ec – Eucalipto; Pm – Pinheiro manso; Cu – Cipreste; LA – Linha de água; PA – Ponto de água, RV – Rede viária; RD – Rede divisional; CE – Caminho extração; AS – Área social; AC – Apoio cinegética; AP - Apiário.

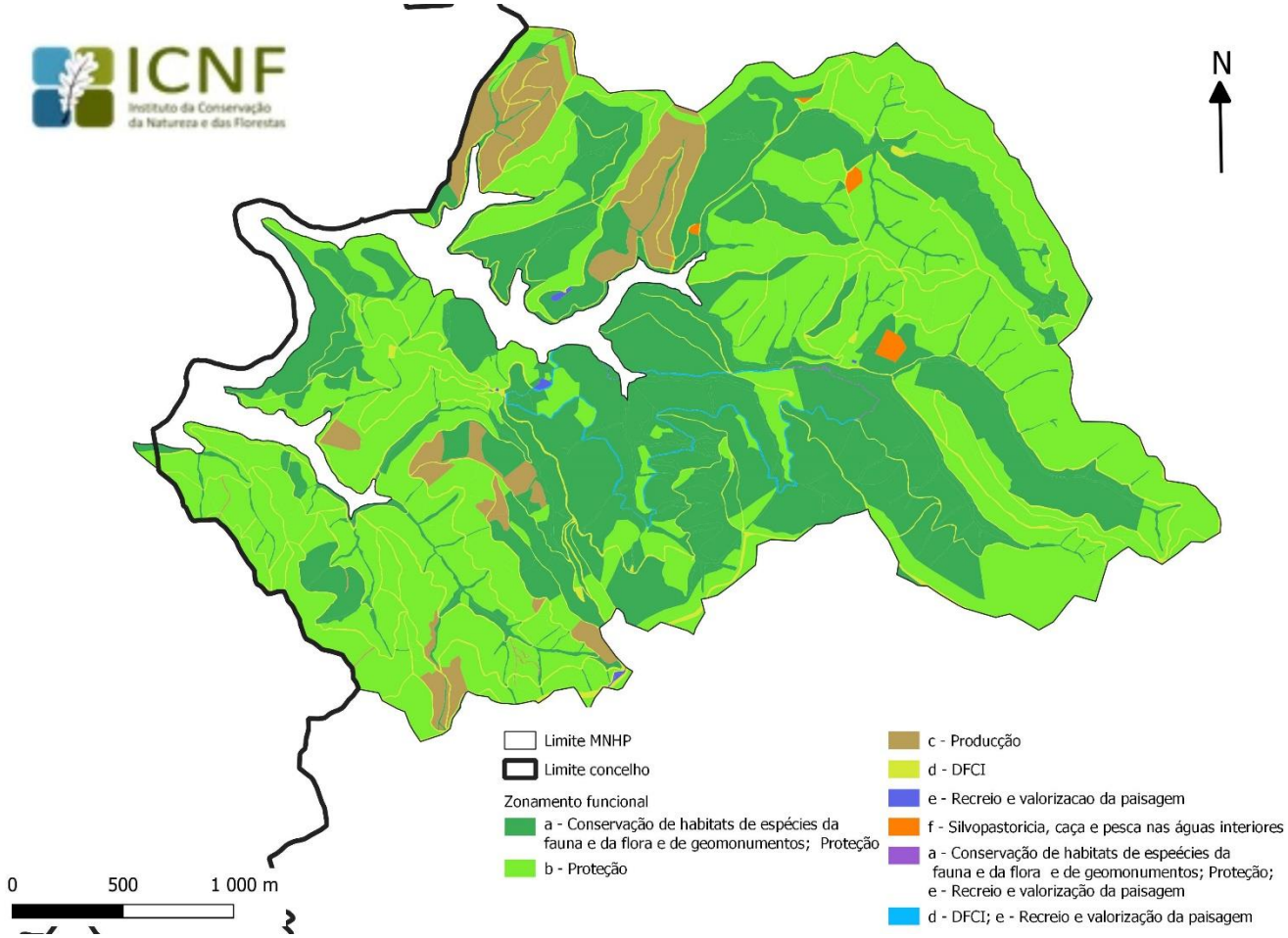


Figura 31 – Zonamento funcional da Mata Nacional Herdade da Parra

A figura anterior apresenta a distribuição das funções a privilegiar na MNHP. O Quadro 30, na coluna funções a privilegiar, consideram-se as funções que na atualidade desempenham. As parcelas a,b,g,h,i,j foram objeto de instalação ou adensamento, com espécies com as quais se prevê a função produção no futuro. Só irão desempenhar essa função, quando iniciarem ações, que a representem, tais como, extração de cortiça, a apanha de pinha ou medronho. Quando estas situações ocorrem, essas parcelas passarão a ter a produção como uma das funções prioritárias.

A extração de cortiça não tem sido realizada, por a MNHP ter sido alvo de sucessivos incêndios que debilitaram os sobreiros e tornam pouco interessante financeiramente, para os empreiteiros. Reconhece-se que a primeira extração após os incêndios, não terá um retorno monetário favorável. Porém, estão- se a realizar Hastas Públicas conjuntas no Algarve, para que esta tiragem seja integrada num dos lotes. Será importante, equacionar com atenção o facto de muitas árvores ainda se encontrarem debilitadas, sem a recuperação pós fogo esperada. Os anos têm sido de pouca precipitação e as temperaturas cada vez mais elevadas, colocando em causa a resiliência normal dos sobreiros.

A apanha de medronho tem sido realizada de modo, pouco institucional, no entanto, realizaram-se os procedimentos necessários para a realização da Hasta Pública.

A apanha de pinha não tem surgido como uma ação a realizar, pois, não se verifica a sua produção. Os pinheiros mansos existentes não foram encaminhados, nesse sentido, mas pretende-se no futuro que os exemplares provenientes das novas instalações, sejam enxertados e conduzidos para a produção de pinha.

1.1.4 Componente Florestal

1.1.4.1 Caracterização das espécies florestais, *habitats* e povoamentos

Ao nível das formações florestais presentes, a MNHP apresenta uma taxa de povoamentos jovens elevada, com interesse potencial futuro, quer ao nível da produção, quer ao nível da proteção, fixação do carbono e diversificação paisagística pautada pela presença de mosaicos de folhosas e resinosas. Observam-se ainda algumas manchas de pinheiro-bravo adulto que sobreviveu ao incêndio 2018, especialmente na área sudoeste, com potencial interesse futuro.

Existem ainda áreas de vegetação natural, confinantes com o Nível de Pleno Armazenamento da Albufeira da Barragem de Odelouca. São zonas sem intervenção devido aos acentuados declives, com a predominância de diversas espécies arbustivas, tais como: Carqueja (*Pterospartium tridentatum),* Tojo (*Ulex Sp.*) Urze (*Erica australis*), Esteva (*Cistus ladanifer*), Silva (*Rubus sp.*), Rosmaninhos (*Lavandula luizieri*) e Sargaço de flor branca (*Cistus salvifolius*).

1.1.4.2 Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar – dp)

Face aos incêndios de 2003 e 2018 e ainda à elevada taxa de rearborização da MNHP, foi feito um inventário de reconhecimento. A informação recolhida permitiu identificar e delimitar áreas cujo objetivo principal é a conservação e proteção ou a produção de madeira.

A rearborização feita em 2008/2009, com plantação de várias espécies em núcleos físicos dispersos pela área da MNHP, foi agrupada pela espécie dominante.

O pinheiro-bravo, na última década, por regeneração natural, expandiu a sua área, ocupando parcelas contíguas àquelas onde estava documentada no PGF de 2010.

Em povoamentos adultos existem parcelas de sobreiro consociadas com medronheiro de regeneração natural, dominando uma ou outra espécie, consoante as exposições. Existem ainda núcleos mais velhos de pinheiro-bravo com 30 anos, eucalipto botrioides, com 25 anos, pinheiro-manso e pinheiro do alepo (pontual) com 20 anos.

Para um melhor enquadramento de toda esta informação, segue-se uma descrição detalhada das parcelas, referenciando individualmente a área, ocupação atual, valores naturais, função principal e gestão preconizada.

Parcela a – Medronheiro x Sobreiro - Instalação de Sobreiro

Área: 185,95 hectares

Ocupação atual: A área ardeu em 2018 e foi intervencionada nessa altura. Tendo sido cortadas as árvores mortas, colocadas nas curvas de nível ou destroçadas para providenciar matéria orgânica ao solo. Recentemente, por meio de financiamentos comunitários, foi realizado o controlo da vegetação espontânea, mantendo-se os medronheiros que se desenvolvem por regeneração natural, os sobreiros que resistiram ao fogo e alguns arbustos mais importantes e desenvolvidos da flora dos habitats protegidos ali existentes. Por hectare encontram-se aproximadamente 450 medronheiros e 25 sobreiros, em alguns locais sombrios ou junto de linhas de água ocorrem bosques de sobreiro mais densos. Por a densidade de sobreiros ser reduzida, esta será reforçada, com a plantação de 450 plantas por hectare segundo um compasso de 5*4,5 metros.

De um modo geral, os povoamentos encontram-se em medianas condições vegetativas e sanitárias, verificando-se ataques pontuais de cobrilha, carvão do entrecasco e de *Phytophthora cinnamomi*. Este fungo, mostra-se capaz de prejudicar consideravelmente o normal desenvolvimento dos indivíduos, em especial após ocorrência de fatores iniciantes (seca prolongada ou praga de insetos). Estes fatores, enfraquecem as árvores, tornando-as mais vulneráveis aos agentes patogénicos causadores de doença crónica ou morte rápida.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos e proteção do solo. A função secundária de futuro será a produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Preconiza-se a manutenção e recuperação dos povoamentos existentes com recurso a intervenções de arborização com sobreiro, remoção de árvores mortas, podas de formação e de rejuvenescimento no tempo de vigência deste plano. Preservação de *habitats* naturais. Controlo de matos em estruturas lineares de cumeada com a finalidade da gestão de biomassa para reduzir a propagação de incêndios. A primeira tiragem de cortiça poderá ocorrer entre 2048 e 2050, irá depender do desenvolvimento da árvore.

Parcela b – Medronheiro x Sobreiro - Instalação de Carvalho Cerquinho

Área: 22,93 hectares.

Ocupação atual: A área está atualmente ocupada por medronhais e povoamentos de sobreiros. Nalguns locais ocorrem alguns pinheiros mansos, pinheiros bravos e regeneração natural dispersa dessas espécies. A maior parte da área foi consumida pelo fogo em 2018, estando a vegetação natural, incluindo sobreiros em processo de regeneração a partir das suas cepas. Atualmente a densidade do medronhal é elevada (mais de 500 por hectare em muitas áreas). A densidade do sobreiro é de aproximadamente 50 plantas por hectare incluindo árvores e regeneração natural.

De um modo geral, os povoamentos encontram-se em medianas condições vegetativas e sanitárias, verificando-se ataques pontuais de cobrilha, carvão do entrecasco e de *Phytophthora cinnamomi*. Este fungo, mostra-se capaz de prejudicar consideravelmente o normal desenvolvimento dos indivíduos, em especial após ocorrência de fatores iniciantes (seca prolongada ou praga de insetos). Estes fatores, enfraquecem as árvores, tornando-as mais vulneráveis aos agentes patogénicos causadores de doença crónica ou morte rápida.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos e proteção do solo. A função secundária de futuro será a produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a rearborização com carvalho cerquinho (*Quercus faginea*). Pretende-se desta forma recuperar os *habitats* florestais naturais há muito degradados (9240 – Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea*). A densidade de instalação 800 plantas por hectare. Preconiza-se a manutenção e recuperação dos povoamentos existentes com recurso a intervenções de arborização com carvalho cerquinho, retancha, remoção de árvores mortas, podas de formação e de rejuvenescimento no tempo de vigência deste plano.

Parcela c – Medronheiro x Sobreiro - Instalação de Cipreste

Área: 24,98 hectares.

Ocupação atual: Esta parcela era originalmente ocupada por povoamentos florestais jovens de cipreste (*Cupressus sempervirens*) de origem artificial. O fogo de 2018 afetou parcialmente esta área, e destruiu grande parte desses povoamentos. Outras espécies estavam presentes, como o medronheiro e pontualmente, sobreiros e pinheiro-bravo. O medronheiro domina atualmente a ocupação atual com cerca de 200 plantas por hectare, pontualmente mais. Existe ainda pontualmente alguma regeneração natural de pinheiro-bravo, e sobreiro.

Na última década a generalidade dos povoamentos de cipreste (Cu) não tiveram sucesso. A sudoeste, após serem afetados pelo incêndio de 2003, foram substituídos por Pinheiro-bravo. Os restantes, afetados pelos incêndios de 2003 e 2018, desapareceram tendo o seu espaço sido ocupado por Matagal com Esteva, Medronheiro e Sobreiro disperso.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Proteção do solo. A função secundária no futuro será de produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a instalação de um povoamento florestal de ciprestes (*Cupressus sempervirens*) que deverá funcionar como faixa de contenção de incêndios de alta densidade. A instalação do povoamento florestal será feita utilizando métodos localizados de preparação de terreno o que permitirá um impacto mínimo sobre exemplares de sobreiro ou medronheiro a preservar. A espécie escolhida deve-se ao facto de a mesma já ter sido testada num local adjacente e revelado boa adaptabilidade. A plantação será feita com *Cupressus sempervirens*, um total de 1200 plantas por hectare segundo um compasso de 4*2 metros.

Parcela d – Medronheiro x Sobreiro - Instalação de Sobreiro x Pinheiro manso x Medronheiros

Área: 15,75 hectares.

Ocupação atual: Esta área está ocupada por matos com presença de medronheiros e alguns sobreiros dispersos. Toda a área foi consumida pelo fogo em 2018, estando a vegetação natural, incluindo os medronheiros e sobreiros em processo de regeneração a partir das suas cepas. Existem entre 300 a 400 medronheiros por hectare e regeneração natural de sobreiro entre 25 e 50 por hectare.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Proteção do solo. A função secundária no futuro será de produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel, cortiça e pinha.

Gestão preconizada: Prevê-se a instalação de um povoamento florestal misto de sobreiro (*Quercus suber*), pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e medronheiro (*Arbutus unedo*). A instalação do povoamento

florestal será feita utilizando métodos localizados de preparação de terreno o que permitirá um impacto mínimo sobre exemplares de sobreiro ou medronheiro a preservar. Devido à exposição soalheira, a adição de uma resinosa rústica (pinheiro-manso) permite criar o abrigo adequado e facilitar as condições de vegetação das espécies folhosas mais sensíveis (sobreiro e medronheiro). A plantação será feita com *Quercus suber* (5*10 m – 200 pl/ha), *Pinus pinea* (5*5 m – 400 pl/ha) e *Arbutus unedo* (5*10 m – 200 pl/ha). Pretende-se instalar um total de 800 plantas por hectare, densidade que se irá somar aos medronheiros e sobreiros dispersos atualmente presentes.

Parcela e – Medronheiro x Sobreiro – Instalação de Azinheira

Área: 6,88 hectares.

Ocupação atual: Esta área está ocupada por matos com presença de medronheiros (400 a 500 por ha) e alguns sobreiros dispersos (menos de 50/ha incluindo regeneração natural). Toda a área foi consumida pelo fogo em 2018, estando a vegetação natural, incluindo os medronheiros e sobreiros em processo de regeneração a partir das suas cepas.

Valores naturais: Não identificados segundo a cartografia da ZEC.

Função: Proteção do solo. A função secundária de futuro será de produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a instalação de um povoamento florestal de azinheira, segundo uma densidade de plantação de 450 plantas por hectare (compasso 5*4,5 m). A instalação do povoamento florestal será feita utilizando métodos localizados de preparação de terreno o que permitirá um impacto mínimo sobre os *habitats* naturais existentes incluindo os exemplares arbustivos e arbóreos de sobreiro e medronheiro existentes.

Parcela f – Medronheiro x Sobreiro - Instalação de Zambujeiro

Área: 5,52 hectares.

Ocupação atual: Esta área está ocupada por matos com presença de medronheiros e alguns sobreiros dispersos. Toda a área foi consumida pelo fogo em 2018, estando a vegetação natural, incluindo os

medronheiros e sobreiros em processo de regeneração a partir das suas cepas. Existem entre 400 e 500 medronheiros e cerca de 25 sobreiros (jovens) por hectare.

Valores naturais: Não identificados segundo a cartografia da ZEC.

Função: Proteção do solo. A função secundária de futuro será de produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a instalação de um povoamento florestal de zambujeiro (*Olea europaea ssp sylvestris*). A instalação do povoamento florestal será feita utilizando métodos localizados de preparação de terreno o que permitirá um impacto mínimo sobre exemplares de sobreiro ou medronheiro a preservar. A espécie indicada é extremamente rústica e para além da utilidade na proteção do solo, tem interesse para a fauna selvagem. A densidade de instalação será 800 plantas por hectare, a um compasso de 5*2,5 m, somando-se aos medronheiros e sobreiros dispersos atualmente presentes.

Parcela g – Medronheiro x Sobreiro - Instalação de Sobreiro x Carvalho Cerquinho

Área: 3,83 hectares.

Ocupação atual: A área está atualmente ocupada por medronhais e povoamentos de sobreiros pouco densos. Nalguns locais ocorrem alguns pinheiros mansos, pinheiros bravos e regeneração natural dispersa dessas espécies. A maior parte da área foi consumida pelo fogo em 2018, estando a vegetação natural, incluindo sobreiros em processo de regeneração a partir das suas cepas. Atualmente a densidade do medronhal apresenta mais de 300 por hectare em muitas áreas. A densidade do sobreiro é de aproximadamente 50 plantas por hectare incluindo árvores e regeneração natural.

Valores naturais: Não identificados segundo a cartografia da ZEC.

Função: Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos e proteção do solo. A função secundária de futuro será de produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a rearborização com sobreiro e carvalho (*Quercus faginea*) formando povoamentos mistos juntamente com as espécies já existentes no terreno. Pretende-se desta forma recuperar os *habitats* florestais naturais há muito degradados (9240 – Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea*). A densidade de instalação 625 plantas por hectare, sendo de *Quercus suber* ao compasso 5*5 m – 400 pl/ha e *Quercus faginea* ao compasso de 5*9 m – 225 pl/ha.

Parcela h – Medronheiro xSobreiro - Instalação de Medronheiro x Carvalho Cerquinho

Área: 4,03 hectares.

Ocupação atual: Esta área está ocupada por matos com presença de sobreiros e medronheiros dispersos. Toda a área foi consumida pelo fogo em 2018, estando a vegetação natural, incluindo os medronheiros e sobreiros em processo de regeneração a partir das suas cepas. Existem atualmente entre 100 e 200 medronheiros por hectare.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos e proteção do solo. A função secundária de futuro será de produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a instalação de um povoamento florestal misto de carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) e medronheiro (*Arbutus unedo*). A instalação do povoamento florestal será feita utilizando métodos localizados de preparação de terreno o que permitirá um impacto mínimo sobre exemplares de sobreiro ou medronheiro a preservar. Pretende-se diversificar o coberto florestal e aumentar a disponibilidade de alimento para a fauna selvagem. Pretende-se instalar um total de 800 plantas por hectare, plantação de *Quercus faginea* (4*4 m) e *Arbutus unedo* (4*14 m).

Parcela i – Medronheiro x Sobreiro com adensamento de Sobreiro em pequenos núcleos

Área: 20,34 hectares.

Ocupação atual: Esta área está ocupada por matos e medronhal por vezes denso. Ocorrem sobreiros dispersos ou em pequenos bosquetes, verificando-se em alguns locais a presença significativa regeneração natural. Cerca de 2/3 da área foi consumida pelo fogo em 2018, estando a vegetação natural, incluindo os medronheiros e sobreiros em processo de regeneração a partir das suas cepas. A densidade atual do medronheiro é cerca de 600 por hectare. O sobreiro tem uma densidade que varia muito, mas nalguns locais está situada entre os 50 e 100 plantas por hectare (incluindo os jovens).

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos e proteção do solo. A função secundária de futuro será de produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a manutenção da ocupação atual em termos de espécies, procurando através de adensamentos pontuais e aproveitamento da regeneração natural reconstituir os povoamentos naturais de sobreiro e medronheiro. Fomento dos habitats naturais 5330pt4 e 5330pt5.

Parcela j – Medronheiro x Sobreiros com adensamento com Sobreiro em pequenos núcleos

Área: 23,11 hectares.

Ocupação atual: De acordo com o PGF (versão 2010), esta área estava ocupada com plantações de sobreiro jovem (na altura muito recentes). Atualmente a área está coberta de matos diversos e sobreiros provenientes das plantações efetuadas e de regeneração natural. As plantações de sobreiro tiveram insucessos significativos devido fatores diversos, pelo que a densidade atual de sobreiro é de 50 a 100 por hectare. Nalgumas áreas, sobretudo do lado sul, ocorre uma colonização significativa por pinheiro-bravo jovem proveniente de regeneração natural (até 100 pl/ha). Ocorre também uma significativa presença de medronheiro (250-300 pl/ha). Em alguns locais existem terraços.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5 e 5330pt3 (degradado). Espécies protegidas identificadas: *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos e proteção do solo. A função secundária de futuro será de produção, através da comercialização do fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Adensamento com sobreiro em 50% da área do local, de forma a obter uma densidade média de 600 plantas por hectare. Controlo da vegetação espontânea, podas de formação em cerca de 100 plantas por hectare, plantação de adensamento em 30% da área (150 plantas por hectare) em covas abertas manualmente, adubação de fundo e colocação de protetores individuais.

Parcela k – Pinheiro bravo com medronheiros e sobreiros dispersos

Área: 57,92 hectares.

Ocupação atual: Esta parcela corresponde a povoamentos florestais dominados pelo pinheiro bravo. Outras espécies estão presentes, como é o caso do medronheiro, ou pontualmente sobreiros, pinheiros mansos e ciprestes. Algumas áreas estão terraceadas. A densidade do pinheiro é de aproximadamente 800 plantas por hectare incluindo regeneração natural.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Proteção do solo e produção, através da comercialização do lenho de pinheiro bravo, fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Beneficiação de povoamentos. Desmatação com aproveitamento da regeneração natural, desbaste (redução da densidade de 800 árvores por hectare para 500) e desramação (em 400 árvores por hectare). Esta parcela terá o principal foco a manutenção de pinheiro bravo para exploração florestal e a manutenção das espécies acessórias, medronheiro, sobreiro e cipreste, de forma a garantir variedade e biodiversidade. Tem-se verificado cada vez mais, a necessidade de diversificar o coberto vegetal de forma permitir, a resiliência e a sustentabilidade das florestas, pelo controlo de agentes bióticos e abióticos, bem como, pela resistência à escassez de água e impacto dos agentes erosivos.

A realização de operações na maioria da área desta parcela é complexa, pois os terraços existentes são estreitos, não permitindo a operacionalidade de maquinaria. Desta forma, as operações serão específicas e cirúrgicas.

Parcela l - Pinheiro bravo com medronheiros e sobreiros dispersos

Área: 48,09 hectares.

Ocupação atual: Esta parcela corresponde a povoamentos florestais dominados pelo pinheiro-bravo. Outras espécies estão presentes, como é o caso do medronheiro, ou pontualmente sobreiros e pinheiros mansos. A densidade do pinheiro é de aproximadamente 800 plantas por hectare incluindo regeneração natural.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: A função produção, através da comercialização do lenho de pinheiro bravo, será considerada a principal. Sendo o fruto de medronho, mel e cortiça, considerados na função indicada. A proteção do solo também estará presente.

Gestão preconizada: Prevê-se a gestão dos povoamentos de pinheiro bravo, mediante operações de gestão da vegetação espontânea, aproveitamento da regeneração natural, e desbastes nos locais em que se verifique excesso de densidade. Esta parcela terá o seu principal objetivo a produção, podendo se necessário apresentar cortes rasos. Estas áreas foram selecionadas para o efeito, por não apresentarem terraços ou por os terraços apresentarem dimensões de operacionalidade mais eficientes com maquinaria. Irá considerar-se o ano de 2008, como o ano de instalação, apesar de existirem exemplares de todas as idades.

Parcela m - Pinheiro bravo com medronheiros e sobreiros dispersos

Área: 38,45 hectares.

Ocupação atual: De acordo com o PGF (versão 2010), esta área estava ocupada com povoamentos jovens recentemente instalados ou de regeneração natural das espécies sobreiro, eucalipto (*Eucalyptus botrioides*), ciprestes (*Cupressus sempervirens*) e pinheiro bravo. Atualmente a maior parte destas áreas estão colonizadas com regeneração natural de pinheiro bravo e matos de medronheiro, apresentando-se a maior parte das outras espécies citadas dominadas pelo pinheiro bravo. Na área dos eucaliptos, a forte colonização pelo pinheiro bravo colocou as duas espécies em posição de co-dominância, embora com o pinheiro bravo a caminhar para a dominância num futuro próximo. Esta área não foi afetada pelo incêndio de 2018. A densidade atual do pinheiro bravo é de 800 pl/ha, e do eucalipto cerca de 600 arv/ha. Estas áreas estão todas terraceadas, com terraços estreitos que não permitem a operacionalidade no terreno eficiente.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Proteção do solo.

Gestão preconizada: Prevê-se a gestão dos povoamentos de pinheiro bravo, mediante operações de gestão da vegetação espontânea, aproveitamento da regeneração natural, e desbastes nos locais em que se verifique excesso de densidade. Sendo o pinheiro bravo uma espécie sensível à doença do nemátodo da madeira do pinheiro, deverá ser feita a vigilância fitossanitária acompanhada por desbastes sanitários. Para uma maior resiliência serão mantidas as espécies acompanhantes do pinheiro (sobreiros e medronheiros). Devido às difíceis características do terreno nesta parcela, as operações aqui realizadas, serão pontuais e minuciosas, apenas realizar-se-ão as que possam colocar em perigo as restantes áreas.

<u>Parcela n – Pinheiro manso com Medronheiro x Sobreiro x Pinheiro bravo</u>

Área: 14,58 hectares.

Ocupação atual: Esta parcela corresponde a povoamentos florestais dominados pelo pinheiro-manso. Outras espécies estão presentes, como é o caso do sobreiro, pinheiro-bravo e pontualmente, medronheiros. Esta parcela foi afetada pelo incêndio de 2018, que contribuiu para uma degradação

significativa do estado dos povoamentos. O pinhal (conjunto do pinheiro-manso e pinheiro-bravo) tem atualmente uma densidade de entre 650 e 750 árvores por hectare, com uma distribuição muito irregular devido aos impactos do incêndio que consumiu algumas áreas destes pinhais.

Valores naturais: Não identificados segundo a cartografia da ZEC.

Função: Proteção do solo. A função secundária é de produção, através da comercialização de pinha, fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a manutenção dos povoamentos e espécies existentes. Condução dos pinheiros: desbaste seletivo, desramações e aproveitamento da regeneração natural. Enxertia de pinheiros manso jovens.

Parcela o – Medronheiro x Sobreiro

Área: 103,66 hectares

Ocupação atual: Matos diversos incluindo a presença abundante de medronheiros de regeneração natural variando de formações pouco dispersas até densos matagais, sendo que em média serão cerca de 300 - até 450 por hectare Ocorrem sobreiros dispersos tanto adultos, como jovens com uma densidade de até 25 por hectare. Nalguns locais sombrios ou junto de linhas de água ocorrem bosques de sobreiro mais densos. Esta área foi percorrida pelo incêndio rural de 2018, estando ai a vegetação natural, incluindo os medronheiros e sobreiros em processo de regeneração a partir das suas cepas.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Proteção do solo. A função secundária de futuro será de produção, através da comercialização de fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a manutenção da ocupação atual em termos de espécies. Fomento dos *habitats* naturais 5330pt4 e 5330pt5, através de sementeiras pontuais de sobreiros. Esta área será

objeto de atenção redobrada, quanto à gestão de matos, considerando que se situa na zona central da MNHP e é a área que arde com maior recorrência. Incidindo-se aqui, a gestão de matos e uso do fogo controlo para o mesmo efeito. A principal função destas ações é criar um matagal, diverso e equilibrado, para que a sucessão ecológica possa evoluir para as áreas de *habitats* naturais 9330.

Parcela p - Medronheiro x Sobreiro

Área: 138,56 hectares.

Ocupação atual: Atualmente a área está coberta de matos diversos e sobreiros provenientes das plantações efetuadas e de regeneração natural. As plantações de sobreiro tiveram insucessos significativos devido fatores diversos, pelo que a densidade atual de sobreiro é de 50 a 100 por hectare. Nalgumas áreas, sobretudo do lado sul, ocorre uma colonização significativa por pinheiro bravo jovem proveniente de regeneração natural (até 100 pl/ha). Ocorre também uma significativa presença de medronheiro (250-300 pl/ha). Em alguns locais existem terraços.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Proteção do solo. A função secundária de futuro será de produção, através da comercialização de fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a manutenção da ocupação atual em termos de espécies. Fomento dos *habitats* naturais 5330, através de sementeiras pontuais de sobreiros. Esta área terá principalmente uma gestão de matos. Pretende-se garantir um coberto vegetal arbustivo, rico, variado, estratificado, que permita sustentar a sucessão ecológica, de forma a providenciar, caminho ao estrato seguinte, habitats 9330. Encaminhar os exemplares arbóreos que existam. Utilizar-se-á o controlo de vegetação espontânea com máquina, completando nos anos seguintes, com fogo controlado, em áreas reduzidas.

Parcela q – Eucalipto

Área: 2,53 hectares.

Ocupação atual: Esta parcela corresponde a povoamentos florestais de eucalipto (*Eucalyptus botryoides*) de origem artificial que foram instalados numa área com elevada presença natural de medronheiro. Estão também presentes sobreiros. Esta parcela foi afetada pelo incêndio de 2018. Existem cerca de 900 árvores por hectare (550 eucaliptos e 350 medronheiros).

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Proteção do solo. A função secundária de futuro será de produção, através da comercialização de fruto de medronho, mel e cortiça.

Gestão preconizada: Prevê-se a manutenção da atual ocupação florestal. Devido às difíceis características do terreno nesta parcela, as operações aqui realizadas, serão pontuais e minuciosas.

Parcela r – Cipreste x Medronheiro

Área: 3,02 hectares.

Ocupação atual: Esta parcela corresponde a povoamentos florestais de cipreste de origem artificial que foram instalados numa área com elevada presença natural de medronheiro. Esta parcela não foi afetada pelo incêndio de 2018. Atualmente a densidade do arvoredo nesta parcela é de aproximadamente 700 árvores por hectare (450 medronheiros e 250 ciprestes).

Valores naturais: Não identificados segundo a cartografia da ZEC.

Função: Proteção do solo. Objetivos de produção não se aplicam.

Gestão preconizada: Prevê-se a manutenção da atual ocupação florestal, que será gerida como um medronhal com um estrato arbóreo de cipreste de baixa a média densidade. Esta parcela servirá para experimentação, para estudar espécies que se poderão vir a adaptar ao território, promovendo solo, melhorando a infiltração e o uso eficiente de água.

Parcela s – Matos x Sobreiro x Medronheiro

Área: 39,55 hectares.

Ocupação atual: Formações vegetais densas localizadas em escarpas e outras áreas declivosas e portanto inacessíveis para efeitos de gestão florestal. Aqui ocorre vegetação diversa onde se inclui medronhais, matos diversos, sobreiros e até pinhais de pinheiro bravo. Algumas áreas arderam em 2018.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos. Outra função relevante é a proteção do solo. Objetivos de produção não se aplicam.

Gestão preconizada: Estas são áreas de proteção que não deverão ser sujeitas a gestão florestal.

Parcela t – Linhas de água e áreas de galerias ripícolas densas

Área: 44,61 hectares.

Ocupação atual: Galerias ribeirinhas, associadas a linhas de água e locais húmidos, com várias espécies de árvores e arbustos, incluindo salgueiros (*Salix sp*) e loendros (*Nerium oleander*). Nestas áreas também ocorrem medronheiros e sobreiros dispersos ou em pequenos bosquetes. Algumas destas áreas arderam em 2018.

Valores naturais: *Habitats* 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos. Outra função relevante é a proteção do solo. Objetivos de produção não se aplicam.

Gestão preconizada: Estas áreas deverão ser mantidas para efeitos de proteção das linhas de água. Poderão ser efetuadas intervenções pontuais para recuperação dos troços degradados da galeria

ribeirinha com recurso à plantação de freixos e salgueiros. Poder-se-á retirar silvas ou outras espécies infestantes ou invasoras, que poderão surgir.

Parcela u – Ponto de água

Área: 0,74 hectares.

Ocupação atual: Pontos de água, coberto por vegetação espontânea, alguma infestante, como sendo, as silvas.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Proteção contra incêndios, acesso de água à fauna e usufruto para a casa de apoio à gestão.

Gestão preconizada: Manutenção necessária para o seu uso eficiente.

Parcela v – Rede divisional (RD) e Parcela w - Rede viária (RV)

Área: 36,97 hectares (RD – 5,29ha; RV – 31,69ha)

Ocupação atual: Rede vária e rede divisional, coberto por vegetação espontânea.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Proteção contra incêndios, transitabilidade, gestão corrente da MNHP.

Gestão preconizada: Manutenção necessária para garantir a circulação de viaturas e redução de combustível.

Parcela x – Caminho de extração

Área: 0,57 hectares.

Ocupação atual: Caminho de extração, coberto por vegetação espontânea.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Produção

Gestão preconizada: Manutenção necessária para a extração do lenho a quando o corte.

Parcela y – Áreas sociais e de recreio

Área: 0,72 hectares.

Ocupação atual: Áreas sociais de apoio à gestão, de recreio (parque de merendas e Trilho da Parra). Ruínas.

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Recreio e valorização da paisagem.

Gestão preconizada: Manutenção das áreas, com controlo da vegetação espontânea.

Parcela z – Apoio à cinegética e vida selvagem

Área: 1,85 hectares.

Ocupação atual: Cercado dos coelhos, o pombal.

Valores naturais: Não identificados segundo a cartografia da ZEC.

Função: Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Gestão preconizada: Manutenção das áreas, com controlo da vegetação espontânea.

Parcela aa – Apiários

Área: 0,30 hectares.

Ocupação atual: Plataformas para a colocação de apiários. Nestas áreas estão colocados os apiários de onde é feita a extração do mel da MNHP

Valores naturais: *Habitats* 4030pt5, 5330pt3, 55330pt4, 92A0pt5. Espécies protegidas identificadas: *Salix salviifolia ssp autralis* (DH I, IV), *Ruscus aculeatus* (DH V), *Quercus suber* (DL 169/2001 de 25 de Maio).

Função: Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Gestão preconizada: Os locais serão atribuídos por concurso público a apicultores.

No Quadro 37, é resumida a caracterização parcelar de acordo com a situação atual dos povoamentos existentes. É caracterizada a composição em termos de espécies, a origem dos povoamentos, idade, regime cultural, densidade global e condição dos povoamentos. É também feita uma previsão da ocupação futura em termos de espécies ou consociações de espécies que resultarão do conjunto das intervenções previstas com as atuais tendências de evolução natural.

Quadro 31 – Caracterização parcelar

Parcela	Área (ha)	Floresta Atual (Espécies)	Origem (RN; Pl; S)	Idade (anos)	Regime Cultural (AF)	Densidade/ha (todas as espécies)	Qualidade do arvoredo	Floresta futura (Espécies)
a	185,95	Md*Sb	RN	Várias	AF	475	Bom	Sb*Md
b	22,93	Md*Sb	Pl	Várias	AF	550	Bom	Cv*Md*Sb
c	24,98	Md*Sb	RN	Várias	AF	200	Bom	Cu*Md*Sb
d	15,75	Md*Sb	RN	Várias	AF	450	Bom	Sb*Pm*Md
e	6,88	Md*Sb	RN	Várias	AF	550	Bom	Az*Md*Sb
f	5,52	Md*Sb	RN	Várias	AF	525	Bom	Zb*Md*Sb
g	3,83	Md*Sb	RN	Várias	AF	350	Bom	Md*Sb*Cv
h	4,03	Md*Sb	RN	Várias	AF	200	Bom	Md*Sb*Cv
i	20,34	Md*Sb	RN	Várias	AF	700	Bom	Sb*Md
j	23,11	Md*Sb	RN	Várias	AF	350	Bom	Sb*Md
k	57,92	Pb	RN e Pl	Várias	AF	800	Bom	Pb
l	48,09	Pb	RN e Pl	Várias	AF	800	Bom	Pb
m	38,45	Pb	RN e Pl	Várias	AF	800	Bom	Pb
n	14,58	Pm*Pb*Sb	RN e Pl	Várias	AF	750	Bom	Pm*Pb*Sb
o	103,66	Md*Sb	RN e Pl	Várias	AF	450	Bom	Pb*Ec*Md
p	138,58	Md*Sb	RN e Pl	Várias	AF	400	Médio	Md*Sb
q	2,53	Ec	RN e Pl	Várias	AF	900	Médio	Ec
r	3,02	Cu*Md	RN, Pl, e S	Várias	AF	700	Médio	Cu*Md
s	39,56	Matos/Matos	RN	-	-	-	-	Mt
t	44,62	LA	RN	-	-	-	Médio	Fd
u	0,74	PA	-	-	-	-	Médio	Sg*Lo-
v	5,29	RD	-	-	-	-	-	Ec*Md
w	31,69	RV	-	-	-	-	Médio	-
x	0,57	CE	-	-	-	---	Mau	-
y	0,72	AS	-	-	-	---	Bom	-
z	1,85	AC	-	-	---	---	Bom	-
aa	0,30	AP	-	-	---	---	Bom	-

Legenda: RN – regeneração natural; Pl – plantação; S – sementeira; AF – Alto-fuste; Sb – Sobreiro; Md – Medronheiro; Pb – Pinheiro manso; Ec – Eucalipto; Pm – Pinheiro manso; Cu – Cipreste; LA – Linha de água; PA – Ponto de água, RV – Rede viária; RD – Rede divisional; CE – Caminho extração; AS – Área social; AC – Apoio cinegética; AP - Apiário.

Não foi possível realizar um inventário mais detalhado que pudesse fornecer dados quanto a alturas e DAP e PAP das árvores. Contudo, considerando que esses elementos serão fundamentais para as futuras Hastas Públicas, será realizado um inventário criando parcelas fixas que possam ser monitorizadas anualmente.

1.1.5 Componente silvopastoril

Não se contempla qualquer tipo atividade silvopastoril no período de vigência deste plano.

1.1.5.1 Caracterização dos recursos forrageiros

A MNHP não dispõe de recursos forrageiros, a não ser a vegetação natural existente e que possa constituir um complemento alimentar à fauna, como sejam os medronheiros (fruto e folhas) a folhagem do salgueiro e de choupo, situado no parque de merendas, onde tem a função principal de ensombramento.

1.1.5.2 Caracterização das pastagens

Não existem áreas suscetíveis de aproveitamento pastoril. Não existe efetivo pecuário, nem pretensões de vir a existir, pelo que esta componente não faz parte dos objetivos de exploração.

1.1.6 Componente cinegética, aquícola e apícola

De futuro, a exploração da atividade apícola, será delegada a potenciais interessados através de concurso público. As regras como será desenvolvida esta atividade terão de respeitar o enunciado no Regime Jurídico da Atividade Apícola (Decreto-Lei n.º 37/2000 de 14 de Março) na sua versão atual. Os atuais apiários (3) encontram-se localizados na parcela aa assinalados no mapa de ocupação atual (mapa 13), em anexo, Têm capacidade para albergar no máximo 90 colmeias cada um.

Não se preconiza a instalação de espécies melíferas, considerando que a MNHP é bastante rica a este nível, contudo, para que estas espécies estejam presentes há que reduzir a presença de cistáceas, que têm a tendência a tornarem-se dominantes. Como tal, a gestão de matos será a operação mais indicada para provir esta variabilidade.

Está prevista a reintrodução do coelho bravo que servirá de presa à Águia de *Bonelli*. Estes poderão beneficiar, para a sua alimentação, dos pequenos campos de alimentação que atualmente são feitos com recurso a uma mistura de sementes de gramíneas e leguminosas (trigo, cevada, tremocilha, trevo

e ervilhaca). Estes campos de alimentação serão rotativos, incidindo-se mais na área da faixa de rede primária, zonas próximas a pontos de água e locais de maior abertura de arvoredo.

No âmbito das compensações para a Albufeira da Barragem de Odelouca, de acordo com o protocolo entre o ICNF (Ex-AFN) e Águas do Algarve, foi executado um programa de requalificação e recuperação do *habitat* do lince ibérico na MNHP. Este programa contemplou a instalação da RPFGC; 16 localizações para instalação de 3 tipos de morouços, dispersos igualmente pelo quadrante superior direito e ainda a instalação de um cercado para reprodução de coelho bravo, localizado a noroeste da Casa do Ti Guilherme, atualmente a parcela y. Estas intervenções foram da responsabilidade da Águas do Algarve e constam do protocolo anexo (Anexo 5). Devido à enorme mortalidade ocorrida na população de coelho bravo, ao incêndio ocorrido em 2018, à falta de mão-de-obra, esta ação foi suspensa. Tendo a manutenção do cercado dos coelhos, cingindo-se à realização de aceiro perimetral no interior da cerca. Pretende-se brevemente, retomar este trabalho de reintrodução de coelho bravo, tendo-se para isso que proceder à requalificação destas infraestruturas, nomeadamente a reparação do cercado existente.

1.1.7 Componente de recursos geológicos e energéticos

Atividade inexistente.

1.2 Definição dos objetivos da exploração

Tratando-se a MNHP, de um terreno da propriedade do Estado Português, ambiciona-se criar um espaço multifuncional e diversificado em que os objetivos fundamentais são:

1 - Gerir a ocupação florestal de forma a aumentar os recursos florestais, procurando orientar a gestão desses recursos dentro dos objetivos principais de conservação da natureza e proteção do solo e recursos hídricos;
2 - Obter complementarmente produções de cortiça de qualidade, sustentáveis e rentáveis a médio e longo prazo;
3 - Obter produções de madeira sustentáveis e rentáveis a médio e longo prazo;
4 - Aumentar a produção e melhorar o aproveitamento do medronheiro;
5 - Aumentar o efetivo apícola;

6 - Minimizar os processos de degradação do solo e da água;

7 - Favorecer o estado sanitário dos povoamentos;

8 – Reduzir o perigo de incêndio florestal;

9 - Adequar a gestão florestal à proteção e conservação dos *habitats* e espécies classificadas e ao fomento da biodiversidade;

10 - Restauro e conservação das galerias ripícolas;

11 - Desenvolver experimentação e demonstração sobre recursos florestais e práticas de conservação do solo e dos valores naturais;

12 - Proporcionar à população, a prática de atividades lúdicas;

13 - Melhorar a formação dos recursos humanos envolvidos.

Com estes objetivos traçados a MNHP agrega-se de acordo com as funções principais a privilegiar, conforme sintetizado no Quadro 38.

Quadro 32 – Resumo das principais funções

Secção	Função Principal Desempenhada	Área (ha)
S1	cs – Conservação de *habitats* de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; pt – Proteção	344,15
S2	pt – Proteção	411,88
S3	p - Produção	48,66
S4	DFCI	35,06
S5	re – Recreio e valorização da paisagem	0,72
S6	Sp/c/P (Ap/fc) – Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores	2,16
S7	cs – Conservação de *habitats* de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; pt – Proteção; re – Recreio e valorização da paisagem	0,22
S8	DFCI; re – Recreio e valorização da paisagem	2,66

As secções regem-se essencialmente, por três funções principais: a conservação de habitats, produção e a proteção. Contudo, as florestas apresentam muitas outras funções e devem ser geridas nesse sentido, desta forma indicou-se no Quadro 38, funções que determinadas áreas inseridas nos espaços florestais desempenham. As secções S7 e S8 representam as áreas do Trilho da Parra, cuja ocupação de solo tem outra função para além, da que o Trilho representa. Considerando que se tratam de áreas de rede viária ou margens das linhas de água.

A MNHP apresenta como na maioria do território algarvio, grandes constrangimentos quanto à produção. Porém, possui condições únicas que permite albergar espécies de fauna e flora únicas, inserindo-se em sítio Rede Natura 2000, por presença de *habitats* florestais e pré-florestais de interesse de conservação, favorecendo e direcionando o foco, no sentido da conservação. Os elevados declives que o território exibe, os solos pobres e esqueléticos, e o facto de situar-se dentro da área de respeito da albufeira de Odelouca, encaminha a gestão para a proteção territorial, de forma preservar os sustentos e suportes, para a continuação da vida. No entanto, a MNHP apresenta uma grande área de sobreiros, encontrando-se muitos deles dispersos, mas que permitem a sua exploração. Razão pela qual se incluiu a função produção sempre que existam sobreiros. Há uma área de pinheiro bravo, aproximadamente, 50ha, que parecem ser passíveis de conduzir com o objetivo produtivo. Pois tratam-se de áreas sem socalcos (a sudoeste), ou de áreas, cujos socalcos apresentam maiores dimensões, permitindo a operacionalidade de máquinas. O medronho será outra forma de exploração, mas tratando-se de um subproduto florestal, não apresenta indicação para estar considerado em secção.

As funções silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores, recreio e valorização da paisagem e DFCI, são igualmente, importantes, pois, irão estar vinculadas à gestão da MNHP. Porém, mais uma vez, são consideradas na gestão, mas como, não auferem valor económico e as operações para a sua continuidade, são mais cirúrgicas, acabam por não ser enquadradas em secções.

Com os objetivos traçados para a proteção e conservação, principais funções da MNHP, a gestão enfatiza a conservação do regime hídrico e da biodiversidade, apoiada no mosaico florestal, o qual permite uma nova especialização do território que tem em conta as previsíveis alterações climáticas e outras alterações de contexto, permitindo o mais eficiente aproveitamento das suas vocações naturais, (ENF, 2015). Ainda de acordo com a ENF, a MNHP tem como desafio a curto prazo, a redução dos riscos associados aos incêndios e a agentes biológicos. O assegurar das funções de proteção o regime hídrico nas cabeceiras das bacias hidrográficas submetidas ao regime florestal, da conservação do solo e da água nas zonas suscetíveis à desertificação, ou de conservação da biodiversidade nas áreas da Rede Natura 2000, são todas soluções de maior especialização do território e de valorização ambiental dos espaços florestais propostas na Estratégia Nacional para as Florestas transportadas para este plano. (ENF, 2015).

O tipo de floresta que irá surgir demonstra uma vocação multifuncional em que cortiça, madeira, mel, frutos, turismo e natureza são componentes importantes da sua sustentabilidade.

1.3 Síntese

No quadro seguinte resumem-se as parcelas que resultaram do agrupamento das várias manchas em função da espécie dominante a gerir, onde é descrito o código da mesma, de acordo com as normas de fotointerpretação para a região de intervenção e o objetivo de gestão da parcela.

Quadro 33 – Síntese parcelas

Parcela	Área (ha)	Floresta Atual (Espécies)	Idade (anos)	Densidade Média (arv/ha)	Função principal	Objetivos de Gestão	Floresta Futura (Espécies)	Modelo Silvicultura (código) /Normas de Intervenção (1)
a	185,95	Md*Sb	Várias	475	a)	Recuperação de habitats naturais (Matos termomediterrânicos, pré-desérticos 5330pt3), reflorestação com sobreiro	Sb*Md	CONS1/CONS2/PT1/PT2/ PD2/PD4
b	22,93	Md*Sb	Várias	550	a)	Recuperação de habitats naturais (Matos termomediterrânicos, pré-desérticos -9330 e 5330pt3), reflorestação com carvalho cerquinho	Cv*Md*Sb	CONS1/CONS2/PT1/PT2/ PD2/PD4
c	24,98	Md*Sb	Várias	200	c)	Instalação de povoamentos de proteção - cipreste	Cu*Md*Sb	PT1/PT2/PD1/PD2
d	15,75	Md*Sb	Várias	450	c)	Proteção do solo através de adensamentos - sobreiro, pinheiro manso e medronheiro	Az*Sb*Pm* Md	PT1/PT2/PD1/PD2/PD4
e	6,88	Md*Sb	Várias	550	c)	Instalação de povoamentos de proteção - azinheiras	Az*Md*Sb	PT1/PT2/PD1/PD2/PD4
f	5,52	Md*Sb	Várias	525	c)	Instalação de povoamentos de proteção - zambujeiros	Zb*Md*Sb	PT1/PT2/PD1/PD2
g	3,83	Md*Sb	Várias	350	a)	Recuperação de habitats naturais (Matos termomediterrânicos, pré-desérticos -9330 e 5330pt3), reflorestação com sobreiro e carvalho cerquinho	Md*Sb*Cv	CONS1/CONS2/PT1/PT2/ PD2/PD4
h	4,03	Md*Sb	Várias	200	a)	Recuperação de habitats naturais (Matos termomediterrânicos, pré-desérticos -9330 e 5330pt3), reflorestação com medronheiro e carvalho cerquinho	Md*Sb*Cv	CONS1/CONS2/PT1/PT2/ PD2/PD4
i	20,34	Md*Sb	Várias	700	a)	Reforço da floresta de proteção com adensamento pontuais - sobreiro	Sb*Md	CONS1/CONS2/PT1/PT2/ PD2/PD4
j	23,11	Md*Sb	Várias	350	a)	Beneficiação de floresta de proteção com adensamentos pontuais - sobreiro	Sb*Md	CONS1/CONS2/PT1/PT2/ PD2/PD4
k	57,92	Pb	Várias	800	c)	Manutenção de florestas de proteção com produção	Pb	PT1/PT2/PD1/PD2/PD4
l	48,09	Pb	Várias	800	b)	Manutenção de florestas de proteção com produção	Pb	PT1/PT2/PD1/PD2/PD4
m	38,45	Pb	Várias	800	c)	Manutenção de florestas de proteção	Pb	PT1/PT2/PD1/PD2/PD4
n	14,58	Pm*Pb*Sb	Várias	750	c)	Manutenção de florestas de proteção	Pm*Pb*Sb	PT1/PT2/PD1/PD2/PD4
o	103,66	Md*Sb	Várias	450	c)	Manutenção de florestas de proteção em áreas ardidas	Pb*Ec*Md	PT1/PT2/PD1/PD2/PD4
p	138,58	Md*Sb	Várias	400	c)	Manutenção de florestas de proteção	Md*Sb	PT1/PT2/PD1/PD2/PD4
q	2,53	Ec	Várias	900	c)	Manutenção de florestas de proteção	Ec	PT1/PT2/PD1/PD2/PD4
r	3,02	Cu*Md	Várias	700	f)	Manutenção de florestas de proteção (Experimentação)	Cu*Md	CONS4/PT1/PT2

Parcela (n.º)	Área (ha)	Floresta Atual (Espécies)	Idade (anos)	Densidade Média (arv/ha)	Função principal	Objetivo de gestão	Floresta Futura (Espécies)	Modelo Silvicultura (código) /Normas de Intervenção (1)
s	39,56	Matos	Várias	-	a)	Zonas escarpadas a conservar (fauna, *habitats*, proteção do solo)	Mt	CONS1/CONS2/PT1/PT2
t	44,62	HH			a)	Recuperação da galeria ripícola	-	CONS1/CONS2/PT1/PT2
u	0,74	PA	---	700	DFCI	Apoio ao combate de incêndios, à fauna é à área social	-	DFCI1
v	5,29	RD	---	900	DFCI	Manutenção da rede divisional para controlo dos incêndios rurais	-	DFCI1
w	31,69	RV	---	425	DFCI	Manutenção da rede viária para transitabilidade	-	DFCI1
x	0,57	CE	---	---	b)	Extração do material lenhoso	-	PD1
y	0,72	SC	---	---	e)	Manutenção com objetivos de recreio e lazer	-	RECR2
z	1,85	AC	---	---	d)	Apoio à gestão das espécies cinegéticas e fauna selvagem	-	SILVL1/SILV3
aa	0,30	AP	---	---	d)	Aproveitamento de outros recursos (apicultura)	-	SILV3

(1) As normas de intervenção aplicam-se às parcelas de proteção e conservação, onde está sempre presente a exploração de cortiça e medronho, atendendo sempre aos critérios definidos em PROF Algarve para estas funções.

a) Conservação de *habitats* de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; b) Produção; c) Proteção; d) Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores; e) Recreio e valorização da paisagem; f) Experimentação; DFCI – Defesa da Floresta Contra Incêndios

2. ADEQUAÇÃO AO PROF ALGARVE

Como referido no ponto 3.2. do Documento de Avaliação, a exploração segundo a cartografia do PROF do Algarve, engloba-se geograficamente na sub-região homogénea Serra de Silves (SRH Serra de Silves). Trata-se de uma sub-região com alguma aptidão e potencial produtivo para espécies de fileiras de interesse nacional (pinheiro-bravo, sobreiro, medronheiro e carvalho). A adequação específica deste plano ao PROF Algarve pode ser concisamente descrita no quadro que se segue:

Quadro 34 – Adequação ao PROF Algarve

Objetivos Específicos da S.R.H. Serra de Silves/M. N. H. Parra	• Recuperar e manter a população cinegética, favorecer e expandir os seus *habitats* nas zonas com potencial; • Recuperar os espaços florestais, sobretudo os queimados, de acordo com o potencial produtivo da sub-região; • Controlar o declínio dos sobreirais; • Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente, o medronho, a cortiça; • Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão; • Controlar e mitigar os processos associados à desertificação; • Favorecer e expandir os *habitats* com elevado valor ecológico e de suporte à fauna e flora protegida, em especial os *habitats* de suporte ao Lince ibérico e à Águia de *Bonelli*;
Espécies Protegidas	• Sobreiro e Azinheira, *Ruscus aculeatus* • Águia de *Bonelli,* Cágado-mediterrânico
Corredores Ecológicos	• Parte da área da MNHP é percorrida por um corredor ecológico. Contido neste, situa-se a ribeira de Odelouca pelo que as galerias ripícolas devem ser promovidas e conservadas, considerando para tal as normas relativas aos espaços florestais de proteção e/ou conservação correspondentes (PT1, CONS1).
Modelos de silvicultura / Normas a Aplicar	• Aplicam-se os modelos de silvicultura para povoamentos regulares de Pm, PmPb, Pb1, Pb2, e Sb: Pm (ponto 2.1.4 Capítulo E do DE do PROF); • Normas da função de Proteção: PT1; • Normas da função de Conservação: CONS1 e CONS2; • Normas para a função de produção múltipla: SILV1, SILV2, e SILV3; • Normas para a função de recreio e valorização da paisagem: RECR2; • Normas para a função de produção: PD1, PD2, PD3, PD4;
FGC	• A MNHP tem uma RPFGC, que se desenvolve paralelamente aos limites sul, este e norte, numa faixa de largura de 125 metros.

Outro dos objetivos da MNHP é a consolidação de um sistema ambiental sustentável e durável. Desta forma, assegurar-se-á um desenvolvimento que garanta a estrutura e a função dos sistemas naturais e semi-naturais, bem como, uma contribuição para as atividades socioeconómicas regionais, promovendo a conservação da natureza, a biodiversidade, a qualidade do espaço público e da paisagem.

Relativamente às águas interiores, o PROF defende que devem ser tomadas medidas de proteção e suporte.

Para a apicultura, prevê-se fomentar e um programa continuado das espécies melíferas e não será esquecida, a sua função produtiva. O ICNF não realizará a exploração direta do mel, no entanto através de hastas públicas direcionadas para o efeito, o mel entrará no circuito produtivo da MNHP.

A gestão da MNHP contribui, diretamente, para atingir os objetivos gerais do PROF Algarve: NG21; NG24; SPeOPS; SPeOPS 1; ZSCE 1; ZSCE 2, DFCI 1 e 12631 (parte), na medida em que:

- Está em curso a instalação de povoamentos variados a que se seguirá, seguramente, a sua gestão;
- Serão aplicadas normas de silvicultura preventiva e operações silvícolas mínimas de acordo com o definido neste PGF;
- Estão previstas ações específicas tendo em consideração que parte do território está inserido, em Corredor Ecológico e que grande parte possui relevo acidentado e declivoso (20-45%) existindo, naturalmente, problemas de forte erosão;
- Sabendo que quase toda a MNHP está classificada, no que respeita à Perigosidade estrutural, como de Muito alta, não pode ser descurada a gestão e silvicultura a aplicar às faixas de gestão do combustível na instalação.

A gestão da MNHP contribui para as funções prioritárias da SRH Serra de Silves: *a*) Função geral de conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; *b*) Função geral de produção; *c*) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores, definidas no PROF Algarve na medida em que:

- No que diz respeito à função referida em *a)* através deste PGF, fomenta-se o ordenamento florestal para a conservação da flora e fauna e a conservação e fomento de *habitats* (CONS 1) essenciais para a fauna com valor de conservação (CONS 2); e ainda a manutenção e fomento de corredores ecológicos (ZSCE 1);

- No que diz respeito a *b)* está prevista a condução dos povoamentos, com a finalidade de obter alguma produção lenhosa (PD 1 e PD 3), a condução do sobreiral para a obtenção de cortiça (PD 2), e a obtenção de fruto do medronheiro (PD 4). Devido aos constrangimentos do clima, do solo e da orografia, a função de produção estará sempre subordinada às funções de proteção e conservação onde aplicáveis;

- No que respeita a *c)* prevê-se o ordenamento de áreas de pastagem em povoamentos florestais e a instalação de pastagens para o fomento cinegético ~~e~~ (SILV 1), a melhoria das condições de *habitat*, de alimentação e de proteção (SILV 2) e ainda o fomento das espécies melíferas (SILV 3), através do ordenamento de matos que favoreçam a flora melífera. As normas SILV 1 e SILV 2 aplicam-se a toda a unidade de gestão e não foram associadas a parcelas específicas. Estão instalados, e prevê-se a sua manutenção, comedouros e deve ser continuada a realização de áreas de sementeira. Está também prevista a tentativa de reintrodução do coelho bravo. Estas atividades estão intimamente relacionados com a expansão dos *habitats* de suporte ao Lince Ibérico e à Águia de *Bonelli*.

A recuperação dos espaços queimados de acordo com o seu potencial produtivo, mais precisamente, recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados, constitui objetivo comum do PROF Algarve previsto na Alínea c), Artigo 10.º, Portaria n.º 53/2019 de 11 de fevereiro), e está em fase de execução através da rearborização de 268,77 ha (Projeto PDR2020 – Op. 814 – Restabelecimento da floresta afetada por acontecimentos catastróficos – Reflorestação) com um vasto leque de espécies florestais, adequadas à SRH, prevendo-se a sua gestão de acordo com os modelos silvícolas constantes no referido PROF. A escolha destas espécies potenciará a produção de produtos não lenhosos, como a cortiça e o medronho, e a diversidade paisagística. A rearborização feita com recurso a técnicas de mobilização de solo mínimas contribuirá para atingir o objetivo geral ZSCE 2, respeitando as normas PT 1, CONS 1 e CONS 2. Na medida em que o programa de silvicultura mínima prevê a monitorização de pragas e doenças em especial do sobreiro, o contributo para o objetivo geral ZSCE 2 será também assegurado.

Para a subfunção RECR 2 contribui-se de forma indireta, prevendo-se a manutenção cuidada dos caminhos florestais mais utilizados pelos amantes das caminhadas e pela recuperação da área de lazer existente. Trilho da Parra

Em relação à percentagem de espaços florestais não é previsível qualquer alteração durante o período de vigência deste PGF, uma vez que em 2022 se deu início a dois projetos que irão ter impacto em mais de 40% da área da MNHP a: a) PDR2020, Operação 8.1.5 (100,745 ha) para Melhoria da resiliência do valor ambiental da floresta nas áreas não afetadas pelo incêndio de 2018; b) (PDR2020, Operação 8.1.4 (367,989 ha) de Reflorestação / Restabelecimento da floresta afetada pelo acontecimento catastrófico floresta nas áreas afetadas pelo incêndio de 2018. Nestes está previsto o adensamento com Sobreiro em 222,902 ha.

Considera-se portanto, que existe um contributo positivo com a gestão dos espaços florestais, prevista neste PGF, na medida em que foram interiorizadas as orientações do PROF Algarve.

3. ADEQUAÇÃO AO PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DE MONCHIQUE E SILVES (PRGPSMS)

Como referido no ponto 3.3.5 do Documento de Avaliação, toda a área da MNHP está abrangida pelo PRGPSMS.

Respondendo aos grandes objetivos do PRGPSMS este PGF pretende também contribuir para a prevenção de fogos não controlados em condições extremas, minimizando riscos através da gestão de descontinuidades de baixa carga combustível (ex.: recuperação de galerias ripícolas com Freixos e Salgueiros ou através da gestão de manchas de Matos), reduzindo as de baixa aptidão ecológica (ex.: não está previsto plantar ou adensar áreas de Eucalipto) e aumentando as de maior adequação ecológica, económica e de identidade local (ex.: Prevê-se plantar/adensar áreas de Medronheiro, Azinheira, Sobreiro e Carvalho), gerindo os seus sub-cobertos e mantendo a paisagem em dimensão de mosaico policultural adaptado às multicaracterísticas biofísicas do meio.

Este PGF pretende responder às Questões-chave (PRGPSMS, pág. 72) elencadas no PRGPSMS, como pode ser constatado através da análise do Quadro 35:

Quadro 35 – Questões Chave o PRGPMS versus intervenções preconizadas, neste PGF, para a Mata Nacional da Herdade da Parra

Questões	Descritivo	Intervenções preconizadas no PGF
A	Biodiversidade	• RN2000 – Recuperação *habitats* prioritários, assegurar a conservação das galerias ripícolas e do património florístico e preservar os mosaicos de *habitats* existentes, mantendo as manchas florestais de montado de sobro e a vegetação dos barrancos. • Rearborizar com Carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*). • Recuperar e dar continuidade às galerias ripícolas; • Recuperar bosquetes de medronhais;
B	Sistema hídrico e erosão de vertentes	• Recuperação de galerias ripícolas com Freixos e Salgueiros;
C	Sistema Florestal	• Prevê-se a recuperação de diversificação com grande aposta no Sobreiral (Plantação, adensamento e aproveitamento da regeneração natural em 203.510,81 ha e melhoria condições em 28.628 ha); • Diversificação cultural;
D	Sistema agrícola e erosão do solo	• Evitar intervir nas áreas de maior declive; • Limpeza de coberto e sub-coberto feita motomanualmente ou com corta matos, evitando gradagens.
E	Prevenção de fogos rurais	• Criação de descontinuidades entre Povoamentos florestais diversos e áreas de Mato (geridos); • Manutenção do espaço como Reserva de Caça (zona de refúgio das espécies) e continuação da implementação de medidas de apoio à caça maior e previsão da reintrodução do coelho-bravo;

4. PROGRAMAS OPERACIONAIS

4.1 Programa de gestão da biodiversidade

A Biodiversidade é uma das propriedades fundamentais da natureza, responsável pelo equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas, que deve ser avaliada e sua evolução analisada (através de observações, inventários, conservação), e deve ser tida em consideração nas decisões de planeamento da gestão.

4.1.1 *Habitats* e valores existentes

A área englobada pela ZEC Monchique é de 76 138,4 ha e envolve parcialmente os concelhos de Aljezur, Lagos, Monchique, Odemira, Ourique e Silves. Estas áreas de Rede Natura foram alvo de criação de

Planos de Gestão tendo sido para o efeito, atualizados os limites da área e criadas orientações de gestão específicas de acordo com a área alvo.

Todo este território constitui uma área prioritária para o lince-ibérico. Inclui cursos de água importantes para a boga-portuguesa (endemismo lusitânico, com estatuto "raro", em regressão e com distribuição restrita à faixa sudoeste e centro-oeste de Portugal). A avifauna desta área inclui populações marginais de algumas espécies.

A MNHP integra a área classificada – ZEC Monchique (PTCON0037) em 151, 75ha e em ZPE Monchique, em cerca de 815,148 ha.

Os *habitats* naturais identificados pelo Plano de Gestão da ZEC Monchique, para a área da MNHP, são os seguintes:

- 4030pt5 Urzais-estevais-tojais baixo alentejano-monchiquenses e algarvios

O 4030pt5 ficou bastante danificado pelo incendio de 2018, contudo já se verifica o seu reaparecimento. A presença deste *habitat* foi identificada nas parcelas k, l, m, o, p, t, u, w, x de acordo a avaliação que fizemos da sua extensão com base nos indicadores de flora presentes. Trata-se de uma extensa área de 50,27 hectares em que o *habitat* 4030 surge de forma predominante, ainda que frequentemente em mosaicos com o 5330. A gestão que preconizamos deverá garantir a conservação de manchas deste *habitat* em mosaico com os povoamentos florestais a instalar conforme previsto em vários projetos. Procurar-se-à promover a evolução das sucessões ecológicas na direção do medronhal, sobreiral e carvalhal, particularmente nos locais mais favoráveis ao estabelecimento natural das mesmas.

- 5330pt3 Medronhais

Este *habitat* abrange uma extensa área, correspondente às parcelas a, b, c, d, h, i, j, k, l, m, o, p, s, t, u, v, w, e x, cerca de 149,12 hectares, predominantemente em encostas de exposições ao quadrante norte. Aqui a vegetação natural é dominada pelo medronheiro, com ocorrência de urze arbórea e de outras espécies de arbustos, assim como regeneração natural de sobreiro e por vezes carvalho português.

Os fogos recentes regrediram uma grande parte do *habitat*, mas verifica-se uma rápida recuperação. A gestão preconizada deverá salvaguardar a conservação de significativas manchas deste *habitat*, promovendo a evolução de outras para florestas de sobreiro ou carvalhos. As intervenções previstas deverão privilegiar métodos com recurso a mobilização mínima e máxima preservação dos elementos arbustivos presentes, pois esta cobertura vegetal é essencial para a conservação não só da biodiversidade, mas também proteção do solo e regulação do regime hídrico em condições de elevados declives de encosta e substrato geológico pouco permeável.

- 5330pt4 Matagais dominados por *Quercus lusitânica*

No topo dos cabeços do lado nascente da MNHP (parcelas n, p, t), as charnecas e os medronhais formam mosaicos com matagais de *Quercus lusitânica*, em geral de pequeno porte, espraiando-se junto ao solo até uma altura de 30 cm (mas por vezes superior a 1 metro). Dada a localização em áreas com fraco potencial produtivo, e com boas condições para o estabelecimento de faixas de gestão de combustíveis para efeito de redução do risco de incêndio (Redes primária e Secundária), estas zonas tenderão para uma gestão vocacionada para ações preventivas no âmbito dos objetivos de DFCI. Esse tipo de gestão é compatível com a preservação deste habitat desde que as desmatações não sejam demasiado frequentes e feitas em mosaicos utilizando tecnologias de corte de vegetação sem recurso a mobilizações de solo ou aceiramento com lâmina de Bulldozer.

-5330pt3 Matos termomediterrânicos pré-desérticos

Na parte norte da MNHP, os medronhais foram poupados ao último incêndio (2018), de forma que em alguns locais, o medronhal pré-florestal iniciou a transição para o bosque de sobreiro, com a presença de arvoredo com um maior porte e densidade. Este habitat apresenta-se na sua maior parte muito incipiente e degradado, mas pontualmente, principalmente ao longo de linhas de água encaixadas e pouco acessíveis, podem ser observados os principais indicadores da presença deste habitat (sobreiro, lianas, sub-bosque latifoliado, fetos, arbustos diversos com desenvolvimento arborescente).

A fim de salvaguardar a preservação deste habitat, deverá ser evitada a desmatação destes locais e a exploração precoce do arvoredo (descortiçamentos). Ainda que possa ser feita a instalação de sobreiros para objetivos produtivos, algumas manchas desses bosques deverão ser deixadas inexploradas, e no

caso das novas instalações deverão ser privilegiadas a mobilização mínima e o aproveitamento da regeneração natural.

- 92A0pt5 Salgueirais arbustivos de *Salix salviifolia ssp. Australis*

O 92AO, localizava-se na linha de água do barranco da Parra onde foi parcialmente afetado pelo incêndio de 2018. Os fracos valores de precipitação, e consequentemente o baixo valor de cota de enchimento da barragem de Odelouca, tem dificultado a recuperação das áreas ardidas. Este habitat encontra-se sobretudo na parcela u, mais raramente associado a nascentes dispersas pela MNHP. A parcela referida assim como os locais de ocorrência pontual serão geridas de forma a conservar e recuperar os núcleos de salgueiral e a vegetação ribeirinha autóctone.

Flora

Foram identificadas na MNHP, de entre as espécies de flora protegida referenciadas no PSRN2000 para o Sítio Monchique, as seguintes: *Salix salvifolia subsp. australis* Franco (Anexo II da Diretiva *Habitats*) e *Ruscus aculeatus* L. (Anexo V). As intervenções silvícolas previstas para esta área deverão ser precedidas por trabalho prévio de observação e delimitação destas e doutras espécies de interesse comunitário. Ações de recuperação de troços degradados de linha de água deverão favorecer a reconstituição dos salgueirais de *Salix salvifolia subsp. Australis.* A eventual identificação de espécies de conservação prioritária adicionais deverá ser acompanhada de medidas localizadas e à escala da unidade de gestão no sentido de melhorar o seu estado de conservação.

Fauna

Das espécies da fauna constantes na ZEC Monchique e na ZPE Monchique, foram identificadas pelo ICNF, as seguintes:

- 1128 *Chondrostoma lusitanicum* (Boga portuguesa)

A partir *C. lusitanicum* foi descrita uma nova espécie a Boga do Sudoeste *C. almacai* Coelho, Mesquita & Collares-Pereira (Coelho et al. 2005). São consideradas em conjunto para efeitos da Directiva *Habitats*.

Segundo o trabalho de Coelho, Mesquita & Collares-Pereira, 2005, sobre a *Chondrostoma almacai*, esta ocorre preferencialmente em rios e ribeiras intermitentes e permanentes, com águas de temperatura relativamente elevada e alguma profundidade (Pires et al. 2004). Estas condições não se registam na MNHP, tão pouco a existência de pegos viáveis durante a época estival. Também a construção da barragem de Odelouca, contribuiu para a diminuição da área de ocupação, tornando ainda mais reduzida a área adequada a esta espécie, sendo provável a sua ausência em quase toda a extensão do rio Arade, segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

- 1221 *Mauremys leprosa* (Cágado-mediterrânico)

O alagamento da ribeira de Odelouca pela albufeira destruiu os *habitats* propícios à Boga-Portuguesa, mas criou *habitats* para outras espécies aquáticas tanto de ictiofauna (não protegida e possivelmente exóticas) como aquáticas como a *Mauremys leprosa* (Anexos II e IV da Diretiva *Habitats*). O cágado mediterrânico também ocorre em pontos de água de pequena dimensão incluindo pequenos cursos de água. A gestão dos pequenos pontos de água e dos cursos de água mais importantes desta UGF deverá ser efetuada de forma a favorecer esta e outras espécies que estão associadas a meios húmidos, nomeadamente pela preservação da vegetação aquática e palustre das margens das charcas e cursos de água (Juncais, *Typha domingensis*, formações arbustivas).

- 1355 *Lutra lutra* (Lontra)

Este mamífero encontra-se presente na área da MNHP, na zona submersa pelo braço da barragem de Odelouca, condicionando a gestão apenas ao longo dos barrancos da Parra e do Louro.

A parcela s, pela sua natureza e por marginar com a albufeira de Odelouca, não tem previsto quaisquer intervenções silvícolas, será deixada evoluir naturalmente. Nas áreas que confinam com a albufeira, não serão executadas desmatações, de forma a se construir um cordão de vegetação, compatível com o fornecimento de abrigo e disponibilidade de alimento. Serão sempre conservadas as espécies arbustivas e bosquetes, sem destruição da vegetação ripícola. Estas medidas contribuem para o aumento da sua população.

- A093 *Hieraaetus fasciatus* (Águia de Bonelli)

Esta espécie tem um estatuto de conservação global "Pouco preocupante", sendo o estatuto a nível nacional "EN (Em Perigo)".

Os incêndios de 2013 e de 2018 destruíram os últimos ninhos existentes dentro do perímetro da MNHP. Desde então que não têm surgido novos ninhos. A libertação semanal de pombos, criados no pombal localizado junto ao Chalé, tornou diárias as "visitas" de vários exemplares. Com o terminar desta atividade, início de 2022, os avistamentos tornaram-se menos frequentes mas continuam ainda a verificar-se.

Dentro da área da MNHP, as principais ameaças à conservação desta espécie, são:

- A rarefação das populações de Coelho-bravo provocado pelas epizootias, mixomatose e pneumonia viral hemorrágica;
- A perturbação humana em zonas de nidificação e durante os períodos mais sensíveis, provocada por atividades silvícolas e desportos motorizados, conduz a um abaixamento da produtividade da população;
- Os incêndios florestais assumem forte impacto sobre a população devido à perda de habitat (em especial nos núcleos nidificantes do sul do país, onde a espécie nidifica em árvores);
- A degradação dos *habitats* de nidificação e/ou alimentação devido à construção de infraestruturas (barragens, parques eólicos, estradas);
- A mortalidade de juvenis por doenças, nomeadamente devido à Tricomoniose transmitida a partir dos pombos, pode assumir grande importância para casais muito dependentes desse tipo de alimento.

Para combater as ameaças que surgem, o planeamento da gestão proposto para a MNHP, é feito da seguinte forma:

- Deverá condicionar-se a utilização dos caminhos existentes nestas áreas durante o período de nidificação das aves, restringindo o seu uso apenas a casos excecionais e pontuais, de modo a minimizar a perturbação;

- Promover a manutenção e valorização do mosaico florestal, e dos pequenos núcleos de eucaliptos *maidenii* dispersos pela área da parcela a e j, com o objetivo de criar novos polos de nidificação;
- Recomeçar com novos programas de reintrodução de coelho-bravo fundamentadas no melhoramento dos recursos ecológicos desta espécie, conforme medidas detalhadas no ponto 4.1.2;
- Diminuir o risco de incêndio florestal, em toda a área da MNHP;
- Continuar a colaborar em programas internacionais de conservação e estudo da espécie.

Tratando-se de uma área abrangida por uma Zona de Proteção Especial (ZPE), segundo o Decreto-Lei n.º 140/99 de 24/04, na sua versão atualizada, visando a proteção das espécies de aves aí existentes, é proibida a:

- Captura, abate ou detenção de espécies de aves selvagens inscritas no Anexo-I da Diretiva 79/409/CEE e de espécies de animais constantes dos Anexos B-II e B-IV dos Decreto-Lei mencionados, qualquer que seja o método utilizado;
- Perturbação desses espécimes, nomeadamente durante o período de reprodução, de dependência, de hibernação e de migração;
- Destruição, danificação, recolha ou detenção dos seus ninhos, mesmo vazios, e ovos;
- Deterioração ou destruição dos locais ou áreas de repouso dessas espécies;
- Exposição com fins comerciais, a venda, a oferta, a troca, a detenção, o transporte para fins de venda ou de troca e ainda a compra de espécimes retirados do meio natural, vivos ou mortos, incluindo qualquer parte ou produto obtido a partir dos mesmos;

Estas proibições não se aplicam às espécies cinegéticas. A caça destas espécies pode ser efetuada exceto durante o período de nidificação, nos diferentes estádios de reprodução e de dependência. No entanto no território da unidade de gestão o exercício da caça está condicionado pela aplicação da Portaria 91/98, de 21 de Fevereiro.

Para assegurar a proteção de espécies vegetais constantes dos Anexos B-II e B-IV, do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24/04, na sua versão atualizada, o artigo 12.º proíbe:

- "A colheita, corte, desenraizamento ou destruição de plantas ou parte de plantas no seu meio natural e dentro da sua área de distribuição natural" e ainda,
- "A detenção, o transporte, a venda ou troca e oferta para fins de venda das referidas espécies, colhidos no meio natural com exceção dos espécimes legalmente colhidos antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto".

As orientações de gestão para esta ZPE, incidem primordialmente para a conservação das aves rapinas e dos passeriformes migradores de matas e bosques, sendo relevante a:

- Conservação e recuperação de povoamentos florestais autóctones e promoção de áreas de matagal mediterrânico;
- Adoção de práticas silvícolas especificas e condicionamento de florestação com espécies de crescimento rápido e povoamentos em monocultura;
- Condicionamento de construção de barragens em zonas sensíveis;
- Condicionamento de intervenções nas margens e leito de linhas de água;
- Não remoção árvores cavernosas (Sobreiros);
- Em áreas de montado de sobro com declives acentuados não proceder a desmatações nem descortiçamentos de modo a promover a longo prazo a evolução destas áreas para sobreirais;
- Monitorização do estado sanitário da fauna silvestre, em especial do gato bravo e acautelar a sua reprodução;
- Monitorização das dietas alimentares das espécies predadoras existentes, assim como dos seus *habitats* e das suas presas;
- Demonstração das medidas de gestão de biodiversidade para gestores florestais e outros interessados;
- Celebração de protocolos específicos para monitorização de questões relacionadas com a conservação da natureza como o restauro ecológico;
- Respeitar as boas práticas para a conservação de espécies ameaçadas em todas as atividades desenvolvidas na MNHP.

Pretende-se ainda manter como áreas de "Reserva Integral" a parcela s de forma a manter e promover áreas de matagal mediterrânico permitindo a análise da evolução natural da flora e a manutenção de uma fauna rica e diversificada. A área desta parcela não teve qualquer tipo de intervenção desde a

aquisição da MNHP. A parcela t terá uma gestão conservacionista que potencie o habitat 5330, 9330, 92AO e 92BO. Será também dada relevância aos objetivos de conservação dirigidos para a fauna e flora.

Toda a gestão da área da MNHP tem como principio a conservação e o fomento dos *habitats* e dos valores naturais da fauna e flora.

Quadro 36 – Orientações de gestão para os habitats classificados presentes na Mata Nacional da Herdade da Parra

Habitat	Objetivos de conservação	Orientações de gestão
4030 - Charnecas secas europeias 6220 - Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* 5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos	Manter o grau de conservação do habitat 4030 - Charnecas secas europeias Manter a área do habitat na atual condição ecológica, com prioridade para a conservação do subtipo 6220pt4 – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas – Manter pelo menos 75% área total do habitat indicada na cartografia de habitats naturais de ICNF (2020) (dada a dinâmica de sucessão natural, é aceitável uma regressão até 20% da área do subtipo 6220pt5 – Arrelvados vivazes silicícolas de *Brachypodium phoenicoides* por substituição pelos habitats	• Controlo de espécies lenhosas exóticas invasoras nas áreas de ocorrência de habitats protegidos e em áreas que lhes são contíguas, nomeadamente em áreas de zimbrais (habitat 5210), e prevenção da sua expansão e invasão em áreas de ocorrência percorridas por incêndios; • Abertura de clareiras para impedir o ensombramento das áreas de ocorrência de *Euphorbia transtagana* e *Rhaponticoides fraylensis*; • Não efetuar limpeza de matos em áreas de: i) zimbral (habitat 5210) e sua periferia (faixa tampão de 50m); ii) medronhal (habitat 5330), que não devem ser convertidas em pomares de alto fuste. 4. Delinear e executar um plano de controlo seletivo de matos (manual e/ou por pastoreio) com vista à criação de descontinuidades nas manchas de matos para o controlo da propagação do fogo e para o fomento das populações de coelho-bravo e perdiz-vermelha. • Os controlos seletivos de matos devem cingir-se às áreas dominadas por matos mais suscetíveis à propagação do fogo em caso de incêndio, como é o caso das áreas dominadas por matos heliófilos (e.g. *Cistus* spp.). Devem ser dirigidas a áreas de matos mais contínuas e densas, por forma a criar quebras nessa continuidade (faixas) ou a criar mosaicos, evitando também a desmatação de vastas áreas. Considerando que muitos destes matos e matagais constituem os tipos de habitat 5330 ou 4030, devem ser salvaguardados os núcleos estruturalmente mais consistentes destes habitats; • As faixas ou mosaicos de redução de biomassa deverão ter uma disposição preferencial ao longo de vias de comunicação, cumeadas ou,

	Manter o grau de conservação do habitat 5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos 4030 e 5330)	se na encosta, orientadas em curva de nível, acompanhando os acidentes naturais, evitando estruturas retilíneas tipo "Zebra". Devem ser preferidas intervenções em lógica de mosaico ou zonas de descontinuidade por oposição a estruturas lineares, devidamente enquadradas na paisagem, e respeitando os locais de ocorrência de habitats protegidos; • Os cortes de mato para controlo de biomassa devem incidir e ser dirigidos para áreas de maior risco de incêndio ou mais aptas para o controlo do mesmo (e.g. bermas de vias de comunicação, junto a infraestruturas, povoações e locais estratégicos para controlo de frentes de fogo) e recorrendo, exclusivamente, a técnicas que não promovam a alteração física do solo (e.g. utilizar corta-matos mecânico/destroçador), e, sempre que possível, conjugado com o pastoreio extensivo.
92 D0 – Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctorieae*)	Manter o grau de conservação do habitat 92A0 - Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*	• Controlar espécies invasoras herbáceas (*Arundo donax, Tradescantia fluminensis*, *Phytollaca americana*, *Watsonia bulbilifera*), lenhosas (Acacia spp.) e de fauna (*Lepomis gibbosus*, *Procambarus clarkii, Trachemys scripta elegans*). Controlo de espécies exóticas invasoras de fauna e flora); ii) • Consolidar e estabilizar as margens da linha de água sem vegetação e/ou em erosão, com recurso a técnicas de engenharia natural (e.g. grade de vegetação, faxinas, entrançado, enrocamento com estacaria ou plantação obtida a partir das espécies autóctones existentes no local). É fundamental limitar o acesso de gado e veículos aos troços recuperados, com cercas temporárias; • Efetuar limpezas das linhas de água apenas por razões que se prendam com a eliminação de obstáculos ao normal escoamento que possam afetar a segurança de pessoas e bens. Caso o obstáculo se trate de vegetação arbustiva (e.g. silvados) os cortes e desbastes devem ser seletivos e de forma intercalar ao longo da galeria. As intervenções devem ser executadas de forma manual ou motomanual (motorroçadora), sem recurso a maquinaria pesada (exceto casos particulares, como o restauro ecológico de áreas muito degradadas ou por razões de segurança pública), e recorrendo apenas a mobilizações de solo localizadas que permitam reduzir a densidade do coberto vegetal arbustivo que esteja a potenciar bloqueios ao escoamento ou quando se pretenda recuperar (por plantação) troços degradados de galeria ripícola; O material vegetal resultante da limpeza de vegetação

		poderá ser tratado recorrendo a destroçadores/estilhaçadores para reposição de matéria orgânica diretamente no local, desde que tal não acarrete risco de invasão/infestação; • Promover a regeneração natural complementada com ações de plantação para expansão dos habitats 92B0 (adelfeira e amieiro) e 92D0 (loendro e tamargueira), com estacas e plântulas provenientes de germoplasma regional; • Estabelecer um plano de deteção e atuação frente a pragas e doenças florestais que podem afetar a vegetação ripícola, nomeadamente Phytophthora; • Efetuar as intervenções entre setembro e dezembro, preferencialmente antes do início das primeiras chuvas e consequente restabelecimento da continuidade fluvial, de forma a acautelar: a) a perturbação no ecossistema fluvial e o processo de recolonização das espécies de ictiofauna, a partir dos pegos estivais; b) os períodos de reprodução das espécies da fauna, em particular da avifauna alvo; • Assegurar a manutenção de árvores velhas de grande porte (e.g. eucaliptos, sobreiros, choupos ou pinheiros) que constituam suporte de nidificação de aves de rapina como a águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*) e a águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), perto de linhas de água, e de baixos níveis de perturbação na envolvente destes locais de nidificação (área específica a definir pela Autoridade de Conservação da Natureza com base nas características locais, tendo em conta as indicações do "Manual de boas práticas florestais e cinegéticas – Conservação da águia de Bonelli" (CEAI 2011) para definição de Área de Proteção Prioritária e Área Tampão), minimizando nessa fase do seu ciclo de vida (1 Dezembro - 31 Maio) as práticas de gestão silvícola.

4.1.2 Fomento das populações do coelho bravo (IUCN "Em Perigo" na Península Ibérica) e outra fauna silvestre

Com o objetivo de criar condições de aumento da diversidade e abundância de aves, plantas e outros organismos associados ao ecossistema florestal, sobre o qual hoje existe algum grau de ameaça, é necessário desenvolver medidas como a instalação de sementeiras, para a fauna silvestre, na área da MNHP desde que realizadas em curva de nível e próximas de locais de abrigo. Estas culturas, utilizando consociações de gramíneas e leguminosas, com objetivos compensar a diminuição, em alimentação, de

presas para os predadores silvestres e ainda criar descontinuidade de combustível, integrando-se nos objetivos das FGC.

Quadro 37 – Intervenções para fomento da fauna silvestre

Intervenções (Período temporal)	1º Quinquénio	2º Quinquénio	3º Quinquénio	4º Quinquénio
Culturas para a fauna		X	X	X

Estas sementeiras para além, de serem realizadas na área da Rede Primária, de forma a realizar o controlo de mato, para minimizar a progressão de um incêndio rural, irão ser igualmente promovidas junto dos pontos de água e locais de menor densidade vegetal. São áreas rotativas, estando a sua localização determinada no Plano de Anual de Atividades.

Caso venha a ser necessário efetuar o controlo de densidades de javali e veado, o mesmo poderá ocorrer pelos processos de espera e aproximação e de acordo com a legislação que criou a área de refúgio (Portaria 91/98, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de agosto na sua redação atual, artigo 113.º).

4.2 Programa de gestão da produção lenhosa

Considera-se que os ecossistemas florestais sustentados são a base para uma economia sustentável. Para que a produção florestal seja sustentada, é necessário haver um equilíbrio (regulação) entre a intensidade de corte e o tempo necessário para o restabelecimento do volume extraído da floresta, de modo a garantir a produção florestal contínua. Na prática, é preciso retirar da floresta somente o que ela é capaz de produzir, ao longo de um determinado período de tempo, sem comprometer a sua estrutura natural e o seu capital inicial. Isto implica estabelecer-se um equilíbrio entre três elementos: Ciclo de corte (anos); Volume explorado (m^3/ha) e Taxa de reposição do *stock*.

O tempo entre duas colheitas sucessivas (Ciclo de Corte) depende do volume aproveitado (Intensidade de Corte) e da produtividade da floresta (crescimento) para repor o que foi removido, tendo em vista que a produção florestal deve ser contínua e sustentada.

Para uma sustentabilidade no sentido lato, uma gestão da produção lenhosa ótima e durável só é possível se a função de proteção for considerada. Proteger e produzir são ambos importantes para a sociedade, e no caso desta unidade de gestão florestal, a função de proteção é a principal razão pela qual procuramos manter a cobertura florestal destas encostas.

Os elementos essenciais da função de produção, com respeito aos princípios gerais de sustentabilidade, são os seguintes:

- Manutenção da fertilidade do solo;
- Manutenção da continuidade do ecossistema florestal e da produção lenhosa;
- Manutenção dos ciclos da matéria e energia (água, carbono, nutrientes).

Recomendam-se os seguintes procedimentos com vista à prossecução destas funções:

- Cobertura florestal permanente para proteção do solo;
- Utilização dos processos naturais de dinâmica florestal (aproveitamento da regeneração natural);
- Produção de madeira de qualidade por seleção e tratamentos culturais nas diferentes fases de desenvolvimento do povoamento;
- Manutenção de um nível de ocupação ótimo do povoamento;
- Procura de um equilíbrio entre o acréscimo lenhoso e a exploração de madeira em cada unidade de gestão;
- Incremento da estabilidade do povoamento e consequente redução dos riscos de perda de produção e de rentabilidade;
- Respeitar as funções de cada árvore nos momentos culturais e de exploração;
- Evitar cortes rasos e outros métodos de exploração que destruam as condições do povoamento;
- Considerar a renovação do povoamento como parte integrante da sua gestão;
- Regeneração e desenvolvimento do povoamento através de cortes seletivos ou em grupos com longos períodos de regeneração, envolvendo a regeneração natural e a redução natural de densidade;
- Métodos de exploração que não danifiquem o solo nem o povoamento;
- Compatibilizar os cortes culturais e finais com a gestão e renovação do povoamento;

- Compatibilizar a atividade de exploração florestal com a preservação de áreas naturais não perturbadas numa estrutura de compartimentação que minimize os impactos da atividade silvícola.

A espécie florestal cujo objetivo é a produção de madeira, é o pinheiro-bravo. Em todas as parcelas, o medronheiro e o sobreiro, vegetam espontaneamente, com bom vigor, pelo que a condução das espécies madeireiras far-se-á conjuntamente com as espécies referidas, constituindo parcelas mistas. A condução e exploração destas espécies, obedece aos modelos de silvicultura definidos pelo PROF Algarve, adaptados às características e estados de desenvolvimentos dos povoamentos existentes na MNHP.

Na parcela de pinheiro-bravo, l (52,19ha), estão propostas as seguintes intervenções, estas intervenções são genéricas e a sua implementação não é direta com o desenvolvimento atual do povoamento. Contudo, são as ações que deverão ser realizadas após a instalação. No cronograma estão identificadas as ações a realizar durante a vigência deste PGF.

Pinheiro-bravo

Quadro 38 – Intervenções nas parcelas de produção lenhosa

Momento da Intervenção (anos PGF)	Intervenção	Critério de aplicação
Entre ano 0 e ano 5	1º Desbaste – 1º DB	Desbaste seletivo pelo baixo em cerca de 15% da área, de forma a obter uma densidade média de aproximadamente 710 árv/ha.
Entre o ano 0 e o ano 15	Controlo da vegetação espontânea por faixas mecanicamente (por corta matos) ou manualmente – CVE Preservação do medronheiro e outros arbustos notáveis.	Nas áreas com jovens e juvenis, geralmente em clareiras e limites das parcelas, efetuar a limpeza da vegetação na linha de plantação/cova quando se verifique concorrência direta entre a vegetação e as jovens plantas com preservação do medronheiro com mais de 1 metro de altura.
		Nas áreas onde o pinheiro-bravo tem cerca de 20 anos, efetuar a gestão de matos como objetivo reduzir o risco de incêndio. Realizar, mecânica ou manualmente, antes que o estrato arbustivo entre em contacto com a parte inferior da copa.
Entre o 6º e o 10º	2º Desbaste – 2º DB no pinheiro-bravo Poda de condução no medronheiro - PC	Desbaste seletivo pelo baixo em cerca de 15% da área, de forma a obter uma densidade de cerca de 600 árv/ha. Atarraque moderado dos ramos verticais, de modo a dar à copa uma forma arredondada (medronheiros).

Entre o 11º e o 15º	Desramação a efetuar em 2 ou 3 intervenções - DESR	Desramação dos pinheiros bravos cujo DAP se situe entre os 10 e os 15 cm. Não cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base.
Entre o 16º e o 20º	3º Desbaste – 3º DB Rebaixamento (medronheiro) – RM	Desbaste seletivo pelo baixo em cerca de 15% da área, de forma a obter uma densidade de cerca de 500 árv/ha Corte junto ao solo em exemplares com sinais de decrepitude, a fim de possibilitar o rejuvenescimento da planta.
Entre o 30º e o 35º	Corte de realização – CR (pinheiro)	Corte de 50% do povoamento. Serão deixados sementões numa densidade entre 50 e 100 árvores/hectare. Minimizar os danos sobre o sub-bosque de medronheiro durante o corte e rechega.
Entre o 45º e o 50º	Corte de realização – CR (pinheiro)	Corte de 50% do povoamento. Serão deixados sementões numa densidade entre 50 e 100 árvores/hectare. Minimizar os danos sobre o sub-bosque de medronheiro durante o corte e rechega

Atendendo a que o Pinheiro-bravo nesta parcela apresenta idades variáveis entre 5 e os 15 anos, nas árvores com idade atual de 15 anos, a primeira intervenção coincide com o 2º desbaste. Iremos dar início à sua gestão a partir desta consideração.

Quadro 39 – Cronograma da Parcela I

	Anos (PGF)			
Intervenções	1º Quinquénio	2º Quinquénio	3º Quinquénio	4º Quinquénio
CVE		X	X	X
PC		X		
DESR		X		
1º DB				
RM		X	X	X
2.º DB		X		
3º DB			X	
CR				X

CVE – Controle da vegetação espontânea; PC – Poda de condução, DESR – Derramação; DB – Desbaste; RM – Rebaixamento (Medronheiro); CR – Corte de realização

A parcela n tem na sua composição o pinheiro-manso. Esta espécie foi instalada com o objetivo principal de proteção e melhoria do solo, pelo que a sua condução não é feita com objetivos exclusivos de

produção lenhosa. Contudo, estará na gestão de produtos não lenhosos para o aproveitamento da pinha.

4.3 Programa de gestão do aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados

De forma a ser clara a realização das ações nas diferentes parcelas que não têm recursos lenhosos, será descrito no quadro seguinte, as diversas operações:

Quadro 40 – Ações a realizar na gestão de recursos não lenhosos

Parcela	Natureza da intervenção	Descrição das operações
a,b,c,d,e,f,g,h	Controlo da vegetação espontânea (CVE) Preparação do terreno para plantação	Devem ser previamente identificados, com fitas sinalizadoras, todos os exemplares da flora a salvaguardar nos termos definidos nos critérios técnicos de execução, ou seja, todos os exemplares de espécies arbóreas, arbustivas e subarbustivas protegidas por lei, da flora autóctone e identificadas no plano setorial da Rede Natura 2000, nos planos de ordenamento de Áreas Protegidas, em instrumento de gestão florestal e em outros instrumentos de gestão territorial, como os Carvalhos (Sobreiro, etc.), o Medronheiro e outras, de modo à sua salvaguarda no decorrer da execução das ações subsequentes. Após a conclusão de todas as ações, deve ser retirada a sinalização utilizada e colocada em local adequado ao seu tratamento. O **controlo da vegetação espontânea** deve ser feito com a passagem de um destroçador acoplado a retro-aranha; O trabalho da retro-aranha não pode colocar em causa os exemplares de flora previamente identificados e sinalizados para salvaguarda. Efetuar-se-á o corte da parte aérea da vegetação espontânea, existente em toda a área do respetivo local, e sua trituração, bem como o estilhaçamento de resíduos florestais que possam já existir, para que o material fique reduzido a estilha. No futuro esta operação poderá ser executada com corta matos. Abertura de covas, com dimensão mínima de 40x40x40 cm, com reto aranha.
a	Plantação	**Plantação (Sb):** Efetuar-se-á a plantação de Sobreiros a um compasso de 5x4,5 m. A densidade será de 450 plantas/ha.
b		**Plantação (Qv):** Efetuar-se-á a plantação de *Quercus faginea* e a um compasso de 5X2,5 m. A densidade será de 800 plantas/ha.
c		**Plantação (Cu):** Efetuar-se-á a plantação de *Cupressus sempervirens* a um compasso de 4x2m. A densidade será de 1200 plantas/ha.
d		**Plantação (SbxPmxMd):** Efetuar-se-á a plantação de *Quercus suber*, *Pinus pinea* e *Arbutus unedo* a um compasso de 5X2,5 m. A densidade total será de 800 plantas/ha,

		na proporção de 200 plantas/ha de Sobreiro, 400 plantas/ha de Pinheiro-manso e 200 plantas/ha de Medronheiro.
e		**Plantação (Az):** Efetuar-se-á a plantação de Azinheira a um compasso de 5x4,5 m. A densidade será de 450 plantas/ha.
f		**Plantação (Zb):** Efetuar-se-á a plantação de Zambujeiro a um compasso de 5x2,5 m. A densidade será de 800 plantas/ha.
g		**Plantação (QvxSb):** Efetuar-se-á a plantação de *Quercus suber* e *Quercus faginea* a um compasso de 4x4 m. A densidade total será de 625 plantas/ha, na proporção de 400 plantas/ha de Sobreiro e 225 plantas/ha de Carvalho cerquinho.
h		**Plantação (QvxMd):** Efetuar-se-á a plantação de *Quercus faginea* (Carvalho cerquinho) e *Arbutus unedo* (Medronheiro) a um compasso de 5x2,5 m. A densidade total será de 800 plantas/ha, na proporção de 600 plantas/ha de Carvalho cerquinho e 200 plantas/ha de Medronheiro.
a,b,c,d,e,f,g,h	Adubação	Na plantação será efetuada a adubação na cova, com um adubo de fundo e composto, ternário (NPK), de libertação controlada, totalmente revestido e tipo 10:22:10 ou similar. Este adubo deve ser aplicado no fundo da cova, por baixo do torrão da planta, na razão de 100 g/planta. No caso de o adubo não ser totalmente revestido, ou por indicação do fabricante, deve colocar-se um pouco de terra por cima do adubo, não ficar diretamente em contacto com o torrão da planta.
a,b,c,d,e,f,g,h	Retancha	**Retancha:** No prazo máximo de um ano após a instalação, procede-se à retancha das plantas que não vingarem, até ao máximo de 20% das plantas instaladas, em todas as parcelas, excetuando na parcela d, a de *Cupressus sempervirens.* **Sacha e amontoa:** de forma a retirar a vegetação espontânea que compete com as plantas por nutrientes e água.
i	Adensamento	Plantação com sobreiro, relativa ao adensamento de 10% da área.
j		Plantação com sobreiro, relativa ao adensamento de 30% da área.
a,b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n,o,p	Controlo da Vegetação Espontânea	**Controlo da vegetação espontânea (arbustos e herbáceas)**: Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o risco de incêndio. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência direta com as plantas ou aproxima-se da copa das árvores. A limpeza da vegetação espontânea é imprescindível para objetivos de produção, mas exige alguns cuidados, devido ao sistema radical das pastadeiras da azinheira e do sobreiro. Recomenda-se que seja executada com um corta-matos ou por lavoura pouco profunda e executada sempre à mesma profundidade. Esta operação será realizada em 70% da área, correspondente às entrelinhas, com máquina com alfaia acoplada e 30% com motoroçadora, na área correspondente à linha. A partir do 2º Quinquénio realizar esta operação de 3 em 3 linhas, de modo a manter áreas de abrigo para a cinegética e evitar o aceleramento da erosão do solo.

a,b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n,o,p	Cultura melhoradora de solo	**Cultura melhoradora de solo** – Sementeira com mistura de leguminosas e gramíneas, no sentido de melhorar a composição do solo, melhorar a estrutura do solo e fornecer matéria orgânica às plantas. Servirá para fornecer alimento aos animais e para retardar o desenvolvimento de matos e outras espécies dominantes.
a,b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n,o,p	Corte de árvores secas	**Corte ou abate de árvores -** Sempre que se verificar a morte de alguma árvore, deve-se proceder ao corte. Esta ação tem como objetivo evitar a propagação de doenças.
a,b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n,o,p	Podas de formação	**Poda de formação, a realizar entre 1 de Novembro e 31 de Março em caso de Sb ou Az** – Realizar nas plantas com tendência para ramificar junto ao solo, de modo a promover árvores com o fuste limpo e preferencialmente direito até 3 m. Não ultrapassar 1/3 da altura total da planta. Realizar apenas uma vez, quando o povoamento é jovem. Para garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação, até uma altura de 3 m, proceder a poda de formação, de modo a melhorar a iluminação interna da copa, favorecendo também a frutificação. No caso de sobreiros, realizar as podas desfasadas dos desbastes, em plantas bem distribuídas e nunca nos 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descortiçamento.
a,b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n,o,p	Podas de manutenção	**Poda manutenção –** Poda de manutenção para remoção dos ramos doentes, mortos e mal orientados e para facilitar a formação e extração da prancha. Em sobreiros, nunca nos 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descortiçamento. Não retirar mais de 30% de copa viva.
a,b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n,o,p	Encaminhamento das toiças	**Encaminhamento das toiças** - Após a passagem do incêndio muitas toiças rebentaram. O fogo queimou o fuste e a copa, no entanto, há árvores que voltaram a recuperar depois de terem sido cortada. Estes exemplares, devem ser encaminhadas para se desenvolverem da melhor forma.
a,b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n,o,p	Sementeira	**Sementeira** – Verifica-se elevada taxa de insucesso nas plantações. As plantas vêm dos viveiros onde têm condições ótimas de desenvolvimento e chegam à Serra e Silves e ressentem-se no seu desenvolvimento. Além disso, muitas plantações são realizadas em épocas menos favoráveis e quando há sementes disponíveis é a melhor altura para a futura planta desenvolver raiz, capaz de evoluir ao encontro das suas necessidades nutritivas.
d,n	Enxertia	Técnica para aumentar a produtividade do pinhal manso, consiste na propagação vegetativa por implantação de uma porção de um ramo de uma árvore sobre outra, o que permite melhorar e aumentar a produção de pinhas. Outra grande vantagem desta técnica é a possibilidade de se poder antecipar a produção de pinhas permitindo ao produtor florestal benefícios económicos de curto prazo. A técnica de enxertia utilizada para o estabelecimento dos pomares produtores de pinhão é a de "fenda cheia terminal". A enxertia realiza-se, geralmente, entre a última quinzena de Abril e a primeira quinzena de Maio. Esta data depende do grau de desenvolvimento

		dos garfos e dos porta-enxertos (cavalos). O porta-enxerto deve ser vigoroso, em bom estado de sanidade e o caule do lançamento principal apresentar um tom ligeiramente avermelhado. Sempre que as condições o permitam, e no caso de insucesso, é possível voltar a enxertar o mesmo cavalo, no ano seguinte, num novo lançamento.
a,b,c,d,e,f,g,h,i ,j,k,l,m,n,o,p	Descortiçamento	**Descortiçamento**: O PAP (perímetro do tronco a 1,3 m do solo) mínimo é de 70 cm e a altura máxima a descortiçar não pode exceder 2 a 3 vezes o PAP. Respeitar as alturas máximas de descortiçamento e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor.
a,b,c,d,e,f,g,h,i ,j,k,l,m,n,o,p	Apanha do medronho e pinha	**Apanha da pinha -** Poderá ser feita manualmente com varas com ancinhos ou através da vibração mecânica. A colheita de pinhas apenas é permitida entre 14 de Dezembro a 31 de Março. **Apanha do medronho:** Esta operação será realizada por meio de concurso público.
K,l,m	Desbaste seletivo	**Desbaste -** O objetivo consiste em proporcionar condições de desafogo necessárias às árvores de futuro. Devem retirar-se as árvores defeituosas, doentes, debilitadas e as que estiverem em competição com as mais bem conformadas e com as melhores produtoras. Retirar, em cada desbaste, 20 a 30% das árvores em pé. A área de coberto das copas após desbaste deverá estar compreendida entre 40 % a 60%.
l	Corte de realização	Corte final de 300 a 500 árvores o corte raso com sementões tira partido da facilidade com que o pinheiro bravo regenera naturalmente.
t	Manutenção da galeria ripícola/Proteção da linha de água	Retirada de infestantes (silvas). Adensamento com espécies autóctones.

4.3.1 Gestão suberícola

Normas de intervenção na condução do sobreiro:

• O descortiçamento deve ser sempre executado por operadores com formação especializada, de forma a não prejudicar a sanidade da árvore nem as extrações futuras. Deve também efetuar-se durante o período de atividade do câmbio suberofelodérmico (Maio a Julho), podendo encurtar-se ou prolongar-se conforme as condições climatéricas do ano, a latitude, a exposição, a maior ou menor humidade do solo e outros fatores ecológicos com reflexos na atividade fisiológica das árvores. Esta operação deve ser feita, pelo processo de pau batido e respeitando as normas legais, quando se trate

de extração de cortiça segundeira e amadia. A desbóia deverá obedecer ao disposto nos artigos 11º; 12º do Decreto-lei n.º 169/2001 de 25 de Maio.

• A poda dos sobreiros é uma operação cultural a realizar na perspetiva da sobrevivência das árvores e do rendimento em cortiça. Deve ser delineada de acordo com três funções distintas:

a) Podas de formação, para individualizar o fuste até uma altura de 2,5 a 3 metros. Com estas intervenções, originam-se árvores bem conformadas e facilita-se a extração de pranchas de cortiça de maiores dimensões.
b) Podas de conformação e de manutenção, para garantia do equilíbrio da copa nas árvores adultas, eliminando ramos mortos, doentes, quebrados, ou mal orientados, limitada à eliminação de até 25% do volume da copa;
c) Poda de rejuvenescimento, a aplicar a árvores a entrar em decrepitude ou caducidade por forma a promover o equilíbrio da parte aérea com as raízes e a formação de novos ramos, limitada, em função do vigor da árvore, a 1/3 a 1/2 do volume da copa. Deve ser sempre respeitada a legislação que regulamenta a realização de podas nos montados de sobro e azinho.

• A regeneração natural do sobreiro existente deve ser sinalizada, de forma a ser preservada das operações silvícolas de adensamento e de gestão de matos. A sua condução deverá respeitar o desenvolvimento da planta e as normas para a realização das podas de formação.

• Prevê-se o seu adensamento, para reabilitar áreas com sobreiros que foram afetadas por incêndios, que apesar de muitos terem recuperado ao longo de 3 a 4 anos pós incêndio, encontram-se envelhecidos. As árvores mortas serão retiradas, cumprindo o Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de Maio. O adensamento deverá ser feito por meios mecânicos, respeitando os declives. O compasso médio de instalação previsto é o de 4 x 3 metros.

Restrições

• A extração da cortiça deve ser realizada a pau batido, estando a extração em meças proibida a partir de 2030.

• Sempre que, ao fazer-se a extração, se detete a presença de câmbio súberofelodérmico aderente à prancha de cortiça, deve suspender-se de imediato a atividade. A retoma da extração pode efetuar-se apenas quando se poder garantir uma boa separação.

• Em condições de extrema precipitação ou seca, deve ponderar-se o adiamento das operações de descortiçamento, a fim de garantir que não sejam causados danos irreversíveis no câmbio.

• As mobilizações do solo afetam as raízes das árvores e a regeneração natural, pelo que não se devem utilizar grades de discos ou outras técnicas de mobilização de solo em povoamento de sobreiro.

• As operações de poda devem ser executadas com cortes lisos e inclinados, perto da zona de inserção do ramo podado, respeitando a coroa de tecidos responsáveis pela cicatrização dos cortes. Não devem se feitas decapitações de árvores e o corte de ramos de grande diâmetro e o esgaçamento de cortes.

Quadro 41 – Gestão suberícola

Parcelas	Ano	Natureza da Intervenção	Descrição das Operações
a,b,c,d,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n,o,p t	2º Quinquénio 4º Quinquénio	Descortiçamento	Para proceder ao descortiçamento o PAP (perímetro do tronco a 1,3 m do solo) deverá ser medido. Se apresentar no mínimo 70 cm, poder-se-á descortiçar até uma altura máxima de duas a três vezes o PAP. Assim, se o sobreiro apresentar um PAP de 70 cm, poder-se-á descortiçar até os 1,40 – 2,10 m. Deverá o descortiçador ter atenção para não exceder a altura correta para a árvore em causa.

Nas parcelas cujo objetivo é a proteção e recuperação do solo, o sobreiro é conduzido para a produção de cortiça, sendo realizada a operação cultural que melhor se adapte ao estádio de desenvolvimento da árvore.

Existem áreas de acessibilidade muito reduzida, que serão deixadas evoluir naturalmente, dado o seu interesse ecológico (Habitat 9330). Nestas áreas não será efetuada exploração corticeira.

4.3.2 Componente fruto (Medronho e Pinha)

Medronho

A MNHP é conhecida pela forte presença de medronheiro. Em tempos, antes da Barragem de Odelouca, era ali destilado o medronho para aguardente. Desde que barragem foi construída deixou-se de proceder à destilação e a apanha de medronho, ficou entregue a privados em troca de sementes para utilização nos viveiros de Monte Gordo.

Por se considerar que existe fruto suficiente para alguma rentabilidade financeira, irá realizar-se anualmente uma hasta pública, para a recolha deste subproduto florestal que tem vindo a ganhar cada vez mais peso na economia algarvia. Considerando, a predominância desta espécie florestal, acreditamos que terá igualmente grande relevância na gestão e sustentabilidade económica da MNHP.

Pinha

A apanha de pinha não tem sido realizada na MNHP, por não existir quantidade de fruto suficiente que incentive este procedimento. Os povoamentos de pinheiro manso também, não foram encaminhados nesse sentido. Porém, pretende-se gerir os povoamentos antigos nesse sentido e proceder às ações necessárias para que os povoamentos recentemente instalados possam ser produtores deste subproduto, tão valorizado.

No quadro 42 apresenta-se o programa de gestão de povoamentos com objetivo de apanha da pinha.

Quadro 42 – Colheita da pinha

Parcelas	Área (ha)	Natureza da Intervenção	Descrição das Operações	Observações
d n	15,75 14,58	Apanha da pinha	Poderá ser feita manualmente com varas com ancinhos ou através da vibração mecânica.	A colheita de pinhas da espécie *Pinus pinea,* L. (pinheiro-manso) não é permitida entre 1 de Abril e 15 de Dezembro, nem o transporte e o armazenamento das mesmas pinhas colhidas neste período.

4.3.3 Componente apícola

As abelhas executam um dos mais importantes serviços da natureza. Se pararem de trabalhar, deixam de efetuar um dos mais vitais processos da natureza: a polinização das plantas, necessária para que a haja produção de sementes e portanto a perpetuação das espécies e de toda a cadeia alimentar sobre a Terra.

A MNHP possui condições excecionais para o desenvolvimento da atividade apícola devido à qualidade da flora espontânea, estrato herbáceo e arbustivo e do estrato arbóreo, que influem na qualidade do mel. Com vista a aproveitar este recurso, foi transformada uma divisão do chalé, para a extração de mel medianamente equipado, para as produções que se obtêm anualmente, as quais se têm situado nos 83,75 kg de mel.

Esta melaria entrou em funcionamento em 1998, com atividade sazonal (durante um a dois meses a partir de Junho). Todo o trabalho é feito manualmente, á exceção da centrifugação, que se recorre a um extrator elétrico.

Em Janeiro de 2008 foi efetuado o registo das colmeias com o número de registo de unidade de produção primária, coincidente com o número de apicultor (Nº 138491) atribuído nos termos do Decreto-Lei nº 203/2005, de 25 de novembro.

De acordo com o Registo da Atividade Apícola de 2021, existem 7 colmeias em 2 apiários. Para concurso público haverá lugar para 3 apiários.

A atividade apícola será compatibilizada com as restantes atividades que ocorram, através do seguinte conjunto de regras:

- Cumprir sempre toda a regulamentação em vigor sobre a atividade, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 203/2005 de 25 de Novembro “Regime jurídico da atividade apícola e normas sanitárias”;
- Basear a exploração apícola em princípios de boas práticas, nomeadamente quanto aos aspetos sanitários, instalação dos apiários e maneio apícola e de preferência fazer apicultura em modo de produção biológica, contribuindo para uma certificação do mel produzido a médio prazo;

- Primar por utilizar e respeitar sempre as regras de boa conduta, zelo e respeito pelas infraestruturas existentes e pela fauna e flora locais;
- Praticar apicultura de tal forma que constitua uma atividade de impacte ambiental mínimo, contribuindo também para o aumento da biodiversidade e para a melhoria efetiva dos recursos da MNHP;
- Propor anualmente um plano de atividades apícolas, para apreciação do ICNF;
- Participar e colaborar ativamente nas iniciativas apícolas que venham a ocorrer na MNHP, sejam de iniciativa particular ou estatal;
- Apresentar um seguro de risco – responsabilidade civil, salvaguardando danos/acidentes que possam ocorrer a terceiros dentro da área da MNHP;
- A construção dos apiários deverá ser feita manualmente, bem como a limpeza e redução da biomassa arbustiva na área circundante dos apiários;
- Transitar com veículos apenas nos caminhos existentes.

De futuro, a exploração da atividade apícola, será delegada a potenciais interessados através de concurso público.

4.3.4 Componente cultural e de recreio

Reconhece-se a importância crescente da floresta para o bem-estar físico e psíquico do Homem, especialmente em zonas de maior densidade populacional.

Os elementos essenciais das funções culturais e de recreio da floresta, passam por uma adaptação da floresta que permita a usufruição do espaço físico de forma a obter estados psíquicos tranquilos e respeitadores da natureza; que seja um suporte das relações históricas da sociedade com a natureza e haja uma clara aposta na conservação das tradições culturais.

Para tal, propõe-se que a MNHP, venha a proporcionar formas de recreio tranquilas proporcionando a observação de aves, sejam conservados árvores e bosquetes notáveis, mantidas manchas florestais atrativas pela variedade de estruturas e o estabelecimento de áreas sem intervenção onde a natureza segue o seu curso.

Visa-se dotar a MNHP de um programa quantificado de ação, que permita o estudo e a eventual constituição de um mercado voluntário de biodiversidade.

A possibilidade de constituição destas dinâmicas futuras assentam nos seguintes pressupostos:

- Valorização da biodiversidade e da qualidade paisagística, porque a MNHP encontra-se em área de Rede Natura e tem um alto potencial de utilização para atividades de lazer ligadas à natureza.
- Potenciar o aumento da biodiversidade e da qualidade paisagística, muito consideráveis na MNHP, que, partindo do nível de referência atual, é possível aumentar a diversidade de espécies de fauna, flora e habitat.
- Com a valorização da MNHP, gera-se externalidades positivas principalmente para as atividades turística, comercial e desportiva com peso na economia da região, com a possibilidade de as empresas turísticas poderem contribuir para a valorização paisagística e aumento da biodiversidade, no quadro de um projeto coordenado.
- A remuneração obtida pelas empresas terá componentes financeiras e não financeiras, na medida em que o valor da biodiversidade medido pelos respetivos índices, permitirá às mesmas um posicionamento de utilidade social, com potenciais efeitos comerciais positivos.
- A visitação, interpretação da natureza, criação de alojamento e o contributo para eventuais marcas que possam surgir, permitirão uma remuneração e criação de emprego, desenvolvidos pelo projeto de constituição de um mercado voluntário de biodiversidade.
- Projetos ecológicos de condomínio (casas nas árvores), com pontes tirolesas, onde o impacto ambiental é mínimo.
- Estabelecer parcerias com agentes de desenvolvimento local e regional para dinamização dos espaços urbanos e utilização dos mesmos para atividades de turismo e educação ambiental.
- Procurar promover formações e outras ações no terreno, como o dia da Árvore, podas e sementeiras, envolvendo a população do concelho e zonas limítrofes.
- Requalificação e manutenção dos espaços sociais, já existentes como o Parque de Merendas e o Trilho da Parra.
- Criação de novos Trilhos que permitam a visitação da população à MNHP e possam contribuir para a sua promoção.

A manutenção do Parque de Merendas e do Trilho da Parra deverá ser anual, pelo menos entre duas a três vezes ao ano, dependente dos anos pluviométricos. Estas áreas serão objeto de monitorização constante, por parte dos técnicos de acompanhamento de gestão da MNHP, para solicitar a intervenção nestas áreas.

4.4. Programa de infraestruturas

Segundo o PMDFCI 2018/2022 de Silves, e no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, previu-se a construção e manutenção das Faixas de Gestão de Combustível a partir do ano 2018. No que se refere aos meios de execução, implementação e manutenção da rede secundária de defesa da floresta contra incêndios, estas faixas resultam da remoção parcial do combustível de superfície (herbáceo, sub-arbustivo e arbustivo) e supressão da parte inferior da copa das árvores, quando necessário. As ações implementadas têm consistido essencialmente na limpeza moto-manual e mecânica dos combustíveis, correção de densidades e desramações. No caso da rede viária, tem-se procedido à remoção total do combustível de superfície existente, assim como à regularização do piso e limpeza das bermas, sempre que se justificou.

Na rede terciária, o procedimento tem sido igual ao da rede viária pertencente à rede secundária, ocorrendo a remoção total do combustível de superfície existente nas faixas laterais de 10 metros, dos caminhos considerados para efeitos de infraestruturas DFCI (figura 14 e mapa 11 do anexo 7).

A manutenção da rede viária será efetuada com recurso a pá frontal de máquina de 140Hp, enquanto a rede divisional será executada com recurso a corta matos. Estas intervenções revelam-se indispensáveis para permitir o seu uso de forma rápida e segura, quer aos meios de combate e prevenção de incêndios florestais, quer a veículos florestais.

A fim de preservar e manter o Trilho da Parra, proporcionando a possibilidade de caminhar neste percurso pensado para reaproximar a população às áreas públicas, este será monitorizado ao longo do ano, procedendo-se à sua limpeza de acordo com a necessidade.

Quadro 43 – Resumo das intervenções nas infraestruturas

Tipo de Intervenção	Período de Execução	Área /extensão	Entidade responsável
Manutenção Rede Primária de FGC	Ano 1 – ano 20 (3 em 3 anos)	58,29 ha	ICNF/ Sapadores
Manutenção Rede Secundária de FGC	Ano 1 – ano 20 (Anualmente)	4,66 ha	ICNF/ Sapadores
Rede Terciária: Rede Viária (troços e FGC de 10 m para cada lado dos caminhos)	Ano 1 – ano 20 (3 em 3 anos)	140,49 ha	ICNF/ Sapadores
Manutenção do Trilho da Parra	Ano 1 – ano 20 (Anualmente)	1,81 ha	ICNF/ Sapadores

4.4.1 Rede primária (Faixas de gestão de combustível)

O trabalho da Comissão Regional de Reflorestação do Algarve delimitou uma FGC da rede primária, com 125 m de largura, ao longo da E.M. 502 no sentido sul-norte, que passa ainda no limite nordeste - norte da MNHP. Dentro da UGF esta faixa tem uma largura média de 65 m, correspondente a uma área de 58,286 ha.

Anualmente na área da FGC da rede primária e em áreas contíguas realizam-se operações de limpeza de matos seletiva, mecânica e manual, podas de formação em sobreiros jovens e de manutenção nos sobreiros adultos; abate de sobreiros secos e corte de ramos nos medronheiros de forma a individualizar o fuste.

A restante área da FCG da rede primária situa-se em terrenos privados. Ao longo do limite nordeste - norte da MNHP, nos 65 m delimitados em terrenos privados, até ao corrente ano não foram realizadas intervenções.

4.4.2 Rede viária florestal e rede divisional

A MNHP está submetida ao Regime Florestal Total. É intenção da GFR Algarve, se o entendimento for unanime na DRCNFAlgarve e se tiver essa indicação superior propor em sede de Comissão Regional a sua classificação como Área Prioritária de Prevenção e Segurança (APPS), pelo que se aplica o disposto

na alínea c) do ponto 1, do artigo 68º do Decreto-Lei n.º 82/2001, de 13 de outubro na sua redação atual o qual condiciona a circulação ou permanência em áreas florestais públicas ou comunitárias, incluindo a rede viária abrangida. Para a salvaguarda dos habitats e valores naturais existentes, prevê-se ainda a possibilidade de ser condicionada a circulação e permanência de pessoas e bens nos acessos, fora do período crítico.

A rede viária florestal (caminhos) da MNHP é muito extensa e confunde-se em algumas zonas, com a rede divisional por serem facilmente transitáveis. Desta forma, não podem ser intervencionadas todas no mesmo ano. Deste modo agrupou-se a rede viária em 5 troços. O troço 1 considerando que é dos mais utlizados ao longo do ano, será para beneficiar todos os anos. Os restantes troços são para realizar em cada quinquénio. O 2º troço deverá ser realizado ao longo do 1º quinquénio, o 3ª troço ao longo do 2ª quinquénio, o 4º troço ao longo do 3º quinquénio e o 5º troço ao longo do 4º quinquénio.

Caso haja a necessidade de realizar algum troço fora do período de tempo indicado, dever-se-á fazer. Para isso será necessário a monitorização anual dos técnicos de acompanhamento da gestão da MNHP. Esse ação deverá ficar registada em Plano e Relatório de Atividades. A área realizada correspondente, será retirada ao indicado realizar no quinquénio correspondente.

A gestão do combustível numa faixa lateral não inferior a 10 metros dos troços da rede viária florestal, será executada em simultâneo com a beneficiação dos respetivos troços e com recurso a meios motomanuais, e que integra a rede terciária, a qual é composta pelos caminhos selecionados estrategicamente (conforme Figura 31, mapa 17 do anexo 7), das infraestruturas DFCI.

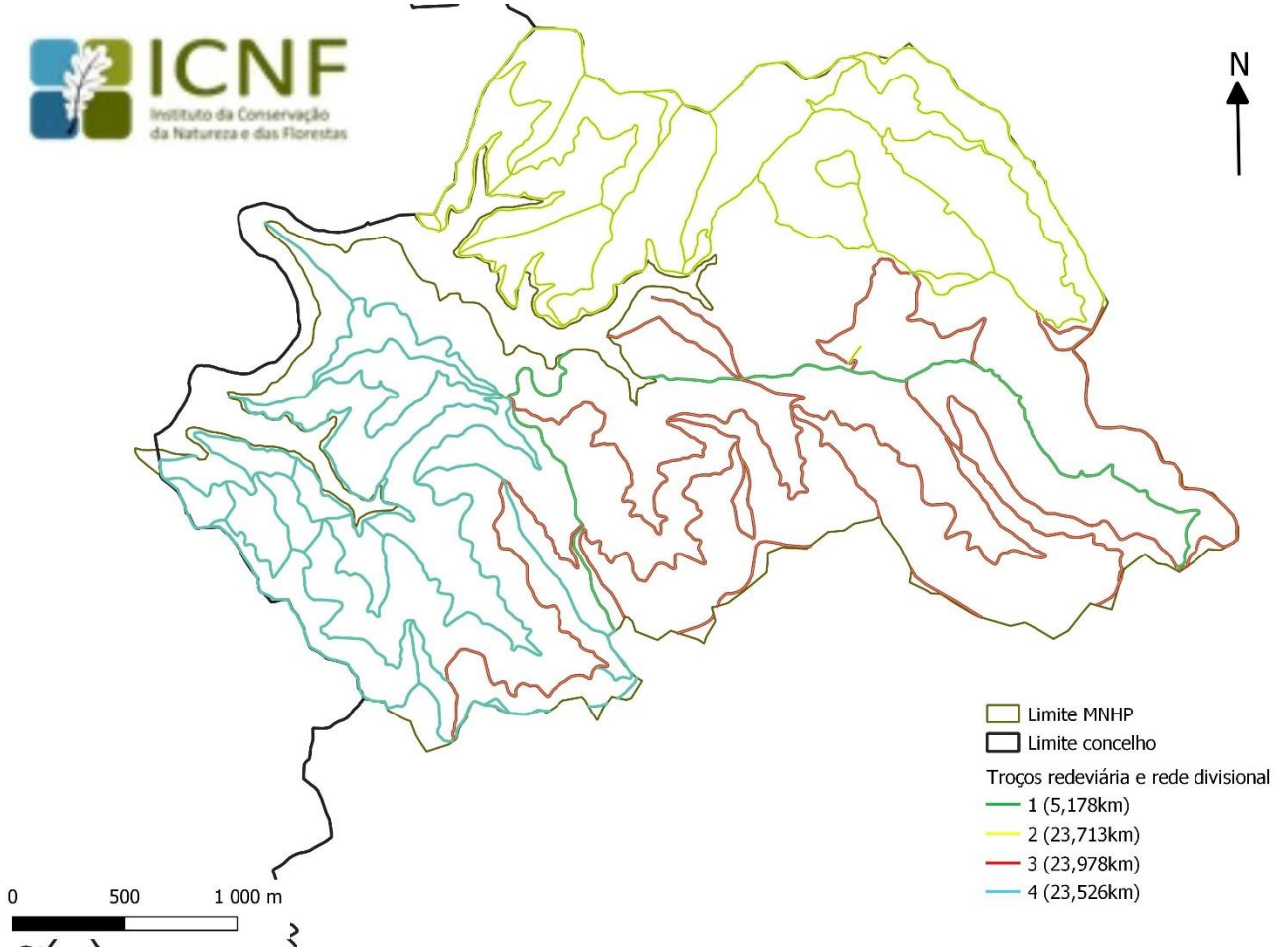


Figura 32 – Troços de Rede Viária e Rede Divisional da Mata Nacional Herdade da Parra

Resumem-se as intervenções da rede viária florestal no quadro a seguir apresentado. A localização destas infraestruturas encontra-se no mapa 17, em anexo.

Quadro 44 – Programa de Infraestruturas – Rede Viária Florestal (RVF)

Bloco	Comp. (m)	1º Quinquénio	2º Quinquénio	3º Quinquénio	4º Quinquénio
Troço 1	5 178,00		X	X	X
Troço 2	23 713,00		x		
Troço 3	23 978,00			X	
Troço 4	23 526,00				X

4.5 Programa da sanidade vegetal

Considera-se que haja a necessidade de um programa para a sanidade vegetal, devido ao impacto cada vez maior, das alterações climáticas nos povoamentos e a consequente fragilidade dos mesmos, à ação

de pragas e doenças. Muitas vezes, estes vivem em comunidade no ecossistema, mas por estes agentes bióticos serem oportunistas, quando há uma fraqueza no povoamento, causam reações inesperadas e consequências sem retorno.

Sendo assim, a monitorização e a seleção de exemplares capazes de se adaptar a determinados meios, é cada vez mais importante.

Tem-se verificado uma mortalidade crescente de pinheiros bravos, nos últimos anos na MNHP. Promovendo a realização pontual de prospeção de pragas e doenças, para despiste do motivo desta ocorrência. Porém, as causas ainda não foram determinadas, existindo uma série de ocorrências que promovem todas estas situações, tais como:

- Condições adversas características do local;
- Práticas culturais desadequadas;
- Idade dos povoamentos;
- Alterações climáticas;
- Progressão acentuada de pragas e doenças;
- Má adaptação dos povoamentos;
- Pressão humana.

De forma, a impedir a propagação de pragas e doenças e garantir a sanidade dos povoamentos descrevem-se seguidamente uma série de cuidados a ter:

- Não efetuar mobilizações do solo. No caso de serem indispensáveis desmatações, devem ser feitas com recurso a roçadoras e corta-matos, ponderando sempre a possibilidade de proceder apenas a eliminações seletivas da vegetação sob coberto.
- Desinfetar, com produtos adequados, os equipamentos e materiais usados em povoamentos em mau estado sanitário.
- Realização de monitorizações periódicas, para determinar as áreas a intervir.
- Abate das árvores afetadas e queima no local.

Quadro 45 – Cronograma de fitossanidade

Intervenções	1º Quinquénio	2º Quinquénio	3º Quinquénio	4º Quinquénio
M	X	X	X	X
CA	X	X	X	X
CF	X	X	X	X

M – Monitorização da saúde e vitalidade do povoamento; CA – Colocação de armadilhas; CF – Cortes fitossanitários

A monitorização deverá ser feita todos os anos e o corte de árvores, poderá ser uma vantagem para reduzir a proliferação de pragas, ou evitar a queda de árvores para a via, ou evitar colocar em causa, a segurança de alguém que por ali transite. Motivo pelo qual se indique a realização destas ações todos os anos.

4.6 Programa das operações silvícolas mínimas

No programa de operações silvícolas mínimas, consideram-se as ações silvícolas essenciais à prevenção de incêndios e à disseminação de pragas, doenças e espécies invasoras não indígenas. Evidencia-se que neste programa não são contempladas as operações de manutenção das redes viária e divisional, uma vez que já foram referenciadas no âmbito do programa de infraestruturas. As limpezas de vegetação espontânea dentro dos povoamentos ocorrem nos programas operacionais pelo que não são aqui referidos.

A monitorização fitossanitária deverá ser uma prática anual, de forma a dar resposta adequada sempre que os níveis de ataque de pragas e doenças o justifiquem. Os cortes fitossanitários, correspondem ao abate das árvores secas ou com evidentes sintomas da presença de pragas e doenças, devendo sempre que possível, serem queimados os despojos do corte. Por motivos de biodiversidade devem ser permitidas algumas árvores secas nos povoamentos (exceto no caso de envolvimento de organismos de quarentena). Uma por hectare caso tenham grande porte e duas por hectare se forem mais pequenas.

As limpezas de vegetação espontânea nas faixas de 10 metros nos caminhos DFCI, será feita sempre que o volume de combustível seja superior ao referido no anexo do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho até à publicação de legislação que atualize os critérios gestão combustível rede secundárias existentes.

O quadro 46 resume o programa de intervenções silvícolas mínimas.

Quadro 46 – Programa de operações silvícolas mínimas

Ação / Operação	Período de execução	Área (ha) / Extensão (km)
Monitorização Fitossanitária	2020-2039* Sempre que necessário	845,51 ha
Tratamento Fitossanitário	2020-2039* Sempre que necessário	845,51 ha
Cortes/Podas Fitossanitários	2020-2039* Sempre que necessário	845,51 ha
Manutenção RPFGC	2020-2039*	58,286 ha
Rede Secundária: Manutenção (casa, pombal, parque de merendas e pontos de água)	2020-2039*	4,66 ha
Rede Terciária: Manutenção FGC - Rede Viária (faixas de 10m laterais dos caminhos DFCI e rede divisional)	2020-2039*	140,49 ha
Manutenção do Trilho da Parra	2020-2039*	1,81ha

*- Data limite para revisão do PROF-Algarve e, consequentemente, deste PGF (máximo 3 anos após alterações) do PROF

4.6 Gestão florestal preconizada (calendarização das intervenções)

Quadro 47 – Cronograma de intervenções por talhão

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM**	**DB/CR**	**D**
1	i	0,38		0,38	0,38	0,38			0,38							0,38		0,38	0,38						0,38		0,38
1	p	32,24																32,24	32,24						32,24		32,24
1	s	1,16																									
1	t	0,77																0,77									
1	v	0,29																0,29									
1	w	1,45																1,45									
Total		36,29		0,38	0,38	0,38			0,38							0,38		35,13	32,62						32,62	0,00	32,62

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM**	**DB/CR**	**D**
2	a	13,80	13,80		13,80	13,80	13,80									13,80		13,80	13,80						13,80		13,80
2	c	0,87	0,87		0,87	0,87	0,87									0,87		0,87	0,87						0,87		0,87
2	j	3,06		3,06	3,06	3,06			3,06							3,06		3,06	3,06						3,06		3,06
2	p	10,56																10,56	10,56						10,56		10,56
2	t	1,82																1,82									
2	w	1,00																1,00									
2	v	0,67																0,67									
2	z	0,01																0,01									
2	aa	0,28																0,28									
Total		32,07	14,67	3,06	17,73	17,73	14,67	0,00	3,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,73	0,00	32,07	28,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,29	0,00	28,29

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM**	**DB/CR**	**D**
3	a	16,27	16,27		16,27	16,27	16,27									16,27		16,27	16,27						16,27		16,27
3	c	4,38	4,38		4,38	4,38	4,38									4,38		4,38	4,38						4,38		4,38
3	l	16,40																16,40	16,40								
3	s	2,29																									
3	t	1,18																1,18									
3	w	1,39																1,39									
3	v	0,51																0,51									
3	y	0,22																0,22									
3	aa	0,02																0,02									
Total		42,66	20,65	0,00	20,65	20,65	20,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,65	0,00	40,37	37,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,65	0,00	20,65

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
4	a	10,12	10,12		10,12	10,12	10,12									10,12		10,12	10,12						10,12		10,12
4	c	3,93	4,75		4,75	4,75	4,75									4,75		4,75	4,75						4,75		4,75
4	n	13,20														13,20		13,20	13,20		13,20				13,20	13,20	
4	o	0,34														0,34		0,34	0,34						0,34		0,34
4	p	0,82														0,82		0,82	0,82								
4	s	0,15																									
4	t	1,68															1,68	1,68									
4	w	1,81																1,81									
4	v	0,23																0,23									
Total		32,29	14,87	0,00	14,87	14,87	14,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,24	1,68	32,96	29,24	0,00	13,20	0,00	0,00	0,00	28,42	13,20	15,22

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
5	a	1,55	1,55		1,55	1,55	1,55									1,55		1,55	1,55						1,55		1,55
5	c	2,47	2,47		2,47	2,47	2,47									2,47		2,47	2,47						2,47		2,47
5	l	16,71																16,71	16,71								
5	o	1,10														1,10		1,10	1,10						1,10		1,10
5	s	0,23																									
5	t	1,08																1,08									
5	w	1,53																1,53									
5	x	0,07																0,07									
5	v	0,50																0,50									
Total		25,24	4,02	0,00	4,02	4,02	4,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,12	0,00	25,00	21,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,12	0,00	5,12

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
6	i	11,68		11,68	11,68	11,68			11,68									11,68	11,68						11,68		11,68
6	p	16,03																							16,03		16,03
6	r	3,02				3,02										3,02		3,02	3,02	3,02					3,02	3,02	
6	t	3,82																3,82									
6	u	0,28																0,28									
6	w	0,31																0,31									
6	v	0,25																0,25									
6	z	0,60																0,60	0,60								
Total		36,00	0,00	11,68	11,68	14,71	0,00	0,00	11,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,02	0,00	19,97	15,31	3,02	0,00	0,00	0,00	0,00	30,74	3,02	27,71

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)								2º Quinquénio (2025-2029)									
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A/ARN**	**R**	**CVE**	**F**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**P/S**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
7	d	5,94	5,94		5,94	5,94	5,94					5,94	5,94					5,94		5,94
7	i	7,25		7,25	7,25	7,25		7,25	7,25									7,25		7,25
7	p	13,78																13,78		13,78
7	s	5,97																		
Total		32,94	5,94	7,25	13,19	13,19	5,94	7,25	7,25	0,00	0,00	5,94	5,94	0,00	0,00	0,00	0,00	26,97	0,00	26,97

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
8	i	0,48		0,48	0,48	0,48			0,48							0,48		0,48	0,48						0,48		0,48
8	o	36,34																36,34	36,34						36,34		36,34
8	p	0,86																0,86	0,86						0,86		0,86
8	t	0,81																0,81									
8	w	0,43				0,12												0,43									
8	v	0,26																0,26									
Total		39,19	0,00	0,48	0,48	0,60	0,00	0,00	0,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,48	0,00	39,19	37,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,69	0,00	37,69

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	R	CVE	F	CMS	PF	PE/DR	DB	ET	CAS	AM	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
9	a	4,36	4,36		4,36	4,36	4,36									4,36		1,46	1,46						1,46		1,46
9	d	4,20	4,20		4,20	4,20	4,20									4,20		4,20	4,20					4,20	4,20		4,20
9	o	14,40																14,40	14,40						14,40		14,40
9	p	1,65																1,65	1,65						1,65		1,65
9	s	1,12																									
9	t	0,92																0,92									
9	u	0,12																0,12									
9	y	0,03																0,03									
9	w	1,45																1,45									
9	v	0,05																0,05									
9	z	1,24																1,24	1,24								
Total		29,55	8,56	0,00	8,56	8,56	8,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,56	0,00	25,53	22,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4,20	21,72	0,00	21,72

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	R	CVE	F	CMS	PF	PE/DR	DB	ET	CAS	AM	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
10	a	17,54	17,54		17,54	17,54	17,54									17,54		17,54	17,54						17,54		17,54
10	b	0,24	0,24		0,24	0,24	0,24									0,24		0,24	0,24						0,24		0,24
10	d	5,61	5,61		5,61	5,61	5,61									5,61		5,61	5,61					5,61	5,61		5,61
10	h	4,03	4,03		4,03	4,03	4,03									4,03		4,03	4,03						4,03		4,03
10	o	11,43																11,43	11,43						11,43		11,43
10	t	1,79																1,79									
10	w	0,59																0,59									
10	v	0,70																0,70									
Total		41,93	27,42	0,00	27,42	27,42	27,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,42	0,00	41,93	38,85	0,00	0,00	0,00	0,00	5,61	38,85	0,00	38,85

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
11	a	21,67	21,67		21,67	21,67	21,67									21,67		21,67	21,67						21,67		
11	c	4,48	4,48		4,48	4,48	4,48									4,48		4,48	4,48						4,48		
11	e	6,77	6,77		6,77	6,77	6,77									6,77		6,77	6,77						6,77		6,77
11	o	5,70																5,70	5,70						5,70		5,70
11	s	0,02																									
11	t	1,88																1,88									
11	w	1,72																1,72									
11	v	0,21																0,21									
Total		42,44	32,92	0,00	32,92	32,92	32,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,92	0,00	42,42	38,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,61	0,00	12,47

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
12	a	9,30	9,30		9,30	9,30	9,30											9,30	9,30						9,30		
12	b	19,28	19,28		19,28	19,28	19,28											19,28	19,28						19,13		
12	o	3,17																3,17	3,17	3,17	3,17	3,17	3,17		3,17		3,17
12	s	0,05																									
12	t	3,49															3,49	3,49									
12	w	1,12																1,12									
12	v	0,14																0,14									
Total		36,55	28,58	0,00	28,58	28,58	28,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,49	36,50	31,75	3,17	3,17	3,17	3,17	0,00	31,60	0,00	3,17

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
13	a	30,87	30,87		30,87	30,87	30,87									30,87		30,87	30,87						23,39		
13	c	0,30	0,30		0,30	0,30	0,30									0,30		0,30	0,30						0,30		
13	o	3,45														3,45		3,45	3,45	3,45	3,45	3,45	3,45		10,91		10,91
13	q	1,05																									
13	s	2,72																									
13	t	2,81															2,81	2,81									
13	w	1,36				1,36												1,36									
Total		42,55	31,17	0,00	31,17	32,53	31,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,62	2,81	38,79	34,62	3,45	3,45	3,45	3,45	0,00	34,60	0,00	10,91

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
14	a	27,99	27,99		27,99	27,99	27,99									27,99		27,99	27,99								
14	b	0,13	0,13		0,13	0,13	0,13									0,13		0,13	0,13								
14	c	1,58	1,58		1,58	1,58	1,58									1,58		1,58	1,58								
14	k	2,23				2,23				2,23	2,23					2,23		2,23	2,23	2,23	2,23	2,23			2,23		2,23
14	q	0,77																									
14	s	2,43																									
14	t	1,42															1,42	1,42									
14	u	0,04																0,04									
14	w	1,81																1,81									
14	y	0,05																0,05									
Total		38,44	29,70	0,00	29,70	31,93	29,70	0,00	0,00	2,23	2,23	0,00	0,00	0,00	0,00	31,93	1,42	35,25	31,93	2,23	2,23	2,23	0,00	0,00	2,23	0,00	2,23

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
15	i	0,54		0,54	0,54	0,54			0,54								0,54	0,54	0,54						0,54		0,54
15	j	7,57		7,57	7,57	7,57			7,57								7,57	7,57	7,57						7,57		7,57
15	k	2,72				2,72				2,72	2,72							2,72	2,72						2,72		2,72
15	o	0,12																0,12	0,12						0,12		0,12
15	p	10,74																10,74	10,74								
15	y	0,25																0,25									
15	t	0,74																0,74									
15	w	0,69																0,69							0,69		0,69
Total		23,37	0,00	8,11	8,11	10,83	0,00	0,00	8,11	2,72	2,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,11	23,37	21,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,64	0,00	11,64

			1º Quinquénio (2020-2024)												
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**
16	a	1,40	1,40		1,40	1,40	1,40								
16	c	0,83	0,83		0,83	0,83	0,83								
16	g	3,83	3,83		3,83	3,83	3,83								
16	j	2,70		2,70	2,70	2,70			2,70						
16	p	11,11													
16	n	1,12													
16	s	9,67													
16	t	0,96													
16	u	0,17													
16	w	1,34													
Total		33,14	6,06	2,70	8,76	8,76	6,06	0,00	2,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	R	CVE	F	CMS	PF	PE/DR	DB	ET	CAS	AM	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
17	a	7,05	7,05		7,05	7,05	7,05									7,05		7,05	7,05						7,05		
17	b	2,38	2,38		2,38	2,38	2,38									2,38		2,38	2,38						2,38		
17	f	5,52	5,52		5,52	5,52	5,52									5,52		5,52	5,52						5,52		
17	o	19,55														19,55		19,55	19,55	19,55		19,55	19,55		19,55		19,55
17	s	0,95																									
17	t	2,12															2,12	2,12									
17	w	1,71																1,71									
Total		39,28	14,95	0,00	14,95	14,95	14,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,50	2,12	38,33	34,50	19,55	0,00	19,55	19,55	0,00	34,50	0,00	19,55

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	R	CVE	F	CMS	PF	PE/DR	DB	ET	CAS	AM	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
18	a	19,10	19,10		19,10	19,10	19,10									19,10		19,10	19,10	19,10	19,10	19,10	19,10		16,09		
18	b	0,67	0,67		0,67	0,67	0,67									0,67		0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67		0,67		
18	c	4,02	4,02		4,02	4,02	4,02									4,02		4,02	4,02	4,02	4,02	4,02	4,02		3,37		
18	o	8,16														8,16		8,16	8,16	8,16	8,16		8,16		11,82		11,82
18	p	1,26														1,26		1,26	1,26	1,26	1,26	1,26	1,26		1,26		1,26
18	q	0,71																									
18	s	5,64																									
18	t	3,21															3,21	3,21									
18	w	2,69																2,69									
Total		45,46	23,79	0,00	23,79	23,79	23,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,20	3,21	39,10	33,20	33,20	33,20	25,04	33,20	0,00	33,21	0,00	13,08

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
19	a	3,85	3,85		3,85	3,85	3,85									3,85		3,85	3,85	3,85	3,85	3,85	3,85		3,85		
19	b	0,23	0,23		0,23	0,23	0,23									0,23		0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23		0,23		
19	c	2,12	2,12		2,12	2,12	2,12									2,12		2,12	2,12	2,12	2,12	2,12	2,12		2,12		
19	j	4,10		4,10	4,10	4,10			4,10							4,10		4,10	4,10	4,10	4,10	4,10	4,10		4,10		4,10
19	l	7,62														7,62		7,62	7,62	7,62	7,62	7,62	7,62		7,62		
19	s	6,43																									
19	t	0,04															0,04	0,04									
19	u	0,13																0,13									
19	w	0,54																0,54									
Total		25,06	6,20	4,10	10,30	10,30	6,20	0,00	4,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,92	0,04	18,63	17,92	17,92	17,92	17,92	17,92	0,00	17,92	0,00	4,10

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
20	k	5,25				5,25				5,25	5,25							5,25	5,25		5,25		5,25		5,25		5,25
20	l	1,63																1,63	1,63				1,63		1,63		
20	m	1,11														1,11		1,11	1,11	1,11	1,11		1,11		1,11		
20	p	17,30														17,30		17,30	17,30	17,30	17,30		17,30		17,30		17,30
20	t	3,07															3,07	3,07									
20	w	1,79																1,79									
20	y	0,01																0,01									
20	z	0,01																0,01	0,01								
Total		30,18	0,00	0,00	0,00	5,25	0,00	0,00	0,00	5,25	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00	18,41	3,07	30,18	25,31	18,41	23,67	0,00	25,30	0,00	25,30	0,00	22,56

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
21	k	13,01				13,01				13,01	13,01							13,01	13,01		13,01		13,01		13,01		13,01
21	l	1,70																1,70	1,70						1,70		
21	m	6,93														6,93		6,93	6,93		6,93		6,93		6,93		
21	p	2,75														2,75		2,75	2,75	2,75	2,75		2,75		2,75		2,75
21	t	2,64															2,64	2,64									
21	w	1,35																1,35									
Total		28,38	0,00	0,00	0,00	13,01	0,00	0,00	0,00	13,01	13,01	0,00	0,00	0,00	0,00	9,68	2,64	28,38	24,39	2,75	22,69	0,00	22,69	0,00	24,39	0,00	15,76

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
22	k	9,64				9,64				9,64	9,64							9,64	9,64		9,64		9,64		9,64		9,64
22	l	2,07																2,07	2,07						2,07		
22	m	5,53														5,53		5,53	5,53		5,53		5,53		5,53		
22	n	0,26														0,26		0,26	0,26						0,26		
22	p	3,26														3,26		3,26	3,26	3,26	3,26				3,26		3,26
22	t	0,89															0,89	0,89									
22	w	1,24																1,24									
Total		22,88	0,00	0,00	0,00	9,64	0,00	0,00	0,00	9,64	9,64	0,00	0,00	0,00	0,00	9,04	0,89	22,88	20,75	3,26	18,43	0,00	15,17	0,00	20,75	0,00	12,90

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
23	j	5,68		5,68	5,68	5,68			5,68									5,68	5,68	5,68	5,68	5,68	5,68		5,68		5,68
23	k	2,14				2,14				2,14	2,14							2,14	2,14				2,14		2,14		2,14
23	m	18,89														18,89		18,89	18,89		18,89		18,89		18,89		
23	p	0,66														0,66		0,66	0,66	0,66	0,66		0,66		0,66		0,66
23	s	0,05																									
23	t	1,39															1,39	1,39									
23	w	1,49																1,49									
23	v	0,08																0,08									
23	x	0,14																0,14									
Total		30,53	0,00	5,68	5,68	7,82	0,00	0,00	5,68	2,14	2,14	0,00	0,00	0,00	0,00	19,55	1,39	30,47	27,37	6,34	25,23	5,68	27,37	0,00	27,37	0,00	8,48

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
24	a	1,15	1,15		1,15	1,15	1,15									1,15		1,15	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15		1,15		
24	k	11,64				11,64				11,64	11,64							11,64	11,64				11,64		11,64		11,64
24	m	5,80																5,80	5,80		5,80		5,80		5,80		
24	p	9,37																9,37	9,37	9,37	9,37		9,37		9,37		9,37
24	s	0,73																									
24	t	1,44															1,44	1,44									
24	x	0,12																0,12									
24	w	0,84																0,84									
24	v	0,65																0,65									
Total		31,73	1,15	0,00	1,15	12,79	1,15	0,00	0,00	11,64	11,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1,15	1,44	31,00	27,95	10,52	16,32	1,15	27,95	0,00	27,95	0,00	21,01

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**R**	**CVE**	**F**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**DB**	**ET**	**CAS**	**AM**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
25	k	11,29				11,29				11,29	11,29							11,29	11,29				11,29		11,29		11,29
25	l	1,96																1,96	1,96				1,96		1,96		
25	m	0,19														0,19		0,19	0,19				0,19	0,19	0,19		
25	p	6,20														6,20		6,20	6,20				6,20	6,20	6,20		6,20
25	s	0,05																									
25	t	2,03															2,03	2,03									
25	x	0,24																0,24									
25	w	1,51																1,51									
25	v	0,35																0,35									
25	y	0,16																0,16									
Total		23,97	0,00	0,00	0,00	11,29	0,00	0,00	0,00	11,29	11,29	0,00	0,00	0,00	0,00	6,39	2,03	23,92	19,63	0,00	0,00	0,00	19,63	6,39	19,63	0,00	17,49

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM**	**DB/CR**	**D**
1	i	0,38	0,38		0,38	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38		0,38					0,38								0,38		0,38
1	p	32,24	32,24		32,24	32,24	32,24	32,24	32,24	32,24		32,24					32,24								32,24		32,24
1	s	1,16																									
1	t	0,77		0,77	0,77												0,77										
1	v	0,29			0,29												0,29										
1	w	1,45			1,45												1,45										
Total		36,29	32,62	0,77	35,13	32,62	32,62	32,62	32,62	32,62	0,00	32,62	0,00	0,00	0,00	0,00	35,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,62	0,00	32,62

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)										
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM**	**DB/CR**	**D**
2	a	13,80	13,80		13,80	13,80	13,80	13,80	13,80	13,80		13,80					13,80	13,80						13,80		13,80
2	c	0,87	0,87		0,87	0,87	0,87	0,87	0,87	0,87		0,87					0,87	0,87						0,87		0,87
2	j	3,06	3,06		3,06	3,06	3,06	3,06	3,06	3,06		3,06					3,06	3,06						3,06		3,06
2	p	10,56	10,56		10,56	10,56	10,56	10,56	10,56	10,56		10,56					10,56	10,56						10,56		10,56
2	t	1,82		1,82	1,82												1,82									
2	w	1,00			1,00												1,00									
2	v	0,67			0,67												0,67									
2	z	0,01			0,01												0,01									
2	aa	0,28			0,28												0,28									
Total		32,07	28,29	1,82	32,07	28,29	28,29	28,29	28,29	28,29	0,00	28,29	0,00	0,00	0,00	0,00	32,07	28,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,29	0,00	28,29

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)										
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM**	**DB/CR**	**D**
3	a	16,27	16,27		16,27	16,27	16,27	16,27	16,27	16,27		16,27					16,27	16,27	16,27	16,27		16,27		16,27		16,27
3	c	4,38	4,38		4,38	4,38	4,38	4,38	4,38	4,38		4,38					4,38	4,38	4,38	4,38		4,38		4,38		4,38
3	l	16,40	16,40		16,40	16,40						16,40	16,40				16,40	16,40	16,40	16,40				16,40		
3	s	2,29																								
3	t	1,18		1,18	1,18												1,18									
3	w	1,39			1,39												1,39									
3	v	0,51			0,51												0,51									
3	y	0,22			0,22												0,22									
3	aa	0,02			0,02												0,02									
Total		42,66	37,05	1,18	40,37	37,05	20,65	20,65	20,65	20,65	0,00	37,05	16,40	0,00	0,00	0,00	40,37	37,05	37,05	37,05	0,00	20,65	0,00	37,05	0,00	20,65

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
4	a	10,12	10,12		10,12	10,12	10,12	10,12	10,12	10,12		10,12					10,12	10,12						10,12		10,12
4	c	3,93	4,75		4,75	4,75	4,75	4,75	4,75	4,75		4,75					4,75	4,75						4,75		4,75
4	n	13,20			13,20	13,20						13,20					13,20	13,20						13,20		
4	o	0,34	0,34		0,34	0,34	0,34	0,34	0,34	0,34		0,34					0,34	0,34						0,34		0,34
4	p	0,82	0,82		0,82	0,82	0,82	0,82	0,82	0,82		0,82					0,82	0,82						0,82		0,82
4	s	0,15																								
4	t	1,68		1,68	1,68												1,68									
4	w	1,81			1,81												1,81									
4	v	0,23			0,23												0,23									
Total		32,29	16,04	1,68	32,96	29,24	16,04	16,04	16,04	16,04	0,00	29,24	0,00	0,00	0,00	0,00	32,96	29,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,24	0,00	16,04

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
5	a	1,55	1,55		1,55	1,55	1,55	1,55	1,55	1,55		1,55					1,55	1,55						1,55		1,55
5	c	2,47	2,47		2,47	2,47	2,47	2,47	2,47	2,47		2,47					2,47	2,47						2,47		2,47
5	l	16,71	16,71		16,71	16,71						16,71	16,71				16,71	16,71						16,71		
5	o	1,10			1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10		1,10					1,10	1,10						1,10		1,10
5	s	0,23																								
5	t	1,08		1,08	1,08												1,08									
5	w	1,53			1,53												1,53									
5	x	0,07			0,07												0,07									
5	v	0,50			0,50												0,50									
Total		25,24	20,73	1,08	25,00	21,82	5,12	5,12	5,12	5,12	0,00	21,82	16,71	0,00	0,00	0,00	25,00	21,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,82	0,00	5,12

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
6	i	11,68			11,68	11,68						11,68					11,68	11,68						11,68		11,68
6	p	16,03			16,03	16,03	16,03	16,03		16,03		16,03					16,03	16,03						16,03		16,03
6	r	3,02	3,02		3,02	3,02	3,02					3,02			3,02		3,02	3,02	3,02					3,02		
6	t	3,82		3,82	3,82												3,82									
6	u	0,28			0,28												0,28									
6	w	0,31			0,31												0,31									
6	v	0,25			0,25												0,25									
6	z	0,60			0,60	0,60											0,60	0,60								
Total		36,00	3,02	3,82	36,00	31,34	19,05	16,03	0,00	16,03	0,00	30,74	0,00	0,00	3,02	0,00	36,00	31,34	3,02	0,00	0,00	0,00	0,00	30,74	0,00	27,71

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
7	d	5,94	5,94		5,94	5,94	5,94	5,94	5,94	5,94	5,94	5,94					5,94	5,94						5,94		5,94
7	i	7,25	7,25		7,25	7,25	7,25	7,25	7,25	7,25		7,25					7,25	7,25						7,25		7,25
7	p	13,78	13,78		13,78	13,78	13,78	13,78		13,78		13,78					13,78	13,78						13,78		13,78
7	t	2,62		2,62	2,62												2,62									
7	s	5,97																								
7	w	0,55			0,55												0,55									
7	v	0,41			0,41												0,41									
Total		36,52	26,97	2,62	30,55	26,97	26,97	26,97	13,19	26,97	5,94	26,97	0,00	0,00	0,00	0,00	30,55	26,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,97	0,00	26,97

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
8	i	0,48	0,48		0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48		0,48					0,48	0,48						0,48		0,48
8	o	36,34	36,34		36,34	36,34	36,34	36,34	36,34	36,34		36,34					36,34	36,34	36,34	36,34	36,34	36,34		36,34		36,34
8	p	0,86	0,86		0,86	0,86	0,86	0,86		0,86		0,86					0,86	0,86						0,86		0,86
8	t	0,81		0,81	0,81												0,81									
8	w	0,43			0,43												0,43									
8	v	0,26			0,26												0,26									
Total		39,19	37,69	0,81	39,19	37,69	37,69	37,69	36,82	37,69	0,00	37,69	0,00	0,00	0,00	0,00	39,19	37,69	36,34	36,34	36,34	36,34	0,00	37,69	0,00	37,69

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
9	a	4,36	1,46		1,46	1,46	1,46	1,46	1,46	1,46		1,46					1,46	1,46						1,46		1,46
9	d	4,20	4,20		4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20					4,20	4,20						4,20		4,20
9	o	14,40	14,40		14,40	14,40	14,40	14,40	14,40	14,40		14,40					14,40	14,40						14,40		14,40
9	p	1,65	1,65		1,65	1,65	1,65	1,65		1,65		1,65					1,65	1,65						1,65		1,65
9	s	1,12																								
9	t	0,92		0,92	0,92												0,92									
9	u	0,12			0,12												0,12									
9	y	0,03			0,03												0,03									
9	w	1,45			1,45												1,45									
9	v	0,05			0,05												0,05									
9	z	1,24			1,24	1,24											1,24	1,24								
Total		29,55	21,72	0,92	25,53	22,96	21,72	21,72	20,07	21,72	4,20	21,72	0,00	0,00	0,00	0,00	25,53	22,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,72	0,00	21,72

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
10	a	17,54	17,54		17,54	17,54	17,54	17,54	17,54	17,54		17,54					17,54	17,54						17,54		17,54
10	b	0,24			0,24	0,24						0,24					0,24	0,24						0,24		
10	d	5,61	5,61		5,61	5,61	5,61	5,61	5,61	5,61	5,61	5,61					5,61	5,61						5,61		5,61
10	h	4,03	17,54		4,03	4,03	4,03	4,03	4,03	4,03		4,03					4,03	4,03						4,03		4,03
10	o	11,43			11,43	11,43						11,43					11,43	11,43	11,43	11,43	11,43	11,43		11,43		11,43
10	t	1,79		1,79	1,79												1,79									
10	w	0,59			0,59												0,59									
10	v	0,70			0,70												0,70									
Total		41,93	40,69	1,79	41,93	38,85	27,18	27,18	27,18	27,18	5,61	38,85	0,00	0,00	0,00	0,00	41,93	38,85	11,43	11,43	11,43	11,43	0,00	38,85	0,00	38,61

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
11	a	21,67	21,67		21,67	21,67	21,67	21,67	21,67	21,67		21,67					21,67	21,67						21,67		17,54
11	c	4,48	4,48		4,48	4,48	4,48	4,48	4,48	4,48		4,48					4,48	4,48						4,48		4,48
11	e	6,77	6,77		6,77	6,77	6,77	6,77	6,77	6,77		6,77					6,77	6,77						6,77		6,77
11	o	5,70	5,70		5,70	5,70	5,70	5,70	5,70	5,70		5,70					5,70	5,70						5,70		5,70
11	s	0,02																								
11	t	1,88		1,88	1,88												1,88									
11	w	1,72			1,72												1,72									
11	v	0,21			0,21												0,21									
Total		42,44	38,61	1,88	42,42	38,61	38,61	38,61	38,61	38,61	0,00	38,61	0,00	0,00	0,00	0,00	42,42	38,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,61	0,00	34,49

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
12	a	9,30			9,30	9,30						9,30			9,30		9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30		9,30		9,30
12	b	19,28			19,28	19,28						19,13			19,28		19,28	19,28	19,13	19,13	19,13	19,13		19,13		19,13
12	o	3,17			3,17	3,17						3,17			3,17		3,17	3,17	3,17	3,17	3,17	3,17		3,17		3,17
12	s	0,05																								
12	t	3,49														3,49	3,49									
12	w	1,12			1,12												1,12									
12	v	0,14			0,14												0,14									
Total		36,55	0,00	0,00	33,01	31,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,60	0,00	0,00	31,75	3,49	36,50	31,75	31,60	31,60	31,60	31,60	0,00	31,60	0,00	31,60

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
13	a	30,87			30,87	30,87						23,39					30,87	30,87	30,87	30,87	30,87	30,87		23,39		23,39
13	c	0,30			0,30	0,30						0,30					0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30		0,30		0,30
13	o	3,45			3,45	3,45						10,91					3,45	3,45	10,91	10,91	10,91	10,91		10,91		10,91
13	q	1,05																								
13	s	2,72																								
13	t	2,81			2,81											2,81	2,81									
13	w	1,36			1,36												1,36									
Total		42,55	0,00	0,00	38,79	34,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,60	0,00	0,00	0,00	2,81	38,79	34,62	42,08	42,08	42,08	42,08	0,00	34,60	0,00	34,60

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
14	a	27,99			27,99	27,99						27,99					27,99	27,99	27,99	27,99	27,99	27,99		27,99		
14	b	0,13			0,13	0,13						0,13					0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13		0,13		
14	c	1,58			1,58	1,58						1,58					1,58	1,58	1,58	1,58	1,58	1,58		1,58		
14	k	2,23			2,23	2,23						2,23					2,23	2,23	2,23	2,23	2,23	2,23		2,23		2,23
14	q	0,77																								
14	s	2,43																								
14	t	1,42			1,42											1,42	1,42									
14	u	0,04			0,04												0,04									
14	w	1,81			1,81												1,81									
14	y	0,05			0,05												0,05									
Total		38,44	0,00	0,00	35,25	31,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,93	0,00	0,00	0,00	1,42	35,25	31,93	31,93	31,93	31,93	31,93	0,00	31,93	0,00	2,23

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
15	i	0,54	0,54		0,54	0,54	0,54	0,54	0,54	0,54							0,54	0,54						0,54		0,54
15	j	7,57	7,57		7,57	7,57	7,57	7,57	7,57	7,57		7,57					7,57	7,57						7,57		7,57
15	k	2,72	2,72		2,72	2,72	2,72	2,72		2,72		2,72					2,72	2,72						2,72		2,72
15	o	0,12	0,12		0,12	0,12	0,12	0,12		0,12		0,12					0,12	0,12						0,12		0,12
15	p	10,74	10,74		10,74	10,74	10,74	10,74		10,74		10,74					10,74	10,74								
15	y	0,25	0,25		0,25		0,25	0,25		0,25							0,25									
15	t	0,74		0,74	0,74												0,74									
15	w	0,69			0,69												0,69									
Total		23,37	21,94	0,74	23,37	21,69	21,94	21,94	8,11	21,94	0,00	21,15	0,00	0,00	0,00	0,00	23,37	21,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,95	0,00	10,95

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
16	a	1,40	1,40		1,40	1,40	1,40	1,40	1,40	1,40		1,40					1,40	1,40						1,40		
16	c	0,83	0,83		0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83		0,83					0,83	0,83						0,83		
16	g	3,83	3,83		3,83	3,83	3,83	3,83	3,83	3,83		3,83					3,83	3,83						3,83		3,83
16	j	2,70	2,70		2,70	2,70	2,70	2,70	2,70	2,70		2,70					2,70	2,70						2,70		2,70
16	p	11,11	11,11		11,11	11,11	11,11	11,11		11,11		11,11					11,11	11,11						11,94		11,94
16	n	1,12	1,12		1,12	1,12	1,12	1,12		1,12		1,12					1,12	1,12						1,12		
16	s	9,67																								
16	t	0,96		0,96	0,96												0,96									
16	u	0,17			0,17												0,17									
16	w	1,34			1,34												1,34									
Total		33,14	21,00	0,96	23,47	21,00	21,00	21,00	8,76	21,00	0,00	21,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,47	21,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,83	0,00	18,47

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
17	a	7,05	7,05		7,05	7,05	7,05	7,05	7,05	7,05		7,05					7,05	7,05						7,05		7,05
17	b	2,38	2,38		2,38	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38		2,38					2,38	2,38						2,38		2,38
17	f	5,52	5,52		5,52	5,52	5,52	5,52	5,52	5,52		5,52					5,52	5,52						5,52		5,52
17	o	19,55	19,55		19,55	19,55	19,55	19,55	19,55	19,55		19,55					19,55	19,55						19,55		19,55
17	s	0,95																								
17	t	2,12		2,12	2,12												2,12									
17	w	1,71			1,71												1,71									
Total		39,28	34,50	2,12	38,33	34,50	34,50	34,50	34,50	34,50	0,00	34,50	0,00	0,00	0,00	0,00	38,33	34,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,50	0,00	34,50

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
18	a	19,10			19,10	19,10						16,09			19,10		19,10	19,10	19,10	19,10	19,10	19,10		16,09		16,09
18	b	0,67			0,67	0,67						0,67			0,67		0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67		0,67		0,67
18	c	4,02			4,02	4,02						3,37			4,02		4,02	4,02	4,02	4,02	4,02	4,02		3,37		3,37
18	o	8,16			8,16	8,16						11,82			8,16		8,16	8,16	8,16	8,16		8,16		11,82		11,82
18	p	1,26			1,26	1,26						1,26			1,26		1,26	1,26	1,26	1,26	1,26	1,26		1,26		1,26
18	q	0,71																								
18	s	5,64																								
18	t	3,21			3,21											3,21	3,21									
18	w	2,69			2,69												2,69									
Total		45,46	0,00	0,00	39,10	33,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,21	0,00	0,00	33,20	3,21	39,10	33,20	33,20	33,20	25,04	33,20	0,00	33,21	0,00	33,21

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Parcela	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
19	a	3,85			3,85	3,85						3,85					3,85	3,85						3,85		
19	b	0,23			0,23	0,23						0,23					0,23	0,23						0,23		
19	c	2,12			2,12	2,12						2,12					2,12	2,12						2,12		
19	j	4,10			4,10	4,10						4,10					4,10	4,10						4,10		4,10
19	l	7,62			7,62	7,62						7,62					7,62	7,62						7,62		7,62
19	s	6,43																								
19	t	0,04			0,04											0,04	0,04									
19	u	0,13			0,13												0,13									
19	w	0,54			0,54												0,54									
Total		25,06	0,00	0,00	18,63	17,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,92	0,00	0,00	0,00	0,04	18,63	17,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,92	0,00	11,72

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
20	k	5,25										2,72			5,25		5,25	5,25	5,25	5,25		5,25		5,25		5,25
20	l	1,63	1,63		1,63	1,63						1,63	1,63				1,63	1,63						1,63		
20	m	1,11			1,11	1,11						1,11					1,11	1,11				1,11		1,11		
20	p	17,30			17,30	17,30						17,30			17,30		17,30	17,30		17,30		17,30		17,30		17,30
20	t	3,07			3,07											3,07	3,07									
20	w	1,79			1,79												1,79									
20	y	0,01			0,01												0,01									
20	z	0,01			0,01	0,01											0,01	0,01								
Total		30,18	1,63	0,00	24,93	20,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,76	1,63	0,00	22,56	3,07	30,18	25,31	5,25	22,56	0,00	23,67	0,00	25,30	0,00	22,56

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
21	k	13,01			13,01	13,01						13,01					13,01	13,01		13,01		13,01		13,01		13,01
21	l	1,70			1,70	1,70		1,70				1,70	1,70				1,70	1,70						1,70		
21	m	6,93			6,93	6,93						6,93			6,93		6,93	6,93		6,93		6,93		6,93		
21	p	2,75			2,75	2,75						2,75			2,75		2,75	2,75	2,75	2,75		2,75		2,75		2,75
21	t	2,64			2,64											2,64	2,64									
21	w	1,35			1,35												1,35									
Total		28,38	0,00	0,00	28,38	24,39	0,00	1,70	0,00	0,00	0,00	24,39	1,70	0,00	9,68	2,64	28,38	24,39	2,75	22,69	0,00	22,69	0,00	24,39	0,00	15,76

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
22	k	9,64			9,64	9,64						9,64					9,64	9,64		9,64		9,64		9,64		9,64
22	l	2,07	2,07		2,07	2,07						2,07					2,07	2,07						2,07		
22	m	5,53			5,53	5,53						5,53			5,53		5,53	5,53		5,53		5,53		5,53		
22	n	0,26			0,26	0,26		0,26				0,26	0,26		0,26		0,26	0,26						0,26		
22	p	3,26			3,26	3,26						3,26			3,26		3,26	3,26	3,26	3,26				3,26		3,26
22	t	0,89			0,89											0,89	0,89									
22	w	1,24			1,24												1,24									
Total		22,88	2,07	0,00	22,88	20,75	0,00	0,26	0,00	0,00	0,00	20,75	0,26	0,00	9,04	0,89	22,88	20,75	3,26	18,43	0,00	15,17	0,00	20,75	0,00	12,90

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
23	j	5,68			5,68	5,68						5,68					5,68	5,68						5,68		5,68
23	k	2,14			2,14	2,14						2,14					2,14	2,14						2,14		2,14
23	m	18,89			18,89	18,89						18,89			18,89		18,89	18,89		18,89		18,89		18,89		
23	p	0,66			0,66	0,66						0,66			0,66		0,66	0,66						0,66		0,66
23	s	0,05																								
23	t	1,39			1,39											1,39	1,39									
23	w	1,49			1,49												1,49									
23	v	0,08			0,08												0,08									
23	x	0,14			0,14												0,14									
Total		30,53	0,00	0,00	30,47	27,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,37	0,00	0,00	19,55	1,39	30,47	27,37	0,00	18,89	0,00	18,89	0,00	27,37	0,00	8,48

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
24	a	1,15			1,15	1,15						1,15			1,15		1,15	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15		1,15		
24	k	11,64			11,64	11,64						11,64					11,64	11,64				11,64		11,64		11,64
24	m	5,80			5,80	5,80						5,80					5,80	5,80		5,80		5,80		5,80		
24	p	9,37			9,37	9,37						9,37					9,37	9,37	9,37	9,37		9,37		9,37		9,37
24	s	0,73																								
24	t	1,44			1,44											1,44	1,44									
24	x	0,12			0,12												0,12									
24	w	0,84			0,84												0,84									
24	v	0,65			0,65												0,65									
Total		31,73	0,00	0,00	31,00	27,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,95	0,00	0,00	1,15	1,44	31,00	27,95	10,52	16,32	1,15	27,95	0,00	27,95	0,00	21,01

			3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	**Parcela**	**Área**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**	**P/S**	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
25	k	11,29			11,29	11,29						11,29					11,29	11,29				11,29		11,29		11,29
25	l	1,96			1,96	1,96						1,96					1,96	1,96				1,96		1,96		
25	m	0,19			0,19	0,19						0,19			0,19		0,19	0,19				0,19		0,19		
25	p	6,20			6,20	6,20						6,20			6,20		6,20	6,20				6,20		6,20		6,20
25	s	0,05																								
25	t	2,03			2,03											2,03	2,03									
25	x	0,24			0,24												0,24									
25	w	1,51			1,51												1,51									
25	v	0,35			0,35												0,35									
25	y	0,16			0,16												0,16									
Total		23,97	0,00	0,00	23,92	19,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,63	0,00	0,00	6,39	2,03	23,92	19,63	0,00	0,00	0,00	19,63	0,00	19,63	0,00	17,49

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

Sem intervenção

Quadro 48 – Cronograma das áreas a intervir por talhão

		1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
Talhão	Área	P/S	A	R	CVE	F	CMS	PF	PE/DR	DB	ET	CAS	AM	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM	DB/CR	D
1	36,29	0,00	0,38	0,38	0,38	0,00	0,00	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,38	0,00	35,13	32,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,62	0,00	32,62
2	32,07	14,67	3,06	17,73	17,73	14,67	0,00	3,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,73	0,00	32,07	28,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,29	0,00	28,29
3	42,66	20,65	0,00	20,65	20,65	20,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,65	0,00	40,37	37,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,65	0,00	20,65
4	32,29	14,87	0,00	14,87	14,87	14,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,24	1,68	32,96	29,24	0,00	13,20	0,00	0,00	0,00	28,42	13,20	15,22
5	25,24	4,02	0,00	4,02	4,02	4,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,12	0,00	25,00	21,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,12	0,00	5,12
6	36,00	0,00	11,68	11,68	14,71	0,00	0,00	11,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,02	0,00	19,97	15,31	3,02	0,00	0,00	0,00	0,00	30,74	3,02	27,71
7	36,52	5,94	7,25	13,19	13,19	5,94	0,00	7,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,55	26,97	0,00	0,00	0,00	0,00	5,94	26,97	0,00	26,97
8	39,19	0,00	0,48	0,48	0,60	0,00	0,00	0,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,48	0,00	39,19	37,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,69	0,00	37,69
9	29,55	8,56	0,00	8,56	8,56	8,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,56	0,00	25,53	22,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4,20	21,72	0,00	21,72
10	41,93	27,42	0,00	27,42	27,42	27,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,42	0,00	41,93	38,85	0,00	0,00	0,00	0,00	5,61	38,85	0,00	38,85
11	42,44	32,92	0,00	32,92	32,92	32,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,92	0,00	42,42	38,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,61	0,00	12,47
12	36,55	28,58	0,00	28,58	28,58	28,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,49	36,50	31,75	3,17	3,17	3,17	3,17	0,00	31,60	0,00	3,17
13	42,55	31,17	0,00	31,17	32,53	31,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,62	2,81	38,79	34,62	3,45	3,45	3,45	3,45	0,00	34,60	0,00	10,91
14	38,44	29,70	0,00	29,70	31,93	29,70	0,00	0,00	2,23	2,23	0,00	0,00	0,00	0,00	31,93	1,42	35,25	31,93	2,23	2,23	2,23	0,00	0,00	2,23	0,00	2,23
15	23,37	0,00	8,11	8,11	10,83	0,00	0,00	8,11	2,72	2,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,11	23,37	21,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,64	0,00	11,64
16	33,14	6,06	2,70	8,76	8,76	6,06	0,00	2,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,06	0,00	23,47	21,00	0,00	1,12	0,00	0,00	0,00	19,60	1,12	14,64
17	39,28	14,95	0,00	14,95	14,95	14,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,50	2,12	38,33	34,50	19,55	0,00	19,55	19,55	0,00	34,50	0,00	19,55
18	45,46	23,79	0,00	23,79	23,79	23,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,20	3,21	39,10	33,20	33,20	33,20	25,04	33,20	0,00	33,21	0,00	13,08
19	25,06	6,20	4,10	10,30	10,30	6,20	0,00	4,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,92	0,04	18,63	17,92	17,92	17,92	17,92	17,92	0,00	17,92	0,00	4,10
20	30,18	0,00	0,00	0,00	5,25	0,00	0,00	0,00	5,25	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00	18,41	3,07	30,18	25,31	18,41	23,67	0,00	25,30	0,00	25,30	0,00	22,56
21	28,38	0,00	0,00	0,00	9,64	0,00	0,00	0,00	9,64	9,64	0,00	0,00	0,00	0,00	9,04	0,89	22,88	20,75	3,26	18,43	0,00	15,17	0,00	20,75	0,00	12,90
22	22,88	0,00	0,00	0,00	9,64	0,00	0,00	0,00	9,64	9,64	0,00	0,00	0,00	0,00	9,04	0,89	22,88	20,75	3,26	18,43	0,00	15,17	0,00	20,75	0,00	12,90
23	30,53	0,00	5,68	5,68	7,82	0,00	0,00	5,68	2,14	2,14	0,00	0,00	0,00	0,00	19,55	1,39	30,47	27,37	6,34	25,23	5,68	27,37	0,00	27,37	0,00	8,48
24	31,73	1,15	0,00	1,15	12,79	1,15	0,00	0,00	11,64	11,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1,15	1,44	31,00	27,95	10,52	16,32	1,15	27,95	0,00	27,95	0,00	21,01
25	23,97	0,00	0,00	0,00	11,29	0,00	0,00	0,00	11,29	11,29	0,00	0,00	0,00	0,00	6,39	2,03	23,92	19,63	0,00	0,00	0,00	19,63	6,39	19,63	0,00	17,49
	Total	270,65	43,45	314,10	373,15	270,65	0,00	43,45	54,55	54,55	0,00	0,00	0,00	0,00	367,34	32,59	779,90	697,79	124,33	176,36	78,19	207,90	22,14	636,72	17,35	441,93

		3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
Talhão	Área	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM	DB/CR	D
1	36,29	32,62	0,77	35,13	32,62	32,62	32,62	32,62	32,62	0,00	32,62	0,00	0,00	0,00	0,00	35,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,62	0,00	32,62
2	32,07	28,29	1,82	32,07	28,29	28,29	28,29	28,29	28,29	0,00	28,29	0,00	0,00	0,00	0,00	32,07	28,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,29	0,00	28,29
3	42,66	37,05	1,18	40,37	37,05	20,65	20,65	20,65	20,65	0,00	37,05	16,40	0,00	0,00	0,00	40,37	37,05	37,05	37,05	0,00	20,65	0,00	37,05	0,00	20,65
4	32,29	16,04	1,68	32,96	29,24	16,04	16,04	16,04	16,04	0,00	29,24	0,00	0,00	0,00	0,00	32,96	29,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,24	0,00	16,04
5	25,24	20,73	1,08	25,00	21,82	5,12	5,12	5,12	5,12	0,00	21,82	16,71	0,00	0,00	0,00	25,00	21,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,82	0,00	5,12
6	36,00	3,02	3,82	36,00	31,34	19,05	16,03	0,00	16,03	0,00	30,74	0,00	0,00	3,02	0,00	36,00	31,34	3,02	0,00	0,00	0,00	0,00	30,74	0,00	27,71
7	36,52	26,97	2,62	30,55	26,97	26,97	26,97	13,19	26,97	5,94	26,97	0,00	0,00	0,00	0,00	30,55	26,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,97	0,00	26,97
8	39,19	37,69	0,81	39,19	37,69	37,69	37,69	36,82	37,69	0,00	37,69	0,00	0,00	0,00	0,00	39,19	37,69	36,34	36,34	36,34	36,34	0,00	37,69	0,00	37,69
9	29,55	21,72	0,92	25,53	22,96	21,72	21,72	20,07	21,72	4,20	21,72	0,00	0,00	0,00	0,00	25,53	22,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,72	0,00	21,72
10	41,93	40,69	1,79	41,93	38,85	27,18	27,18	27,18	27,18	5,61	38,85	0,00	0,00	0,00	0,00	41,93	38,85	11,43	11,43	11,43	11,43	0,00	38,85	0,00	38,61
11	42,44	38,61	1,88	42,42	38,61	38,61	38,61	38,61	38,61	0,00	38,61	0,00	0,00	0,00	0,00	42,42	38,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,61	0,00	34,49
12	36,55	0,00	0,00	33,01	31,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,60	0,00	0,00	31,75	3,49	36,50	31,75	31,60	31,60	31,60	31,60	0,00	31,60	0,00	31,60
13	42,55	0,00	0,00	38,79	34,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,60	0,00	0,00	0,00	2,81	38,79	34,62	42,08	42,08	42,08	42,08	0,00	34,60	0,00	34,60
14	38,44	0,00	0,00	35,25	31,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,93	0,00	0,00	0,00	1,42	35,25	31,93	31,93	31,93	31,93	31,93	0,00	31,93	0,00	2,23
15	23,37	21,94	0,74	23,37	21,69	21,94	21,94	8,11	21,94	0,00	21,15	0,00	0,00	0,00	0,00	23,37	21,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,95	0,00	10,95
16	33,14	21,00	0,96	23,47	21,00	21,00	21,00	8,76	21,00	0,00	21,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,47	21,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,83	0,00	18,47
17	39,28	34,50	2,12	38,33	34,50	34,50	34,50	34,50	34,50	0,00	34,50	0,00	0,00	0,00	0,00	38,33	34,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,50	0,00	34,50
18	45,46	0,00	0,00	39,10	33,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,21	0,00	0,00	33,20	3,21	39,10	33,20	33,20	33,20	25,04	33,20	0,00	33,21	0,00	33,21
19	25,06	0,00	0,00	18,63	17,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,92	0,00	0,00	0,00	0,04	18,63	17,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,92	0,00	11,72
20	30,18	1,63	0,00	24,93	20,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,76	1,63	0,00	22,56	3,07	30,18	25,31	5,25	22,56	0,00	23,67	0,00	25,30	0,00	22,56
21	28,38	2,07	0,00	22,88	20,75	0,00	0,26	0,00	0,00	0,00	20,75	0,26	0,00	9,04	0,89	22,88	20,75	3,26	18,43	0,00	15,17	0,00	20,75	0,00	12,90
22	22,88	2,07	0,00	22,88	20,75	0,00	0,26	0,00	0,00	0,00	20,75	0,26	0,00	9,04	0,89	22,88	20,75	3,26	18,43	0,00	15,17	0,00	20,75	0,00	12,90
23	30,53	0,00	0,00	30,47	27,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,37	0,00	0,00	19,55	1,39	30,47	27,37	0,00	18,89	0,00	18,89	0,00	27,37	0,00	8,48
24	31,73	0,00	0,00	31,00	27,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,95	0,00	0,00	1,15	1,44	31,00	27,95	10,52	16,32	1,15	27,95	0,00	27,95	0,00	21,01
25	23,97	0,00	0,00	23,92	19,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,63	0,00	0,00	6,39	2,03	23,92	19,63	0,00	0,00	0,00	19,63	0,00	19,63	0,00	17,49
	Total	386,63	22,19	787,19	708,56	351,36	348,85	289,95	348,34	15,75	708,72	35,25	0,00	135,71	20,68	795,93	681,20	248,94	318,25	179,57	327,72	0,00	701,88	0,00	562,50

Quadro 49 – Cronograma das áreas a intervir

1º Quinquénio (2020-2024)													2º Quinquénio (2025-2029)											
P/S	A	R	CVE	F	CMS	PF	PE/DR	DB	ET	CAS	AM	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
270,65	43,45	314,10	376,52	270,65		43,45	57,92	57,92				0,00	367,97	34,34	785,40	701,43	123,83	180,63	78,19	215,42	22,14	640,36	17,35	444,80

3º Quinquénio (2030-2034)												4º Quinquénio (2035-2039)											
P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D	P/S	A	CVE	CMS	PF	PE/DR	ET	CAS	E	AM/AP	DB/CR	D
384,56	22,19	792,68	712,20	351,36	350,30	289,95	348,34	15,75	712,36	36,69		136,35	22,43	801,43	684,84	248,44	322,52	179,57	335,24		705,53		565,36

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira; ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento; R - Retancha; CVE – Controlo da vegetação espontânea; F -Fertilização; PF- Podas de formação; PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação; DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo; ET-Encaminhamento de toiças; CAS- Corte de árvores secas; E - Enxertia; AM - Apanha de medronho; DB/CR – Desbaste/Corte raso; D-Descortiçamento; Sem intervenção

Quadro 50 – Custos financeiros das operações

1º Quinquénio (2020-2024)												
P/S	A	R	CVE	F	CMS	PF	PE/DR	DB	ET	CAS	AM	D
270,65	43,45	314,10	376,52	270,65		43,45	57,92	57,92				
129 970,26 €	4 473,49 €	24 906,07 €	252 930,06 €	7 288,36 €		3 415,30 €	21 488,32 €	10 541,44 €				
480,22 €	102,96 €	79,29 €	671,76 €	26,93 €	225,00 €	78,60 €	370,99 €	182,00 €				
135 323,16 €	8 689,91 €	27 064,63 €	263 564,05 €	10 825,85 €		21 898,57 €	27 801,60 €	14 480,30 €				
											Valor total dos custos 1º Quinquénio	509 648,07 €
											Valor total dos custos anual	101 929,61 €
											Valor total das receitas anual	- €

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira; ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento; R - Retancha; CVE – Controlo da vegetação espontânea; F -Fertilização; PF- Podas de formação; PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação; DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo; ET-Encaminhamento de toiças; CAS- Corte de árvores secas; E - Enxertia; AM - Apanha de medronho; DB/CR – Desbaste/Corte raso; D-Descortiçamento

2º Quinquénio (2025-2029)											
P/S	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
367,97	34,34	785,40	701,43	123,83	180,63	78,19	215,42	22,14	640,36	17,35	444,80
202 385,17 €	6 867,69 €	549 778,52 €	157 821,27 €	62 407,93 €	86 701,91 €	39 407,76 €	3 231,25 €	145 712,00 €	192 108,21 €	4 337,53 €	133 440,80 €
Valor total dos custos 1º Quinquénio											1 258 651,02 €
Valor total dos custos anual											251 730,20 €
Valor total das receitas anual											43 759,27 €

3º Quinquénio (2030-2034)											
P/S	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
384,56	22,19	792,68	712,20	351,36	350,30	289,95	348,34	15,75	712,36	36,69	
211 509,97 €	4 438,00 €	554 878,79 €	160 245,47 €	177 087,34 €	168 142,26 €	39 407,76 €	5 225,10 €	145 712,00 €	213 706,68 €	9 173,34 €	
Valor total dos custos 1º Quinquénio											1 475 820,03 €
Valor total dos custos anual											295 164,01 €
Valor total das receitas anual											42 741,34 €

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira

ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento

R - Retancha

CVE – Controlo da vegetação espontânea

F -Fertilização

PF- Podas de formação

PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação

DB - Desbaste

CMS – Cultura melhoradora de solo

ET-Encaminhamento de toiças

CAS- Corte de árvores secas

E - Enxertia

AM - Apanha de medronho

DB/CR – Desbaste/Corte raso

D-Descortiçamento

4º Quinquénio (2035-2039)											
P/S	**A**	**CVE**	**CMS**	**PF**	**PE/DR**	**ET**	**CAS**	**E**	**AM/AP**	**DB/CR**	**D**
136,35	22,43	801,43	684,84	248,44	322,52	179,57	335,24		705,53		565,36
74 990,33 €	4 486,00 €	560 998,57 €	154 088,22 €	125 212,48 €	154 808,55 €	39 407,76 €	5 028,66 €	145 712,00 €	211 657,66 €		395 754,77 €
Valor total dos custos 1º Quinquénio											1 264 732,56 €
Valor total dos custos anual											252 946,51 €
Valor total das receitas anual											607 412,44 €

Legenda

P/S- Plantação/ Sementeira	ARN/A - Aproveitamento da regeneração natural/ Adensamento	R - Retancha	CVE – Controlo da vegetação espontânea	F -Fertilização	PF- Podas de formação	PE/DR - Podas de encaminhamento/ Desramação	DB - Desbaste
CMS – Cultura melhoradora de solo	ET-Encaminhamento de toiças	CAS- Corte de árvores secas	E - Enxertia	AM - Apanha de medronho	DB/CR – Desbaste/Corte raso	D-Descortiçamento	

Estes cronogramas são indicativos, podendo ter a necessidade de alteração, de acordo com as necessidades e condições da MNHP ou eventuais candidaturas a financiamentos. Estando mencionadas e determinadas todas as ações em Plano de Atividades anual, com respetivo orçamento.

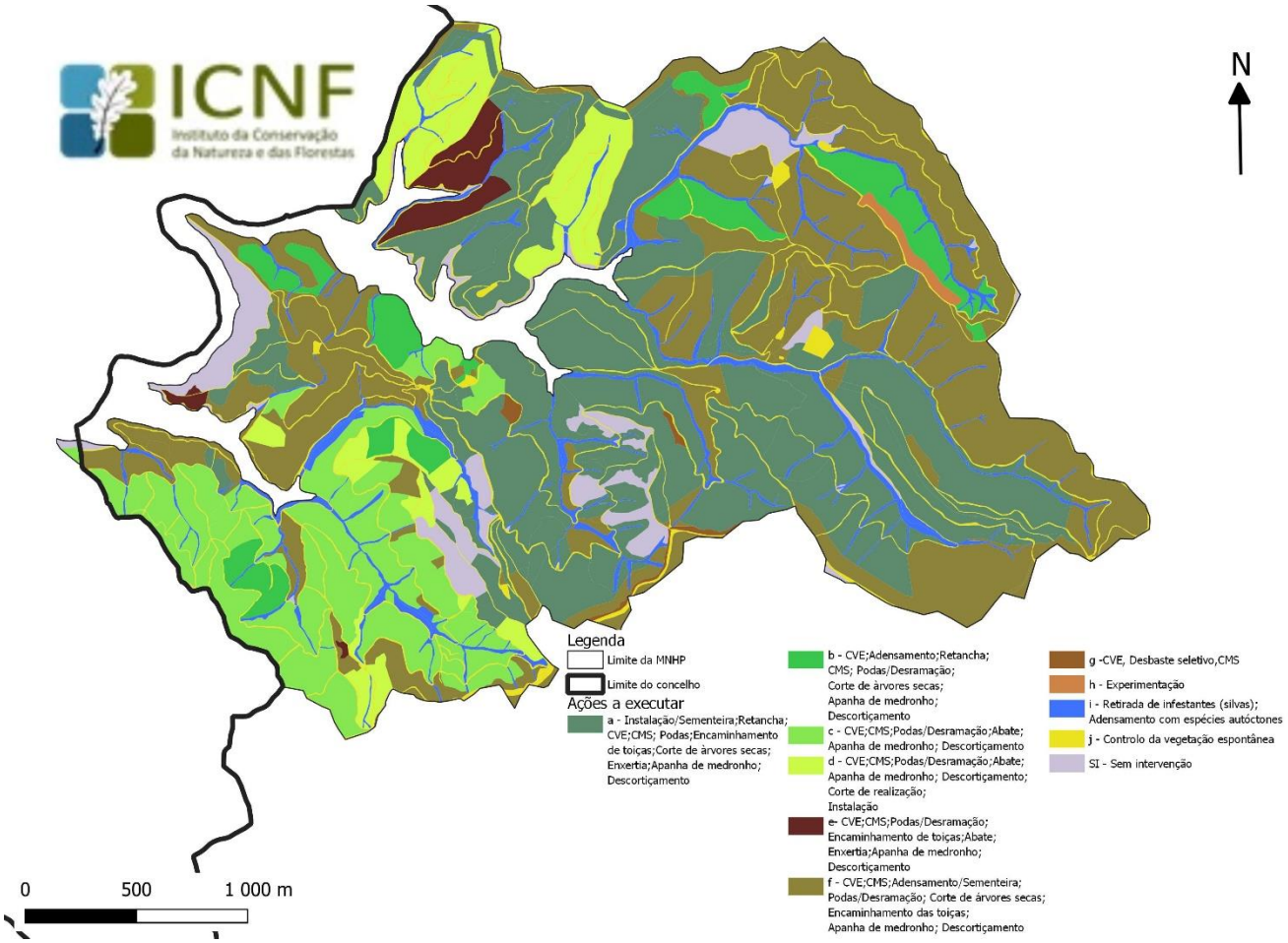


Figura 33 – Ações a executar da Mata Nacional Herdade da Parra

CONCEITOS/DEFINIÇÕES DAS AÇÕES CONTEMPLADAS

Controlo da vegetação Espontânea (CVE) – Intervenção que tem como principais objetivos, manter baixo o risco de incêndio e reduzir a competição das plantas pela água e nutrientes do solo. Quando mecanicamente, deverá ser sempre realizada com recurso a corta-matos. Junto ao colo das árvores, e visando proteger o arvoredo existente, deverá ser realizada manualmente com recurso a motorroçadora de um disco. Em simultâneo individualizar-se-ão todos os sobreiros jovens os quais deverão ser sujeitos a uma poda de formação ou encaminhamento, salvo se a operação ocorrer fora da época legal para as podas de sobreiro, DL n.º 169/2001 de 25 de Maio, que deverá então ser adiada de maneira a cumprir a Lei vigente.

Desramação (DESR) – Deve ser realizada em árvores que vão atingir o termo da revolução, com o objetivo de melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo. Não se deve ao desramar tirar mais de 1/3 da copa viva, nem cortar ramos, cujo diâmetro base seja superior a 3cm.

Desbastes Seletivos (DB) – Pretende-se eliminar as árvores mal conformadas, dominadas e, sempre, as que apresentem sintomas de pragas ou doenças.

Cortes Fitossanitários (CF) – Abate das árvores secas e com evidentes sintomas da presença de pragas e doenças, devendo, sempre que possível, serem queimados os despojos do corte.

Poda Sanitária (PS) – Corte dos ramos secos ou a secar, afetados por doença, enquanto ainda estão verdes.

Defesa da floresta contra incêndios (DFCI) – Intervenções de silvicultura preventiva para minimizar os riscos de incêndio.

Faixa de gestão de combustível (FGC) – Faixa de terreno, com largura variável na qual se realiza a gestão de combustível, ou seja, a criação e manutenção da descontinuidade horizontal e vertical das cargas, combustível, através da modificação ou da remoção parcial ou total da biomassa vegetal.

Sem Intervenção (SI) - A vegetação natural proporciona grande variedade de valores ecológicos, os quais fornecem habitat para a fauna e para a flora nativas locais, ajudam no controlo da erosão e na absorção das águas de superfície. Apoia-se assim os ecossistemas nativos onde as comunidades estão estáveis.

Podas de manutenção (PM) - Também designadas por podas de renovação, consistem no corte de ramos ou pernadas ainda revestidas de cortiça virgem, com o objetivo de renovar a copa, para um aumento da longevidade da árvore.

Aproveitamento da regeneração natural (AR) - Proteção de sobreiros nascediços, para repovoamento da área, após supressão ou atenuação de agentes destruidores (pisoteio pelo gado, queimadas, desmatações). Com esta operação, individualizar-se-ão todos os sobreiros jovens os quais deverão ser sujeitos a uma poda de formação ou encaminhamento, salvo se a operação ocorrer fora da época legal para as podas de sobreiro, DL n.º 169/2001 de 25 de Maio, que deverá então ser adiada de maneira a cumprir a Lei vigente.

Gestão de matos (GM) – Redução da biomassa, conservando espécies de interesse ecológico de forma e mantendo a biodiversidade, seja por faixas alternadas seja por fogo controlado.

Galeria ripícola (GR) –È constituída à base de salgueiro e loendros. Contribuem para o aumento da exuberância, cumprem outras funções ecológicas, constituindo o habitat privilegiado de inúmeras espécies de fauna, como por exemplo a lontra e o lagarto de água. São fundamentais para a estabilização das margens devido à grande retenção de sedimentos provenientes da erosão hídrica do solo e funcionam como filtro biológico de substâncias poluentes, além de serem reguladores biofísicos dos cursos de água, através do ensombramento que provocam.

Rede viária e rede divisional (RV+RD) – Fazem parte da rede secundária e terciária das faixas de gestão de combustível, compartimentam a exploração, facilitam a exploração florestal e o combate a fogos florestais. Objeto de silvicultura preventiva, (conjunto de ações articuladas ao nível dos espaços florestais que, partindo do conhecimento dos fenómenos de ignição e propagação do fogo, visam evitar a sua ocorrência e diminuir as suas consequências), devem estar sempre em boas condições de transitabilidade, de forma a servir de suporte à gestão sustentável da exploração.

Adensamento (A) - Arborizações realizadas através de plantação ou sementeira no interior de povoamentos florestais já previamente existentes. Esta reposição de falhas num povoamento com vista à regularização de densidades de acordo com um determinado modelo de silvicultura, não poderá apresentar uma área contínua superior a 0,5 ha, uma vez que nesse caso será considerada como constituindo um novo povoamento floresta.

Monitorização da saúde e vitalidade do povoamento (M) - Procedimento, com caráter de continuidade, que permite acompanhar a evolução temporal do povoamento. Prática que deverá ser anual, de forma a dar resposta fitossanitária adequada, sempre que os níveis de ataque de pragas e doenças o justifiquem.

Descortiçamento (D) – É a atividade que consiste na extração da casca aos sobreiros que se realiza durante a fase mais ativa do crescimento da cortiça, entre meados de maio ou princípios de junho até meados ou fim de agosto.

Poda de formação (PF) - A palavra "poda" provém do latim *putare*, que significa limpar, cortar, desbastar. O principal objetivo da poda em sobreiros jovens é a condução da árvore da forma mais harmoniosa, proporcionando na vida adulta as melhores condições de desenvolvimento, produção e extração de cortiça.

Plantação (PL) – Plantação, do latim *plantatio*, é a ação e o efeito de plantar (meter uma planta, uma estaca, um tubérculo ou um bolbo/cebolo na terra com o objetivo de que pegue, isto é, crie raízes, e cresça). O conjunto daquilo que é plantado e o terreno no qual se cultivam plantas, por conseguinte, recebem o nome de plantação.
Retancha (RE) – A operação da retancha corresponde à substituição das plantas mortas após a plantação, assegurando o número de plantas previsto no projeto florestal.

Rebaixamento do medronheiro (RM) - Corte junto ao solo, a fim de possibilitar o rejuvenescimento da planta.

BIBLIOGRAFIA

- Angermeier P. L. & Karr J.R. 1994. *Biological integrity versus biological diversity as policy directives. Bioscience* 44: 690-697.

- Anthos 2006. S*istema de información de las plantas de España. Real Jardín Botánico, CSIC* – Fundación Biodiversidad. Recurso electrónico en www.anthos.es. Consulta realizada em fevereiro de 2007.

- Autoridade Florestal Nacional, Guia Técnico PMDFCI, 2012.

- Blanco, J. C.; M. Alcântara; C.Ibañez; A. Aguilar; E. Grau; S. Moreno; I. Babamtín; G. Jordan & R. Villafuerte. 1998*. Guia de campo: Mamíferos de España.* Consultores en Biologia de la Conservación, S. L. Editorial Planeta, S. A. Barcelona

- Cabral M.J. (coord.), Almeida J., Almeida P.R., Dellinger, T., Ferrand de Almeida N., Oliveira M.E., Palmeirim J.M., Queiroz A.I., Rogado L. & Santos-Reis M. (eds.) (2005) *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa. 660pp.

- CAP, 2004. *Código de Boas Práticas Para Uma Gestão Florestal Sustentável*. CT 145 / IPQ.

- CNG, 1998. *Regras de boa prática para uma conduta florestal sustentável em Portugal*. IPQ, Lisboa, 17 pp.

- Costa, J.C.; Aguiar, C.; Capelo, J.H.; Lousã, M.; Neto, C., Biogeografia de Portugal Continental, 1998. (https://www.researchgate.net/publication/228540962_Biogeografia_de_Portugal_Continental)

- Direcção Geral das Florestas. Estudos e Informação nº 321.

- DSVPF. 2003. *Princípios de Boas Práticas Florestais.* DGRF, Lisboa.

- Estratégia Nacional para as Florestas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro)

- Estratégia Nacional para as Florestas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015/2006, de 4 de fevereiro)

- Fichas caracterização ZEC em Portugal Continental – PSRN2000 (em https://www.icnf.pt/).

- FSC. *Norma Genérica dos Principios e Critérios FSC*.

- Glück, P., 1995. Criteria and indicators for sustainable forest management in Europe. Proceedings XX World conference, 22 pp.

- Instituto do Ambiente (1989). *Limite do Continente (1:1 000 000)*. Atlas do Ambiente Digital, D.G. dos Recursos Naturais. Lisboa.

- IGEOE (1988). *Carta Militar de Portugal.* Instituto Geográfico do Exército. Lisboa.

- 6.º Inventário Florestal Nacional, ICNF, 2015, pág. 81-99

- IPQ, 2005. *Norma Portuguesa, Sistema de Gestão Florestal Sustentável – Aplicação dos critérios pan – europeus para a gestão florestal sustentável*.

- Larsen, J., 1995. Ecological stability of forests and sustainable silviculture. For Ecol Man 73:85-96.

- Louro, G.; [et al.], 2002. *Elementos de Apoio à Elaboração de Projectos Florestais*. Lisboa:

- Mangas J., Lozano J., Cabezas-Diaz S. & Virgós E. (In Press) *The priority value of scrubland habitats for carnivore conservation in Mediterranean Ecosystems. Biodiversity and Conservation.*

- Matthiopoulos, J., Fieberg, J., Aarts, G. 2020. Species-Habitat Associations: Spatial data, predictive models, and ecological insights. University of Minnesota Libraries Publishing. (disponível aqui: http://hdl.handle.net/11299/217469, 19 abril 2021).

- Rivas-Martinez, S., Costa, M., Castroviejo, S., Valdés, E. vegetation de Donana, 1980

- Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras de Monchique e Silves (PRGPSMS). Ministério do Ambiente e Ação Climática, Direção Geral do Território.

- http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Rede+Natura+2000/?res=1280x1024

- pt.wikipedia.org/.../World_Wide_Found_for_Nature

- www.afn.min-agricultura.pt/

- www.agroportal.pt/

- https://www.drapalgarve.gov.pt

- http://www.drapalg.min-agricultura.pt/ema/images/artigos/

- Plataforma de divulgação dos Censos 2021 – INE (https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)

- Visualizador, da Câmara Municipal d Silves, da Cartografia do novo (2021) PDM de Silves (https://sigeo.cm-silves.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?viewer=PLocExt.PlantasLocalizacao)

Legislação consultada:

Legislação	Sumário
Decreto-Lei n.º 61/82 de 26 de maio	Submissão ao regime florestal total da Mata Nacional da Herdade da Parra (MNHP)
Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro na sua redação atual	Regula o processo de elaboração, execução e alteração dos PGF
Decreto n.º 61/82 de 26 de maio	Submetidos ao regime florestal total os terrenos da Herdade da Parra passando a constituir a Mata Nacional da Herdade da Parra
Portaria n.º 91/98 de 21 de fevereiro	Declara extinta a zona de caça nacional da Herdade da Parra
Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de agosto, na sua versão atual	Regulamenta a Lei de Bases Gerais da Caça
Decreto-lei nº 140/99, de 24 de abril	Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens)
Decreto-Lei n.º 107/2009 de 15/5	Regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas
Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2009 de 25/9	Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca
Decreto-Lei n.º 54/1991 de 08/08, na sua versão atual	Regula a ocupação do solo objeto de um incêndio florestal
- Resolução de Conselho e Ministros nº 114/2006, de 15 de setembro	Estratégia Nacional para as Florestas
Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho	Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento

Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março	Homologação do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI)
Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25/05, na sua versão atual	Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira
Decreto-Lei n.º 321/83, de 7 de maio, na sua versão atual	Criação Da reserva Ecológica Nacional
Decreto-Lei n.º 96/2013 de 19 de julho, na sua versão atual	Regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais
Decreto-Lei n.º 143/82, de 16 de abril	Zona de respeito / proteção aos Marcos Geodésicos
Decreto-Lei n.º 37/2000 de 14 de Março, na sua redação atual	Regime jurídico da atividade apícola
Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho	Aprovou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabeleceu procedimentos relativamente à sua concretização
Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2020	Aprova as diretrizes do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves

ANEXOS:

Anexo 1 - Lista de espécies silvestres observáveis na Mata Nacional da Herdade da Parra

Espécies	Designação	H Parra	Estatuto de conservação	Fenologia e estatuto legal	Espécies-alvo da avifauna (**)
Veado	*Cervus elaphus*	Frequente	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Gamo	*Cervus dama*	Raro	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Javali	*Sus scrofa*	Frequente	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Raposa	*Vulpes vulpes*	Frequente	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Saca-rabos	*Herpestes icnneumon*	Frequente	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Coelho	*Oryctolagus cunniculus*	Raro	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Lebre	*Lepus capensis*	Ocasional	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Perdiz Vermelha	*Alectoris rufa*	Frequente	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Tordo comum	*Turdus philomelos*	Frequente	Não Ameaçado	Migrador de Inverno. Cinegético	Não (*)
Tordo ruivo	*Turdus iliacos*	Raro	Não Ameaçado	Migrador de Inverno. Cinegético	Não
Tordo zornal	*Turdus pilaris*	Raro	Não Ameaçado	Migrador de Inverno. Cinegético	Não
Tordeia	*Turdus viscivorus*	Raro	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Rola comum	*Streptopelia turtur*	Frequente	Vulnerável	Migrador de Verão. Cinegético	Não
Rola turca	*Streptopelia decaoto*	Ocasional	Não Ameaçado	Residente	Não
Galinhola	*Scolopax rusticola*	Raro	Insuficientemente conhecido	Migrador de Inverno. Cinegético	Não
Pombo da rocha	*Columba livea*	Ocasional	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Pombo torcaz	*Columba palumbus*	Frequente	Não Ameaçado	Migradora de Inverno. Residente. Cinegético	Não
Pombo bravo	*Columba oenas*	Raro	Insuficientemente conhecido	Residente. Cinegético	Não
Estorninho malhado	*Sturnus vulgaris*	Raro	Não Ameaçado	Migrador de Inverno. Cinegético	Não
Estorninho preto	*Sturnus unicolor*	Ocasional	Não Ameaçado	Residente	Não
Gaio	*Garrulus glandarius*	Frequente	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não

Pega-azul	*Cyanopica cyana*	Frequente	Não Ameaçado	Residente.	Não
Pega-rabuda	*Pica pica*	Frequente	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Melro	*Turdus merula*	Frequente	Não Ameaçado	Residente. Cinegético	Não
Lince	*Linx pardina*	Vestígios	Em perigo	Residente.	Não
Texugo	*Meles meles*	Frequente	Não Ameaçado	Residente.	Não
Gineta	*Genetta genetta*	Frequente	Não Ameaçado	Residente.	Não
Doninha	*Mustela nivalis*	Frequente	Não Ameaçado	Residente.	Não
Lontra	*Lutra lutra*	Frequente	Insuficientemente conhecido	Residente.	Não
Águia de bonneli	*Hieraaetus fasciatus*	Frequente	Raro	Residente.	Sim
Águia calçada	*Hieraaetus pennatus*	Ocasional	Não Ameaçado	Migrador de Verão.	Não
Águia-cobreira	*Circaetus gallicus*	Frequente	Insuficientemente conhecido	Migrador de Verão.	Sim
Águia sapeira	*Circus aeruginosus*	Ocasional	Vulnerável	Residente.	Não
Tartaranhão-cinzento	*Circus cyaneus*	Ocasional	Indeterminado	Migrador de Inverno.	Não (*)
Águia de asa redonda	*Buteo buteo*	Frequente	Não Ameaçado	Residente	Não
Bútio-vespeiro	*Pernis apivorus*	Raro	Insuficientemente conhecido	Migrador de Verão.	Não
Falcão da Rainha	*Falco eleonorae*	Raro	Não Ameaçado	Migrador.	Não
Açor	*Accipiter gentilis*	Ocasional	Indeterminado	Residente	Não
Gavião	*Accipiter nisus*	Frequente	Indeterminado	Residente	Não
Milhafre	*Milvus milvus*	Ocasional	Raro	Residente	Não
Falcão-peregrino	*Falco peregrinus*	Ocasional	Raro	Residente	Não
Ógea	*Falco subbuteo*	Ocasional	Insuficientemente conhecido	Migrador de Verão.	Não
Esmerilhão	*Falco columbarius*	Ocasional	Insuficientemente conhecido	Migrador de Inverno.	Não
Andorinhão-real	*Apus melba*	Ocasional	Raro	Migrador. Nidificante	Não
Bufo Real	*Bubo bubo*	Frequente	Raro	Residente.	Sim

Mocho-galego	*Athene noctua*	Frequente	Não Ameaçado	Residente.	Não
Coruja-do-mato	*Strix aluco*	Ocasional	Não Ameaçado	Residente.	Não
Cotovia-montesina	*Galerida theklae*	Ocasional	Raro	Residente.	Sim
Picanço real	*Lanius excubitor*	Frequente	Não Ameaçado	Residente.	Não
Pintassilgo	*Carduelis carduelis*	Frequente	Não Ameaçado	Residente.	Não
Lugre	*Carduelis spinus*	Frequente	Não Ameaçado	Migrador de Inverno.	Não
Rouxinol-comum	*Luscinia megarhyncus*	Frequente	Não Ameaçado	Migrador de Verão.	Não
Petinha das árvores	*Anthus trivialis*	Frequente	Raro	Migrador de Verão.	Não
Petinha dos Prados	*Anthus pratensis*	Ocasional	Não Ameaçado	Migrador de Inverno.	Não
Rouxinol bravo	*Cettia cetti*	Frequente	Não Ameaçado	Residente.	Não
Abelharuco-comum	*Merops apiaster*	Frequente	Não Ameaçado	Migrador de Verão.	Não (*)
Poupa	*Upupa epops*	Ocasional	Não Ameaçado	Migrador de Verão.	Não
Grifo	*Gyps fulvus*	Observável	Vulnerável	Com migrações. Observável em grande número em outubro novembro	Não
Abutre do Egipto	*Neophron percnopterus*	Raro	Vulnerável	Migrador de Verão.	Não
Cegonha branca	*Ciconia ciconia*	Frequente	Vulnerável	Migrador.	Não (*)

(*) - Outras Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I

(**) – Diretiva 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009.

Anexo 2 - Espécies faunísticas segundo Borges, 1981

Elenco ornitológico

Ardeea cinérea L. - Garça Real

Buteo buteo L. - Águia de asa redonda

Alectoris rufa L. – Perdiz comum

Cotournix cotournix L. – Codorniz

Scolopax rusticola L. – Galinhola

Larus sp. – Gaivota

Columba palumbus L. – Pombo torcaz

Steptopelia turtur L. – Rola

Cuculus canorus L. – Cuco canoro (*)

Bubo bubo L. - Bufo real

Alcedo atthis L. – Guarda rios (*)

Upupa epops L. – Poupa

Dendrocopus major L. – Pica-pau malhado grande

Picus viridis L. – Pica pau verde

Motacilla sp. – Alveola

Lanius excubitor L. – Picanço real

Lanius senator L. - Ferreirinha (*)

Phylloscopus collybita Vieill. – Felosa comum (*)

Regulus ignicapillus Temm. – Estrelinha de cabeça listrada

Sylvia atricapilla L. – toutinegra de barrete preto

Sylvia conspicillata Temm. – Toutinegra tomilheira (*)

Saxicola torquata L. - Cartaxo de cabeça preta

Erithacus rubecula L. – Pisco de peito ruivo

Turdus iliacus L. – Tordo ruivo comum (*)

Turdus merula L. – Melro preto

Turdus philomelos Brehm. – Tordo comum (*)

Parus caeruleus L. – Chapim azul

Parus major L. – Chapim real

Certhia brachydactyla Brehm. – Trepadeira

Troglodytes troglodytes L. – Carriça

Emberiza cia L. – Escrevedeira de garganta cinzenta

Carduelis carduelis L. – Pintassilgo comum

Carduelis spinus L. – Pintassilgo verde

Fringilla coelebs L. – Tentilhão comum

Serinus serinus L. – Chamariz

Oriolus oriolus L. – Papa figos

Cyanopica cyanus Pall. – Pega azul

Garrulus glandarius L. – Gaio

Elenco mamológico

Insectívora

Erinaceus europaeus L. ssp. – Ouriço cacheiro

Talpa occidentalis Cabrera - Toupeira

Crocidura russula pulchra Cabrera – Morganho

Lagomorpha

Lepus granatensis gallaecius Miller – Lebre

Oryctolagus cuniculus algirus Loche – Coelho

Rodentia

Rattus rattus frugivorus – Ratazana

Carnívora

Vulpes vulpes silacea Miller – Raposa

Mustelidae

Lutra lutra L. – Lontra

Meles meles L. – texugo

Viveridae

Genetta genetta L. – gineto

Herpestes ichneumon widdringtonii Gray – Saca-rabos

Felidae

Felis sylvestris ssp. – Gato maltês

Lynx pardinus Temminck – Lince

Elenco herpetológico

Amphibia

Caudata

Salamandra salamandra gallaica Seoane – Salamandra de pintas

Triturus boscai Lataste – tritão de ventre laranja

Tritus marmoratus latreille – Tritão marmorado

Anura

Discoglossus pictus Otth – Discoglosso

Bufo bufo spinosus Daudin – sapo comum

Rana ridibunda perezi Seoane – Rã comum

Reptilia

Testudines

Mauremys caspica leprosa Schweigger – Cágado comum

(*) - Outras Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I

Anexo 3 - Elenco florístico

Anacardiaceae

Pistacia lentiscus L.

Apiaceae

Foeniculum vulgare Mill.

Apocynaceae

Nerium oleander L.

Araceae

Arisarum vulgare Targ.-Tozz.

Arum italicum Mill.

Asteraceae

Andryala integrifolia L.

Carduus tenuiflorus Curtis

Carlina racemosa L.

Cichorium intybus L.

Cirsium vulgare (Savi) Ten.

Coleostephus myconis (L.) Rchb.f.

Cynara humilis L.

Cynara algarbiensis Coss. ex Mariz

Dittrichia viscosa subsp. revoluta (Hoffmanns. & Link) P. Silva & Tutin

Galactites tomentosa Moench

Picris echioides L.

Tolpis barbata (L.) Gaertn.

Boraginaceae

Echium plantagineum L.

Lithodora lusitanica (Samp.) Holub

Campanulaceae

Campanula rapunculus L.

Jasione montana L. subsp. *montana*

Caprifoliaceae

Lonicera implexa Aiton

Caryophyllaceae

Paronychia argentea Lam.

Casuarinaceae

Casuarina equisetifolia L

Cistaceae

Cistus crispus L.

Cistus ladanifer L.

Cistus populifolius L.

Cistus salviifolius L.

Tuberaria guttata (L.) Fourr

Cucurbitaceae

Bryonia dioica Jacq.

Cyperaceae

Scirpoides holoschoenus (L.) Soják

Dioscoreaceae

Tamus communis L.

Dipsacaceae

Scabiosa atropurpurea L.

Ericaceae

Arbutus unedo L.

Calluna vulgaris (L.) Hull

Erica arborea L.

Erica australis L.

Erica lusitanica Rudolphi

Fabaceae

Astragalus lusitanicus Lam.

Genista hirsuta Vahl

Genista triacanthos Brot.

Lupinus angustifolius L.

Lupinus luteus L.

Ornithopus sp

Stauracanthus boivinii (Webb) Samp.

Ulex argenteus Welw. ex Webb

Ulex minor Roth

Fagaceae

Quercus broteroi (Cout.) Rivas Mart. & C. Sáenz

Quercus coccifera L.

Quercus lusitanica Lam.

Quercus suber L.

Gentianaceae

Centaurium erythraea Rafn.

Guttiferae

Hypericum perforatum L.

Hypolepidaceae

Pteridium aquilinum (L.) Kuhn var. *aquilinum*

Labiatae

Lavandula luisieri (Rozeira) Rivas Martínez

Lavandula viridis L'Hér.

Mentha suaveolens Ehrh.

Origanum virens Hoffmanns. & Link

Phlomis purpurea L.

Liliaceae

Allium sphaerocephalon L.

Asparagus acutifolius L.

Asphodelus aestivus Brot.

Ruscus aculeatus L.

Smilax aspera L.

Smilax aspera var. *altissima* Moris & De Not.

Urginea maritima (L.) Besser

Linaceae

Linum bienne Mill.

Malvaceae

Lavatera cretica L.

Malva parviflora L.

Moraceae

Ficus carica L.

Myrtaceae

Myrtus communis L.

Oleaceae

Fraxinus angustifolia Vahl

Olea europaea subsp. *sylvestris* (Mill.) Rouy ex Hegi

Phillyrea angustifolia L.

Oxalidaceae

Oxalis pes-caprae L.

Papaveraceae

Fumaria agraria Lag.

Pinaceae

Pinus pinaster Aiton

Poaceae

Arrhenatherum album (Vahl) W.D. Clayton

Brachypodium phoenicoides (L.) Roem. & Schult.

Briza media L.

Dactylis glomerata subsp. *lusitanica* Stebbins & Zohary

Deschampsia stricta Hack.

Pipthaterum milliaceum (L.) Coss.

Poa annua L.

Polygonaceae

Rumex induratus Boiss. & Reut.

Rhamnaceae

Rhamnus alaternus L.

Rosaceae

Crataegus monogyna Jacq.

Pyrus bourgaeana Decne.

Rubus ulmifolius Schott

Sanguisorba hybrida (L.) Font Quer

Sanguisorba minor Scop.

Rubiaceae

Rubia peregrina L.

Salicaceae

Salix atrocinerea Brot.

Salix neotricha Goerz

Salix salviifolia subsp. *australis* Franco

Santalaceae

Osyris quadripartita Salzm. ex Decne.

Scrophulariaceae

Anarrhinum bellidifolium (L.) Willd.

Digitalis purpurea L.

Tamaricaceae

Tamarix africana Poir.

Thymelaeaceae

Daphne gnidium L.

Umbelliferae

Daucus carota L.

Oenanthe croccata L.

Thapsia villosa L.

Valerianaceae

Centranthus calcitrapae (L.) Dufresne

Vitaceae

Vitis vinifera subsp. *sylvestris* (C.C.Gmel.) Hegi.

(*) – Espécies prioritárias, Diretiva 92/43/CEE do conselho, 21 de maio de 1992.

Anexo 4 - Habitats Naturais e semi-naturais do anexo B-I, espécies de fauna e flora dos anexos, B-II, B-IV e B-V do Decreto – Lei n.º 49/2005, de 24 fevereiro,existentes na Mata Nacional da Herdade da Parra.

Habitats:

4030	Charnecas secas europeias
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
92A0	Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*)
9330	Florestas de *Quercus suber*

Flora:

CODIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1785	*Centaurea fraylensis*	II, IV
1434	*Salix salvifolia ssp. australis*	II

Fauna:

CODIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1078	*Callimorpha quadripunctaria*	II
1065	*Euphydryas aurinia*	II
1128	*Chondrostoma lusitanicum*	II
1221	*Mauremys leprosa*	II, IV
1259	*Lacerta schreiberi*	II, IV
1355	*Lutra lutra*	II, IV
1362	*Lynx pardinus*	II, IV
1338	*Microtus cabrerae*	II, IV
1310	*Miniopterus schreibersi*	II, IV
1307	*Myotis blythii*	II, IV
1304	*Rhinolophus ferrumequinum*	II, IV
1303	*Rhinolophus hipposideros*	II, IV

Existem ainda outras espécies, as quais se apresentam de seguida:

	ESPÉCIE	ANEXOS
FLORA	*Ruscus aculeatus*	V
	Scilla odorata	IV
	Spiranthes aestivalis	IV
	Thymus villosus ssp. villosus	IV

	ESPÉCIE	ANEXOS
FAUNA	*Alytes cisternasii*	IV
	Bufo calamita	IV
	Discoglossus galganoi	IV
	Hyla meridionalis	IV
	Rana perezi	V
	Triturus marmoratus	IV
	Chalcides bedriagai	IV
	Coluber hippocrepis	IV
	Felis silvestris	IV

Anexo 5 - Protocolo – Acordo de cessão da posição contratual INAG / Águas do Algarve / DGRF

ACORDO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

ENTRE:

Primeiro Contratante: Instituto da Água, I.P., sito em Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho, 30, 1049-066 LISBOA, adiante designado por INAG, I.P., representado neste acto pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente do INAG, I.P., Dr. Orlando José de Castro Borges e Dr.ª Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado;

Segundo Contratante: Águas do Algarve, S.A., sociedade anónima, com sede em Faro, na Rua do Repouso, 10, 8000-302 FARO, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Faro sob o n.º 4254/20000929, com o Capital social de € 29.825.000,00, titular do NIPC n.º 505176300, adiante designada por Águas do Algarve, representada neste acto pelos Senhores Presidente do Conselho de Administração e Administrador das Águas do Algarve, Dr. Joaquim Marques Ferreira e Eng.º Artur José de Campos Duarte Ribeiro; e

Terceiro Contratante: Direcção Geral dos Recursos Florestais, com sede em Lisboa, na Avenida João Crisóstomo, 26-28, 1069-040 LISBOA, representado neste acto pela Senhora Sub-Directora Geral dos Recursos Florestais, Eng.ª Maria do Loreto Rodrigues Martins Monteiro.

(Colectivamente designados por "as partes")

Considerando que:

a) Entre o INAG e a Direcção Geral dos Recursos Florestais foi celebrado em 5 de Junho de 2005, um protocolo para a «Cedência de 500 hectares na Herdade da Parra – na área de intervenção da Barragem de Odelouca», (adiante designado por "Protocolo");

b) A Águas do Algarve, S.A. é concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de água do Algarve (adiante designado por "Sistema"), nos termos do Contrato de Concessão outorgado pelo Estado;

c) A Barragem de Odelouca e o Túnel de Odelouca-Funcho revestem-se de uma importância vital para o Sistema;

d) Estão previstas medidas ambientais para os referidos terrenos;

Anexo 6 – Avaliação dos indicadores de gestão florestal sustentável

Tendo em conta os indicadores escolhidos para a UGF, esta contribui para cada um deles na medida em que:

- Volume em pé – É uma das principais ferramentas de decisão do gestor florestal, porque permite o conhecimento da quantidade da matéria-prima em dado momento (m3/ha), permite inferir a produtividade aproximada da estação e também calcular o valor económico dos povoamentos.

- Espaço Florestal – A gestão apontada no PGF, visa uma utilização apropriada de acordo com as principais funções e com os objetivos definidos, tendo em conta a ocupação e as funções do solo existentes. Estão descritos os tipos de ocupação do solo e do espaço florestal nesta UGF, permitindo enquadrar o gestor na avaliação das potencialidades e na análise da própria UGF em termos de representatividade e distribuição de cada estrato.

- Armazenamento de carbono – Uma das principais funções relacionadas com os ecossistemas florestais é a capacidade de imobilizar carbono, e de por isso serem sumidouros deste elemento. Para tal contribui a UGF, com o aumento de volume dos povoamentos, os quais deverão se registados em inventários florestais, bem como registos de biomassa por espécie para o sobreiro, pinheiro, eucalipto e cipreste. O medronheiro e outros matos, contribuem com a sua folhada e raízes como fonte de outros sumidouros de carbono.

- Estrutura e composição – Embora os povoamentos monoespecificos e regulares otimizem a exploração florestal, os povoamentos existentes na UGF, por serem mistos e irregulares, e com a gestão adequada, apresentam maior frequência no fornecimento de bens e serviços e, em geral, maiores valores de biodiversidade. Com a estrutura existente, informação ao nível da distribuição dos povoamentos por espécie e por classe de idade, e com o PGF, está constituído o verificador que permita validar este indicador.

- Produção florestal lenhosa e não lenhosa – A gestão da UGF é orientada para o fomento de produções lenhosas e não lenhosas, para a maximização de vários produtos (madeira, cortiça, mel, medronho e ramagem), sendo para isso imperativo aplicar cuidados culturais. Será efetuado

o controlo e registo das produções comercializadas, lenhosas e não lenhosas, expressas em m³/ha, ton/ha, @/ha de cortiça, e kg de mel/ano entre outras.

- Protecção do solo e da água – O solo e a água são o suporte de qualquer ecossistema terrestre. A UGF nas suas práticas florestais, tem em conta medidas de mitigação nos potenciais impactes sobre o solo e a água, salvaguardando-se a proteção das linhas de água e galerias ripícolas existentes, bem como as operações de compactação e erosão do solo, através de técnicas de mobilização mínima de solo. O verificador será o PGF, a cartografia e o estudo de conservação das linhas de água e galerias ripícolas, o estado de conservação do solo, cartografia de solos e de declives.

- Fatores bióticos e abióticos – O controlo das pragas e doenças, através da aplicação de uma monitorização frequente que avalia a saúde e a vitalidade dos povoamentos, com avaliações de desfoliação das copas e de medidas diretas (controlo biológico, cortes fitossanitários, colocação de armadilhas), são elementos indispensáveis á manutenção de um estado fitossanitário adequado à UGF e a uma floresta sustentável. O verificador será o registo de pragas/doenças e um inventário do estado de saúde dos povoamentos, com recomendações de controlo de fatores bióticos e abióticos que estejam a provocar os danos observados.

- Perigo de incêndio – A severidade do incêndio resulta da interação entre a combustibilidade e a estrutura do povoamento. Um dos fatores que tem condicionado o desenvolvimento do coberto florestal ao longo do tempo é o fogo. O abandono a que tem sido votada a floresta nas últimas décadas, a mudança de costumes das populações rurais, bem como uma silvicultura pouco ajustada, fizeram com que este fenómeno tivesse tomado proporções alarmantes nos últimos anos. Para se poder ter uma noção da sua extensão efetuou-se uma análise de perigo de incêndio, refletida na carta de risco, mapa 9 em anexo. O cumprimento das intervenções descritas nos modelos de silvicultura minimizará o risco.

- Diversidade biológica – A diversidade biológica é fundamental para um desenvolvimento sustentável global. A gestão da UGF aponta no sentido da conservação e potenciação da biodiversidade, avaliada através da quantificação do número de espécies de flora e fauna e da quantificação do número de *habitats*.

- Volume e qualificação do emprego – O respeito pelas múltiplas funções das florestas, o papel da atividade florestal no desenvolvimento rural são fatores que contribuem para uma solução de emprego. Com esta UGF, abrem-se novas oportunidades não só de emprego, como de aquisição de formação qualificada, através de parcerias com agentes educacionais e empresariais, tendo por base o fomento de uma formação profissional especializada (ações de formação praticas ou de treino), bem como a promoção da qualidade de vida dos prestadores de serviços.

- Conservações de locais de valor cultural – As áreas florestais são testemunho do nosso passado. Com este PGF tivemos em consideração a população em geral e todos os interessados, para que possam aceder ao espaço público para fins de recreio, salvaguardando os recursos e os ecossistemas florestais. No uso deste espaço são dedicados cuidados de forma a evitar a degradação ou o desaparecimento de valores ecológicos relevantes.

- Densidade de rede viária e divisional - A acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspeto relevante para o ordenamento florestal. É determinante no escoamento dos produtos florestais, no combate aos incêndios florestais e na oferta do recreio e lazer às populações. A rede viária constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais.

Tipos de via	Densidade (m/há)	Largura média (m)
Rede Viária	67	4
Rede Divisional	15,9	10

A rede viária existente nesta UGF é constituída por rede viária florestal (estradas/caminhos florestais – 67m/ha) e rede divisional (aceiros – 15,9m/ha).

De acordo com a Norma Portuguesa, uma densidade adequada de caminhos de acesso para o nosso país, poderá situar-se em média nos 40 metros por hectare. A UGF apresenta uma densidade acima desse valor. A densidade de rede viária é considerada por nós ótima, uma vez que se distribui homogeneamente por toda a área e está ajustada às funções de defesa da floresta contra incêndios.

O valor elevado de densidade de rede viária permitiu, como forma de racionalizar custos, optar pela manutenção de troços de caminhos em anos diferentes considerando-os a todos como rede viária fundamental.

A rede divisional visa essencialmente assegurar a compartimentação da floresta para efeitos de gestão, e secundariamente, a acessibilidade aos espaços florestais, apresentando também um importante papel no âmbito da defesa da floresta contra incêndios.

Anexo 7 - Cartografia

Mapa 1 – Carta de localização da MNHP

Mapa 2 – Carta de hipsometria da MNHP

Mapa 3 – Carta de declives da MNHP

Mapa 4 – Carta de exposições da MNHP

Mapa 5 – Carta de capacidade de uso do solo da MNHP

Mapa 6 – Carta de registo de ocorrências (2000 – 2021) na MNHP

Mapa 7 – Carta de restrições de utilidade pública na MNHP

Mapa 8 – Carta de SRH PROF Algarve

Mapa 9 – Carta de classes de perigosidade estrutural (2020-2030) na MNHP

Mapa 10 – Carta de risco de incêndio florestal na MNHP

Mapa 11 – Carta de FGC na MNHP

Mapa 12 – Carta de Infra-estruturas DFCI na MHHP

Mapa 13 – Carta de Ocupação do sol da MNHP

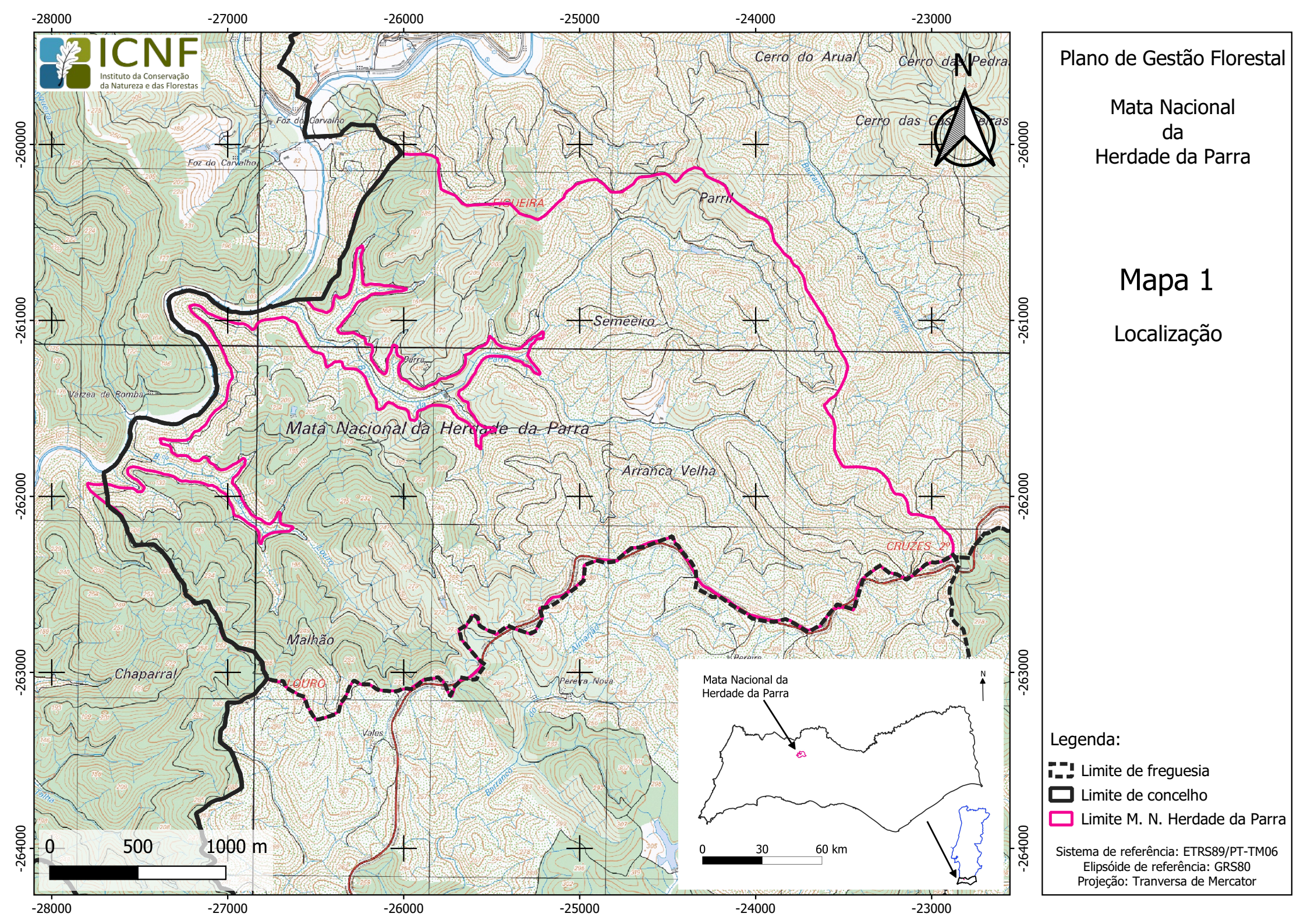
Mapa 14 – Carta de compartimentação (Talhões) da MNHP

Mapa 15 – Carta de compartimentação (Parcelas) da MNHP

Mapa 16 – Carta do zonamento funcional da MNHP

Mapa 17 – Carta de previsão de intervenção Rede Viária Florestal

Mapa 18 – Carta de ações a executar na MNHP



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional da Herdade da Parra

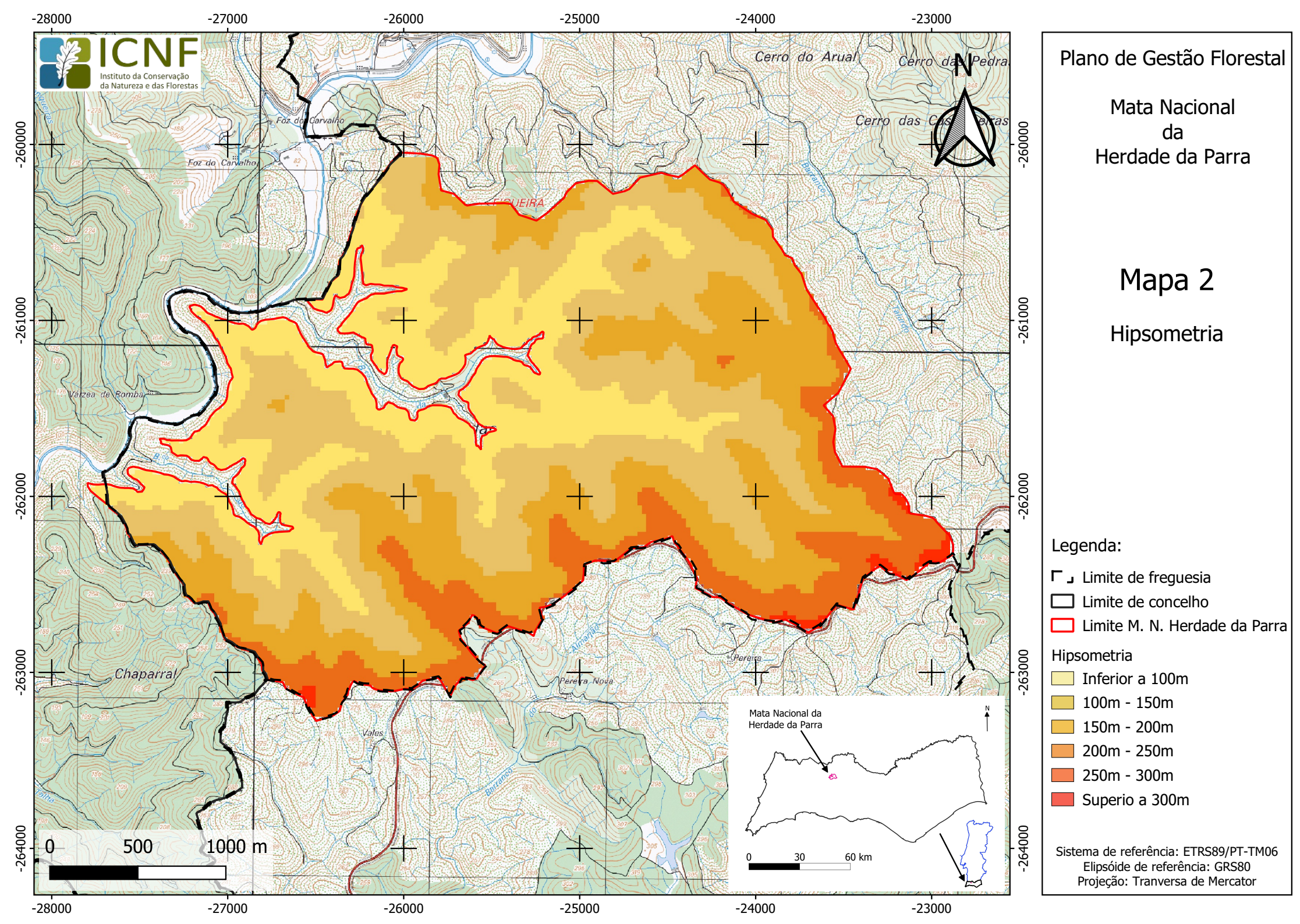
Mapa 1

Localização

Legenda:

- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite M. N. Herdade da Parra

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional da Herdade da Parra

Mapa 2

Hipsometria

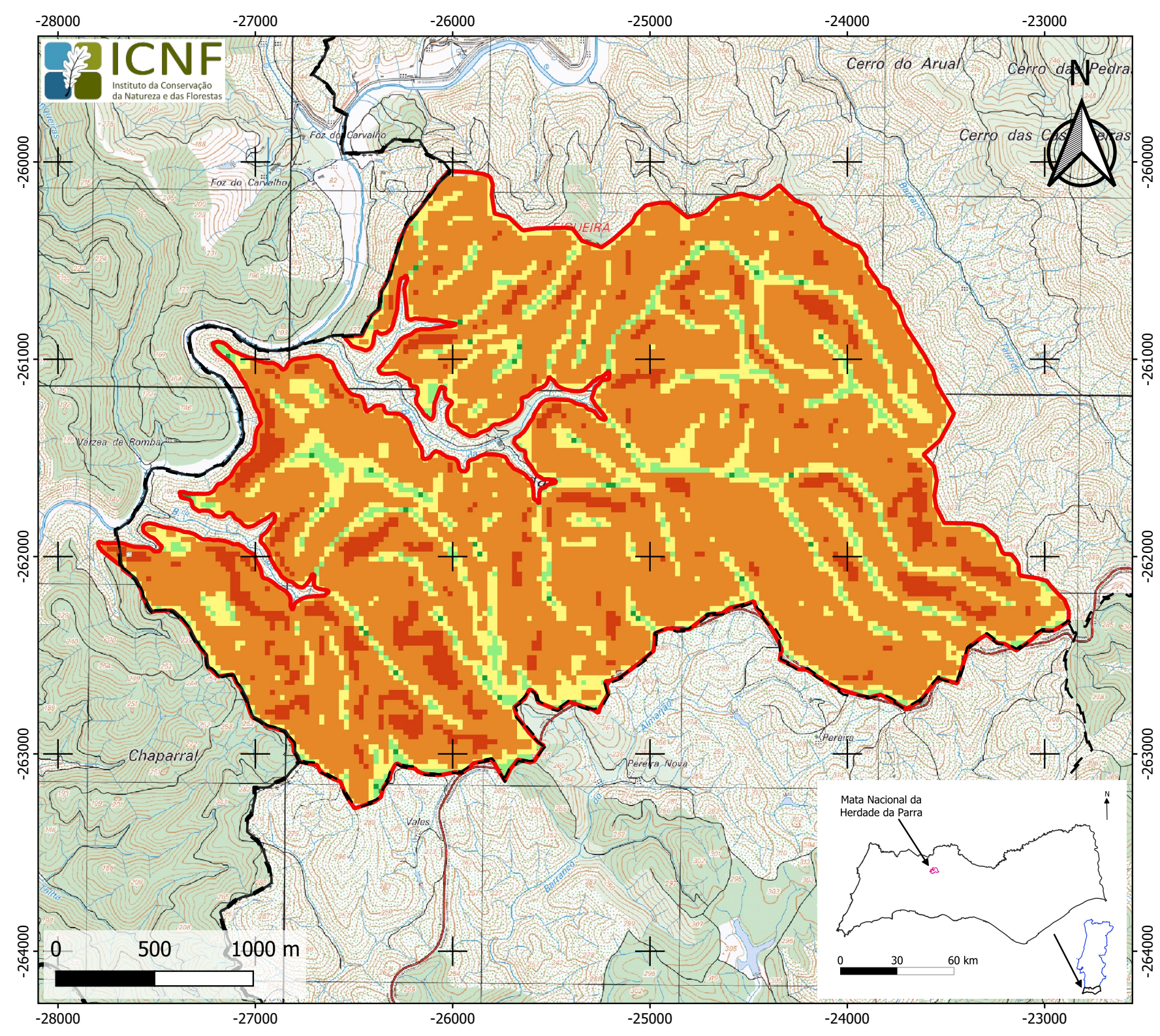
Legenda:

- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite M. N. Herdade da Parra

Hipsometria

- Inferior a 100m
- 100m - 150m
- 150m - 200m
- 200m - 250m
- 250m - 300m
- Superio a 300m

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional da Herdade da Parra

Mapa 3

Carta de declives

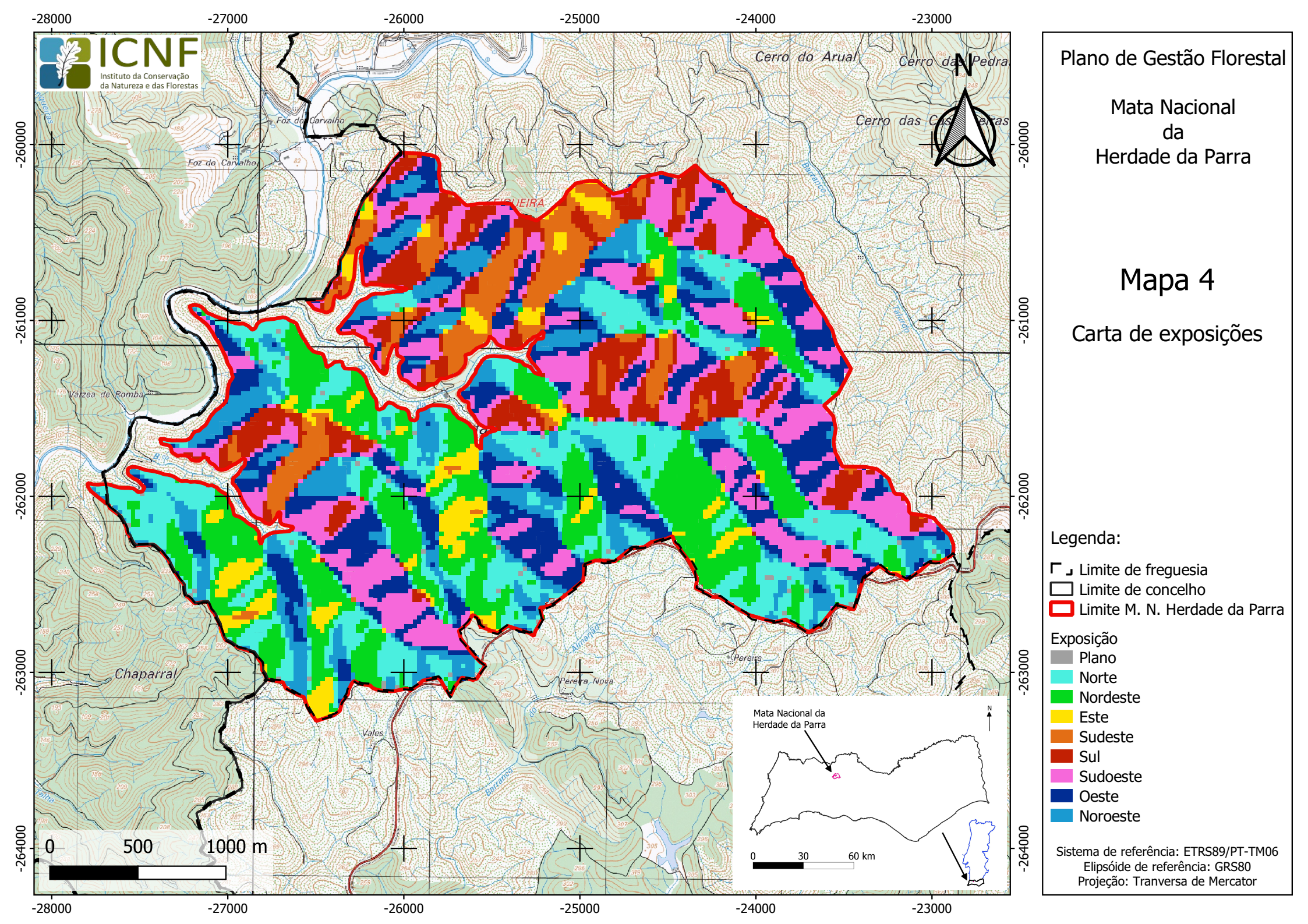
Legenda:

- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite M. N. Herdade da Parra

Classes de Declive (%)

- Plano (<3)
- Suave ondulado (3 - 10)
- Ondulado (10 - 20)
- Forte ondulado (20 - 45)
- Montanhoso (45 - 75)

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional da Herdade da Parra

Mapa 4

Carta de exposições

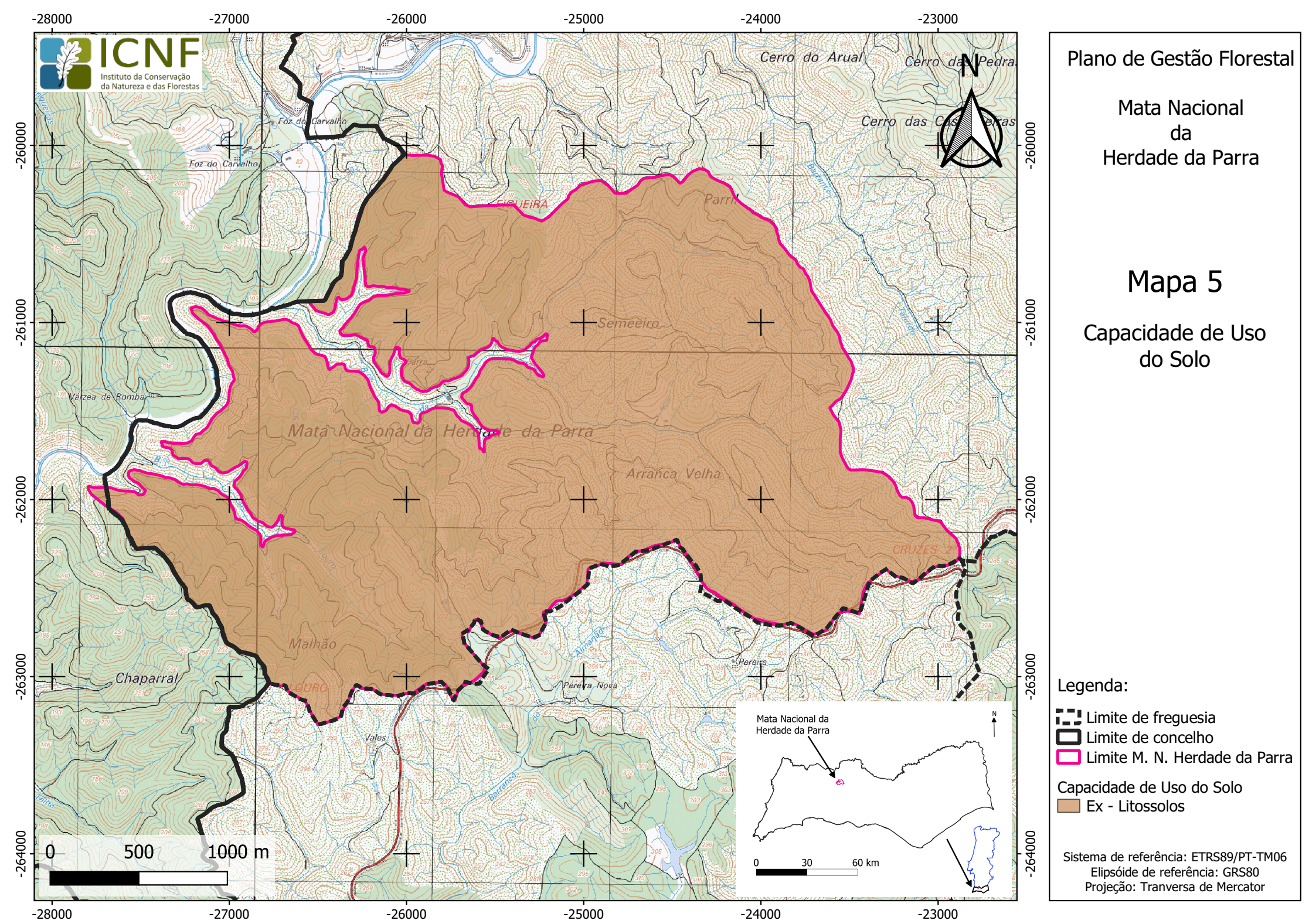
Legenda:

- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite M. N. Herdade da Parra

Exposição

- Plano
- Norte
- Nordeste
- Este
- Sudeste
- Sul
- Sudoeste
- Oeste
- Noroeste

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional
da
Herdade da Parra

Mapa 5

Capacidade de Uso
do Solo

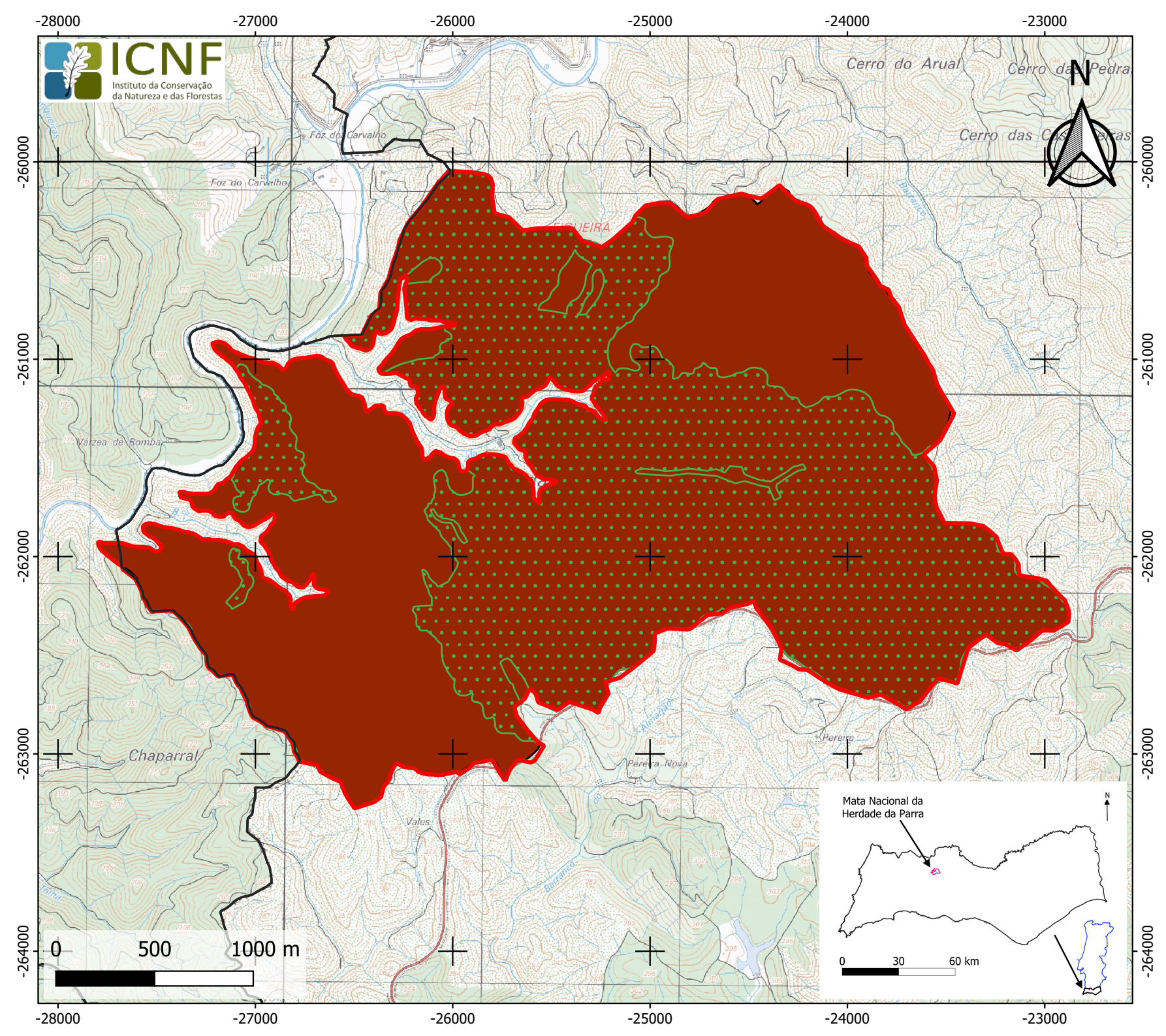
Legenda:

- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite M. N. Herdade da Parra

Capacidade de Uso do Solo

- Ex - Litossolos

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional da Herdade da Parra

Mapa 6

Área ardida (2000 - 2021)

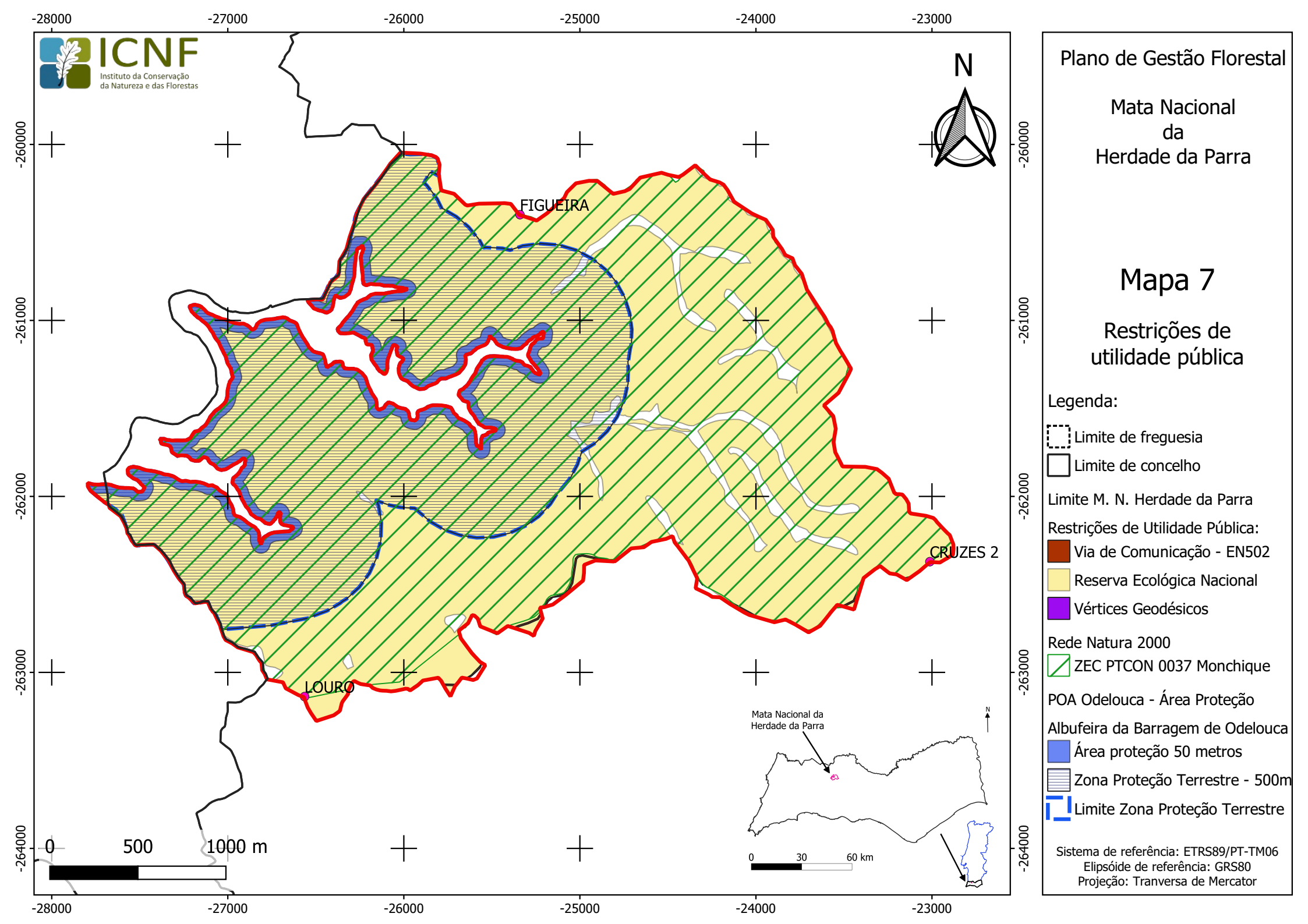
Legenda:

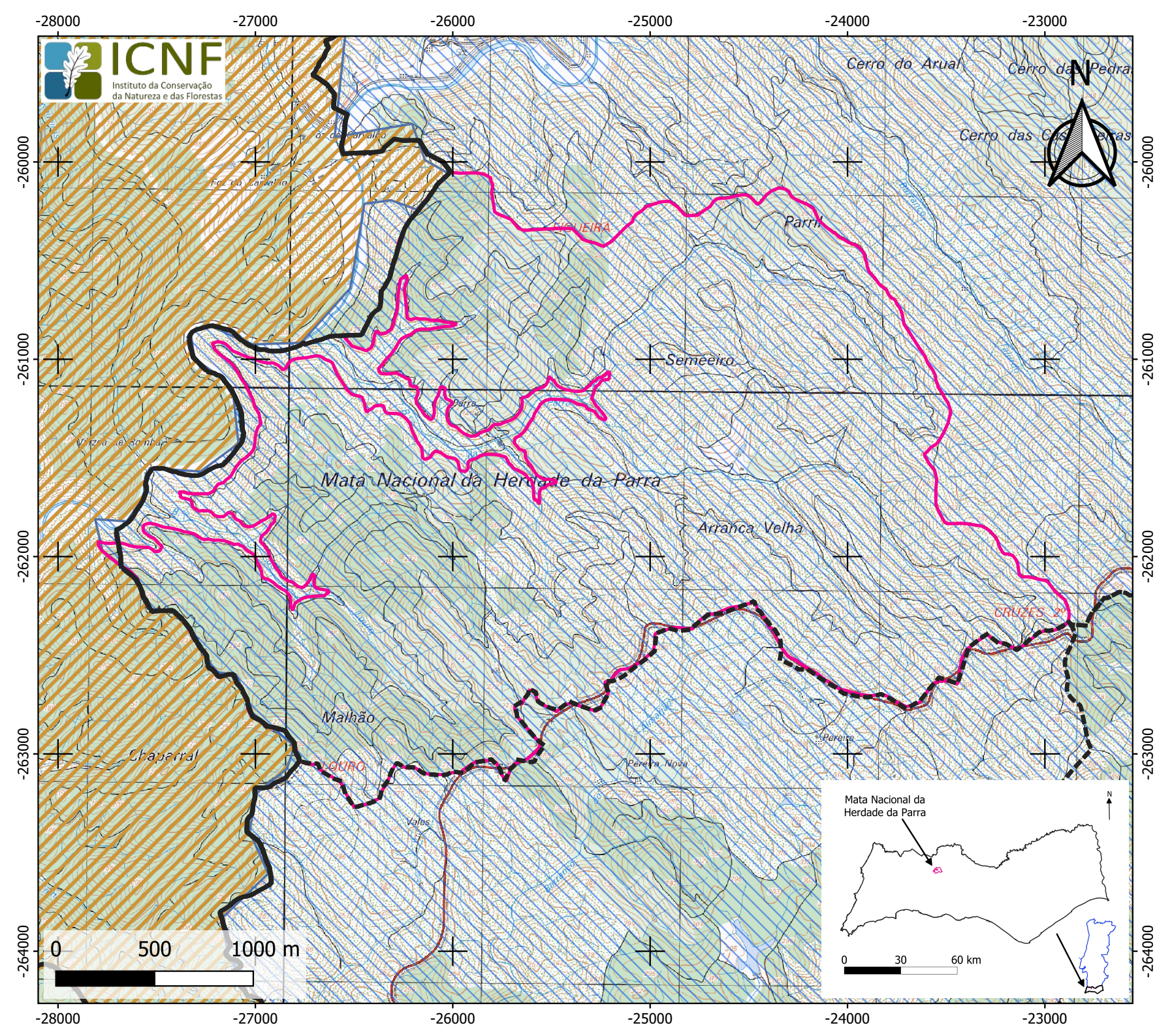
- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite M. N. Herdade da Parra

Área ardida

- 2003
- 2018

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator


ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
N
FIGUEIRA
CRUZES 2
LOURO
-28000
-27000
-26000
-25000
-24000
-23000
-260000
-261000
-262000
-263000
-264000
0
500
1000 m
Mata Nacional da Herdade da Parra
0
30
60 km
Plano de Gestão Florestal
Mata Nacional da Herdade da Parra
Mapa 7
Restrições de utilidade pública
Legenda:
Limite de freguesia
Limite de concelho
Limite M. N. Herdade da Parra
Restrições de Utilidade Pública:
Via de Comunicação - EN502
Reserva Ecológica Nacional
Vértices Geodésicos
Rede Natura 2000
ZEC PTCON 0037 Monchique
POA Odelouca - Área Proteção
Albufeira da Barragem de Odelouca
Área proteção 50 metros
Zona Proteção Terrestre - 500m
Limite Zona Proteção Terrestre
Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional
da
Herdade da Parra

Mapa 8

Sub-regiões homogéneas
(SRH)
Plano Regional de
Ordenamento Florestal
do Algarve
(PROF Algarve)

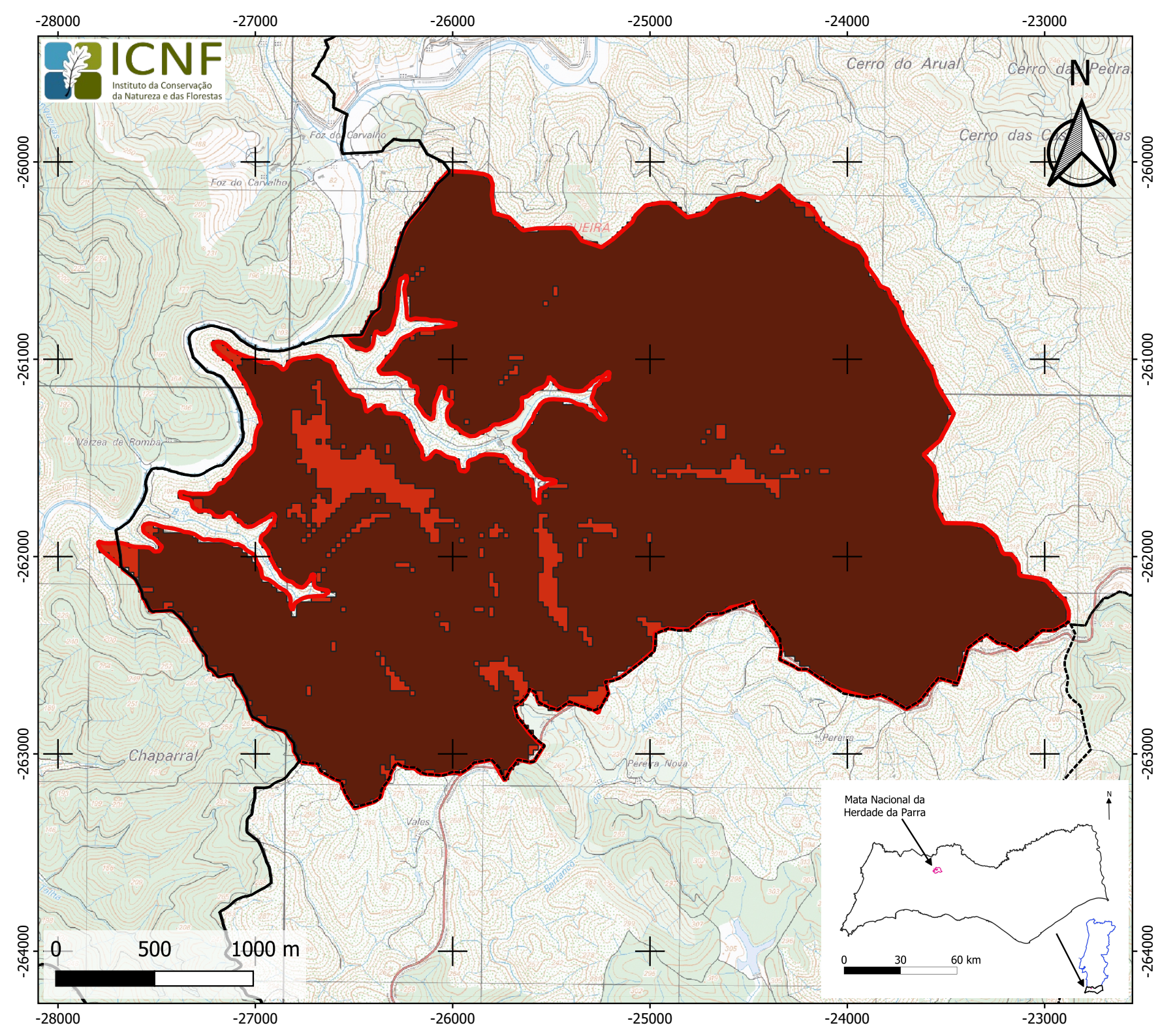
Legenda:

- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite M. N. Herdade da Parra

PROF Algarve - SRH

- Serra de Monchique
- Serra de Silves

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional
da
Herdade da Parra

Mapa 9

Perigosidade estrutural
(2020 - 2030)

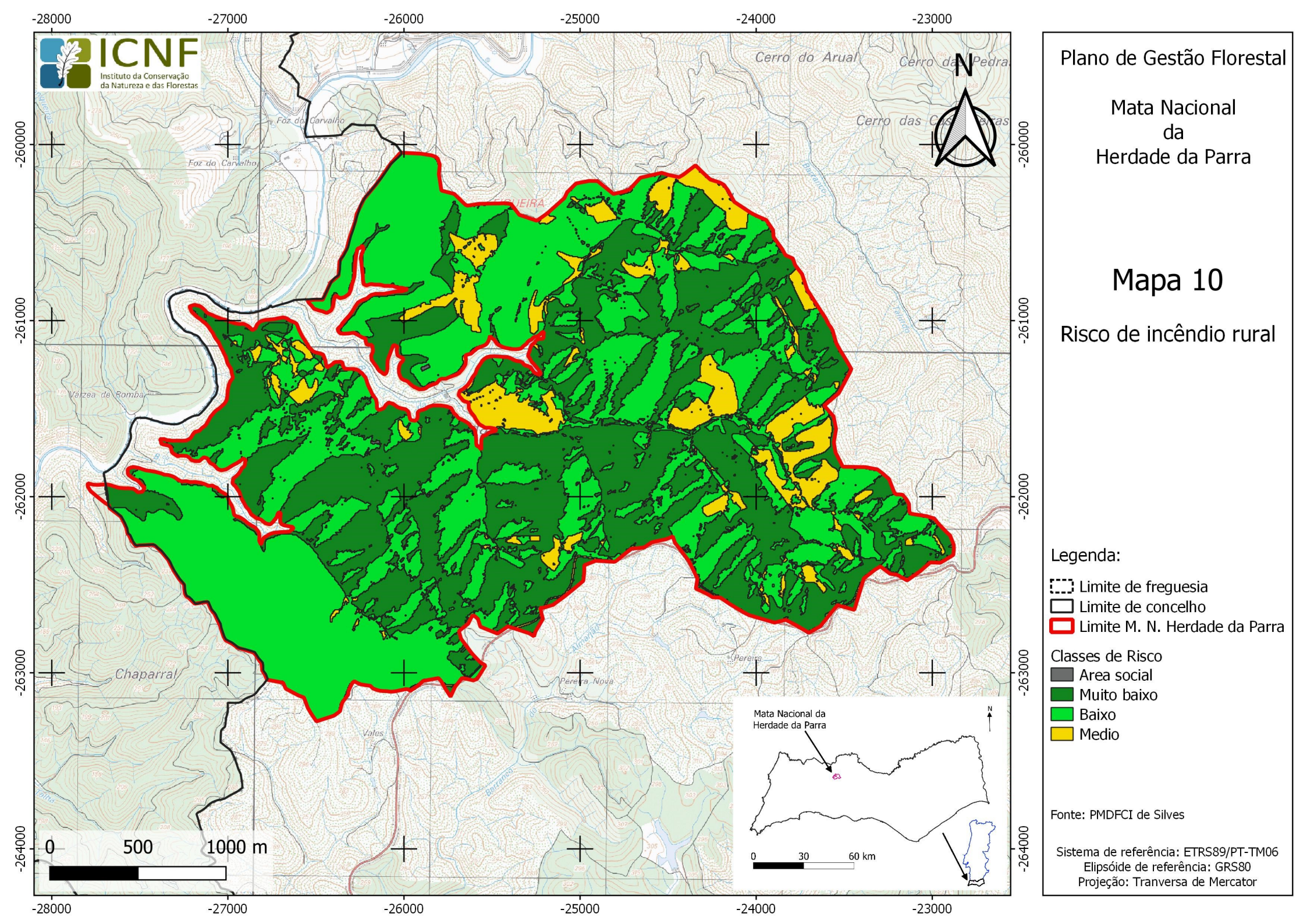
Legenda:

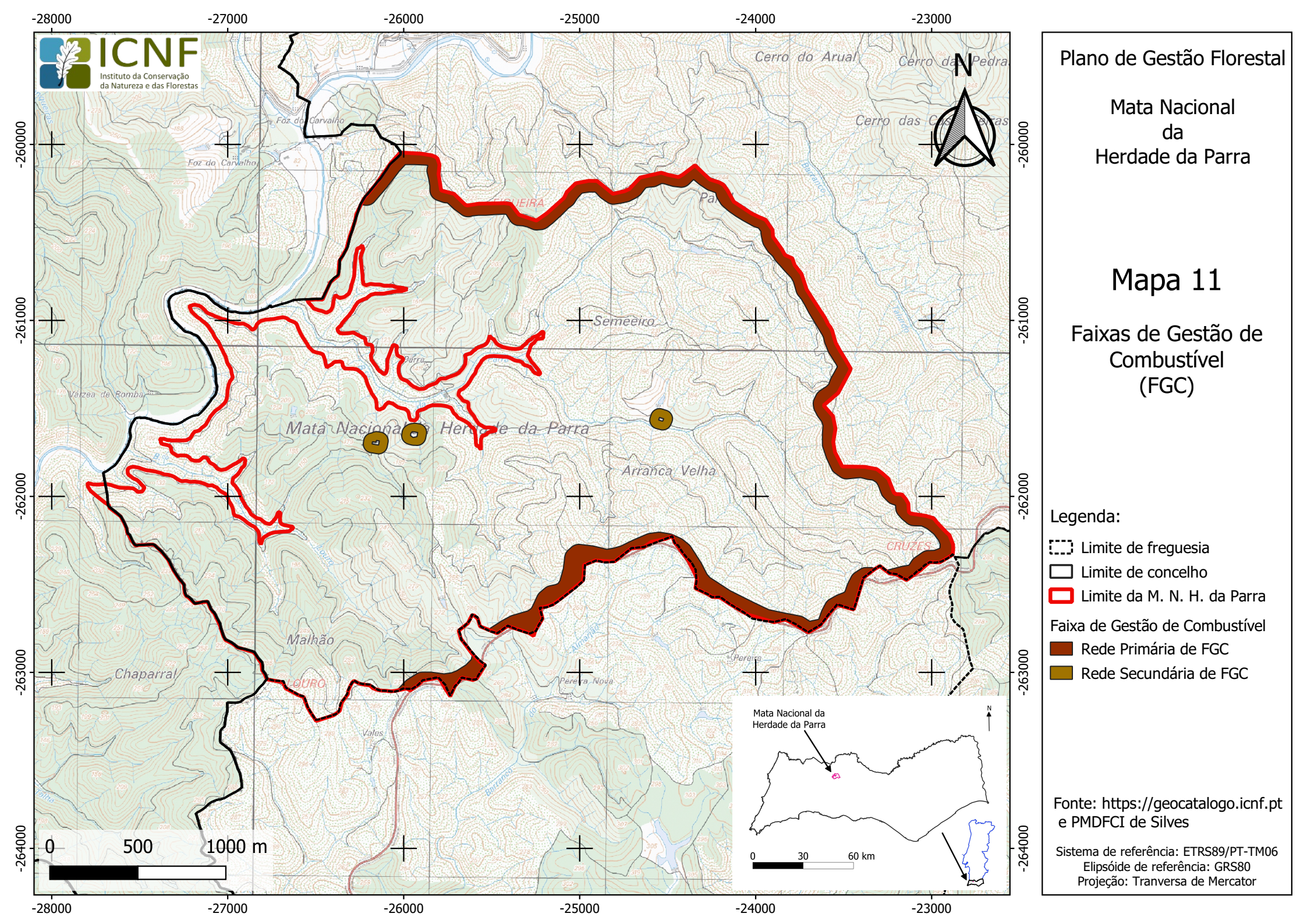
- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite M. N. Herdade da Parra

Perigosidade Estrutural 2020-2030

- Alta
- Muito alta

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator


ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Cerro do Arual
Cerro da Pedra
Cerro das Casinhas
Foz do Carvalho
Foz do Carvalho
VEIRA
Várzea de Romba
Chaparral
Pereira Nova
Pereira
Vales
Almarão
Barranco
N
-28000
-27000
-26000
-25000
-24000
-23000
-260000
-261000
-262000
-263000
-264000
0
500
1000 m
Mata Nacional da Herdade da Parra
0
30
60 km
Plano de Gestão Florestal
Mata Nacional da Herdade da Parra
Mapa 10
Risco de incêndio rural
Legenda:
Limite de freguesia
Limite de concelho
Limite M. N. Herdade da Parra
Classes de Risco
Area social
Muito baixo
Baixo
Medio
Fonte: PMDFCI de Silves
Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional da Herdade da Parra

Mapa 11

Faixas de Gestão de Combustível (FGC)

Legenda:

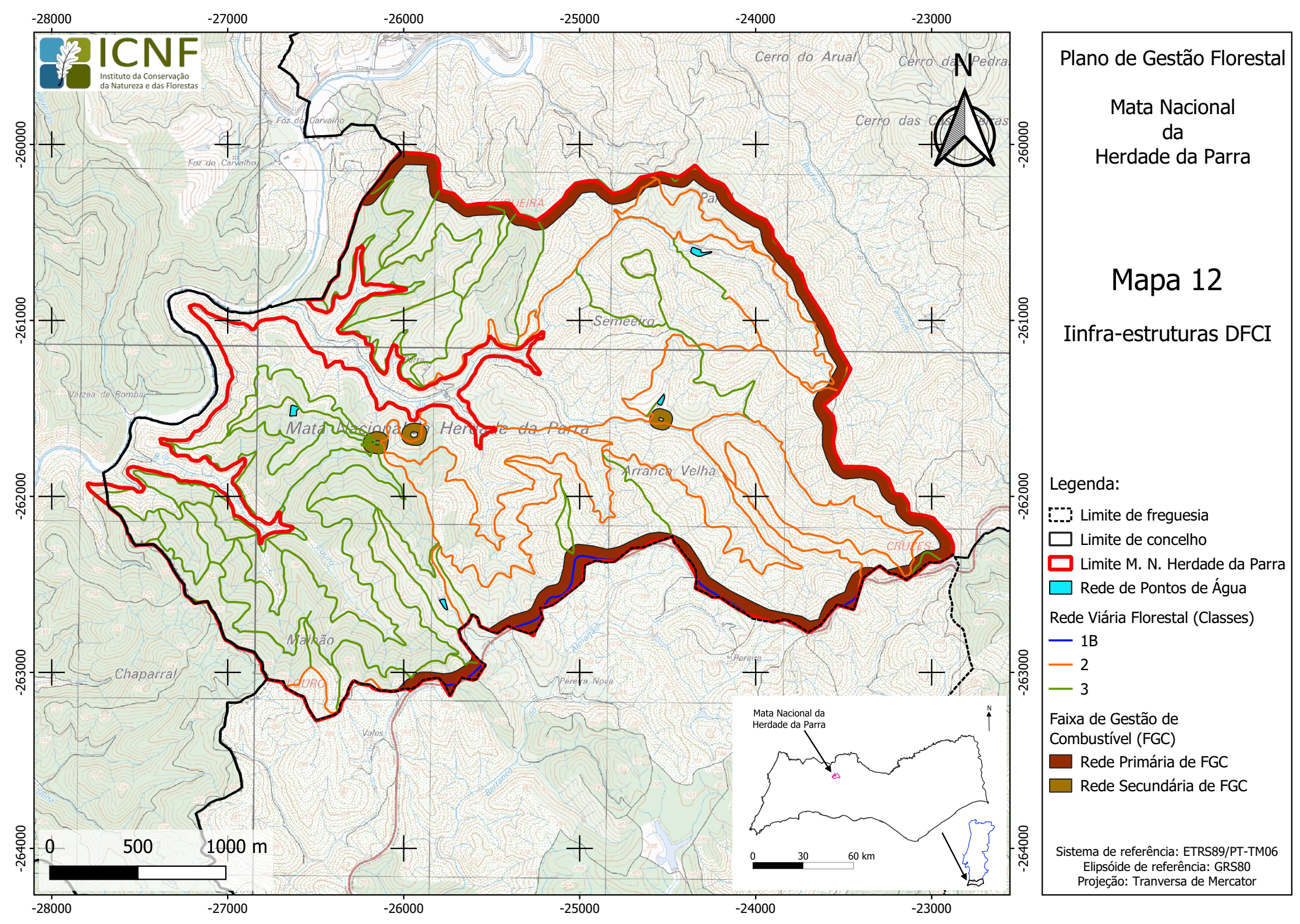
- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite da M. N. H. da Parra

Faixa de Gestão de Combustível

- Rede Primária de FGC
- Rede Secundária de FGC

Fonte: https://geocatalogo.icnf.pt e PMDFCI de Silves

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional da Herdade da Parra

Mapa 12

Iinfra-estruturas DFCI

Legenda:

- Limite de freguesia
- Limite de concelho
- Limite M. N. Herdade da Parra
- Rede de Pontos de Água

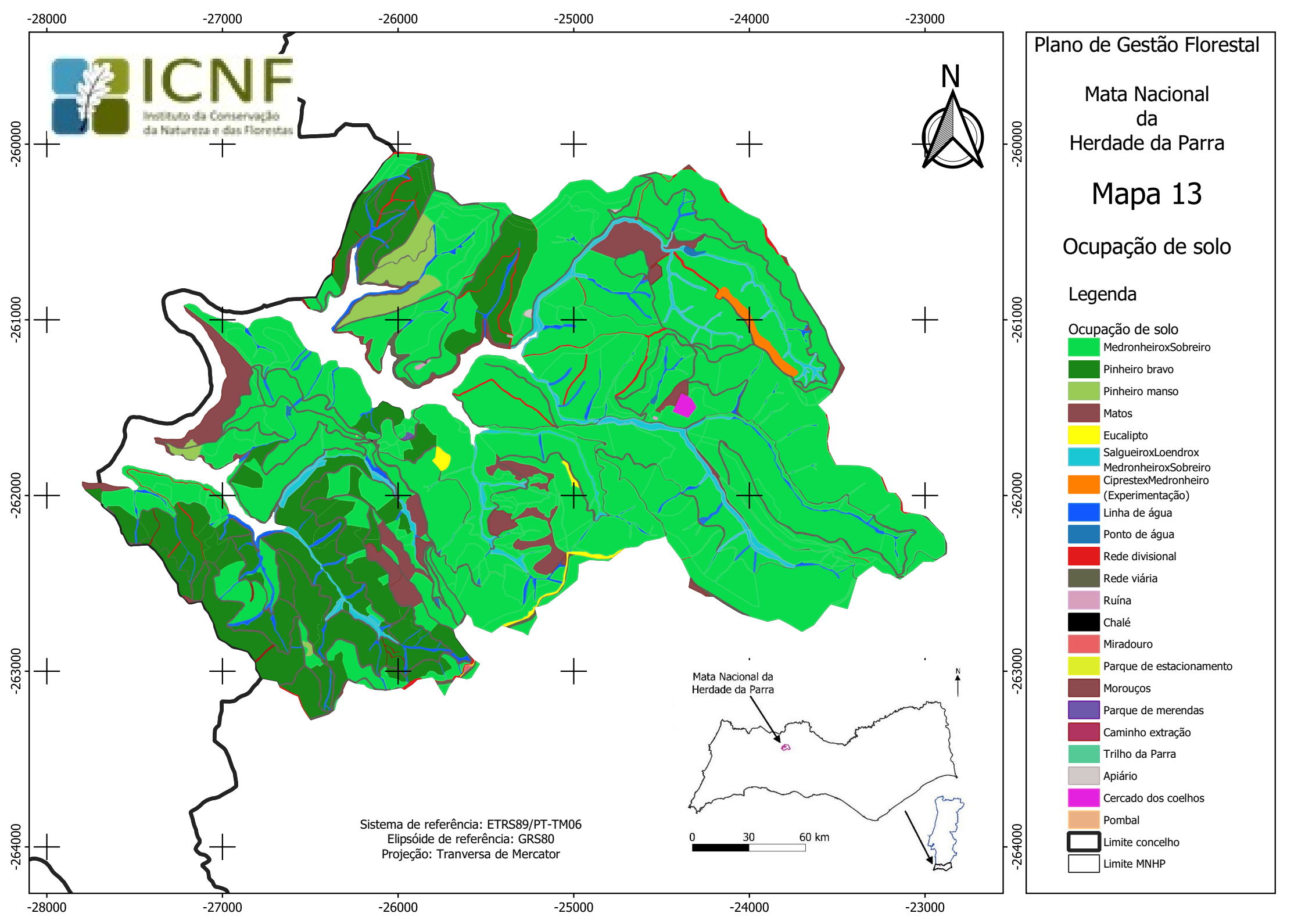
Rede Viária Florestal (Classes)

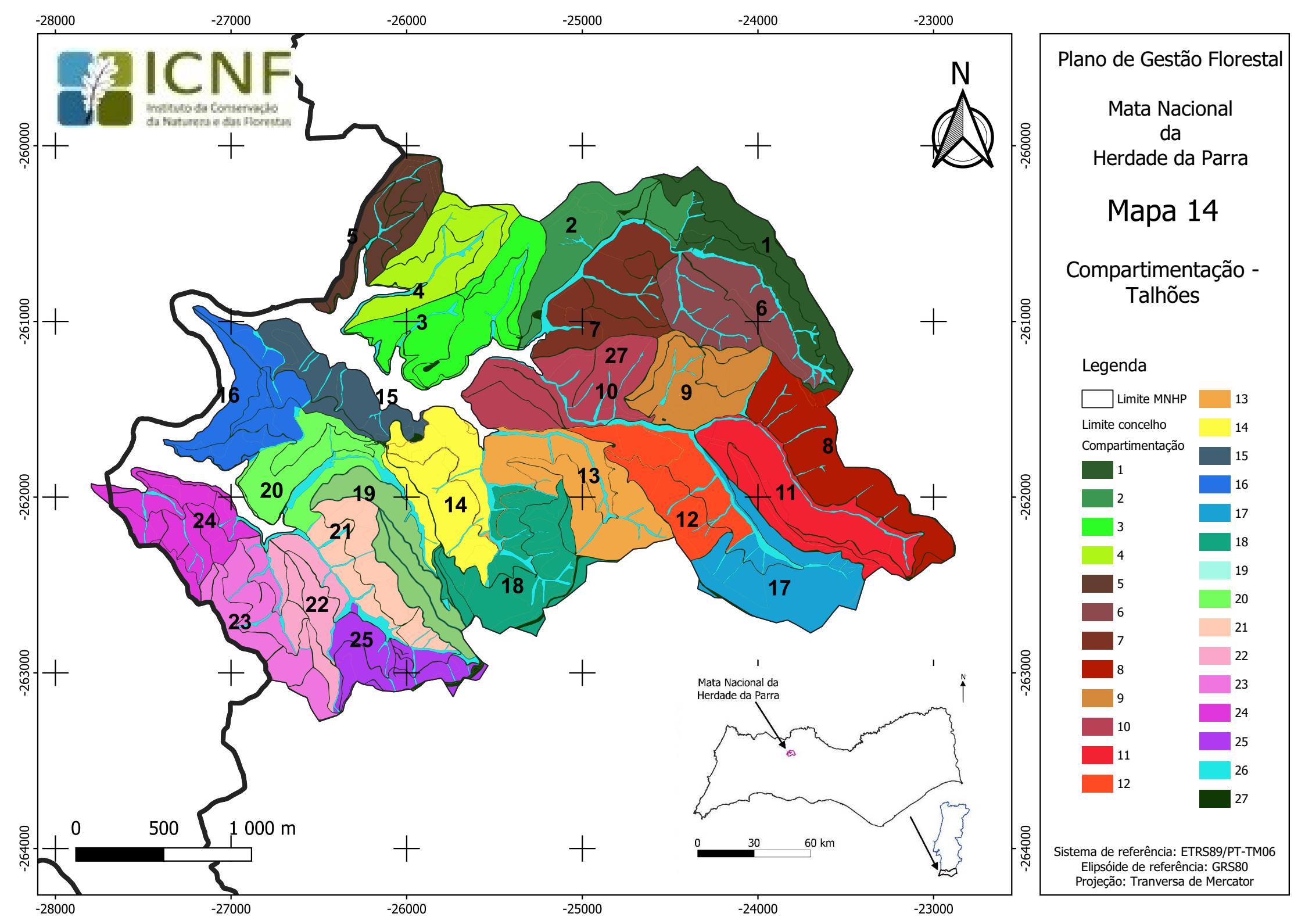
- 1B
- 2
- 3

Faixa de Gestão de Combustível (FGC)

- Rede Primária de FGC
- Rede Secundária de FGC

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator


-28000
-27000
-26000
-25000
-24000
-23000
-260000
-261000
-262000
-263000
-264000
ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
N
Mata Nacional da Herdade da Parra
0
30
60 km
Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator
Plano de Gestão Florestal
Mata Nacional da Herdade da Parra
Mapa 13
Ocupação de solo
Legenda
Ocupação de solo
MedronheiroxSobreiro
Pinheiro bravo
Pinheiro manso
Matos
Eucalipto
SalgueiroxLoendrox MedronheiroxSobreiro
CiprestexMedronheiro (Experimentação)
Linha de água
Ponto de água
Rede divisional
Rede viária
Ruína
Chalé
Miradouro
Parque de estacionamento
Morouços
Parque de merendas
Caminho extração
Trilho da Parra
Apiário
Cercado dos coelhos
Pombal
Limite concelho
Limite MNHP



Plano de Gestão Florestal

Mata Nacional da Herdade da Parra

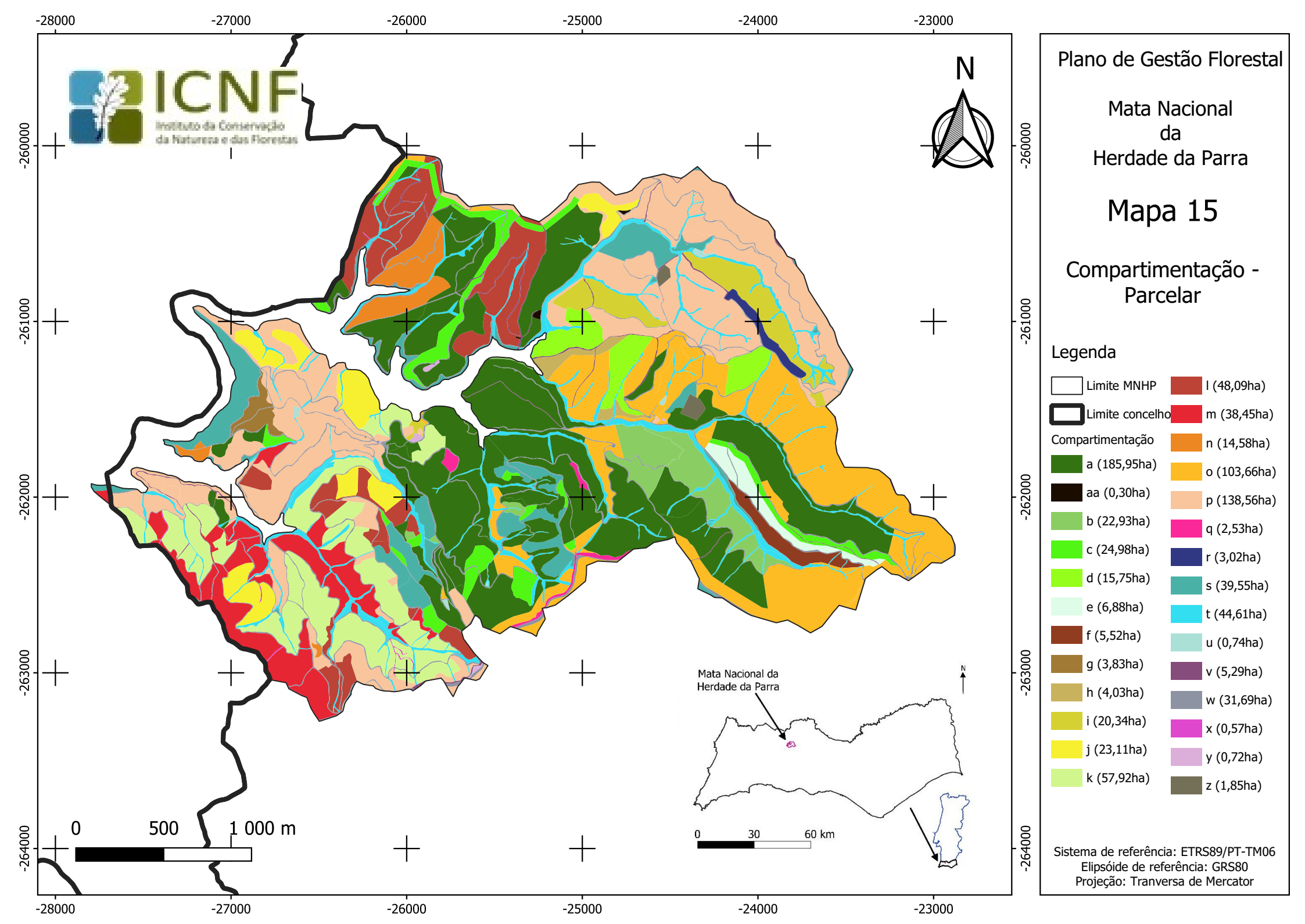
Mapa 14

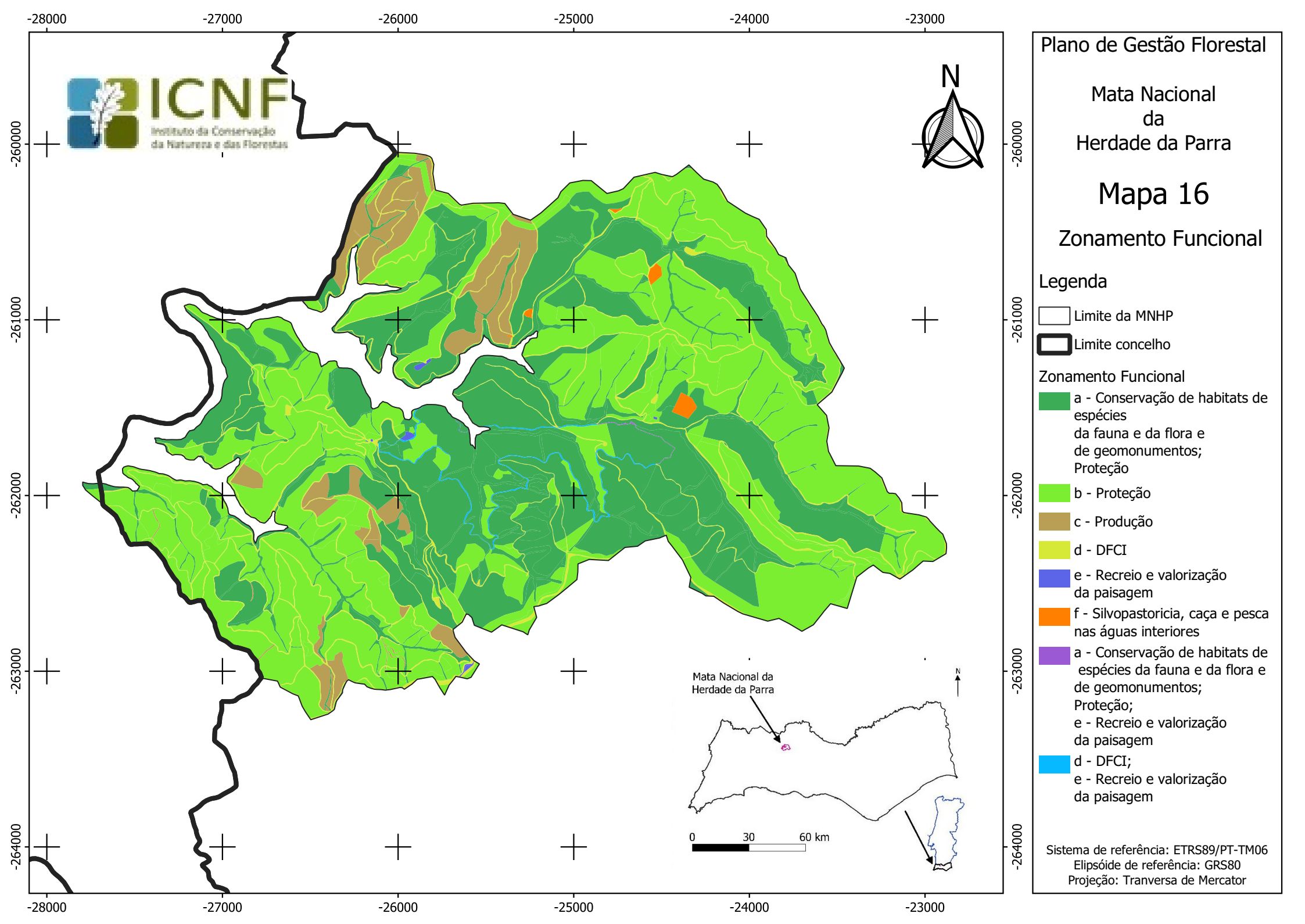
Compartimentação - Talhões

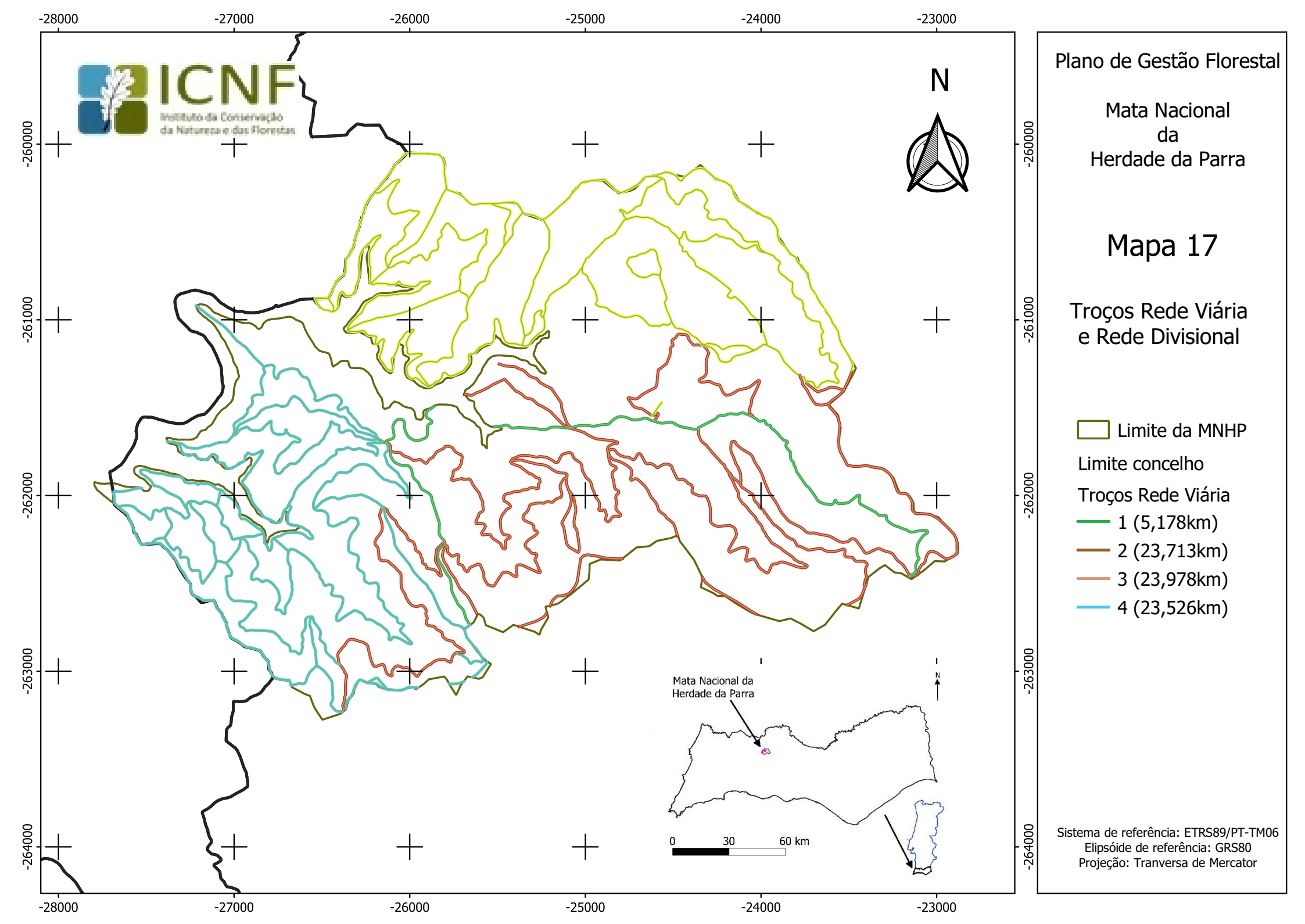
Legenda

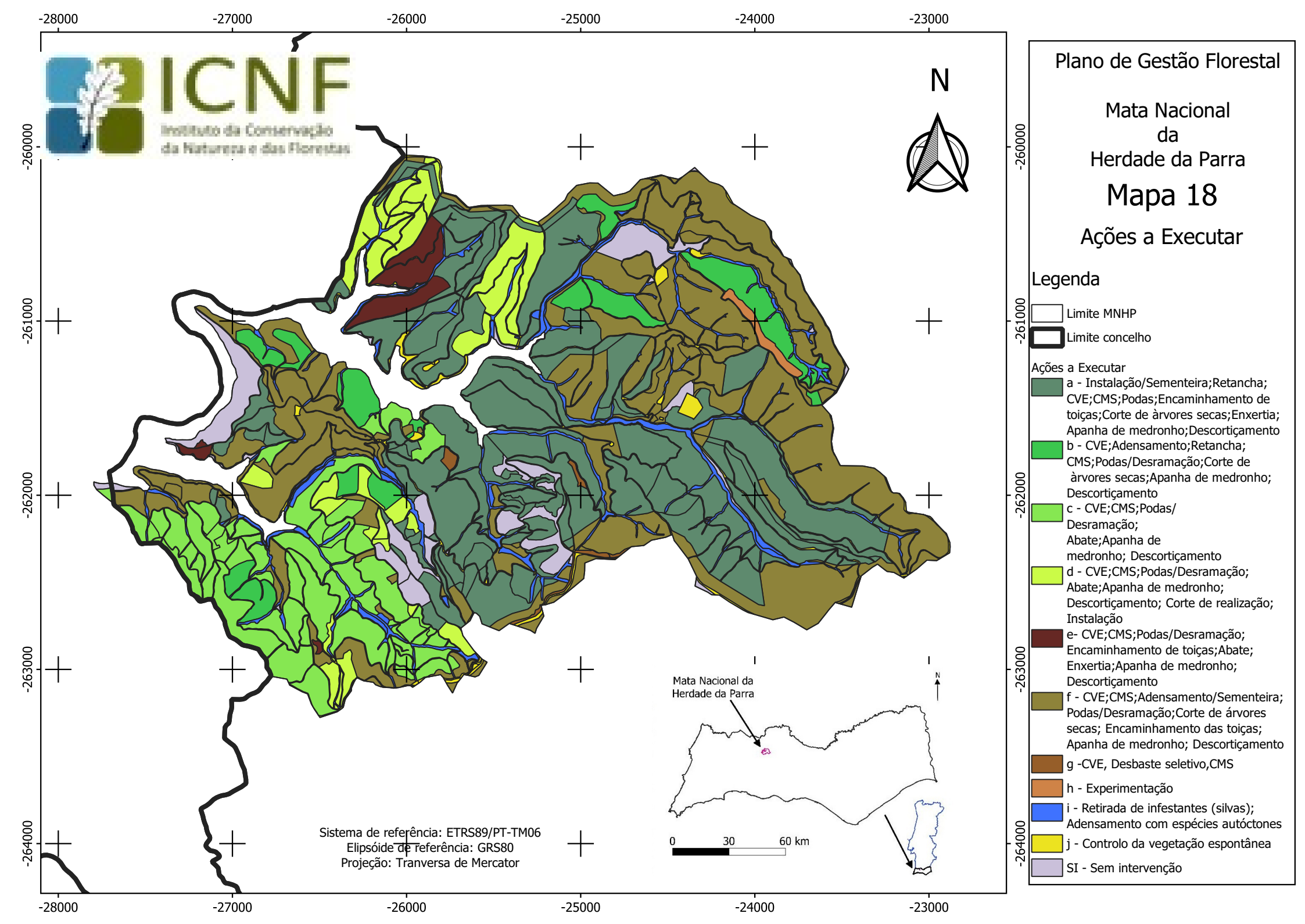
- Limite MNHP
- Limite concelho
- Compartimentação
  - 1
  - 2
  - 3
  - 4
  - 5
  - 6
  - 7
  - 8
  - 9
  - 10
  - 11
  - 12
  - 13
  - 14
  - 15
  - 16
  - 17
  - 18
  - 19
  - 20
  - 21
  - 22
  - 23
  - 24
  - 25
  - 26
  - 27

Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator


-28000
-27000
-26000
-25000
-24000
-23000
-260000
-261000
-262000
-263000
-264000
ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
N
0
500
1 000 m
Mata Nacional da Herdade da Parra
0
30
60 km
Plano de Gestão Florestal
Mata Nacional da Herdade da Parra
Mapa 15
Compartimentação - Parcelar
Legenda
Limite MNHP
Limite concelho
Compartimentação
a (185,95ha)
aa (0,30ha)
b (22,93ha)
c (24,98ha)
d (15,75ha)
e (6,88ha)
f (5,52ha)
g (3,83ha)
h (4,03ha)
i (20,34ha)
j (23,11ha)
k (57,92ha)
l (48,09ha)
m (38,45ha)
n (14,58ha)
o (103,66ha)
p (138,56ha)
q (2,53ha)
r (3,02ha)
s (39,55ha)
t (44,61ha)
u (0,74ha)
v (5,29ha)
w (31,69ha)
x (0,57ha)
y (0,72ha)
z (1,85ha)
Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator


-28000
-27000
-26000
-25000
-24000
-23000
-260000
-261000
-262000
-263000
-264000
ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
N
Mata Nacional da Herdade da Parra
0
30
60 km
Plano de Gestão Florestal
Mata Nacional da Herdade da Parra
Mapa 16
Zonamento Funcional
Legenda
Limite da MNHP
Limite concelho
Zonamento Funcional
a - Conservação de habitats de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; Proteção
b - Proteção
c - Produção
d - DFCI
e - Recreio e valorização da paisagem
f - Silvopastoricia, caça e pesca nas águas interiores
a - Conservação de habitats de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; Proteção; e - Recreio e valorização da paisagem
d - DFCI; e - Recreio e valorização da paisagem
Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator


-28000
-27000
-26000
-25000
-24000
-23000
-260000
-261000
-262000
-263000
-264000
ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
N
Mata Nacional da Herdade da Parra
N
0
30
60 km
Plano de Gestão Florestal
Mata Nacional da Herdade da Parra
Mapa 17
Troços Rede Viária e Rede Divisional
Limite da MNHP
Limite concelho
Troços Rede Viária
1 (5,178km)
2 (23,713km)
3 (23,978km)
4 (23,526km)
Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator


-28000
-27000
-26000
-25000
-24000
-23000
-260000
-261000
-262000
-263000
-264000
ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
N
Plano de Gestão Florestal
Mata Nacional da Herdade da Parra
Mapa 18
Ações a Executar
Legenda
Limite MNHP
Limite concelho
Ações a Executar
a - Instalação/Sementeira;Retancha; CVE;CMS;Podas;Encaminhamento de toiças;Corte de àrvores secas;Enxertia; Apanha de medronho;Descortiçamento
b - CVE;Adensamento;Retancha; CMS;Podas/Desramação;Corte de àrvores secas;Apanha de medronho; Descortiçamento
c - CVE;CMS;Podas/ Desramação; Abate;Apanha de medronho; Descortiçamento
d - CVE;CMS;Podas/Desramação; Abate;Apanha de medronho; Descortiçamento; Corte de realização; Instalação
e- CVE;CMS;Podas/Desramação; Encaminhamento de toiças;Abate; Enxertia;Apanha de medronho; Descortiçamento
f - CVE;CMS;Adensamento/Sementeira; Podas/Desramação;Corte de árvores secas; Encaminhamento das toiças; Apanha de medronho; Descortiçamento
g -CVE, Desbaste seletivo,CMS
h - Experimentação
i - Retirada de infestantes (silvas); Adensamento com espécies autóctones
j - Controlo da vegetação espontânea
SI - Sem intervenção
Mata Nacional da Herdade da Parra
N
0
30
60 km
Sistema de referência: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Tranversa de Mercator